

revista **hydra**

Volume 3
Número 5

Dossiê: História dos esportes e lazer

Dezembro de 2018

EXPEDIENTE

Revista Hydra é uma publicação acadêmica semestral, Capes B5, com avaliação cega por pares, produzida por iniciativa dos estudantes do Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e que aceita artigos originais, resenhas e notas de pesquisa.

Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
Secretaria de Pós-Graduação
A/C: Conselho Editorial da Revista Hydra
Estrada do Caminho Velho, 333 - Bairro dos Pimentas,
Guarulhos/SP - CEP: 07252-312
E-mail: revistahydra@unifesp.br
Homepage: <http://hydra.sites.unifesp.br>

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da EFLCH/Unifesp

Revista Hydra (recurso eletrônico) / Universidade Federal de São Paulo.
Programa de Pós-Graduação em História. Vol. 3, n.5 (dez. 2018)
Dados eletrônicos. – São Paulo: Ed. Unifesp, 2018.

Semestral a partir de março de 2016.
Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.
Modo de acesso: World Wide Web: <http://hydra.sites.unifesp.br>

ISSN: 2447-942X

1.História. I. Universidade Federal de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em História

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

Reitora: Soraya Soubhi Smaili
Vice-Reitor: Nelson Sass

ESCOLA DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora: Magali Aparecida Silvestre
Vice-Diretor: Janes Jorge

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Coordenadora: Samira Adel Osman
Vice-Coordenadora: Ana Lúcia Lana Nemi

CONSELHO EDITORIAL

Editor-chefe: Felipe Garcia de Oliveira
Vice-editora: Bruna Valença Mallorga

André Santoro Fernandes
Amanda da Silva Brito
Claudia de Andrade de Rezende
Geraldo Rosolen Junior
Dayanne Luz das Neves
Igor Luis Seemann
Jorge Edson Paiva Gonçalves da Silva
Lorrane Campos Rodrigues
Michele Aparecida Siqueira Dias
Otávio Gentil dos Santos
Rafael Conti
Rafaela Cristina Avelar
Raissa Campos Marcondes
Samuel Rocha Ferreira

CONSELHO PERMANENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

Alexandre Pianelli Godoy
Ana Lúcia Lana Nemi
André Roberto de Arruda Machado
Andréa Slemian
Antônio Simplício de Almeida Neto
Bruno Guilherme Feitler
Clifford Andrew Welch
Denilson Botelho de Deus
Edilene Teresinha Toledo
Fabiano Fernandes
Fábio Franzini
Fernando Afique
Gilberto da Silva Francisco
Glaydson José da Silva
Jaime Rodrigues
Janes Jorge
Luigi Biondi
José Carlos Vilardaga

Luis Antonio Coelho Ferla
Luís Filipe Silvério Lima
Maria Luiza Ferreira de Oliveira
Maria Rita de Almeida Toledo
Mariana Martins Villaça
Odair da Cruz Paiva
Patrícia Teixeira Santos
Rafael Ruiz Gonzalez
Wilma Peres Costa

CONSELHO CONSULTIVO

Adalberto Coutinho de Araújo Neto (IFSP)
Adriano Duarte (UFSC)
Aldrin de Moura Figueiredo (UFPA)
Alexandre Fortes (UFRRJ)
Alírio Carvalho Cardozo (UFMA)
Altermar da Costa Muniz (UECE)
Álvaro Pereira do Nascimento (UFRRJ)
Ana Lúcia Araújo (Howard University - Washington DC)
Ana Paula Palamartchuk (UFAL)
André Rosemberg (PUC-SP)
Antonio Luigi Negro (UFBA)
Carlo Maurizio Romani (UNIRIO)
Carlos Zacarias F. de Sena Junior (UFBA)
Celso Thomas Castilho (Vanderbilt University)
Claudia Maria Ribeiro Viscardi (UFJF)
Cláudia Moraes de Souza (UNIFESP)
Cláudio Henrique de Moraes Batalha (UNICAMP)
Cristina Meneguello (UNICAMP)
Dainis Karepovs (CEMAP/INTERLUDIUM)
Endrica Geraldo (UNILA)
Everaldo de Oliveira Andrade (USP)
Enrique Serra Padrós (UFRGS)
Fabiane Popinigis (UFRRJ)
Fábio Duarte Joly (UFOP)
Fabrício Lyrio Santos (UFRB)
Fernando Felizardo Nicolazzi (UFRGS)
Fernando Teixeira da Silva (UNICAMP)
Francisco Carlos Teixeira da Silva (UFRJ)
François Dosse (IHTP/CNRS - França)
Henrique Espada Lima Filho (UFSC)
Isabel Cristina Martins Guillen (UFPE)
Ismara Izepe de Souza (UNIFESP)
Jean Rodrigues Sales (UFRRJ)
João Paulo Garrido Pimenta (USP)
José Alves de Freitas Neto (UNICAMP)
Josianne Francia Cerasoli (UNICAMP)
Júlio César Zorzenon Costa (UNIFESP)
Keila Grinberg (UnRio)
Leandro Antônio de Almeida (UFRB)
Leandro Karnal (UNICAMP)
Leonardo Affonso Miranda Pereira (PUC-RJ)

Manoela Rossinetti Rufinoni (UNIFESP)
Manuel Vicente de Sousa Lima Loff
(Universidade do Porto - Portugal)
Marcelo Balaban (UnB)
Marcelo Cheche Galves (UEMA)
Marcelo Mac Cord (UFF)
Márcia Maria Menendes Motta (UFF)
Marco Antonio Silveira (UFOP)
Marcos Luiz Bretas da Fonseca (UFRJ)
Marcus Rediker (University of Pittsburgh)
Maria Cristina Cortez Wissenbach (USP)
Maria de Deus Beites Manso (Universidade de
Évora - Portugal)
Mariana Joffily (UDESC)
Marina Regis Cavicchioli (UFBA)
Marta Denise de Rosa Jardim (UNIFESP)
Murilo Leal Pereira Neto (UNIFESP)
Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)
Paula Ferreira Vermeersch (UNESP)
Paulo Roberto Ribeiro Fontes (FGV)
Rafael Ivan Chambouleyron (UFPA)
Raimundo Nonato Pereira Moreira (UNEB)
Regina Helena Martins de Faria (UFMA)
Renata Senna Garraffoni (UFPR)
Robert Sean Purdy (USP)
Rodrigo Medina Zagni (UNIFESP)
Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)
Samuel Fernando de Souza (DIEESE)
Silvia Hunold Lara (UNICAMP)
Solange Pereira da Rocha (UFPB)
Stella Maris Scatena Franco Vilaradaga (USP)
Susel Oliveira da Rosa (UFPB)
Thiago Leandro Vieira Cavalcante (UFGD)
Virginia Maria Gomes De Mattos Fontes (UFF)
Vitor Marcos Gregório (IFPR)
Wlamyra Ribeiro de Albuquerque (UFBA)
Yllan de Mattos Oliveira (UNESP)

COLABORARAM COM ESTE NÚMERO

Célia Cristina da Silva Tavares (UERJ)
Lucas Thiago Rodarte Alvarenga (UNESP)

Rafael Viana (UFRRJ)
André Alexandre Guimarães Couto (CEFET-RJ)
Verônica Calsoni (USP)
Leonardo Brandão (Fundação Universidade
Regional de Blumenau)
Luis Ferla (UNIFESP)
Bernardo Borges Buarque de Hollanda (FGV)
Michel Nicolau (Unicamp)
Diana Mendes Machado da Silva (USP)
Diogenes Sousa (PUC-SP)
Marcus Lage (UFMG)
Jaime Gouveia (UFAM)
Fabiana Junqueira (UNICAMP)
Samanta Colhado Mendes (UNESP)
Daniel Carvalho (UNIFESP)
Renato Da Silva (UNIFESP)
Alberto Reinaldo Reppold Filho (UFRGS)
Miriam Bettina Paulina Oelsner (USP)
Flavio Pessoa (UFRJ)
Jonathan Portela (UNIFESP)
Eduardo de Souza Gomes (UFRJ)
Jeferson Rojo (UEM)
Daniel Venâncio (UFMG)
Euclides de Freitas Couto (UFSJ)
João Sedas Nunes (UNL - Portugal)
Guy Ginciene (UFRGS)

CAPA

Otávio Gentil dos Santos

DIAGRAMAÇÃO

Felipe Garcia de Oliveira
Raissa Campos Marcondes
Carolina de Azevedo Müller
Giovanna Nardini

APOIO



EDITORIAL

Neste momento em que opiniões conservadoras, preconceituosas e autoritárias vem sendo cada vez mais propagadas e defendidas. A Revista Hydra vem por meio deste editorial reafirmar seu compromisso com a democracia, com a educação pública de qualidade, com os direitos humanos e com a luta por uma sociedade igualitária.

A Revista Hydra, dando continuidade em seu trabalho de divulgação de pesquisas, vem a público com mais uma edição. O Dossiê ora apresentado se propõe a discutir a história dos esportes e lazer, considerando que estes são produtos de manifestações socioculturais que devem e podem ser tomados historicamente em sua relação com a política, economia, cultura e sociedade. O tema é discutido tendo em vista as distintas perspectivas que a questão abarca, seja pela interdisciplinaridade do campo, variedade das fontes e mesmo pelos métodos rigorosos de análise.

O texto que abre o dossiê “O lugar do futebol nos Simpósios da Associação Nacional de História (ANPUH): um balanço de 1961 a 2017”, de Victor de Leonardo Figols, discute com densidade o espaço e a consolidação da história do futebol nos simpósios da ANPUH, demonstrando o quanto os encontros de pesquisadores são fundamentais para o avanço da área. Ainda dentro do tema, o artigo “História do campeonato brasileiro de futebol (1971-1987): modernização do futebol brasileiro?”, de Daniel Vinicius Ferreira, retrata a história do Campeonato Brasileiro de Futebol e suas transformações desde sua criação na década de 1970, enfocando nos distintos agentes que fazem parte desse universo. O terceiro artigo: “A afinidade eletiva entre futebol e mercado no contexto da Copa do Mundo de Futebol de 2014 no Brasil”, de Elisabete Cristina Cruvello da Silveira e de Wallace Cabral Ribeiro, igualmente versa sobre a história do futebol, abordando a relação entre futebol e mercado na Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Ampliando a temática para outros esportes, o quarto artigo: "Eventos e tradição familiar no hipismo sul-rio-grandense (1960-1990)", de Ester Liberato Pereira, Giandra Anceski Bataglion e Janice Zarpellon Mazo, discute o Hipismo e a tradição familiar no Rio Grande do Sul descortinando os diversos agentes históricos e sua relação econômica e social. Fechando o dossiê, o artigo: "Alguns elementos que demarcam a Maratona de São Paulo em suas primeiras edições (1995-1999)", de Camila da Cunha Nunes e Manoel José Fonseca Rocha, aborda as dificuldades de consolidação da Maratona de São Paulo, bem como sua relação com a cidade.

Na seção "Artigos Livres", o artigo de Alécio Fernandes traz uma importante contribuição para a História do Direito Eclesiástico ao analisar em perspectiva histórico-jurídica a dimensão judicial dos processos Inquisição, do Tribunal Inquisitorial no Brasil, no final do século XVI. O texto de Bruno Corrêa de Sá e Benevides, por seu lado, discute por meio da trajetória de Angelo Bandoni questões fundamentais para a história do anarquismo no século XX.

Na seção "notas de pesquisa" de Giovana Eloá Mantovani Mulza, traz a público algumas questões e resultados de sua pesquisa de Iniciação científica sobre alguns decretos da Monarquia Inglesa no século XV.

Esta edição conta ainda com a resenha do livro "'Paz entre nós, Guerra aos senhores': anarquistas em São Paulo diante à Primeira Guerra Mundial" (2017), escrita por Davi Luiz Paulino.

Agradecemos ao apoio da Reserva Técnica Institucional (número do processo 2017/24616-1) pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e à Universidade Federal de São Paulo, que possibilitou a publicação dessa edição.

Boa leitura a todos e todas!

SUMÁRIO

DOSSIÊ	8
O lugar do futebol nos simpósios da associação nacional de história (anpuh): um balanço de 1961 a 2017 ...	9
História do campeonato brasileiro de futebol (1971-1987): para além da narrativa da "modernização" do futebol brasileiro	77
A afinidade eletiva entre futebol e mercado no contexto da copa do mundo de futebol de 2014 no Brasil	122
Eventos e tradição familiar no hipismo sul-rio-grandense nas primeiras décadas do século XX	154
Alguns elementos que demarcam a maratona de São Paulo em suas primeiras edições (1995-1999)	193
ARTIGOS LIVRES	239
A dimensão judicial da ação inquisitorial da primeira visitação do Santo Ofício ao Brasil (1591-1595)	240
O "anarquismo sem adjetivos" através da trajetória libertária de Angelo Bandoni: repensando a classifica�o dos anarquistas italianos em São Paulo no início do século XX proposta pelos autores do livro black flame ..	272
NOTAS DE PESQUISA	307
Pontificado e Elizabeth II disputa estatal-ideológica no quinhentos	308
RESENHAS	323
"Minha família é a humanidade": internacionalismo e organiza�o anarquista no Brasil (1900-1920)	324

DOSSIÊ

O LUGAR DO FUTEBOL NOS SIMPÓSIOS DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH): UM BALANÇO DE 1961 A 2017

Victor de Leonardo Figols ¹

Resumo: Ao longo de quase seis décadas, os eventos da Associação Nacional de História (ANPUH) de âmbito nacional se consolidaram como um dos maiores eventos de História realizados no Brasil. Os Simpósios da ANPUH, desde o seu surgimento, mostraram-se espaços privilegiados para a divulgação de pesquisa e promoção de debate entre os pesquisadores. No que diz respeito a História do Futebol, o tema apareceu como elemento central em 1975, e só começou a ganhar destaque a partir da década de 1990. Após a criação de um Simpósio Temático específico para o Esporte e Lazer, em 2003, o que se viu foi uma profusão de trabalhos apresentados nos eventos organizados pela ANPUH, acompanhado de um crescimento do próprio campo da História do Esporte e Lazer. Deste modo, o objetivo deste artigo é apresentar um balanço da produção sobre futebol nos simpósios da ANPUH.

Palavras-chave: História do Futebol; História e Historiografia; ANPUH

EL LUGAR DEL FÚTBOL EN LOS SIMPOSIOS DE LA ASOCIACIÓN NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH): UN BALANCE DE 1961 A 2017

Resumen: A lo largo de casi seis décadas, los eventos de la Asociación Nacional de Historia (ANPUH) de ámbito nacional se consolidaron como uno de los mayores eventos de Historia realizados en Brasil. Los Simposios Temáticos, desde su surgimiento, se mostraron espacios privilegiados para la divulgación trabajos y promoción de debate entre los investigadores. En lo que se refiere a la Historia del Fútbol, el tema apareció como elemento central en 1975, y sólo empezó a ganar destaque a partir de la década de 1990. Después de la creación de un Simposio Temático específico para el Deporte y el Ocio, en 2003, lo que se vio fue una profusión de trabajos en los eventos organizados por la ANPUH, acompañado de un crecimiento del propio campo de la Historia del Deporte y Ocio. De este modo, el objetivo de este artículo es presentar un balance de la producción sobre fútbol en los simposios de la ANPUH.

Palabras claves: Historia del fútbol; Historia y Historiografía; ANPUH.

¹ Doutorando em História na Universidade Federal do Paraná (UFPR) na Linha de Pesquisa Espaço e Sociabilidades. Estuda as identidades regionais dos clubes futebol espanhóis e a globalização do futebol dos anos 1980 e 1990, a pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). É membro do Grupo de Estudos sobre Futebol dos Estudantes da UNIFESP-EFLCH (GEFE) e é um dos editores do Ludopédio. (<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4490119E4>)
Artigo recebido em 16/09/2018 e aprovado em 30/11/2018.

NOTA EXPLICATIVA

Em *O trato do esporte nos Simpósios da Associação Nacional de História (ANPUH)*², Victor Andrade de Melo apresenta partes dos resultados do projeto “O esporte nos simpósios da Anpuh”³, no qual a sua equipe e ele fizeram o esforço de identificar nos simpósios promovidos pela ANPUH, as comunicações que de alguma forma tratavam do esporte ou das práticas corporais, como a ginástica, a capoeira ou a educação física. A leitura do artigo de Melo, somada aos meus interesses e ao trabalho como editor no Ludopédio⁴, me levaram a uma indagação: qual o lugar do futebol na ANPUH?

Há quem diga que o Brasil é país do futebol, pois o esporte bretão assumiu um grau de importância em detrimento dos outros esportes. Essa ideia se baseia nas conquistas mundiais, na ideia de um estilo de jogo próprio, pela sua grande apreciação (enquanto prática ou espetáculo, e pela repercussão midiática). De qualquer maneira, é inegável que o futebol assumiu uma importância considerável para boa parte da sociedade brasileira, tanto que é possível fazer a história do Brasil do século XX a partir da história do futebol brasileiro, e o movimento contrário também é válido.

Isso posto, o objetivo deste artigo é perceber o quanto o futebol também está presente na produção acadêmica apresentada na ANPUH. Ao final deste exercício de mapeamento será possível, por exemplo, identificar os principais temas pesquisados relacionados ao futebol. O balanço apresentado aqui também permitirá inferir, entre outras coisas, sobre a produção e consolidação dos estudos sobre futebol no campo da História.

² MELO, Victor Andrade de. “O trato do Esporte nos Simpósios da Associação Nacional de História (ANPUH)”. *Revista Recorde*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 1-17, jan./jun. 2016.

³ Site *O esporte nos simpósios da Anpuh*. Disponível em: <https://esporteanpuh.wordpress.com>. Acesso em: 30 de agosto de 2018.

⁴ Site *Ludopédio*. Ver: <https://www.ludopedio.com.br>. Acesso em: 30 de agosto de 2018.

Além disso, espera-se que esse artigo possa contribuir com o projeto “O esporte nos simpósios da Anpuh”, e que também possibilite refletir sobre a produção relacionada à História do Esporte.⁵

INTRODUÇÃO

*A história do futebol é uma triste viagem do prazer ao dever.*⁶

A elaboração de um balanço é sempre um esforço de reflexão retroativa, um olhar para aquilo que já foi produzido sobre determinado tema, mas por outro lado, um balanço também revela tendências acadêmicas e pode indicar novos caminhos para analisar um tema. Sobre o futebol, há inúmeros balanços sobre a produção acadêmica com enfoques e recortes temporais variados, alguns restringindo a determinadas disciplinas ou áreas, outros mais abrangentes. Em todo o caso, um balanço sobre a presença do futebol na ANPUH se mostra necessário.

O balanço proposto neste artigo respeitou alguns critérios metodológicos. O primeiro passo consistiu em consultar a base de dados⁷ dos anais dos eventos da ANPUH, observando se o trabalho foi apenas um resumo, uma comunicação, ou se virou uma publicação escrita nos anais do evento. O termo utilizado para a consulta foi: *futebol*, mas termos correlatos e derivações foram consultados, como por exemplo, *ludopédio* ou *football*. Foram analisados os anais desde a primeira edição, realizada em 1961 em Marília, até o mais recente encontro, realizado em Brasília, em 2017. O banco de dados do site *O esporte nos simpósios da Anpuh*⁸ também foi consultado,

⁵ Antes de ser uma revisão do trabalho de Victor A. Melo, a proposta aqui é avançar, levantando dados específicos sobre a História do Futebol para melhor compreender o campo acadêmicos sobre o tema.

⁶ GALEANO, Eduardo. *Futebol ao sol e à sombra*. Porto Alegre: L&PM, 2010, p. 10.

⁷ Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/2015-01-14-21-24-37>. Acesso em: 30 de agosto de 2018.

⁸ Disponível em: <https://esporteanpuh.wordpress.com>. Acesso em: 30 de agosto de 2018.

e serviu com fonte valiosa para a organização das informações do presente artigo.

Seguindo os critérios adotados por Victor A. Melo, as comunicações encontradas foram divididas conforme descrita no site *O esporte nos simpósios da Anpuh*, a saber: “a) apresentadas no simpósio temático específico; b) abordam centralmente o tema, mas foram apresentadas em outros simpósios ou sessão dos eventos; c) o assunto aparece não como central, em diferente grau de importância”⁹. Assim, foram considerados apenas os trabalhos que utilizavam o termo *futebol* em seu título, ou aqueles em que o termo aparecia no corpo do trabalho, mas que havia algum grau de análise ou profundidade. Citações do termo sem maiores explicações ou sem profundidade não foram considerados.

Também vale ressaltar que, um simpósio temático específico sobre a História do Esporte e das Práticas Corporais (ou com uma nomenclatura semelhante) só passou a ser organizado sistematicamente a partir de 2003, o que facilitou no processo de levantamento de dados, pois este simpósio reúne a maioria dos trabalhos. Todavia, como houve registros de trabalhos em outros simpósios temáticos, estes também foram considerados.

Para contextualizar os trabalhos apresentado no evento da ANPUH, em um campo acadêmico mais amplo, foram usados outros balanços. São eles: *A construção de histórias do futebol no Brasil (1922 a 2000): reflexões*¹⁰; *A produção das ciências humanas sobre futebol no Brasil: um panorama (1990-2009)*¹¹; *Futebol e comunicação: a consolidação do campo acadêmico no*

⁹ MELO, Victor Andrade de. “O trato do Esporte nos Simpósios da Associação Nacional de História (ANPUH)”. *Revista Recorde*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 1-17, jan./jun. 2016, p. 4.

¹⁰ SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia; DRUMOND, Maurício. “A construção de histórias do futebol no Brasil (1922 a 2000): reflexões”. *Revista Tempo*. Niterói, v. 19, n. 34, p. 19-31, 2013.

¹¹ GIGLIO, Sérgio Settani; SPAGGIARI, Enrico. “A produção das ciências humanas sobre futebol no Brasil: um panorama (1990-2009)”. *Revista de História*. São Paulo, n. 163, p. 293-350, 2010.

*Brasil*¹²; *O Futebol como Objeto de Investigação Acadêmica*¹³, além do já citado *O trato do esporte nos Simpósios da Associação Nacional de História (ANPUH)*¹⁴. Por fim, o livro *Pesquisa histórica e história do esporte*¹⁵ também foi de grande valia.

Este artigo está dividido em seis partes. A primeira parte traz um panorama geral da produção sobre futebol no Brasil que precederam os eventos da ANPUH, com o objetivo de mostrar que o tema fazia parte do interesse de alguns acadêmicos da época. A segunda parte é voltada especificamente para os primeiros eventos da ANPUH, observando a produção dentro da História sobre o futebol. Na terceira parte é apresentado o pioneirismo do primeiro trabalho sobre futebol dentro do evento da ANPUH. Na quarta parte, o objetivo foi mostrar como o campo acadêmico dos estudos sobre futebol foi se consolidando e de que maneira isso refletiu na presença de comunicações nos eventos da ANPUH. Na quinta parte, é possível perceber o predomínio de estudos sobre futebol, bem como campo foi evoluindo trazendo novas abordagens e perspectivas. Por fim, a última parte faz um balanço geral da produção dos estudos sobre a História do Futebol, apresentando algumas tendências de pesquisa.

Seguindo um recorte temporal que tem como critério a própria produção acadêmica sobre futebol nos eventos da ANPUH, o objetivo não é analisar cada um dos trabalhos encontrados no levantamento. Pelo contrário, a proposta é fazer apenas um balanço que possa dar subsídios para traçar um panorama sobre a produção, observando os principais temas relacionados ao futebol, o referencial teórico-metodológico utilizado (em

¹² HELAL, Ronaldo. "Futebol e Comunicação: a consolidação do campo acadêmico no Brasil". *Comunicação, Mídia e Consumo* (São Paulo. Impresso), v. 8, p. 11-37, 2011.

¹³ NORMANDO, Tarcisio Serpa. "O Futebol como Objeto de Investigação Acadêmica". *EFDeportes - Revista Digital - Buenos Aires - Año 8 - Nº 58 - Marzo de 2003*.

¹⁴ MELO, Victor Andrade de. "O trato do Esporte nos Simpósios da Associação Nacional de História (ANPUH)". *Revista Recorde*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 1-17, jan./jun. 2016.

¹⁵ MELO, Victor Andrade de. [et. al.]. *Pesquisa histórica e história do esporte*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

alguns casos), as fontes analisadas, e além disso como a concentração regional dos autores que trabalham com a temática.

Para melhor visualizar os dados obtidos no levantamento, foram produzidas três tabelas. A Tabela 1 registra a evolução do número de trabalhos sobre futebol apresentados em todos os eventos da ANPUH. A Tabela 2 mostra a quantidade de trabalhos sobre futebol apresentados em simpósios temáticos específicos sobre a História do Esporte, e Tabela 3 (em Anexo) traz um panorama geral de todos os trabalhos apresentados desde 1961 a 2017.

O FUTEBOL ANTES DOS EVENTOS DA ANPUH

O futebol chegou ao Brasil nas últimas décadas do século XIX. Na historiografia existe um debate em torno dos atores sociais responsáveis pela introdução do futebol no Brasil. De um lado, a narrativa de que o esporte foi trazido por marinheiros e operários ferroviários ingleses, que reproduziam o jogo praticado pelas classes mais altas da ilha britânica, do outro, a narrativa clássica, de que o jogo foi trazido pela elite brasileira, que enviava seus filhos para estudar na Europa e quando retornavam, traziam na bagagem uma bola, uniformes, o livro de regras e a novidade que conquistava o velho continente: o *football*. Não cabe aqui entrar na discussão de quem teria sido o primeiro a trazer o futebol para o Brasil, se foi Charles Miller, Oscar Cox ou os proletários ingleses, fato é que o esporte chegou aqui como uma grande novidade europeia, e rapidamente se tornaria um dos esportes mais praticados e apreciados, assumindo um elevado grau de importância na vida cotidiana da sociedade brasileira.¹⁶

O interesse pelo jogo rapidamente atraiu a atenção dos intelectuais e escritores da época. Os volumes do *Guia de Football*, publicados a partir de

¹⁶ Para uma discussão mais detalhada sobre o assunto, ver MASCARENHAS, Gilmar. *Entradas e Bandeiras: a conquista do Brasil pelo futebol*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2014.

1903, já revelavam o interesse de um seletor público leitor pelo futebol. Como demonstra Tarcisio Serpa Normando,

Ainda que estas obras tivessem um público leitor certamente restrito a certas camadas da sociedade, a sua própria existência atuou, ao mesmo tempo, como causa e efeito da sedimentação de uma base de interessados que, na medida de seu crescimento, não tardariam em avançar em direção a páginas de maior circularidade: os jornais.¹⁷

O papel dos jornais foi fundamental na divulgação e popularização do futebol, tanto que os primeiros escritos sobre o esporte bretão foram de jornalistas e colunistas. Mas foram os escritores e intelectuais da época que teceram duras críticas ao jogo. Nas duas primeiras décadas do século XX, escritores como Lima Barreto viam no futebol um estrangeirismo perigoso para a nação. Havia um medo de que os esportes, sobretudo os de origem estrangeira, pudesse corromper a juventude, além de criar um clima de desarmonia na sociedade. A principal crítica que o futebol sofria era baseada no caráter não nacional do esporte. Era uma prática que afastava a juventude de uma identidade nacional, de uma brasilidade.

Nos anos 1920, o futebol já era o principal esporte praticado em diversas regiões do país, com inúmeras agremiações fundadas em torno do esporte bretão. Diante desse cenário de popularização, o escritor Graciliano Ramos, anunciava que esportes como o futebol não pegariam no Brasil, e que a rasteira, esta sim seria o esporte nacional por excelência¹⁸. Era uma dura crítica ao estrangeirismo, mas também uma exaltação de uma malandragem como elemento constituinte da identidade nacional brasileira. Por outro lado, havia intelectuais e escritores que viam alguns elementos positivos no futebol. Era o caso de Mário de Andrade e Oswald de Andrade, escritores que ajudaram a formar uma ideia de Brasil. Mais ao extremo estava Coelho Netto, que foi um

¹⁷ NORMANDO, Tarcisio Serpa. "O Futebol como Objeto de Investigação Acadêmica". EFDeportes - Revista Digital - Buenos Aires - Año 8 - Nº 58 - Marzo de 2003, p. 4.

¹⁸ Ver: SOARES, Antonio Jorge Gonçalves; LOVISOLO, Hugo Rodolfo. "O futebol é fogo de palha: a 'profecia' de Graciliano Ramos". *Pesquisa de Campo*. Rio de Janeiro, n.5, p. 7-20, 1997.

fervoroso defensor e apreciador do futebol, a ponto de fazer parte do quadro diretivo do Fluminense Football Club e ajudar a compor o hino do próprio clube.

Nos anos 1930, o futebol brasileiro já não chamava a atenção pelo seu caráter estrangeiro, mas sim por se tratar de um fenômeno social. Gilberto Freyre, um dos maiores intérpretes do Brasil, autor de clássicos como *Casa Grande & Senzala* (1933) e *Sobrados e Mucambos* (1936), viu no futebol a aplicabilidade de suas teorias raciais, ou a chamada democracia racial. Como mostra Normando, para Freyre:

O futebol seria uma dessas expressões culturais comprovadoras de sua teoria na medida em que ele possibilitava uma ascensão social do jogador mulato por conta de seu talento com a bola nos pés.¹⁹

A leitura de Freyre entendia o futebol brasileiro como uma forma abraqueirada do *football* estrangeiro. A mistura das raças – a mestiçagem – segundo Freyre, teriam tornado o futebol mais maleável, moldando-o à um jeito brasileiro de se jogar. Se nos primeiros anos havia um receio de que o esporte deturparia a nacionalidade, nos anos 1930, Freyre via no futebol um elemento nacional brasileiro único. Essa brasilidade com a bola nos pés era marcada pelo improviso, habilidade, astúcia, agilidade e malandragem, frutos da “raça mulata”.²⁰ Eram as características do estilo brasileiro de jogar futebol, que estava em consonância com os discursos jornalísticos da época e que até hoje ainda pauta algumas das discussões futebolísticas, seja no senso comum, no meio jornalístico, ou como tema de pesquisa no meio acadêmico.

Ainda em 1933, o ex-jogador de futebol Floriano Peixoto Correa escreveu o livro *Grandezas e misérias do futebol brasileiro*. O livro era uma

¹⁹ NORMANDO, Tarcisio Serpa. “O Futebol como Objeto de Investigação Acadêmica”. EFDportes - Revista Digital - Buenos Aires - Año 8 - Nº 58 - Marzo de 2003, p. 5.

²⁰ Gilberto Freyre publicou alguns textos sobre futebol em colunas de jornais. Em 1938, publicou no *Diário de Pernambuco* um artigo intitulado “Foot-ball mulato, onde reunia suas principais ideias sobre o esporte.

forma de denunciar e criticar os problemas em torno do processo de profissionalização do futebol, que tomava forma naquele mesmo ano. Segundo João Manuel Casquinha Malaia Santos e Maurício Drumond,

O livro *Grandezas e misérias do futebol brasileiro* deu ao esporte a direção das discussões política e social mais amplas em curso na sociedade brasileira, tratando-se de uma obra fundamental. Apontando a importância da miscigenação para a formação do jogador de futebol nacional, reforçando o papel da elite e das estruturas políticas no futebol do país, ou denunciando as mazelas deste esporte [...] ²¹

O livro de Correa dialogava diretamente com as teses de Freyre. Mais tarde, as teses *freyrianas* foram exaltadas por Mário Filho no livro *O Negro no futebol brasileiro* (1947). O jornalista partiu de suas próprias experiências, em relatos orais de jornalistas, jogadores, ex-jogadores e dirigentes para criar uma narrativa sobre os primórdios do futebol do Rio de Janeiro e São Paulo. Apesar do tom memorialista, o livro foi fundamental, pois registrava não só os primeiros anos do futebol no país, mas também a inserção do negro no esporte. Dialogando diretamente com as teses *freyrianas* – tanto que a primeira edição do livro foi prefaciada pelo próprio Freyre – Mario Filho reforçava que o futebol era um “espaço de projeção do negro” ²², e um elemento único que expressava a brasilidade.

O fato de Freyre ter escrito o prefácio do livro de Mario Filho facilitou que *O Negro no futebol brasileiro* circulasse também no meio acadêmico, pois “aproximava seu estudo de outras ciências sociais que utilizavam relatos orais como fontes, especialmente a Sociologia” ²³, mas também, “Mario Filho estava em consonância com um modelo historiográfico que acreditava produzir a

²¹ SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia; DRUMOND, Maurício. “A construção de histórias do futebol no Brasil (1922 a 2000): reflexões”. *Revista Tempo*. Niterói, v. 19, n. 34, p. 19-31, 2013, p. 23.

²² NORMANDO, Tarcisio Serpa. “O Futebol como Objeto de Investigação Acadêmica”. *EFDeportes - Revista Digital - Buenos Aires - Año 8 - Nº 58 - Marzo de 2003*, p. 5.

²³ SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia; DRUMOND, Maurício. “A construção de histórias do futebol no Brasil (1922 a 2000): reflexões”. *Revista Tempo*. Niterói, v. 19, n. 34, p. 19-31, 2013, p. 24.

verdade inequívoca pela análise de documentos"²⁴. Em outras palavras, apesar do livro *O Negro no futebol brasileiro* não pretender ser um livro de História ou Sociologia, a proposta de Mario Filho dialogava com as tendências acadêmicas da época.

Contemporâneo a Mario Filho, o jornalista e escritor Thomás Mazzoni escreveu o livro *História do futebol no Brasil: 1894-1950*, lançado em 1950, um pouco antes da Copa do Mundo daquele ano, que fora realizada no Brasil. Em sua obra, havia uma preocupação em se distanciar da proposta de Mario Filho. Nas palavras de Mazzoni: "Não se trata, pois, de nenhuma história produzida pelo método 'ouvimos dizer', ou 'nos contaram assim e assado'"²⁵. O método utilizado pelo autor foi o uso de documentos considerados mais confiáveis, como notícias de jornais coletadas em seu arquivo pessoal e em consulta à uma biblioteca especializada sobre o tema.²⁶ Mazzoni apresentava uma leitura um tanto bairrista sobre a origem do futebol, colocando a cidade de São Paulo no centro da *História do futebol no Brasil*, tanto que é atribuído a Charles Miller um papel fundamental na introdução do futebol em São Paulo, e consequentemente, no Brasil.

As ciências humanas já começavam a voltar o seu olhar para o futebol, ainda que de maneira tímida. Duas publicações acadêmicas nos anos 1940 merecem destaque:

[...] o ensaio "O papel da magia no futebol", de Mário Miranda Rosa (1944), e a resenha do sociólogo Luiz Aguiar Costa Pinto (1947) do livro de Mário Filho, *O negro no futebol brasileiro*, então recém-lançado. Ambos foram publicados na revista *Sociologia*, primeiro periódico

²⁴ SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia; DRUMOND, Maurício. "A construção de histórias do futebol no Brasil (1922 a 2000): reflexões". *Revista Tempo*. Niterói, v. 19, n. 34, p. 19-31, 2013, p. 25.

²⁵ MAZZONI, Thomás. *História do futebol no Brasil 1895-1950*, São Paulo, Edições Leia, 1950, p. 11. *Apud*: SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia; DRUMOND, Maurício. "A construção de histórias do futebol no Brasil (1922 a 2000): reflexões". *Revista Tempo*. Niterói, v. 19, n. 34, p. 19-31, 2013, p. 26.

²⁶ SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia; DRUMOND, Maurício. "A construção de histórias do futebol no Brasil (1922 a 2000): reflexões". *Revista Tempo*. Niterói, v. 19, n. 34, p. 19-31, 2013, p. 26.

Mais ou menos no mesmo período, Anatol Rosenfeld, escritor alemão que estava exilado no Brasil começou a olhar com outros olhos para o futebol e a relação dos brasileiros com o esporte. Ele apresentou as suas impressões sobre o futebol brasileiro escrevendo o texto *O Futebol no Brasil* (1956), publicado originalmente em alemão, que só chegaria ao Brasil em 1974²⁸, e mais tarde em forma de livro com o título *Negro, Macumba e Futebol*²⁹. Em seu texto, Rosenfeld “preocupou-se em analisar os elementos socioeconômicos do futebol: da ascensão das massas aos componentes típicos dos jogos de bola – o torcedor, o ídolo, o clube”³⁰. A sua proposta tinha uma leitura sociológica visível, mas diferentemente de Mario Filho ou Mazzoni, a sua repercussão no Brasil não teve o mesmo impacto, possivelmente porque a sua circulação em língua portuguesa foi mais tardia.

Como demonstra Normando, tanto o jornalista carioca, quanto o paulista, se tornaram uma referência teórica e analítica para muitos trabalhos posteriores:

O arcabouço teórico para análise do futebol era, até então, fortemente marcado pela percepção que este esporte seria um útil instrumental para avançar sobre desigualdades socioeconômicas na medida em que possibilitava um espaço de interação entre indivíduos de origens étnicas e camadas sociais diversas. [...] O sucesso internacional da seleção brasileira elevaria este esporte a uma condição ímpar de elemento de orgulho nacional. A habilidade individual – e não os estratagemas táticos – era o segredo que o brasileiro tinha como nato e que lhe conferia uma liberdade de atuação dificilmente superável. Assim sendo, os intelectuais que se dispuseram a buscar uma compreensão do futebol até meados do

²⁷ GIGLIO, Sérgio Settani; SPAGGIARI, Enrico. “A produção das ciências humanas sobre futebol no Brasil: um panorama (1990-2009)”. *Revista de História*. São Paulo, n. 163, p. 293-350, 2010, p. 295.

²⁸ ROSENFELD, Anatol, “O futebol no Brasil”. *Revista Argumento*, ano 1, número 4, 1974.

²⁹ ROSENFELD, Anatol. *Negro, Macumba e Futebol*. São Paulo: Perspectiva, 1993.

³⁰ NORMANDO, Tarcisio Serpa. “O Futebol como Objeto de Investigação Acadêmica”. *EFDeportes - Revista Digital - Buenos Aires - Año 8 - N° 58 - Marzo de 2003*, p. 6.

século XX, construíram uma percepção do esporte como uma ágil e poderosa forma de expressão do caráter nacional [...]»³¹

As análises dos dois escritores, sobretudo a de Mario Filho, pautaram – e em certa medida ainda pautam – boa parte da produção acadêmica sobre futebol. Todavia, nos anos 1950 houve uma escassez na produção intelectual sobre o futebol, talvez um impacto direto do *Maracanazo*. Entretanto, o jornalista e escritor, Nelson Rodrigues viu na Copa do Mundo de 1950 uma forma de explicar o Brasil. Entre o *complexo de vira-lata* e a *pátria de chuteiras* Nelson Rodrigues procurou explicar o Brasil em suas crônicas e livros. É bem verdade que o jornalista não circulou tanto no meio acadêmico, mas suas interpretações ainda reverberam nos discursos midiáticos até os dias de hoje, assim como são fontes para muitas pesquisas atuais.

OS PRIMEIROS EVENTOS DA ANPUH E A AUSÊNCIA DO FUTEBOL

Após esse panorama geral sobre a produção de jornalistas, escritores e intelectuais sobre o futebol na primeira metade do século XX, voltamos a nossa atenção especificamente para a produção sobre futebol nos eventos da Associação Nacional de História (ANPUH). Em 1961, em Marília (São Paulo), foi realizado o I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior, e consequentemente a criação da Associação Nacional de Professores Universitários de História.³² Como o próprio nome do evento e da associação sugerem, as discussões do encontro foram voltadas para o ensino de História, sobretudo no nível superior. Dos 213 trabalhos registrados no banco de dados

³¹ NORMANDO, Tarcisio Serpa. “O Futebol como Objeto de Investigação Acadêmica”. EFDeportes - Revista Digital - Buenos Aires - Año 8 - Nº 58 - Marzo de 2003, p. 6.

³² FALCON, Francisco José Calazans. *Memória e história: a fundação da Anpuh*. Simpósio da Associação Nacional de História, São Paulo: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. p. 17-22, jul. 2011.

do site da ANPUH³³, não há nenhum registro de trabalhos que tratem sobre futebol.

No ano seguinte, em 1962, foi realizado em Curitiba o II Simpósio dos Professores Universitários de História. E novamente o cenário se repetiu: dos 140 trabalhos registrados no site da ANPUH, nenhum fazia menção ou trabalhava com futebol. Curiosamente, consultando os anais do evento³⁴, vemos que dentro da programação estava previsto um almoço na sede do Curitiba Futebol Clube, oferecido pelo Banco Mercantil e Industrial do Paraná. Esta é a única ocorrência do termo registrada nos anais.

Em 1965, foi realizado o III Simpósio dos Professores Universitários de História, em Franca (São Paulo). A partir dessa edição a realização dos eventos se tornaram bienais. Novamente, não há menção ao futebol entre os 142 trabalhos registrados no banco de dados, o mesmo se repete nos anais. Em seu artigo voltado para o trato do Esporte nos Simpósios da ANPUH, Victor A. Melo encontrou uma ocorrência *en passant* sobre a ginástica na Roma Antiga, e um trabalho que sugeria que o esporte fosse integrado nas iniciativas de preservação da memória.³⁵ Foram os primeiros registros na ANPUH de trabalhos que, em alguma medida, citavam o esporte, o futebol demoraria um pouco mais para começar a figurar nos eventos.

No banco de dados da ANPUH há 226 trabalhos registrados do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, realizado em Porto Alegre, em 1967. A novidade daquela edição foi a escolha de um tema central do evento, na ocasião, o tema escolhido foi *Colonização e Migração*. Não há ocorrências do termo futebol – derivados ou similares – nos registros.

³³ Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/2015-01-14-21-24-37>. Acesso em: 30 de agosto de 2018.

³⁴ Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/ANPUH.S02.pdf>. Acesso em: 30 de agosto de 2018.

³⁵ MELO, Victor Andrade de. "O trato do Esporte nos Simpósios da Associação Nacional de História (ANPUH)". *Revista Recorde*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 1-17, jan./jun. 2016, p. 4. Ver também: <http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/ANPUH.S03.pdf> e <https://esporteanpuh.wordpress.com/iii-simposio>. Acesso em: 30 de agosto de 2018.

Em seu levantamento, Melo encontrou dois trabalhos que o termo esporte apareceu. Em ambos os casos, apesar da breve referência, os autores atribuíam certa relevância aos esportes.

Dois anos depois, a cidade de Campinas (São Paulo) recebeu o V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, com o tema *Portos, Rotas e Comércio*. No site da ANPUH estão registrados 284 trabalhos, e não há nenhuma referência ao futebol. Por outro lado, Melo encontrou seis trabalhos que citaram brevemente a importância dos esportes, ainda que não de forma central.

Em 1971, com o tema *Trabalho Livre e Trabalho Escravo*, a cidade de Goiânia recebeu o VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Pela primeira vez o evento era realizado fora do eixo Sul-Sudeste. Ao todo foram registrados 369 trabalhos, dos quais apenas duas comunicações tratavam do tema dos esportes, mas como um balanço de fontes.³⁶ Citações ou menções ao futebol não foram encontradas em nenhum dos trabalhos registrados.

O VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História (1973), foi realizado em Belo Horizonte, com o tema *A Cidade e a História*. No banco de dados do site da ANPUH estão registrados mais de 360 trabalhos. O termo futebol aparece timidamente em alguns trabalhos, e como demonstra Melo, o cenário começava a mudar, e o interesse em estudar os esportes, e o futebol começava a aumentar.

Essa carência de trabalhos sobre futebol na ANPUH durante os anos de 1961 a 1973 não é uma exclusividade do meio acadêmico de História. Desde os trabalhos dos anos 1940, até meados da década de 1970 houve uma grande escassez na produção voltada para o futebol. Como demonstra Normando, a produção ficou a cargo de um “punhado de cronistas esportivos – dos quais o maior exemplo talvez tenha sido Nelson Rodrigues –, poucos se

³⁶ Disponível em: <https://esporteanpuh.wordpress.com/vi-simposio>. Acesso em: 30 de agosto de 2018.

dignaram a olhar o jogo de bola com uma perspectiva investigativa mais profunda".³⁷ Normando ainda é mais enfático sobre esse vácuo na produção acadêmica sobre futebol:

Os historiadores, tanto quanto os demais cientistas sociais, emudeceram por um longo período, deixando que um silêncio desconcertante se espraiasse pelos gramados, pelas arquibancadas, pelos meandros do esporte nacional. [...] As ciências humanas, por quase meio século, tornaram-se insensíveis aos sujeitos, às experiências sociais, à dinamicidade e temporalidade processual que envolve este esporte.³⁸

Esse emudecimento das ciências humanas com relação ao futebol, pode ser entendido como uma repulsa da academia com temas mais cotidianos. Ao propor análises dentro da chamada História Oficial, o futebol foi renegado entre os intelectuais em detrimento de leituras que privilegiavam aspectos políticos e econômicos em perspectivas mais amplas. Por outro lado, nas abordagens marxistas, o futebol também ficou alheio, em grande parte devido as leituras que afirmavam que o esporte seria o "ópio do povo". Com o passar do tempo, e do desenvolvimento da própria disciplina de História, o futebol foi carregado de preconceitos acadêmicos. Como aponta Normando,

O futebol era duplamente renegado: tanto por uma História de cunho mais positivista, mais rankiana, modelo que *dava ênfase no campo da diplomacia e da política*, quanto por abordagens marxistas, mais austeras e pouco instrumentalizadas para refletir sobre as experiências de lazer de uma coletividade.³⁹

As análises marxistas, que negavam o futebol como um objeto digno, estavam alinhadas com o discurso da esquerda da época, que via no esporte

³⁷ NORMANDO, Tarcisio Serpa. "O Futebol como Objeto de Investigação Acadêmica". EFDeportes - Revista Digital - Buenos Aires - Año 8 - Nº 58 - Marzo de 2003, p. 6.

³⁸ NORMANDO, Tarcisio Serpa. "O Futebol como Objeto de Investigação Acadêmica". EFDeportes - Revista Digital - Buenos Aires - Año 8 - Nº 58 - Marzo de 2003, p. 6-7.

³⁹ NORMANDO, Tarcisio Serpa. "O Futebol como Objeto de Investigação Acadêmica". EFDeportes - Revista Digital - Buenos Aires - Año 8 - Nº 58 - Marzo de 2003, p. 7.

um caráter extremamente alienador, sobretudo após o uso político que a Ditadura Civil-Militar fez da Seleção Brasileira na conquista do tricampeonato do mundo, em 1970. As revoluções da própria historiografia acabariam por mudar essa impressão sobre o futebol, e o que viria a seguir seria um crescimento de trabalhos que enxergavam o esporte com outros olhos.

PIONEIRISMO NA ANPUH E A CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO ACADÊMICO

O primeiro trabalho apresentado em um evento da ANPUH tendo o esporte como tema central foi apresentado no VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, com o tema *A Propriedade Rural*, realizado na cidade de Aracaju, em 1975. Entre os mais de 175 trabalhos registrados, apenas um trazia o esporte no título, e curiosamente colocava o futebol como principal objeto. No trabalho intitulado “As fontes para o estudo do esporte no Brasil, no século XX”, José Sebastião Witter mostrou a sua preocupação na preservação e dinamização de arquivos de manifestações populares.⁴⁰ O interesse de Witter na cultura popular direcionou suas análises para o futebol. Todavia, como o próprio autor lembrou, seu interesse acadêmico pelo futebol não foi bem recebido no evento da ANPUH. Em sua apresentação, Witter destacou dois pontos: por um lado o caráter popular e a importância do futebol para os brasileiros, e por outro a importância dos esportes para compreensão de diversas questões do século XX e da contemporaneidade.⁴¹

A comunicação de Witter abriu portas para outros trabalhos, sobretudo pelo interesse em manifestações culturais. O campo historiográfico passava

⁴⁰ MELO, Victor Andrade de. “O trato do Esporte nos Simpósios da Associação Nacional de História (ANPUH)”. *Revista Recorde*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 1-17, jan./jun. 2016, p. 6.

⁴¹ WITTER, José Sebastião. “As fontes para o estudo do esporte no Brasil, no século XX”. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 8., 1975, Aracaju. *Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. A propriedade rural*. São Paulo: FFLCH-USP, 1976. v.3, p. 1089-1091. Ver: MELO, Victor Andrade de. “O trato do Esporte nos Simpósios da Associação Nacional de História (ANPUH)”. *Revista Recorde*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 1-17, jan./jun. 2016, p. 6.

pelas discussões da História Social, tanto aquela gestada dentro dos *Annales*, quanto o revisionismo da *New Left Review* dos marxistas britânicos. Essa revolução dentro da historiografia mudou o olhar no trato com as fontes, ampliou o leque documental, o que permitiu novas abordagens e interpretações. Apesar dos preconceitos, o futebol passou a figura não só entre acadêmicos de História, mas dentro das ciências humanas de forma geral.

Em 1977, Simoni Lahud Guedes defendia a sua dissertação de mestrado em Antropologia Social no finado Museu Nacional (Universidade Federal do Rio de Janeiro) com o título "O futebol brasileiro: instituição zero". No mesmo ano, Muniz Sodré, publicava o livro "O monopólio da fala", no qual trazia um capítulo especificamente para o futebol: "Futebol, teatro ou televisão?".⁴² No ano seguinte, o antropólogo e professor de Comunicação Social, José Carlos Rodrigues, publicou um artigo em que reafirmava a importância do futebol no Brasil, e denunciou o descaso das ciências sociais com relação ao tema.⁴³

Ainda em 1978, o historiador, Joel Rufino dos Santos publicou um artigo na revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, intitulado "Na Confederação Brasileira de Desportos (CBD) até o papagaio bate continência"⁴⁴. Santos mostrava em seu artigo a "decadência" do futebol brasileiro, denunciava a ausência de negros na estrutura do futebol, e tecia uma crítica direta à ditadura militar e à militarização da própria CBD.

Dentre os autores citados aqui, Guedes tem uma vasta produção e segue até os dias de hoje trabalhando com o futebol. Witter teve uma produção consistente sobre futebol, e aqui vale destacar dois livros: a coletânea "Futebol e Cultura: coletânea de estudos", escrita e organizada em

⁴² SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia; DRUMOND, Maurício. "A construção de histórias do futebol no Brasil (1922 a 2000): reflexões". *Revista Tempo*. Niterói, v. 19, n. 34, p. 19-31, 2013, p. 27.

⁴³ HELAL, Ronaldo. "Futebol e Comunicação: a consolidação do campo acadêmico no Brasil". *Comunicação, Mídia e Consumo (São Paulo. Impresso)*, v. 8, p. 11-37, 2011, p. 13.

⁴⁴ SANTOS, Joel Rufino dos. "Na CBD até o papagaio bate continência", *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 5, 1978, p. 119-129.

conjunto com José Carlos Sebe Bom Meihy, e “Breve história do futebol brasileiro”⁴⁵. Já Santos ainda publicaria o livro “História Política do Futebol Brasileiro”⁴⁶, uma obra que fazia uma releitura pouco crítica do clássico do Mario Filho, levando as teses d’*O Negro no Futebol Brasileiro* até o período militar. Em seu livro, Santos voltaria a criticar a ditadura militar e militarização do esporte.

No que tange aos eventos da ANPUH, em 1977 foi realizado na cidade de Florianópolis, o IX Simpósio Nacional da Associação dos Professores Universitários de História, com a temática *O homem e a técnica*. O mesmo crescimento que se via na academia não foi sentido no evento daquele ano, apenas um trabalho que enfatizava o esporte de modo geral foi apresentado entre os mais de 280 registrados. O futebol não esteve presente neste evento, e não estaria nos eventos realizados nos anos de 1979, 1981, 1983 e 1985.⁴⁷

Apesar da ANPUH não ter registrado apresentações de trabalhos sobre futebol no período, a academia estava vivenciando umas das fases mais produtivas sobre esporte, e principalmente sobre futebol. Em 1981, foi lançado o já citado livro “História Política do Futebol Brasileiro”. Como aponta Normando, Santos:

[...] aproximou um tema lúdico, tão repleto de experiências individuais prazerosas a possibilidade teórico-metodológica de constituir o futebol num sério ferramental para o entendimento de momentos históricos, através do exercício de elencar ao futebol temas transversais como o preconceito racial, a interferência do estado, a

⁴⁵ MEIHY, José Carlos Sebe Bom; WITTER, José Sebastião. *Futebol e cultura: coletânea de estudos*. São Paulo: Imprensa Oficial, Arquivo do Estado, 1982; e WITTER, José Sebastião. *Breve História do Futebol Brasileiro*. São Paulo: FTD, 1996.

⁴⁶ SANTOS, Joel Rufino dos. *História política do futebol brasileiro*. Coleção Tudo é História, São Paulo, Brasiliense, 1981.

⁴⁷ Em 1979, o X Simpósio Nacional da Associação dos Professores Universitários de História teve como tema *O Estado e a sociedade*, e foi realizado na cidade de Niterói (Rio de Janeiro). O XI Simpósio Nacional da Associação dos Professores Universitários de História, teve como tema *História, Historiografia, Historiador*, realizado em João Pessoa (Paraíba), em 1981. Já em 1983, o XII Simpósio Nacional da Associação dos Professores Universitários de História foi Salvador (Bahia). Em, 1985, Curitiba recebeu o XIII Simpósio Nacional da Associação dos Professores Universitários de História, com a temática *Sociedade e trabalho na história*.

Já no ano de 1982, duas publicações foram especialmente importantes para a consolidação do tema nas ciências humanas, e até os dias de hoje são referências. A já citada coletânea "Futebol e Cultura", organizada em por Meihy e Witter. Dentre os textos da coletânea, vale o destaque para o artigo de Meihy, "Para que serve o futebol", no qual o autor atribuía ao futebol uma complexidade histórica, enquanto fenômeno. Além disso, Meihy também criticava algumas interpretações sobre o futebol, principalmente aquela realizada por Freyre.⁴⁹

A outra publicação foi o livro "Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira", organizado pelo sociólogo Roberto DaMatta⁵⁰. A obra reuniu textos de outros autores como Luiz Felipe Baêta Neves Flores, Simoni Lahud Guedes e Arno Vogel, além do DaMatta. Um dos textos de maior impacto foi o "Esporte na Sociedade: um Ensaio Sobre o Futebol Brasileiro", no qual DaMatta teceu duras críticas às interpretações que enxergavam o futebol como "ópio do povo".⁵¹ O autor também reivindicava uma sociologia do esporte, defendendo o futebol como "drama da vida social", este sendo um lugar "privilegiado de situar um conjunto de problemas significativos da sociedade brasileira"⁵². Por fim, DaMatta atribuía ao futebol um forte valor popular, além de ser uma expressão dos problemas nacionais.

⁴⁸ NORMANDO, Tarcisio Serpa. "O Futebol como Objeto de Investigação Acadêmica". EFDeportes - Revista Digital - Buenos Aires - Año 8 - Nº 58 - Marzo de 2003, p. 9.

⁴⁹ SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia; DRUMOND, Maurício. "A construção de histórias do futebol no Brasil (1922 a 2000): reflexões". *Revista Tempo*. Niterói, v. 19, n. 34, p. 19-31, 2013, p. 28.

⁵⁰ DAMATTA, Roberto; NEVES, Luiz Felipe B., GUEDES, Simoni L.; VOGEL, Arno. (Orgs.). *Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Pinakotheke, 1982.

⁵¹ HELAL, Ronaldo. "Futebol e Comunicação: a consolidação do campo acadêmico no Brasil". *Comunicação, Mídia e Consumo (São Paulo. Impresso)*, v. 8, p. 11-37, 2011, p. 19.

⁵² DAMATTA, Roberto; NEVES, Luiz Felipe B., GUEDES, Simoni L.; VOGEL, Arno. (Orgs.). *Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Pinakotheke, 1982, p. 40. Apud: HELAL, Ronaldo. "Futebol e Comunicação: a consolidação do campo acadêmico no Brasil". *Comunicação, Mídia e Consumo (São Paulo. Impresso)*, v. 8, p. 11-37, 2011, p. 20.

Esses trabalhos dos anos 1980, sobretudo o trabalho de sociólogo Roberto DaMatta, contribuíram para a estruturação do campo acadêmico sobre futebol nas Ciências Humanas. Mesmo a ANPUH não tendo registrado nenhum trabalho sobre futebol entre os anos de 1977 a 1985, fora do evento, o campo acadêmico sobre futebol crescia quantitativa e qualitativamente.

A ausência de trabalhos nos eventos da ANPUH pode ser entendida como um receio dos historiadores em apresentar trabalhos em um ambiente que havia se apresentado hostil, pensando na repercussão da apresentação de Witter, em 1975. Por outro lado, esse hiato de trabalhos na ANPUH, em parte, também serviu para o campo acadêmico do esporte – e do futebol – se estruturar.

Após uma década, o esporte voltou a aparecer nos eventos da ANPUH. Como aponta Melo, nos anos 1980, uma mudança historiográfica estava em curso, fruto do debate promovido pela chamada Nova História Cultural.⁵³ O impacto dessa mudança pode ser visto nos trabalhos apresentados no XIV Simpósio Nacional da Associação dos Professores Universitários de História, realizado em Brasília, em 1987. A própria temática – *Cultura e Sociedade* – do evento já anunciava as mudanças historiográficas do período. Apesar de não haver nenhum trabalho registrado sobre futebol, entre os mais de 200, dois trabalhavam especificamente com esportes, um lidando com o lazer, e outro sobre dança.

Todavia, o crescimento dentro dos eventos da ANPUH ocorria de forma tímida. Tanto que no evento de 1989, novamente, não houve registros sobre a história do esporte, ou do futebol. Em 1991, na cidade do Rio de Janeiro foi realizado o XVI Simpósio da Associação Nacional dos Professores de História, com o tema *História em debate: problemas, temas e perspectivas*. Apesar de não ter nenhum registro sobre a história do futebol, mais uma vez o tema do evento anunciava as mudanças historiográficas que a academia estava

⁵³ MELO, Victor Andrade de. “O trato do Esporte nos Simpósios da Associação Nacional de História (ANPUH)”. *Revista Recorde*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 1-17, jan./jun. 2016, p. 7.

discutindo. O debate da Nova História Política colocou o interesse nos aspectos culturais, e o que se viu foi uma quantidade considerável de trabalhos que citavam – ainda que *en passant* – o lazer, a educação física e esportes, como por exemplo, a capoeira.⁵⁴

Fora do circuito dos eventos da ANPUH, em 1990, foi lançado o livro “Pontapé Inicial: memória do futebol brasileiro”⁵⁵, de Waldenyr Caldas. O livro ganhou grande importância, e se tornou uma referência para a história do futebol brasileiro, já que a modalidade assumia uma centralidade analítica na obra.

O evento de 1993, realizado na cidade de São Paulo seria o último a não registrar trabalhos que lidavam com a história do esporte ou do lazer (aqui inclui também a história do futebol). A partir do evento de 1995, os eventos da ANPUH passaram a registrar diversos trabalhos sobre a temática, onde é possível observar um crescimento quantitativo e qualitativo, principalmente na década de 2000.

O CAMINHO PARA A CONSOLIDAÇÃO NA ANPUH

Em 1995, em Recife, foi realizado XVIII Simpósio Nacional de História da Associação Nacional de História, com a temática *História e Identidades*. Entre os mais de 870, dois trabalhos sobre futebol foram registrados: “De camisa de seda e fitinha roxa: um goleiro na “Belle Époque” do futebol carioca”, de Leonardo Affonso de Miranda Pereira; e “A história do futebol no Brasil”, de Eliazar João da Silva.⁵⁶

Vale lembrar que um ano antes, em 1994, era lançada a *Revista USP*⁵⁷ com um dossiê especificamente voltado para o futebol. Entre os autores que

⁵⁴ MELO, Victor Andrade de. “O trato do Esporte nos Simpósios da Associação Nacional de História (ANPUH)”. *Revista Recorde*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 1-17, jan./jun. 2016, p. 8.

⁵⁵ CALDAS, Waldenyr. *O pontapé inicial: memória do futebol brasileiro*, São Paulo, Ibasa, 1990.

⁵⁶ Ver: <https://esporteanpuh.wordpress.com/xviii-simposio>. Acesso em: 3 de setembro de 2018.

⁵⁷ *Revista USP*, n. 22, São Paulo, 1994.

compunham o número da revista estavam Nicolau Sevcenko, Roberto DaMatta, Waldenyr Caldas e José Sergio Leite Lopes. No mesmo ano, era lançado o primeiro número da *Pesquisa de Campo*, um projeto que nasceu dentro de Núcleo Permanente de Estudos de Sociologia do Futebol. Como demonstra Giglio e Spaggiari, os anos 1990 foram marcados por um crescimento considerável de publicações em periódicos, evidenciando o quanto a academia estava interessada no futebol.⁵⁸

A organização do campo acadêmico foi sentida no XIX Simpósio Nacional da ANPUH, de 1997, realizado na cidade de Belo Horizonte. Ao todo, foram registrados 1109 trabalhos, sendo que 6 tratavam especificamente sobre futebol: Leonardo Pereira e Eliazar João da Silva estiveram presentes naquele evento, além de Carlos Henrique Ferreira da Silva, Álvaro Vicente do Cabo e Fábio Franzini.⁵⁹ Na ocasião, o tema recorrente em quase todos os trabalhos era o nacionalismo, tendo como recorte temporal os anos 1910 a 1950, com ênfase nos anos 1930 e 1950. Todos os autores eram da região Sudeste, sendo o estado de São Paulo o mais representativo.

No ano seguinte, Leonardo Pereira defenderia a sua tese de doutorado, “Footballmania: uma história social do Futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)”⁶⁰. Um trabalho de referência para quem pretende estudar os primórdios do futebol carioca. Em 2000, a tese foi transformada em livro, e venceu o Prêmio Jabuti de 2001. Como demonstra Normando, “o livro aprofunda de forma bastante competente e pioneira a visão panorâmica do futebol, lugar comum nos primeiros escritos sobre o tema”⁶¹. Do ponto de vista

⁵⁸ Ver: GIGLIO, Sérgio Settani; SPAGGIARI, Enrico. “A produção das ciências humanas sobre futebol no Brasil: um panorama (1990-2009)”. *Revista de História*. São Paulo, n. 163, p. 293-350, 2010.

⁵⁹ Ver: <https://esporteanpuh.wordpress.com/xix-simposio>. Acesso em: 3 de setembro de 2018. Leonardo Pereira apresentou dois trabalhos naquele evento.

⁶⁰ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do Futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)*. 1998. 380 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

⁶¹ NORMANDO, Tarcisio Serpa. “O Futebol como Objeto de Investigação Acadêmica”. *EFDeportes - Revista Digital - Buenos Aires - Año 8 - Nº 58 - Marzo de 2003*, p. 11.

historiográfico, Pereira trazia uma abordagem da História Social de origem britânica, uma leitura que até então não era vista nos estudos do futebol.

O XX Simpósio da Associação Nacional de História (1999), realizado em Florianópolis contou com uma Sessão Coordenada intitulada: *Tempos de formação: leituras sobre o futebol no Brasil na primeira metade*, coordenada por Fábio Franzini⁶². Foi a primeira experiência de uma sessão exclusivamente dedicada ao futebol, e ao esporte. Ao todo, foram 7 trabalhos específicos sobre futebol. Leonardo Pereira, Fábio Franzini, Plínio José Labriola de Campos Negreiros, Luiz Carlos Ribeiro e Fátima Martin Rodrigues Ferreira Antunes apresentaram trabalhos sobre identidade nacional brasileira, sobretudo entre o período de 1910 a 1950.⁶³

Na edição seguinte, em 2001, no XXI Simpósio Nacional de História, realizado em Niterói (Rio de Janeiro), foram apresentados 6 trabalhos, sendo que um não tinha o futebol como elemento central. Pela segunda vez o evento contou com uma mesa exclusiva para discutir a história do esporte, no qual o futebol estava inserido. Dentre os trabalhos apresentados, destaque para Simoni Lahud Guedes⁶⁴ e Arlei Sander Damo, ambos da Ciências Sociais, mas que estabeleceram um diálogo próximo com a História. Aliás, uma das marcas da História do Futebol⁶⁵ é a proximidade com outras áreas das ciências humanas, como a Sociologia e Antropologia, mas também com a Educação Física.

Dentre os trabalhos apresentados, é possível observar que a maioria dos pesquisadores é do eixo Sul-Sudeste, sendo que há uma predominância de pesquisadores do estado do Rio de Janeiro. Já com relação aos temas

⁶² Fabio Franzini estava concluindo a sua pesquisa de mestrado, defendida em 2000. Ver FRANZINI, Fábio. *As raízes do país do futebol: estudo sobre a relação entre o futebol e a nacionalidade brasileira (1919-1950)*. 2000. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

⁶³ Ver: <https://esporteanpuh.wordpress.com/xx-simposio>. Acesso em: 3 de setembro de 2018.

⁶⁴ Foi a coordenadora da Sessão *Contribuição para uma história das paixões coletivas: o futebol no Brasil*.

⁶⁵ Da História do Esporte de maneira geral.

abordados, o foco ainda permanece no nacionalismo e na identidade brasileira, sobretudo no período entre os anos 1930 e 1950. Dois trabalhos se destacam por sair deste recorte, o “Apontamentos sobre introdução e popularização do futebol no Rio Grande do Sul”⁶⁶ de Arlei Damo, e “Ser torcedor organizado: elaboração identitária e significados de um estilo de vida”⁶⁷ de Fernando Manuel B. Fernandes. No primeiro caso, Damo explorava as origens do futebol no Rio Grande do Sul, enquanto que Fernandes trabalhava com as questões identitárias dentro das torcidas organizadas. Tanto as origens do futebol ou o futebol amador (de várzea), quanto a temática das torcidas passariam a ser recorrentes nos eventos posteriores, assim, Damo e Fernandes inauguram na ANPUH discussões que não abordavam as questões nacionais a partir do futebol.

Entre os trabalhos apresentados no período de 1995 a 2001 há uma predominância de comunicações voltadas principalmente para os anos 1930 a 1950, com uma parcela considerável se debruçando no período do Estado Novo. Vale lembrar que durante o período Vargas houve uma valorização da esportivização e a promoção da Educação Física, além da profissionalização do futebol. Sobre o recorte espacial, há trabalhos com enfoque nas questões nacionais, com algumas exceções de estudos regionais. Por fim, é possível notar que boa parte dos pesquisadores eram do Sudeste, tendo São Paulo e Rio de Janeiro como os estados mais predominantes.⁶⁸ Já sobre as fontes, não é possível identificá-las, entretanto, é

⁶⁶ DAMO, Arlei Sander. “Apontamentos sobre introdução e popularização do futebol no Rio Grande do Sul”. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 21., 2001, Niterói. Livro de resumos – XXI Simpósio Nacional de História. A História no Novo Milênio: entre o individual e o coletivo. Niterói: ANPUH/UFF, 2001, p. 226. Resumo. Ver: <https://esporteanpuh.wordpress.com/xxi-simposio>. Acesso em: 3 de setembro de 2018.

⁶⁷ FERNANDES, Fernando Manuel B. “Ser torcedor organizado: elaboração identitária e significados de um estilo de vida”. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 21., 2001, Niterói. Livro de resumos – XXI Simpósio Nacional de História. A História no Novo Milênio: entre o individual e o coletivo. Niterói: ANPUH/UFF, 2001, p. 226. Resumo. Ver: <https://esporteanpuh.wordpress.com/xxi-simposio>. Acesso em: 3 de setembro de 2018.

⁶⁸ MELO, Victor Andrade de. “O trato do Esporte nos Simpósios da Associação Nacional de História (ANPUH)”. *Revista Recorde*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 1-17, jan./jun. 2016, p. 8.

possível inferir que a maioria utilizou jornais e periódicos como documentação primária.

O período entre 1995 a 2001 foi marcado por diversas publicações, livros e artigos em periódicos, além de um crescimento significativo de trabalhos de mestrado e doutorado sobre futebol. Ao todo, Giglio e Spaggiari registraram no período 88 trabalhos produzidos na pós-graduação⁶⁹, nas mais diversas áreas, mas com predomínio da Educação física, Ciências Sociais, e História, respectivamente. Um claro indício de que o campo sobre o futebol, e os esportes de maneira geral, estavam crescendo a partir da Educação Física que impulsionava as ciências humanas a voltar o seu olhar para os esportes. Os Encontros Nacionais de História da Educação Física e do Esporte atraíam os historiadores desde sua primeira edição em 1993, o que em parte pode explicar uma quantidade reduzida de trabalhos sobre futebol na ANPUH. Por outro lado, nota-se uma circularidade de pesquisadores, como é o caso de Plínio Negreiro e Luiz Carlos Ribeiro, que frequentavam os dois eventos.⁷⁰

Os avanços no campo acadêmico, o crescimento considerável de publicações, e de novos pesquisadores interessados no futebol, seria notado nos eventos posteriores da ANPUH. Em 2003, foi criado o primeiro simpósio temático específico para a História do Esporte, o que inauguraria uma nova fase na produção e pesquisa sobre futebol no Brasil, e os eventos da ANPUH se tornaram um lugar de privilegiado de divulgações dessas novas pesquisas.

CONSOLIDAÇÃO, NOVAS ABORDAGENS E PREDOMÍNIO NA ANPUH

⁶⁹ Ver: "Tabela 3: Produção brasileira de trabalhos de mestrado e doutorado sobre futebol por ano - 1990-2009", In: GIGLIO, Sérgio Settani; SPAGGIARI, Enrico. "A produção das ciências humanas sobre futebol no Brasil: um panorama (1990-2009)". *Revista de História*. São Paulo, n. 163, p. 293-350, 2010, p. 314.

⁷⁰ MELO, Victor Andrade de.; FORTES, Rafael. "História do Esporte: Panorama e Perspectivas". *Revista Fronteiras*, Dourados, MS, v. 12, n. 22, p. 11-35, jul./dez. 2010, p. 11; e MELO, Victor Andrade de. "O trato do Esporte nos Simpósios da Associação Nacional de História (ANPUH)". *Revista Recorde*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 1-17, jan./jun. 2016, p. 10.

Em 2003, no XXII Simpósio Nacional de História, em João Pessoa, foi organizado o primeiro Simpósio Temático para a História do Esporte. Um espaço exclusivo para comunicações voltadas para a História do Esporte, e consequentemente, do futebol. Até então, as comunicações eram apresentadas nas sessões livres, ou nas sessões coordenadas (como aconteceu nas edições de 1999 e 2001).

A coordenação da primeira edição ficou a cargo de Ademir Gebara, mas era um esforço de

[...] pesquisadores paulistas e paranaenses que eram orientandos ou integravam o grupo de pesquisa coordenado por Gebara na Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, um dos primeiros do país dedicados ao assunto.⁷¹

A iniciativa de Gebara, Ricardo Lucena e Luiz Carlos Ribeiro foi fundamental para a conquista de espaço dentro dos eventos da ANPUH. Desde 2003, sempre houve um Simpósio Temático dedicado à História do Esporte.

Na edição daquele ano, foram realizadas 19 comunicações no Simpósio Temático de História do Esporte, sendo que dois foram especificamente sobre futebol: Luiz Carlos Ribeiro, André Mendes Capraro. Além desse, mais três comunicações ocorreram fora do simpósio específico: os trabalhos de Gilma Maria Rios, Gilberto Agostino e André Botelho. Entre os trabalhos apresentados, destaque para a apresentação de Ribeiro, que trouxe uma leitura crítica sobre contribuição de Gilberto Freyre, e a apresentação de Capraro, que trabalhava com literatura e futebol, já a de Rios apresentava uma discussão sobre o futebol feminino.⁷² As apresentações daquele ano apontavam para novas abordagens e perspectivas, sinalizava novas problemáticas e o uso de novas fontes para a história do futebol. Além

⁷¹ MELO, Victor Andrade de. "O trato do Esporte nos Simpósios da Associação Nacional de História (ANPUH)". *Revista Recorde*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 1-17, jan./jun. 2016, p. 11.

⁷² Ver: <https://esporteanpuh.wordpress.com/xxii-simposio>. Acesso em: 3 de setembro de 2018.

disso, nota-se uma especificidade, a formação dos pesquisadores era majoritariamente em História, diferentemente do que vinha sendo observado até então. Por outro lado, a predominância de pesquisadores oriundos do eixo Sul-Sudeste permanecia, com dois pesquisadores do Paraná, um do Rio de Janeiro e uma de Minas Gerais.

Em 2005, na cidade de Londrina (Paraná) foi realizado o XXIII Simpósio Nacional de História. Organizado por Ricardo Lucena e Luiz Carlos Ribeiro, o Simpósio Temático de História do Esporte contou com 23 apresentações, sendo que duas eram sobre futebol: André Capraro apresentando sobre as crônicas futebolísticas enquanto gênero nacional; e Ribeiro discutindo a importância das crônicas esportivas, sobretudo as futebolísticas. Outros dois trabalhos foram apresentados em outros simpósios: André Alexandre Guimarães Couto, discutiu futebol e poder nos 1920 e 1930; e Cristiano Cezar Gomes da Silva trabalhou com o futebol enquanto espaços de sociabilidade no agreste de Pernambuco nas décadas de 1960 e 1970. Além disso, um trabalho apresentado tinha o *Canal 100* como objeto de análise. Acredita-se que de alguma forma essa comunicação tocou na temática do futebol.⁷³

Apesar do número reduzido na quantidade de trabalhos sobre futebol no Simpósio Temático, em números absolutos, houve um aumento no número de apresentações que abordavam diversos esportes, um salto de 19 para 23 trabalhos. Esse número chegaria a 31 na edição de 2007.

Em São Leopoldo (Rio Grande do Sul), foi realizado o XXIV Simpósio Nacional de História. A Coordenação do Simpósio Temático História do Esporte e das Práticas Corporais da edição de 2007 ficou sob a responsabilidade de Luiz Carlos Ribeiro e Victor Melo. Ao todo, foram apresentados 17 trabalhos que tinham o futebol como tema central, destaque para a presença dos pesquisadores: Alvaro Cabo, Plínio Negreiros, Luiz Carlos Ribeiro, Arlei Damo, André Capraro e André Couto. Entre os trabalhos apresentados, nota-se uma diversidade de temas: há estudos locais/regionais (desde o interior de São

⁷³ Ver: <https://esporteanpuh.wordpress.com/xxiii-simposio>. Acesso em: 3 de setembro de 2018.

Paulo, até o interesse pelo futebol em Belo Horizonte e Ceará); também é possível notar um crescimento no interesse pelas Copas do Mundo, em especial a de 1950. Além disso, há alguns trabalhos que enfatizam o uso das fontes – imprensa (esportiva ou não) e literatura. E dois trabalhos surgem como novidade, o de Plínio Negreiros, sobre um clube de futebol (Sport Club Corinthians Paulista) e sua torcida; e o de Luiz Carlos Ribeiro, sobre globalização e violência.⁷⁴ Dentre a enorme quantidade de apresentações, é possível perceber uma descentralização da origem dos pesquisadores, que vai desde o Sul do Brasil, até o Nordeste. No mesmo evento, foi registrado uma apresentação sobre o papel do estádio de futebol para a construção de memória.

No ano de 2009, quarenta trabalhos foram apresentados no Simpósio Temático sobre História do Esporte no XXV Simpósio Nacional de História da ANPUH, realizado na cidade de Fortaleza. Novamente o simpósio História do Esporte e das Práticas Corporais foi coordenado por Victor Melo e Luiz Carlos Ribeiro e foram registrados 17 trabalhos sobre futebol, quase a metade do número total que compunha o simpósio. Não cabe aqui citar cada um deles, mas o crescimento é notável não só na quantidade, mas também na variedade temática. Destaque para alguns temas tidos como mais marginais, como: masculinidade, sexualidade e homossexualidade no futebol; futebol feminino; e racismo. Por outro lado, temas como identidade começaram a ganhar mais força, seja discutindo identidade nacional a partir das Copas do Mundo, ou discutindo identidade clubísticas, com estudos específicos de agremiações. Além disso, há dois trabalhos que discutem amadorismo, dois sobre a relação de futebol e política, e um sobre globalização.⁷⁵ Com relação as fontes, até onde é possível notar, há uma maioria que utiliza a imprensa periódica – jornais e revistas –, e um que utilizou biografias esportivas. Já o recorte temporal é abrangente, há trabalhos preocupados com questões da

⁷⁴ Ver: <https://esporteanpuh.wordpress.com/xxiv-simposio>. Acesso em: 3 de setembro de 2018.

⁷⁵ Ver: <https://esporteanpuh.wordpress.com/xxv-simposio>. Acesso em: 3 de setembro de 2018.

virada do século XIX para o XX, enquanto outros com olhar na contemporaneidade.

No período de 2000 a 2010 é preciso pontuar algumas pesquisas que viraram livros, e que se tornaram referências para o estudo do futebol, e que de certa forma, influenciaram na produção registrada na ANPUH: “Futebol, geopolítica e identidade nacional”⁷⁶ de Gilberto Agostino; “Do dom à Profissão: a formação de futebolistas no Brasil e na França”⁷⁷, de Arlei Damo; “Lógicas no futebol”⁷⁸, do antropólogo Luiz Henrique de Toledo, “O clube como vontade e representação: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol no Rio de Janeiro”⁷⁹ Bernardo Borges Buarque de Hollanda; todos frutos das pesquisas de doutoramento dos autores.

Também é preciso citar o livro “A dança dos deuses: futebol, sociedade e cultura”, do historiador Hilário Franco Junior. Aliás, o livro nasceu após Franco Junior e Flávio de Campos ministrarem um conjunto de cursos dentro da pós-graduação em História da Universidade de São Paulo entre os anos de 2003 a 2005. Mais tarde, os dois historiadores ministrariam o curso História Sociocultural do Futebol⁸⁰.

Também foi na primeira década dos anos 2000, que pesquisadores de diversas áreas das ciências humanas passaram a organizar grupos de estudos e pesquisa especificamente sobre futebol, ou de forma mais abrangente, sobre o esporte e lazer. Vale citar alguns: Estudos e Pesquisas de Futebol (2001) da Unicamp; Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Futebol (2003) da FFLCH/USP; Grupo de Estudos em Comunicação Esportiva e Futebol (2005) da Unesp-Bauru; Grupo de Estudos sobre Futebol e Torcida (2006) da UFMG;

⁷⁶ AGOSTINO, Gilberto. *Vencer ou Morrer: futebol, geopolítica e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

⁷⁷ DAMO, Arlei Sander. *Do dom à Profissão: a formação de futebolistas no Brasil e na França*. São Paulo: Aderaldo & Rithschild Ed., Anpocs, 2007.

⁷⁸ TOLEDO, Luiz Henrique de. *Lógicas no futebol*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2002.

⁷⁹ HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. *O clube como vontade e representação: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

⁸⁰ O curso ainda faz parte da grade da USP. Com a aposentadoria de Franco Junior, o curso é ministrado por Flávio de Campos, que também é coordenador do LUDENS.

Laboratório de História do Esporte e do Lazer (2007) da UFRJ; LUDENS - Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Futebol e Modalidades Lúdicas (2010) da USP, que também conta com a participação de pesquisadores de diversas universidades nacionais (UFSCAR, Unicamp, UNESP e UNIFESP) e internacionais (Universidade de Bristol, Universidade do Porto, Universidade Lusófona de Lisboa); e o Grupo de Estudos sobre Futebol dos Estudantes da UNIFESP-EFLCH (2012).

Além das publicações em livros, dos grupos de estudos e até de um curso na pós-graduação, o campo acadêmico ganhou, em 2008, um periódico científico especificamente voltado para a História do Esporte, a *Recorde: Revista de História do Esporte*, que foi criada no seio do grupo de pesquisa “Sport”: Laboratório de História do Esporte e do Lazer (da pós-graduação em História Comparada de UFRJ).

Diante de uma infinidade de artigos em periódicos, monografias, dissertações de mestrado, teses de doutorado, de coletâneas e de livros, que surgiram nos anos 2000, foi criado um portal especificamente para registrar todo esse material. O site Ludopédio⁸¹ foi criado em 2009 para construir uma rede de informações, de pesquisadores das mais diversas áreas interessadas no tema futebol, e ainda conta com uma biblioteca virtual vastíssima que reúne publicações e pesquisas sobre futebol. O site cumpre um papel importante na divulgação e promoção do futebol dentro e fora da academia.

Esse crescimento quantitativo e qualitativo expõe o quanto o campo acadêmico sobre futebol vem se consolidando, e a ANPUH é um reflexo desse movimento. Em 2011, no XXVI Simpósio Nacional de História, realizado em São Paulo, o Simpósio História do Esporte, contou com 40 apresentações. Coordenado por André Mendes Capraro e Rafael Fortes Soares, foram aprovados 27 trabalhos que tinham o futebol como tema central. Do pronto

⁸¹ Criado por Enrico Spaggiari, Marco Antunes de Lima, Sérgio Settani Giglio e Paulo Miranda Favero.

de vista da temática secundária, é curioso notar a quantidade de trabalhos que lidavam com a história de instituições (clubes ou federações), foram cinco trabalhos; há três apresentações que tratam sobre Copas do Mundo; dois trabalhos que lidam com o futebol na Ditadura Militar no Brasil; um sobre racismo; e um sobre mercantilização. Também é possível perceber uma peculiaridade, há três trabalhos que estudam países diferentes: Espanha de forma comparativa com o Brasil; a repercussão da imprensa argentina sobre a vitória do Brasil na Copa do Mundo de 1970; e um estudo sobre as origens do futebol no Uruguai. É curioso notar que há um trabalho que faz um balanço da produção sobre futebol na última década: "Futebol na rede: cenários, modelos e perspectivas", de Miguel Archanjo de Freitas Junior, Bruno José Gabriel e Andriago Domingos De Campos.⁸² Além disso, dois trabalhos discutem e tomam como fonte a produção de Nelson Rodrigues e Thomaz Mazzoni, revelando um distanciamento crítico dos escritos produzidos sobre a história do futebol.

Para além dos trabalhos apresentados no Simpósio História do Esporte, há pelo menos mais 8 trabalhos em simpósios deferentes. São trabalhos que relacionavam o futebol com a política, usavam o cinema e a literatura como fonte, ou discutindo futebol e ditadura, além de um estudo local.⁸³ E número de trabalhos que não estão no Simpósio História do Esporte podem indicar que:

⁸² Ver: <https://esporteanpuh.wordpress.com/xxvi-simposio>. Acesso em: 7 de setembro de 2018. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300850850_ARQUIVO_ANPUH2011.pdf. Acesso em: 3 de setembro de 2018.

⁸³ São eles: Simpósio Temático Cinema-história e razão sensível – Problematizar fidedignidade, verossimilhança, objetividade e transdisciplinaridade; Simpósio Temático Literatura e Sensibilidades modernistas: discussões da História Cultural; Simpósio Temático Subjetividades e Identidades: construções de narrativas em história; Simpósio Temático Cidade e memória social; Simpósio Temático Coisas da Cidade: Diálogos Culturais e Interdisciplinares; Simpósio Temático Ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul; Simpósio Temático Memórias, Identidades e Conflitos sociais; Simpósio Temático De narrativas e narradores: a história oral nas investigações sobre trabalho e trabalhadores no campo e na cidade.

[...] alguns desses trabalhos foram a princípio enviados para o simpósio específico, posteriormente aprovados em outro por não serem selecionados na primeira opção (o evento permite a escolha de até três simpósios).⁸⁴

Por outro lado, podem indicar que os autores não se enxergam como historiadores do esporte, ou seja, que estão estabelecendo diálogo com autores que não são referência dentro da História do Esporte, preferindo assim um simpósio com referenciais teóricos mais próximos dos seus; ou esses autores não estão dispostos a fazer parte da rede de comunicação e debate da História do Esporte; ou ainda, pode ser um certo receio ou preconceito em apresentar em um Simpósio de História do Esporte. Em todo o caso, os 35 trabalhos apresentados revelam um crescimento quantitativo e qualitativo. Melo chama a atenção que o fato do evento ter sido “realizado em São Paulo, um lugar mais central e mais próximo dos centros de pesquisa da história do esporte”⁸⁵, pode ter atraído um número maior de pesquisadores, principalmente de estados mais próximos, como Paraná e Rio de Janeiro. Por outro lado, os “resultados do simpósio temático específico são um importante indicador de que o tema vem se consolidando nos eventos da Anpuh”⁸⁶.

Em 2013, o XXVII Simpósio Nacional de História foi realizado em Natal e o Simpósio Temático de História do Esporte ficou sob a coordenação de Rafael Fortes Soares e Miguel Archanjo de Freitas Junior. Mesmo com a redução de 40 para 32 apresentações, os trabalhos específicos sobre futebol representaram mais da metade, contabilizando 19 comunicações. Dentre elas, há uma grande diversidade de temas, mas é curioso notar o crescimento de estudos sobre torcidas femininas ou a presença das mulheres na história do futebol. Os estudos regionais ou locais, de forma comparativa ou não, são predominantes. Há apenas um trabalho que lidou especificamente com uma

⁸⁴ MELO, Victor Andrade de. “O trato do Esporte nos Simpósios da Associação Nacional de História (ANPUH)”. *Revista Recorde*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 1-17, jan./jun. 2016, p. 12.

⁸⁵ MELO, Victor Andrade de. “O trato do Esporte nos Simpósios da Associação Nacional de História (ANPUH)”. *Revista Recorde*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 1-17, jan./jun. 2016, p. 12.

⁸⁶ MELO, Victor Andrade de. “O trato do Esporte nos Simpósios da Associação Nacional de História (ANPUH)”. *Revista Recorde*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 1-17, jan./jun. 2016, p. 11.

instituição, no caso, Alvaro Cabo apresentou uma visão oficial sobre a Copa do Mundo de 1930⁸⁷. Também é possível notar um maior interesse em trajetórias e biografias de jogadores. Para além das pesquisas que enfocam o Brasil, Luiz Carlos Ribeiro apresentou sobre a relação do futebol nas ditaduras da América Latina; Rafael Fortes e Victor Melo apresentaram a relação da seleção de futebol de Cabo Verde e a constituição de uma identidade nacional cabo-verdiana. Além disso, há um trabalho internacional. Os pesquisadores argentinos Pablo Ariel Scharagrodsky e Diego Armus apresentaram o trabalho intitulado: *"El fútbol en las escuelas y colegios argentinos a principios del siglo XX. Enrique Romero Brest y el primer capítulo de una historia de (des)encuentros"*⁸⁸.

Sobre as fontes utilizadas, o uso de jornais e periódicos impressos é predominante, em comparação com o uso de fontes como cinema, biografia ou charge. Sobre o recorte temporal, é possível notar interesses em outras temporalidades. Se nos primeiros eventos registrados havia maior interesse nos anos 1900 a 1950, no evento de 2013, é possível notar que alguns pesquisadores optaram por recortes do final do século XIX, enquanto outros fizeram recortes mais contemporâneos.

Para além dos trabalhos registrados no Simpósio Temático, existem oito trabalhos que estão distribuídos em simpósios distintos⁸⁹, indicando muitos

⁸⁷ CABO, Alvaro V. G. T. P. "O estabelecimento da FIFA e a realização da primeira Copa do Mundo de Futebol no Uruguai". XXVII Simpósio Nacional de História (ANPUH Brasil), 2013, Natal. Caderno de Resumos - 2013. São Paulo/Natal: ANPUH/UFRN, 2013. v. 1. p. 1-16. Ver: <https://esporteanpuh.wordpress.com/xxvii-simposio-2013>. Acesso em: 10 de setembro de 2018. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364774421_ARQUIVO_OestabelecimentodaFIFAedaprimeiraCopadoMundoapartirdeJulesRimet.pdf. Acesso em: 10 de setembro de 2018.

⁸⁸ ARMUS, Diego; SCHARAGRODSKY, Pablo Ariel. "El fútbol en las escuelas y colegios argentinos a principios del siglo XX. Enrique Romero Brest y el primer capítulo de una historia de (des)encuentros". XXVII Simpósio Nacional de História (ANPUH Brasil), 2013, Natal. Caderno de Resumos - 2013. São Paulo/Natal: ANPUH/UFRN, 2013. v. 1. p. 1-16. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370306887_ARQUIVO_CONGRESO2013_NATAL_PONENCIAJULIO.pdf. Acesso em: 10 de setembro de 2018

⁸⁹ São eles Simpósio Temático Desenvolvimento sustentável, responsabilidades, resiliências e resistências na sociedade de controle; Simpósio Temático História do tempo presente e memória; Simpósio Temático Memórias, identidades e conflitos sociais; Simpósio Temático

interessados em pesquisar a história do futebol. Sobre esses trabalhos, vale dizer que, alguns apontam para temas muito semelhantes, como torcida feminina, ou estudos regionais ou locais, além de um trabalho sobre o impacto dos megaeventos (como a Copa do Mundo) na cidade do Rio de Janeiro.

O XXVIII Simpósio Nacional de História, realizado na cidade de Florianópolis, em 2015, apresentou uma especificidade no número de inscritos. Como aponta Melo, a ANPUH "ofereceu aos coordenadores [Coriolano Pereira da Rocha Junior e Luiz Carlos Ribeiro] a possibilidade de abrir outra sessão tal o número de interessados (optou-se, todavia, por manter-se somente as 32 comunicações)" ⁹⁰. Dos 32 trabalhos inscritos, 13 foram específicos sobre futebol, uma queda em comparação com a última edição da ANPUH.

No que diz respeito aos temas trabalhados, é possível notar que o interesse por estudos locais ou regionais permanece, por outro lado nota-se o crescimento de apresentações preocupadas com a relação do futebol com o poder público, em diferentes contextos. Esse registro pode ser entendido como um reflexo da Copa do Mundo de 2014, realizada no Brasil. Há dois trabalhos sobre a gestão de carreira de jogadores; dois trabalhos sobre a Copa do Mundo de 1978, da perspectiva da imprensa local; um trabalho que discute, de forma comparativa, as experiências do futebol brasileiro e espanhol. Sobre as fontes, permanece a predominância do uso da imprensa periódica, e em poucos casos, o uso de biografias ou filmes.⁹¹

Se por um lado houve uma pequena queda no número de trabalhos apresentados dentro do História do Esporte e das Práticas Corporais, em outros

Narrativas de florestas e cidades amazônicas: patrimônios, histórias e literaturas em trânsitos orais, escritos e visuais; Simpósio Temático O governo da cidade: práticas políticas e culturais no Brasil Império e na Primeira República; Simpósio Temático Patrimônio cultural e produção do conhecimento histórico: desafios para o diálogo social; Simpósio Temático História do desenvolvimento econômico no Brasil; Simpósio Temático Marxismo, conhecimento histórico e realidade social.

⁹⁰ MELO, Victor Andrade de. "O trato do Esporte nos Simpósios da Associação Nacional de História (ANPUH)". *Revista Recorde*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 1-17, jan./jun. 2016, p. 11.

⁹¹ Ver: <https://esporteanpuh.wordpress.com/xxviii-simposio-2015>. Acesso em 11 de setembro de 2018.

simpósios o que seu viu foi um crescimento, de oito trabalhos na edição anterior, para nove comunicações. Esse pequeno crescimento pode ser explicado pela alta demanda, citada acima. As apresentações foram distribuídas em nove Simpósios Temáticos⁹². Quanto a temática, o que se percebe é algo semelhante ao que ocorreu no simpósio específico sobre esporte, isto é, gestão de carreira, relação entre futebol e política, estudos regionais e comparativos. Dentre os nove trabalhos, destaque para a comunicação de Elis da Silva Oliveira que retoma a obra de Mario Filho para discutir um projeto de construção nacional⁹³. Já a apresentação de Jonathan Dias Portela chama a atenção pela originalidade na escolha do tema e do recorte espacial⁹⁴, tratando de questões indenitárias no contexto do futebol de Gana.

A última edição dos eventos da ANPUH foi realizada em Brasília, em 2017. O Simpósio Temático História do Esporte e das Práticas Corporais foi organizado por Coriolano Pereira da Rocha Junior e Euclides de Freitas Couto.

⁹² São eles: Simpósio Temático "De que África estamos falando" (II): perspectivas da pesquisa histórica e do ensino de História da África (do século XIX à configuração dos Estados independentes); Simpósio Temático Autoritarismo e direita: doutrinas, práxis e movimentos; Simpósio Temático Cultura Visual e História: os sentidos das imagens no ofício do historiador; Simpósio Temático Ditaduras e Democracias no Mundo Contemporâneo: Rupturas e Continuidades; Simpósio Temático Estado e Intelectuais no Brasil – Teoria e Metodologia de Pesquisa em desafio permanente (séculos XIX e XX); Simpósio Temático História da Infância, da Adolescência e da Juventude no Brasil: perspectivas atuais e desafios futuros; Simpósio Temático História e Culturas Políticas no Brasil Republicano; Simpósio Temático O Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial: cultura, política, sociedade e Forças Armadas; Simpósio Temático Outras paisagens do cativo e da liberdade: abolição, abolicionismo e pós-emancipação.

⁹³ OLIVEIRA, Elis da Silva. "O intelectual da bola: Mario Filho e o projeto de construção da brasilidade a partir do futebol entre as décadas de 1930-1950". In: Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis. Simpósio Nacional de História (28. : 2015 : Florianópolis, SC). Lugares dos historiadores : velhos e novos desafios.. Florianópolis: Anpuh, 2015. v. 1. (Resumo). Ver: http://www.snh2015.anpuh.org/simposio/view?ID_SIMPOSIO=1956. Acesso em 11 de setembro de 2018.

⁹⁴ PORTELA, Jonathan Dias. "As 'Estrelas Negras' de Nkrumah no plano pan-africanista: Construção de uma identidade do futebol ganês nos primeiros anos 'pós-coloniais' (1957-1972)". In: Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis. Simpósio Nacional de História (28. : 2015 : Florianópolis, SC). Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis: Anpuh, 2015. v. 1. (Resumo). Ver: http://www.snh2015.anpuh.org/simposio/view?ID_SIMPOSIO=2120. Acesso em 11 de setembro de 2018.

Ao todo, o simpósio contou com 32 vagas, sendo que 20 apresentações foram sobre futebol, um notável crescimento em comparação com o ano anterior.

Sobre a temática mais abordada entre os trabalhos, de maneira geral, é possível destacar os estudos de torcidas; as análises dos impactos da Copa do Mundo de 2014; a relação entre futebol e política; o interesse pelo futebol amador; e a preocupação com os estádios de futebol.

Dentre os 20 trabalhos, há dois que estudam contexto internacionais: Alvaro Cabo trabalhando com o futebol Argentino, e a repercussão da Copa do Mundo de 1978, e Victor de Leonardo Figols, estudando a legislação esportiva espanhola nos anos 1990. Sobre as fontes utilizadas, a predominância do uso de periódicos impressos permanece, todavia, é possível observar o uso do cinema, de relatos orais e de legislação. Ainda sobre as fontes Sérgio Settani Giglio apresentou uma documentação até então desconhecida, boletins, atas de reunião e cartas do Comitê Olímpico Internacional (COI) e Federação Internacional de Futebol (FIFA), maiores entidades esportivas do mundo.⁹⁵

Fora do Simpósio Temático, consultando o caderno de resumos⁹⁶, foi possível identificar pelo menos dez trabalhos que citam o futebol *en passant*, e seis apresentações voltadas especificamente para o futebol: um trabalho sobre a trajetória de jogadores ganeses e o contexto do futebol inglês nos anos 2000; um que utiliza charges para analisar a construção de estereótipos nacionais no Brasil entre 1940 e 1970; outro sobre o contexto internacional e o futebol da América Latina durante a Guerra Fria; outro sobre a memória do esporte e a figura do João Havelange; uma apresentação que discutia a aplicabilidade dos *gramscianos* no estudo sobre o futebol brasileiro; e por último, o trabalho que discutia o profissionalismo marrom no Rio de Janeiro.

⁹⁵ Ver resumos em: http://www.snh2017.anpuh.org/simposio/view?ID_SIMPOSIO=31. Acesso em: 14 de setembro de 2018.

⁹⁶ Disponível em: http://www.snh2017.anpuh.org/download/download?ID_DOWNLOAD=1844. Acesso em: 14 de setembro de 2018.

CONSOLIDAÇÃO E PERSPECTIVAS FUTURAS

Desde a primeira aparição do futebol na ANPUH, em 1975, até a última edição dos eventos em 2017, foram registrados 182 trabalhos⁹⁷ (dentro e fora dos simpósios temáticos) que tratam o futebol com elemento central (ver Tabela 1). Se observamos a produção sobre futebol apresentada nos eventos da ANPUH, veremos que houve uma escalada gradual e tímida, e um período de constância entre 1995 a 2005, e já no período de 2007 a 2017, é possível observar um crescimento acelerado, uma pequena retração, e a nas três últimas edições da ANPUH, observa-se uma constância no número de trabalhos apresentados.

⁹⁷ Para detalhes de todos os trabalhos, ver Anexo.

Tabela 1

NUMERO DE TRABALHOS SOBRE FUTEBOL NA ANPUH A PARTIR DA PRIMEIRA EDIÇÃO	
ANO	TRABALHOS
1961	0
1962	0
1965	0
1967	0
1969	0
1971	0
1973	0
1975	1
1977	0
1979	0
1981	0
1983	0
1985	0
1987	0
1989	0
1991	0
1993	0
1995	2
1997	6
1999	7
2001	6
2003	5
2005	5
2007	18
2009	22
2011	35
2013	27
2015	22
2017	26
TOTAL	182

Se entre 1975 e 1995 há um hiato de duas décadas na produção dentro da ANPUH. Fora do circuito dos eventos, o campo acadêmico estava se organizado e se estruturando. O período entre 1995 a 2001, foi marcado por um crescimento tímido, ao todo foram 21 comunicações, das quais a maioria discutia a questão da nacionalidade brasileira, limitando o recorte entre o final do século XIX, até os anos 1950. Esses primeiros trabalhos aparecem como um ponto de partida para o que viria nos anos 2000.

Após a fundação de simpósio específico para a História do Esporte, foram registrados 249 trabalhos ao todo, sendo que 117 tinham o futebol como tema central (ver Tabela 2). Outros 43 foram apresentados outros simpósios.

Entre 2003 a 2005, foram registrados apenas 10 trabalhos, entretanto, essas comunicações já sinalizavam as mudanças historiográficas que o campo acadêmico estava passando. Como foi visto, o campo acadêmico sobre o tema ganhava cada vez mais um corpo sólido, com revistas especializadas, grupos e núcleos de pesquisa, e cursos na pós-graduação. O reflexo desse movimento foi um salto quantitativo de cinco trabalhos em 2003 e 2005, para 18 em 2007. Esse número chegaria a quase o dobro em 2011, com 35. Devido as mudanças na estrutura dos simpósios temáticos, se registrou uma leve queda em números absolutos de comunicações. Entre 2013 a 2017, a média de trabalhos apresentados é de 25 comunicações por evento, um número bastante expressivo.

Tabela 2

NÚMERO DE TRABALHOS SOBRE FUTEBOL APRESENTADOS DENTRO DOS SIMPÓSIOS TEMÁTICOS ESPECÍFICOS DA HISTÓRIA DO ESPORTE		
Ano	Total de trabalhos	Trabalhos sobre futebol
2003	19	2
2005	23	3
2007	31	17
2009	40	17
2011	40	27
2013	32	19
2015	32	13
2017	32	20
TOTAL	249	118

Quanto as fontes, como aponta Melo,

Se nos primeiros eventos foi maior o número de trabalhos que fizeram uso de fontes secundárias, com o decorrer do tempo tornou-se mais denotado a utilização de periódicos, consolidando essa como a mais utilizada, algo que tem a ver com a peculiaridade do objeto e do recorte temporal majoritário (o esporte foi muito divulgado em jornais e revistas do século XX), mas também com as possibilidades de acesso às informações, notadamente a partir do lançamento da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.⁹⁸

Apesar da fonte mais usada ter sido os periódicos, também é possível registrar que cada vez mais os pesquisadores estão usando documentações diversas, desde relatos orais, passando por charges, filmes, biografias e fontes literárias, até documentos oficiais (atas, boletins, correspondências, legislação). Essa diversificação pode indicar novas abordagens, e trazer novas interpretações sobre a história do futebol, seja no contexto nacional ou internacional. Aliás, uma das marcas do último período é o registro de leve

⁹⁸ MELO, Victor Andrade de. "O trato do Esporte nos Simpósios da Associação Nacional de História (ANPUH)". *Revista Recorde*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 1-17, jan./jun. 2016, p. 14.

crescimento dos trabalhos que lidam com contextos internacionais, ao passo que no contexto nacional, a preocupação da maioria dos pesquisadores é sobre nacionalismo e questões identitárias.

Sobre a origem dos pesquisadores, se na década de 1990 a predominância era de oriundos de São Paulo e Paraná, o cenário dos anos 2000, sobretudo na década de 2010, mudou. Pesquisadores do Rio de Janeiro passaram a ser predominante, juntamente com os de São Paulo, mas também é perceptível a presença de pesquisadores de Minas Gerais. Os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Pernambuco, Bahia, Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Mato Grosso do Sul, Sergipe, Mato Grosso, Alagoas e Goiás também foram representados, ainda que em pequeno número, por seus pesquisadores.

Um fator importante que Melo registrou sobre a História do Esporte, mas que também vale para a História do Futebol, é a abertura de programas de pós-graduação para o tema. A presença de mestrandos e doutorandos se especializando na história do futebol, também se deve ao surgimento dos grupos e núcleos de pesquisa. Outro fator que também precisa ser pontuado é o caráter interdisciplinar da produção sobre a história do esporte. Em todo período foi possível registrar pesquisadores de diversas áreas para além da História, pesquisadores da Educação Física, Sociologia, Antropologia, Comunicação, Letras e Educação apresentaram nos eventos da ANPUH.⁹⁹

No cenário acadêmico, é visível que o futebol está minimamente consolidado na História. Para além das revistas com dossiês voltados para o futebol, ou para o esporte de modo geral, e dos periódicos específicos, como a *Revista Recorde*, vale mencionar aqui a coleção *Visão de Campo* da editora 7 Letras, que conta com diversas publicações sobre futebol e esporte. Com relação a outros eventos, desde 2010 é realizado quadrienalmente o Simpósio Internacional de Estudos Sobre Futebol, promovido e organizado por

⁹⁹ MELO, Victor Andrade de. "O trato do Esporte nos Simpósios da Associação Nacional de História (ANPUH)". *Revista Recorde*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 1-17, jan./jun. 2016, p. 14.

instituições como o Museu do Futebol, o LUDENS, o Ludopédio, além de órgãos governamentais. Em Minas Gerais, o GEFUT organiza o Simpósio Internacional de Futebol, Linguagem, Artes, Cultura e Lazer, que está na sua terceira edição.

Pensando na dimensão dos eventos da ANPUH, o grupo que coordena o Simpósio Temático sobre Esporte organizou em 2018, no Rio de Janeiro, o I Encontro Nacional de Historiadores do Esporte. Na ocasião, foi discutida a possibilidade de se criar um Grupo de Trabalho para História do Esporte, mas por ora a ideia não será levada adiante. O objetivo do Encontro Nacional de Historiadores do Esporte é reunir os pesquisadores nos anos em que o Simpósio Nacional da ANPUH não ocorre. Deste modo, o II Encontro já está previsto para acontecer em Belo Horizonte, no ano de 2020, assim como existe um indicativo para o III Encontro, em Salvador, no ano de 2022.

Diante do cenário acadêmico apresentado, e principalmente de todos os dados levantados aqui, é possível dizer que o futebol já assume um papel relevante nos eventos da ANPUH. E mais do que isso, que a História da Futebol está minimamente consolidada dentro da estrutura do evento, fazendo parte de Simpósios Temáticos desde 2003. Na ANPUH de 2019, em Recife, seguramente haverá um Simpósio Temático da História do Esporte, Lazer e Práticas Corporais, e se a tendência permanecer, terá uma quantidade considerável de comunicações sobre História do Futebol.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FALCON, Francisco José Calazans. *Memória e história: a fundação da Anpuh*. Simpósio da Associação Nacional de História, São Paulo: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. p. 17-22, jul. 2011.
- GIGLIO, Sérgio Settani; SPAGGIARI, Enrico. "A produção das ciências humanas sobre futebol no Brasil: um panorama (1990-2009)". *Revista de História*. São Paulo, n. 163, p. 293-350, 2010.
- HELAL, Ronaldo. "Futebol e Comunicação: a consolidação do campo acadêmico no Brasil". *Comunicação, Mídia e Consumo (São Paulo. Impresso)*, v. 8, p. 11-37, 2011.
- MELO, Victor Andrade de. [et. al.]. *Pesquisa histórica e história do esporte*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.
- MELO, Victor Andrade de. "O trato do Esporte nos Simpósios da Associação Nacional de História (ANPUH)". *Revista Recorde*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 1-17, jan./jun. 2016.

MELO, Victor Andrade de.; FORTES, Rafael. "História do Esporte: Panorama e Perspectivas". *Revista Fronteiras*, Dourados, MS, v. 12, n. 22, p. 11-35, jul./dez. 2010.

NORMANDO, Tarcisio Serpa. "O Futebol como Objeto de Investigação Acadêmica". *EFDeportes - Revista Digital - Buenos Aires - Año 8 - Nº 58 - Marzo de 2003*.

SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia; DRUMOND, Maurício. A construção de histórias do futebol no Brasil (1922 a 2000): reflexões. *Revista Tempo*. Niterói, v. 19, n. 34, p. 19-31, 2013.

SOARES, Antonio Jorge Gonçalves; LOVISOLO, Hugo Rodolfo. "O futebol é fogo de palha: a 'profecia' de Graciliano Ramos". *Pesquisa de Campo*. Rio de Janeiro, n.5, p.7-20, 1997.

ANEXO

PANORAMA GERAL DOS TRABALHOS SOBRE FUTEBOL APRESENTADOS NA ANPUH ENTRE 1961 A 2017					
ANO DO EVENTO	NOME DO AUTOR	TÍTULO DO TRABALHO	VÍNCULO INSTITUCIONAL (no ano em que realizou a comunicação)	TITULAÇÃO DO PESQUISADOR (no ano em que realizou a comunicação)	SESSÃO COORDENADA OU SIMPÓSIO TEMÁTICO
1975	WITTER, José Sebastião	As fontes para o estudo do esporte no Brasil, no século XX	Universidade de São Paulo (USP) - São Paulo	Doutor em História	—
1995	PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda	De camisa de seda e fitinha roxa: um goleiro na "Belle Époque" do futebol carioca	Universidade Federal do Pará (UFPA) - Pará e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - São Paulo	Doutorando em História	—
	SILVA, Eliazar João da	A história do futebol no Brasil	Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) - Minas Gerais	Graduação em História	—
1997	SILVA, Eliazar João da	A função social do futebol no Brasil (1894-1920).	Universidade Estadual Paulista - Assis (UNESP) - São Paulo	Mestrando em História	Sessão – Futebol e Carnaval
	CABO, Alvaro Vicente Graça Truppel Pereira do	Copa do Mundo de 50 – Nação, confronto e derrota	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Rio De Janeiro	Graduação em História Especialização em Relações Internacionais	Sessão – Futebol e Carnaval
	FRANZINI, Fabio	Futebol, identidade e cidadania no Brasil dos anos 30	Universidade de São Paulo (USP) - São Paulo	Mestrando em História	Sessão – Futebol e Carnaval
	PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda	A Pátria calçando chuteiras: o futebol e a emergência social do nacionalismo (1902-1938).	Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) - São Paulo Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - São Paulo	Doutorando em História	Sessão – Construindo a Nação: Ideias, imagens, territórios

	PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda	O jogo dos sentidos: os literatos e a popularização do futebol no Rio de Janeiro – 1914-1921	Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) - São Paulo Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - São Paulo	Doutorando em História	Comunicação Coordenada “Literatura e História social”
	SILVA, Carlos Henrique Ferreira da	Futebol e cidadania	Não identificado	Não identificado	Sessão – Buscando a Cidadania
1999	FRANZINI, Fabio	A bola vista de Apipucos: Gilberto Freyre e a identidade do futebol brasileiro	Universidade de São Paulo (USP) - São Paulo	Mestrando em História	Sessão Coordenada – Tempos de formação: leituras sobre o futebol no Brasil
	ANTUNES, Fatima Martin Rodrigues Ferreira	Estádio Municipal do Pacaembu: um monumento do Estado Novo	Universidade de São Paulo (USP) - São Paulo	Doutorado em Sociologia	Sessão Coordenada – Tempos de formação: leituras sobre o futebol no Brasil
	NEGREIROS, Plínio José Labriola de Campos	A Nação entra em campo: futebol nos anos 30 e 40	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) - São Paulo	Doutor em História	Sessão Coordenada – Tempos de formação: leituras sobre o futebol no Brasil
	PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda	Domingos do Brasil. Domingos da Guia e o paternalismo na República	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - São Paulo	Doutor em História	Sessão Coordenada – Tempos de formação: leituras sobre o futebol no Brasil
	FRANZINI, Fabio	Os anos 30 e as raízes do país do futebol	Universidade de São Paulo (USP) - São Paulo	Mestrando em História	Sessão – Os anos 30 e a crise mundial: política, economia e sociedade
	RIBEIRO, Luiz Carlos	Imigração e trabalho na formação do futebol profissional	Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Paraná	Doutor em História	Sessão – Imigração e trabalho

	BRAATZ, Roberto	A fronteira entre o individual e o coletivo entre as torcidas do Internacional e do Grêmio em Mal. Cândido Rondon	Não identificado	Não identificado	Sessão – História e identidade
2001	LAHUD, Guedes Simon	Heróis nacionais estrangeiros: a história nos campos de futebol	Universidade Federal Fluminense (UFF) - Rio de Janeiro	Doutora em Antropologia Social	Sessão coordenada – Contribuição para uma história das paixões coletivas: o futebol no Brasil
	FERNANDES, Fernando Manuel B.	Ser torcedor organizado: elaboração identitária e significados de um estilo de vida	Não identificado	Não identificado	Sessão coordenada – Contribuição para uma história das paixões coletivas: o futebol no Brasil
	DAMO, Arlei Sander	Apontamentos sobre introdução e popularização do futebol no Rio Grande do Sul	Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) - Rio Grande do Sul	Doutorando em Antropologia Social	Sessão coordenada – Contribuição para uma história das paixões coletivas: o futebol no Brasil
	SOUZA, Denaldo A. de	O Brasil entra em campo: o Mito de “Leônidas da Silva” e a construção da identidade através do futebol (1930-1947)	Universidade Federal Fluminense (UFF) - Rio de Janeiro	Mestrando em História	Sessão coordenada – Contribuição para uma história das paixões coletivas: o futebol no Brasil
	SOUZA, Denaldo A. de	Imprensa, estado, e sociedade no processo de oficialização dos esportes (1931-1941)	Universidade Federal Fluminense (UFF) - Rio de Janeiro	Mestrando em História	Sessão – Imprensa e política no Brasil Contemporâneo
	SILVA, Eliazar João da	O futebol no Rio de Janeiro e em São Paulo: dos clubes oficiais aos clubes de várzea	Universidade Estadual Paulista - Assis (UNESP) - São Paulo	Doutorando em História	Não identificado

2003	RIBEIRO, Luiz Carlos	Futebol e identidade nacional. Uma leitura freyreana	Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Paraná	Doutor em História	Simpósio Temático de História do Esporte
	CAPRARO, André Mendes	O football e a crônica literária do início do XX: tênue relação e tensões sociais	Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Paraná Centro Universitário Positivo (UNICENP) - Paraná	Doutorando em História	Simpósio Temático de História do Esporte
	RIOS, Gilma Maria	Futebol Feminino: masculinização e degeneração do “anjo do lar”	Universidade de Brasília (UnB) - Brasília Universidade Presidente Antonio Carlos (UNIPAC) - Minas Gerais	Doutoranda em História	Simpósio Temático Gênero. Poder e Representações Sociais
	AGOSTINO, Gilberto	Guerra e futebol; estudo sobre as relações entre os esportes, em especial o futebol e a guerra	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Rio De Janeiro	Doutor em História	Simpósio Temático História do Tempo Presente: Revoluções, Contra-Revoluções e Guerras
	BOTELHO, André	A formação do público de futebol e a questão da identidade nacional	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Rio De Janeiro	Mestrando em História	Simpósio Temático História do Tempo Presente: Revoluções, Contra-Revoluções e Guerras
2005	CAPRARO, André Mendes	O gênero crônica e o esporte futebol: elementos de uma cultura genuinamente brasileira.	Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Paraná Centro Universitário Positivo (UNICENP) - Paraná	Doutorando em História	Simpósio Temático de História do Esporte
	RIBEIRO, Luiz Carlos	História e literatura. A crônica esportiva como memória política	Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Paraná	Doutor em História	Simpósio Temático de História do Esporte

	COUTO, André Alexandre Guimarães	Futebol e poder: um estudo da relação entre a elite e os trabalhadores do esporte nas décadas de 20 e 30	Universidade Federal Fluminense (UFF) - Rio de Janeiro	Graduação em História	Simpósio Temático República e republicanismo no Brasil dos séculos XIX, XX, e XXI – ideias, intelectuais e instituições
	SILVA, Cristiano Cezar Gomes da	Novas práticas, novos espaços de sociabilidade: o futebol no agreste de Pernambuco nas décadas de 1960 e 1970	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) - Pernambuco Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) - Alagoas	Mestre em História	Simpósio Temático Cultura, memória e modernidade
	MAIA, Paulo Roberto de Azevedo	<i>Canal 100</i> e a construção do imaginário	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - São Paulo	Mestrando em Multimeios (Instituto de Artes)	Simpósio Temático História no cinema, história do cinema
2007	TONINI, Marcel Diego	Ferrovia e futebol: o caso da Companhia Paulista de Estradas de Ferro na cidade de Rio Claro, 1870-1930	Universidade de São Paulo (USP) - São Paulo	Mestrando em História	Simpósio Temático História do Esporte e das Práticas Corporais
	FREITAS JÚNIOR, Miguel Archanjo de	Representações sociais presentes na crônica esportiva	Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Paraná	Doutorando em História	Simpósio Temático História do Esporte e das Práticas Corporais
	FERREIRA, Cristina	Os trabalhadores e os territórios do futebol em Blumenau-SC (1950-1970)	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Santa Catarina	Mestra em História	Simpósio Temático História do Esporte e das Práticas Corporais
	RUGGI, Lennita	Transformações legais nas transferências internacionais de jogadores de futebol	Universidade de Coimbra (UC) - Coimbra / Portugal	Mestranda em Sociologia	Simpósio Temático História do Esporte e das Práticas Corporais

	COUTO, Euclides de Freitas	Conflito e integração social: paradoxos do futebol em Belo Horizonte (1908-1927)	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - Minas Gerais	Doutorando em História	Simpósio Temático História do Esporte e das Práticas Corporais
	PINTO, Rodrigo M. S.	A formação dos times de futebol proletário e as intervenções das elites: a construção da história do futebol cearense e os conflitos sociais em torno da bola (1919-1938)	Universidade Federal do Ceará (UFC) - Ceará	Mestrando em História	Simpósio Temático História do Esporte e das Práticas Corporais
	COSTA, Maurício da Silva Drumond	Identities em campo: esporte, política e comunicação massiva no Nacional-Estatismo de Vargas e Perón – um estudo comparado	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Rio De Janeiro	Mestrando em História	Simpósio Temático História do Esporte e das Práticas Corporais
	DAMO, Arlei Sander	Artistas primitivos: os brasileiros na Copa de 38 segundo os jornais franceses	Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) - Rio Grande do Sul	Doutor em Antropologia Social	Simpósio Temático História do Esporte e das Práticas Corporais
	CAPRARO, André Mendes	Um Período de Transição: o futebol na literatura nacional das décadas de 1920/30	Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Paraná	Doutor em História	Simpósio Temático História do Esporte e das Práticas Corporais
	COUTO, André Alexandre Guimarães	História da Imprensa Esportiva Brasileira: Estudo sobre o Jornal dos Sports na década de 1930.	Universidade Federal Fluminense (UFF) - Rio de Janeiro	Graduação em História	Simpósio Temático História do Esporte e das Práticas Corporais
	FERREIRA, João Fernando Pelho	A construção do estádio Municipal do Pacaembu – um ato político	Universidade Estadual Paulista - Assis (UNESP) - São Paulo	Mestre em História	Simpósio Temático História do Esporte e das Práticas Corporais

	FRAGA, Gerson Wasen	A “Questão Barbosa”: futebol, nacionalismo e derrota na Copa do Mundo de 1950 através da imprensa escrita brasileira	Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) - Rio Grande do Sul	Doutorando em História	Simpósio Temático História do Esporte e das Práticas Corporais
	CABO, Alvaro Vicente Graça Truppel Pereira do	O olhar da Imprensa na Copa do Mundo de futebol de 1950: Brasil x Uruguai, uma análise comparada do discurso jornalístico durante o torneio	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - Rio de Janeiro Universidade Estácio de Sá (UNESA) - Rio De Janeiro	Graduação em História Especialização em Relações Internacionais	Simpósio Temático História do Esporte e das Práticas Corporais
	MOSKO, José Carlos	A História da Seleção Brasileira de futebol a partir das crônicas de João Saldanha (1966 a 1974)	Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) - Paraná Universidade Positivo (POSITIVO) - Paraná	Mestre em Ciências Sociais Aplicadas	Simpósio Temático História do Esporte e das Práticas Corporais
	NEGREIROS, Plínio José Labriola de Campos	A Invasão Corinthiana. Rio, 05 de Dezembro de 1976	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) - São Paulo	Doutor em História	Simpósio Temático História do Esporte e das Práticas Corporais
	RIBEIRO, Luiz Carlos	Futebol, violência e globalização	Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Paraná	Doutor em História	Simpósio Temático História do Esporte e das Práticas Corporais
	SANTOS, Ricardo Pinto dos	Camadas Populares e Futebol: Por uma maior autonomia	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Rio De Janeiro	Mestrando em História	Simpósio Temático História do Esporte e das Práticas Corporais
	ANDRADE, Homero Gomes de	A princesa e os touros: futebol, símbolos e memórias	Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) - Bahia	Mestre em Desenho, Cultura e Interatividade	Simpósio Temático História, Multidisciplinaridade e Patrimônio Cultural

2009	SANTOS, Ricardo Pinto dos	Futebol pelo Brasil: semelhanças e diferenças na constituição de um esporte nacional	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Rio De Janeiro	Mestre em História	Simpósio Temático História do Esporte e das Práticas Corporais
	MOSKO, José Carlos	Biografias e Futebol: personagens esportivos e contexto histórico (1990-2008)	Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) - Paraná Universidade Positivo (POSITIVO) - Paraná	Mestre em Ciências Sociais Aplicadas	Simpósio Temático História do Esporte e das Práticas Corporais
	DUTRA, Sergio Ricardo Aboud	Futebol é coisa de homem, só tem macho: a difícil prática desportiva para homens gays	Universidade Federal Fluminense (UFF) - Rio de Janeiro	Mestre em Letras	Simpósio Temático História do Esporte e das Práticas Corporais
	MORAES, Enny Vieira	Mulher e futebol no Brasil: esses diferentes corpos e a subversão da feminilidade	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) - São Paulo	Doutoranda em História	Simpósio Temático História do Esporte e das Práticas Corporais
	RIBEIRO, Luiz Carlos	Mercado globalizado de jogadores de futebol	Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Paraná	Doutor em História	Simpósio Temático História do Esporte e das Práticas Corporais
	CABO, Alvaro Vicente Graça Truppel Pereira do	Uruguai/1930 – O pontapé inicial do espetáculo	Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) - Rio de Janeiro	Mestrando em História	Simpósio Temático História do Esporte e das Práticas Corporais
	CAPRARO, André Mendes	O enredo da vitória: copa do mundo e identidade nacional (1958-1970)	Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Paraná	Doutor em História	Simpósio Temático História do Esporte e das Práticas Corporais
	SOARES, Antonio Jorge Gonçalves	Raça, racismos e preconceito na literatura do futebol brasileiro	Universidade Gama Filho (UGF) - Rio de Janeiro	Doutor em Educação Física	Simpósio Temático História do Esporte e das Práticas Corporais

PRODANOV, Cleber Cristiano; FERNANDES, Luiz Fernando Framil	O futebol no Rio Grande do Sul e sua identidade: dos portos e fronteiras para as regiões coloniais	Universidade Feevale - Rio Grande do Sul	Doutor em História Doutor em Ciência do Desporto	Simpósio Temático História do Esporte e das Práticas Corporais
SILVA, Joanna Lessa Fontes	Significados do futebol amador: reflexões a partir da história	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) - Pernambuco	Doutoranda em Sociologia	Simpósio Temático História do Esporte e das Práticas Corporais
SANT'ANA, Luiz Carlos Ribeiro de	Ginga: alma nacional, Expressão universal – representações e aspirações de nacionalidade e pertencimento	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Rio de Janeiro	Doutorando em História	Simpósio Temático História do Esporte e das Práticas Corporais
CORRÊA, Maurício Ghedin	Futebol e paternalismo: Criciúma-SC, 1950-1970	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - São Paulo	Mestrando em História	Simpósio Temático História do Esporte e das Práticas Corporais
FERNANDEZ, Renato Lanna	Futebol, identidades e representações – Caso do Fluminense Football Club	Fundação Getúlio Vargas (FGV) - Rio de Janeiro	Mestrando em História, Política e Bens Culturais	Simpósio Temático História do Esporte e das Práticas Corporais
MORAES, Hugo da Silva	Além das arquibancadas: costumes, hábitos e tensões sociais entre os clubes de futebol na década de 20	Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) - Rio de Janeiro	Mestre em História	Simpósio Temático História do Esporte e das Práticas Corporais
TONINI, Marcel Diego	Negros no futebol brasileiro: olhares e experiências de dois jornalistas brancos	Universidade de São Paulo (USP) - São Paulo	Mestrando em História	Simpósio Temático História do Esporte e das Práticas Corporais
FREITAS JÚNIOR, Miguel Archanjo de	Copa do Mundo de 1950: a criação de uma cultura da desculpa	Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Paraná	Doutor em História	Simpósio Temático História do Esporte e das Práticas Corporais

	COUTO, Euclides de Freitas	Contestação, rebeldia e crítica social: futebol e política na obra de Henfil.	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - Minas Gerais	Doutor em História	Simpósio Temático História do Esporte e das Práticas Corporais
	STREAPCO, João Paulo França	Representações e memória social através do futebol em São Paulo	Universidade de São Paulo (USP) - São Paulo	Mestrando em História	Mobilidades Urbanas em Tempos Modernos: Migrações, Sociabilidades e Modernização na Cidade Contemporânea
	CHAGAS, Livia dos Santos	Brasil, pra sempre: futebol e política na revista Veja (1970)/ Futebol e política na Revista Veja: a imprensa e o esforço de legitimação do governo militar	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) - Rio de Janeiro	Mestranda em Memória Social	Simpósio Temático História e Comunicação: Mídias, Intelectuais e Participação Política
	PACHECO, Leonardo Turchi	Discursos e representações da mulher na imprensa (esportiva): o caso de Guiomar e sua relação com Didi entre 1954-1962	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - Minas Gerais Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) - Minas Gerais	Doutor em História Social da Cultura	Discursos e Representações: Jogos de Gênero
	AMARAL, Sara Krieger do Amaral	Futebol e Samba na Cidade Alemã: a formação da Sociedade Recreativa Desportiva Cultural de Samba "Protegidos do Galeão", em Blumenau (1976-1984)	Universidade Regional de Blumenau (FURB) - Santa Catarina	Graduação em História	Mobilidades Urbanas em Tempos Modernos: Migrações, Sociabilidades e Modernização na Cidade Contemporânea
	FONTES, Paulo Roberto Ribeiro	Associativismo popular e clubes de futebol amador em São Paulo (1945-1964)	Fundação Getúlio Vargas (FGV) - Rio de Janeiro	Doutor em História	Mundos do Trabalho: Tradições e Culturas

2011	FERREIRA, Joao Fernando Pelho	A Copa de 70, o governo Médici e a construção do morenã	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) - São Paulo	Doutorando em História	História do Esporte
	SANTOS, Natasha	Entre tragédia, drama, farsa e comédia: considerações acerca do futebol no roteiro de "A Falecida" de Nelson Rodrigues	Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Paraná	Mestranda em História	História do Esporte
	STREAPCO, João Paulo França	História do futebol em São Paulo. O pioneirismo de Antonio Figueiredo na produção literária paulistana sobre o futebol (1918-1919)	Universidade de São Paulo (USP) São Paulo	Mestre em História	História do Esporte
	SILVA, Rafael Santos da	Thomaz Mazzoni e a reinvenção do jornalismo esportivo	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) - Rio de Janeiro	Mestrando em História	História do Esporte
	MAGALHÃES, Livia Goncalves	Futebol em tempos de ditadura civil-militar	Universidade Federal Fluminense (UFF) - Rio de Janeiro	Doutoranda em História	História do Esporte
	CAPRARO, André Mendes	Um diplomata na defensoria do esporte: o futebol na literatura de Gilberto Amado	Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Paraná	Doutor em História	História do Esporte
	SANTOS, Daniel de Araujo dos	Nas urnas e nos gramados – as eleições e o Campeonato Brasileiro durante a Ditadura Civil – Militar	Fundação Getúlio Vargas (FGV) - Rio de Janeiro	Mestre em História Política e Bens Sociais	História do Esporte
	NOGUEIRA, Jorlanda Saraiva	Pra frente Brasil, a ordem é vencer! A copa de 1970 e a repercussão na imprensa cearense	Universidade Federal do Ceará (UFC) Ceará	Graduação em História	História do Esporte
	PESSOA, Flavio Mota de Lacerda	A crítica social e política na charge esportiva de Henfil	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Rio De Janeiro	Mestrando em História	História do Esporte

FREITAS JÚNIOR, Miguel Archanjo de; GABRIEL, Bruno José; CAMPOS, Andrigo Domingos De	Futebol na rede: cenários, modelos e perspectivas	Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) - Paraná	Doutor em História; Graduação em Educação Física; Graduação em Educação Física;	História do Esporte
TONINI, Marcel Diego	Negros no futebol brasileiro: olhares e experiências de três dirigentes brancos	Universidade de São Paulo (USP) - São Paulo	Doutorando em História	História do Esporte
HIRATA, Edson	A Mercantilização do futebol e os subterrâneos da legislação esportiva brasileira (1980-2010)	Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Paraná	Doutorando em História	História do Esporte
RIBEIRO, Luiz Carlos	Clube dos 13: crise ou nova ordem?	Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Paraná	Doutor em História	História do Esporte
MELO, Victor Andrade de	O esporte e as lutas anticoloniais nas colônias portuguesas na África: Amílcar Cabral	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Rio De Janeiro	Doutor em Educação Física	História do Esporte
MENEZES, Isabella Trindade	Entre a Fúria e a Loucos pelo Botafogo: apontamentos sobre modernização do futebol, socialização e individualidade.	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) - Rio de Janeiro	Mestra em Memória Social	História do Esporte
SANT'ANA, Luiz Carlos Ribeiro de	O Futebol no Brasil e na Espanha (1964-1975): Preâmbulo da conjuntura política	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Rio De Janeiro	Doutorando em História	História do Esporte
SILVA, Diana Mendes Machado da	"O que não se consegue com o dinheiro": A Associação Atlética Anhanguera e o futebol amador nos anos 1930	Universidade de São Paulo (USP) - São Paulo	Mestranda em História	História do Esporte
COUTO, Euclides de Freitas; BARROS, Aluizio Antônio de	Futebol e Modernidade em São João del-Rei/MG: o caso do Athletic Club (1909-1916)	Centro Universitário UMA - Minas Gerais	Doutor em História Doutor em Economia	História do Esporte

	SANTOS, Henrique Sena dos	Nos gramados do Sul: a Bahia e Torneio do Centenário em 1922	Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) - Bahia	Mestrando em História	História do Esporte
	SANTOS JUNIOR, Nei Jorge Dos	O futebol nos subúrbios do Rio de Janeiro (1914 -1923)	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Rio De Janeiro	Mestrando em História	História do Esporte
	COUTO, André Alexandre Guimarães	A Copa não pode se esconder na zona Oeste: análise de uma campanha vitoriosa	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Rio De Janeiro	Meste em História	História do Esporte
	MOSKO, José Carlos; MOSKO, Jackson Fernando	Cultura de massa, espetáculo e o jogador de futebol	Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Paraná Universidade Positivo (POSITIVO) - Paraná	Doutor em História Graduação em Educação Física	História do Esporte
	MARCZAL, Ernesto Sobocinski	Futebol, política e imprensa: representações sobre a vitória “brasileira” na Copa do Mundo de 1970	Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Paraná	Mestrando em História	História do Esporte
	MOREAES, Hugo da Silva	Tempos de crise: A Liga Metropolitana de Desportes Terrestres e a Crise do Futebol Carioca (1917-1924)	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - Rio de Janeiro	Mestre em História	História do Esporte
	SANTOS, Mauricio Garcia Borsa	O futebol vira notícia: um lance da modernidade. Uma História do futebol em Porto Alegre – 1922 - 1933	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - Rio Grande do Sul	Mestrando em História	História do Esporte
	MARANHÃO, Tiago Jorge Fernandes de Albuquerque	O Mulatismo Flamboyant – Apropriações do futebol como expressão da formação social brasileira	Universitat Autònoma de Barcelona (UAB) - Barcelona / Espanha	Doutorando em História	História do Esporte
	CABO, Alvaro Vicente Graça Truppel Pereira do	Os primórdios do futebol uruguaio: da English high school à celestial garra charrúa	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - Rio de Janeiro	Mestre em Comunicação	História do Esporte

	LOSNAK, Célio José	Pra Frente Brasil: Cinema, Política e Memória	Universidade Estadual Paulista - Assis (UNESP) - São Paulo	Doutor em História	Cinema-história e razão sensível – Problematicar fidedignidade, verossimilhança, objetividade e transdisciplinaridade
	HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de	Modernismo, regionalismo e paixão esportiva em Gilberto Freyre e José Lins do Rego	Fundação Getúlio Vargas (FGV) - Rio de Janeiro	Doutor em História	Literatura e Sensibilidades modernistas: discussões da História Cultural
	LOPES, Gustavo Esteves	Brasileiras do Futebol: Contribuições para a História do Esporte (de sua origem moderna aos dias atuais)	Universidade de São Paulo (USP) - São Paulo	Mestre em História	Subjetividades e Identidades: construções de narrativas em história
	BRANCO, Pedro Vilarinho Castelo	A reinvenção das masculinidades e a prática do futebol em Teresina no começo do século XX	Universidade Federal do Piauí (UFPI) - Piauí	Doutor em História	Cidade e memória social
	LIMA, Eduardo José Silva	Da chegada a institucionalização: os primeiros passos do futebol pernambucano	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) - Pernambuco	Mestrado em História Social da Cultura Regional	Coisas da Cidade: Diálogos Culturais e Interdisciplinares
	FRAGA, Gerson Wasen	Futebol, imprensa e ditadura: das formiguinhas de Geisel à abertura de Telê	Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) - Santa Catarina	Doutor em História	Ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul
	COUTINHO, Renato Soares	Pena que Fausto fosse assim, um revoltado: memória e esquecimento em tempos de futebol profissional	Universidade Federal Fluminense (UFF) - Rio de Janeiro	Doutorando em História	Memórias, Identidades e Conflitos sociais

	ROQUE, Zuleika Stefânia Sabino	Memórias em campo: jogadores operários em São José dos Campos (1974-2010)	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) - São Paulo	Doutoranda em História	De narrativas e narradores: a história oral nas investigações sobre trabalho e trabalhadores no campo e na cidade
2013	FREITAS JÚNIOR, Miguel Arcanjo de	Quando o herói se torna humano: a visão do caderno de esportes da Folha de São Paulo sobre o jogador Ronaldo na Copa do Mundo de 1998	Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) - Paraná	Doutor em História	História do Esporte
	SANTOS, Natasha; MUSSE, Gisele Dall'agnol	O futebol, seus astros e Ruy Castro: notas sobre as produções biográficas de Nelson Rodrigues e Garrincha	Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Paraná	Doutoranda em História Não identificado	História do Esporte
	COUTO, André Alexandre Guimarães	Crônica para quem? Relações (inter)subjetivas e uso/abuso dos sentimentos na imprensa esportiva (1950-1958)	Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Paraná	Doutorando em História	História do Esporte
	SOARES, Rafael Fortes; MELO, Victor Andrade de	A seleção de futebol e a identidade cabo-verdiana no pós-independência (1977-1979)	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Rio De Janeiro Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) - Rio de Janeiro	Doutor em Educação Física; Doutor em Comunicação	História do Esporte
	CABO, Alvaro Vicente Graça Truppel Pereira do	O estabelecimento da FIFA e a realização da primeira Copa do Mundo de futebol no Uruguai. – Uma visão oficial a partir de Jules Rimet	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Rio De Janeiro	Doutorando em História	História do Esporte

ARMUS, Diego; SCHARAGRODSKY, Pablo Ariel	El fútbol en las escuelas y colegios argentinos a principios del siglo XX. Enrique Romero Brest y el primer capítulo de una historia de (des)encuentros	Swarthmore College - Filadélfia / EUA e Universidad de Buenos Aires - Buenos Aires / Argentina; Universidad Nacional de Quilmes - Quilmes / Argentina e Universidad Nacional de La Plata - La Plata / Argentina	PhD em História; Doutor em Ciências Sociais e Humanas	História do Esporte
RIBEIRO, Luiz Carlos	Futebol e ditadura na América Latina: a experiência do C.O.B.A.	Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Paraná	Doutor em História	História do Esporte
MARCZAL, Ernesto Sobocinski	Aproximações entre futebol, política e estética: os cartuns do Pasquim e a Copa do Mundo de 1978	Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Paraná	Doutorando em História	História do Esporte
SANT'ANA, Luiz Carlos Ribeiro de	Adeus à viralatice: o filme Isto é Pelé (1974), o futebol e a ditadura	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Rio de Janeiro	Doutor em História	História do Esporte
SANTOS, Henrique Sena dos	Por dentro da Semana: imprensa e cultura esportiva a partir de uma revista ilustrada na Salvador dos anos 1920	Universidade Estadual Paulista - Assis (UNESP) - São Paulo	Doutorando em História	História do Esporte
MAIA NETO, Vicente Moreira	Aspectos do processo de especialização da crônica esportiva em Fortaleza (1921-1930)	Universidade Federal do Ceará (UFC) - Ceará	Mestrado em História	História do Esporte
ASSUNÇÃO, Victor Gabriel Campêlo	O processo de profissionalização da imprensa esportiva em Natal e as demandas pela construção de um novo estádio de futebol (década de 1960)	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) - Rio Grande do Norte	Mestrado em História	História do Esporte
COUTO, Euclides de Freitas	Os diferentes modos de torcer: a presença feminina nos estádios belo-horizontinos (1908-1927)	Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) - Minas Gerais	Doutor em História	História do Esporte

LIMA, Eduardo José Silva	Além das quatro linhas: o futebol como espaço de sociabilidade feminina	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) - Pernambuco	Mestre em História	História do Esporte
FREITAS JÚNIOR, Miguel Archanjo de; GABRIEL, Bruno José; CAMPOS, Andrigo Domingos De	De qual futebol está falando? O contraste de um símbolo nacional na Folha de São Paulo	Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) - Paraná	Doutor em História; Mestrando em Ciências Sociais Aplicadas;	História do Esporte
SOUZA, Jhonatan Uewerto	Uma voz contra a seleção: aspectos regionais de um conflito pela hegemonia do futebol nacional	Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Paraná	Mestrando em História	História do Esporte
MOURA, Rodrigo Caldeira Bagni	A imigração italiana para São Paulo e para Belo Horizonte: as transformações nas cidades e a ascensão do Futebol (1894-1921)	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Rio de Janeiro	Doutorando em História	História do Esporte
GAUDÊNCIO, Itamar Rogério Pereira	A imigração italiana para São Paulo e para Belo Horizonte: as transformações nas cidades e a ascensão do Futebol (1894-1921)	Universidade Federal do Pará (UFPA) - Pará	Doutorando em História Social da Amazônia	História do Esporte
CORNELSEN, Elcio Loureiro	Sentimento e Política no futebol alemão – construções da “Nação” em 1990 e 2006	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - Minas Gerais	Doutorado em Germanística / Letras	História do Esporte
DANTAS, Marina de Mattos	Pequenas empresas, grandes negócios: os anônimos do futebol profissional brasileiro	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) - São Paulo	Doutoranda em Ciências Sociais	Desenvolvimento sustentável, responsabilidades, resiliências e resistências na sociedade de controle
ECOTEN, Márcia Cristina Furtado	A mulher no espaço do futebol: um estudo a partir de memórias de torcedoras coloradas	Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) - Rio Grande do Sul	Mestra em Educação	História do tempo presente e memória

	COUTINHO, Renato Soares	São coisas do destino, sou rubro-negro e meu patrão é vascaíno: Flamengo, Vasco e a construção das identidades dos clubes de futebol profissional no Rio de Janeiro	Universidade Castelo Branco (UCB) - Rio de Janeiro	Doutor em História	Memórias, identidades e conflitos sociais
	GAUDÊNCIO, Sandra Leticia Magalhães	“Deixem disso, amigos bons da grande Amazônia”: futebol é arte tanto em Belém como em Manaus. (1967-1975)	Universidade Federal do Pará (UFPA) - Pará	Especialização em História Social da Amazônia	Narrativas de florestas e cidades amazônicas: patrimônios, histórias e literaturas em trânsitos orais, escritos e visuais
	FERNANDEZ, Renato Lanna	Modernidade e futebol em São Paulo no início do século XX	Fundação Getúlio Vargas (FGV) - Rio de Janeiro	Mestre em História, Política e Bens Culturais	O governo da cidade: práticas políticas e culturais no Brasil Império e na Primeira República
	RODOLFO, Renato Mesquita	O acadêmico entre a boemia e o futebol: a construção do referencial universitário do bairro Benfica (1954-1967)	Universidade Federal do Ceará (UFC) - Ceará	Mestrando em História	Patrimônio cultural e produção do conhecimento histórico: desafios para o diálogo social
	FERREIRA, Daniel Vinicius	Seleção nacional nas Copas (1930-2010): o regionalismo como código de consagração	Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Paraná	Mestre em História	História do desenvolvimento econômico no Brasil
	MATTOS, Romulo Costa	Megaeventos, remoções de favelas e reforma do porto no Rio de Janeiro do tempo presente	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) - Rio de Janeiro	Doutor em História	Marxismo, conhecimento histórico e realidade social.

2015	SILVA, Diana Mendes Machado da	Usos e representações do corpo no futebol popular de São Paulo nas primeiras décadas do século XX: o caso da Associação Atlética Anhanguera	Universidade de São Paulo (USP) - São Paulo	Doutoranda em História	História do Esporte e das Práticas Corporais
	SOUZA, Jhonatan Uewerto	De chuteiras e gravatas: apontamentos sobre a relação entre futebol e poder público na Curitiba das primeiras décadas do século XX	Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Paraná	Mestre em História	História do Esporte e das Práticas Corporais
	CARREIRA, André Luiz Rodrigues	Futebol, classe trabalhadora e as transformações urbanas da cidade de Santos no início do século XX	Universidade Católica de Santos (UNISANTOS) - São Paulo	Mestre em Educação	História do Esporte e das Práticas Corporais
	CABO, Alvaro Vicente Graça Truppel Pereira do	O mundial da Argentina: Nacionalismo e defesa da pátria em “la fiesta de todos”	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Rio de Janeiro	Doutorando em História	História do Esporte e das Práticas Corporais
	MARCZAL, Ernesto Sobocinski	Por que (não) devemos fazer o Mundial 78? Amostras do embate público sobre a realização da Copa do Mundo na Argentina	Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Paraná	Doutorando em História	História do Esporte e das Práticas Corporais
	REI, Bruno Duarte	“Taça Independência” (1972): futebol, propaganda e consenso em tempos de milagre	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Rio de Janeiro Universidade Federal Fluminense (UFF) - Rio de Janeiro	Doutorando em História Doutorando em Educação	História do Esporte e das Práticas Corporais
	FÁVERI, Marlene	Copa do Mundo: mídias e turismo sexual em Florianópolis (SC)	Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) - Santa Catarina	Doutora em História	História do Esporte e das Práticas Corporais
	ANGELO, Luciana Ferreira	Gestão da carreira esportiva: o futebol olímpico em destaque	Universidade de São Paulo (USP) - São Paulo	Doutora em Ciências (Educação Física)	História do Esporte e das Práticas Corporais

	COUTO, Euclides de Freitas; LAGE, Marcus Vinícius Costa	O conservadorismo mineiro e a Copa do Mundo: análise histórica da cobertura jornalística do Estado de Minas em tempos de preparativos para o Mundial de 1950 em Belo Horizonte	Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) - Minas Gerais Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - Minas Gerais	Doutor em História Doutorando em História	História do Esporte e das Práticas Corporais
	LIMA, Eduardo José Silva	Futebol à moda da casa: a construção do Regionalismo e as disputas culturais	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) - Pernambuco	Mestre em História	História do Esporte e das Práticas Corporais
	CORNELSEN, Elcio Loureiro	Imagens do negro no futebol brasileiro	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - Minas Gerais	Doutorado em Germanística / Letras	História do Esporte e das Práticas Corporais
	JAHNECKA, Luciano	Carreiras de futebolistas famosos e não-tão-famosos: dos “pouco-badalados” aos “operários”.	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Santa Catarina	Doutorando Interdisciplinar em Ciências Humanas	História do Esporte e das Práticas Corporais
	SANT’ANA, Luiz Carlos Ribeiro de	Política desportiva e o caso do futebol no Brasil e na Espanha (1964 a 1975)	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Rio de Janeiro	Doutor em História	História do Esporte e das Práticas Corporais
	LIMA, Rodrigo Carrapatoso de	O caso do jogador Allemãozinho: restrição na Liga Pernambucana de Desportos Terrestres (1918)	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) - Pernambuco	Mestre em História	O Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial: cultura, política, sociedade e Forças Armadas
	PORTELA, Jonathan Dias	As “Estrelas Negras” de Nkrumah no plano pan-africanista: Construção de uma identidade do futebol ganês nos primeiros anos “pós-coloniais” (1957-1972)	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) - São Paulo	Mestrando em História	“De que África estamos falando” (II): perspectivas da pesquisa histórica e do ensino de História da África (do século XIX à configuração dos Estados independentes)

	SALUN, Alfredo Oscar	Estado Novo: O processo de repressão e nacionalização no futebol paulista em 1942: Corinthians e Palestra Itália	Universidade Nove de Julho (UNINOVE) - São Paulo	Doutor em História	Autoritarismo e direita: doutrinas, práticas e movimentos
	SOTANA, Edvaldo Correa	TV morena, política & a copa do mundo de 1970: notas sobre a retransmissão dos jogos da seleção brasileira de futebol	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) - Mato Grosso do Sul	Doutor em História	Cultura Visual e História: os sentidos das imagens no ofício do historiador
	SCHATZ, Patrícia Volk	A abertura política do futebol brasileiro	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Santa Catarina	Mestra em História	Ditaduras e Democracias no Mundo Contemporâneo: Rupturas e Continuidades
	OLIVEIRA, Elis da Silva	O intelectual da bola: Mario Filho e o projeto de construção da brasilidade a partir do futebol entre as décadas de 1930-1950	Universidade Federal de Rondônia (UNIR) - Rondônia	Mestranda em História e Estudos Culturais	Estado e Intelectuais no Brasil – Teoria e Metodologia de Pesquisa em desafio permanente (séculos XIX e XX)
	COUTINHO, Renato Soares	Por que todo flamengo é pela candidatura Dutra? Futebol e cultura política em tempos democráticos (1945-1950)	Universidade Castelo Branco (UCB) - Rio de Janeiro	Doutor em História	História e Culturas Políticas no Brasil Republicano
	FREIXO, Adriano de	Futebol em tempos de conflito: a mobilização dos clubes cariocas para o “esforço de guerra” (1942-1945)	Universidade Federal Fluminense (UFF) - Rio de Janeiro	Doutor em História	O Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial: cultura, política, sociedade e Forças Armadas

	DOMINGUES, Petrônio José	O futebol no meio afro-paulista nas primeiras décadas do século XX	Universidade Federal de Sergipe (UFS) - Sergipe	Doutor em História	Outras paisagens do cativo e da liberdade: abolição, abolicionismo e pós-emancipação
2017	SANT'ANA, Luiz Carlos Ribeiro de	Comédia erótica, ditadura e futebol na Espanha dos anos 70: Las Ibéricas (Pedro Masó, 1971)	Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC) - Rio de Janeiro	Doutor em História	História do Esporte e das Práticas Corporais
	CASTRO, Raul de Paiva Oliveira	Um belo legado no horizonte? Aspectos do discurso político-jornalístico em torno dos megaeventos esportivos no Brasil (2013-2014)	Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) - Minas Gerais	Graduação em História	História do Esporte e das Práticas Corporais
	KUPPER, Agnaldo	Futebol e Contextos	Universidade Estadual Paulista - Assis (UNESP) - São Paulo	Doutorando em História	História do Esporte e das Práticas Corporais
	PINHEIRO, Caio Lucas Moraes	Futebol e Política: a história das torcidas antifascistas através da Ultras Resistência Coral	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - Rio Grande do Sul	Doutorando em História	História do Esporte e das Práticas Corporais
	CANALE, Vitor dos Santos	Nossa corrente é forte e jamais se quebrará: A fundação dos Gaviões da Fiel - Força Independente em prol do Corinthians	Fundação Getúlio Vargas (FGV) - Rio de Janeiro	Doutorando em História, Política e Bens Culturais	História do Esporte e das Práticas Corporais
	CARREIRA, André Luiz Rodrigues	A bola rola nos caminhos da cidade: transformações urbanas, conflitos sociais e a popularização do futebol na cidade de Santos	Universidade de São Paulo (USP) - São Paulo	Doutorando em História	História do Esporte e das Práticas Corporais

VIEIRA, Ana Flávia Braun	Política, jornalismo, futebol e esquecimento: as narrativas do Jornal dos Sports sobre a Copa de 1954	Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) - Paraná	Mestra em Ciências Sociais Aplicadas	História do Esporte e das Práticas Corporais
COUTO, Euclides de Freitas	“Esse é o cara”! A Copa do Mundo de 2014 e a diplomacia no governo Lula	Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) - Minas Gerais	Doutor em História	História do Esporte e das Práticas Corporais
TONINI, Marcel Diego	Imigrantes da bola: histórias e memórias de futebolistas brasileiros negros na Europa	Universidade de São Paulo (USP) - São Paulo	Doutor em História	História do Esporte e das Práticas Corporais
FIGOLS, Vitor de Leonardo	A Mercantilização do Futebol Espanhol: A Ley del Deporte e o FC Barcelona	Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Paraná	Doutorando em História	História do Esporte e das Práticas Corporais
CABO, Alvaro Vicente Graça Truppel Pereira do	Dos “papelitos” ao Carnaval. Manifestações populares na Copa do Mundo da Argentina	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Rio de Janeiro Universidade Cândido Mendes (UCAM) - Rio de Janeiro	Doutor em História	História do Esporte e das Práticas Corporais
FONTINELES, Claudia Cristina da Silva; BARROS, Deusdete da Rocha Barros	Entre tramas, memórias e dramas: o futebol piauiense na década de 1960	Universidade Federal do Piauí (UFPI) - Piauí Instituto Federal do Piauí (IFPI) - Piauí	Doutora em História Mestrando em História	História do Esporte e das Práticas Corporais
COUTO, André Alexandre Guimarães	1951: A Copa Rio e suas Representações a partir do Jornal dos Sports	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ) - Rio de Janeiro	Doutor em História	História do Esporte e das Práticas Corporais
SILVA, Diana Mendes Machado da	Futebol e cultura visual: apontamentos sobre a construção de Leônidas da Silva como craque nas revistas ilustradas (1930-1940)	Universidade de São Paulo (USP) - São Paulo	Doutoranda em História	História do Esporte e das Práticas Corporais
MENEZES, Isabella Trindade	Entre o sonho e a experiência: Ascensão, reconhecimento social e projetos de formação de jogadores de Futebol no Rio de Janeiro	Fundação Getúlio Vargas (FGV) - Rio de Janeiro	Doutorando em História, Política e Bens Culturais	História do Esporte e das Práticas Corporais

	GIGLIO, Sérgio Settani	A busca pela definição de amadorismo (1894-1910)	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - São Paulo	Doutor em Educação Física	História do Esporte e das Práticas Corporais
	RIBEIRO, Rafael Rajão	Futebol amador: História, memória e patrimonialização	Fundação Getúlio Vargas (FGV) - Rio de Janeiro	Doutorando em História, Política e Bens Culturais	História do Esporte e das Práticas Corporais
	LIMA, Rodrigo Carrapatoso de	Estádio Presidente Médici: "É tempo de construir!"	Universidade de Coimbra (UC) - Coimbra / Portugal	Doutorando em História	História do Esporte e das Práticas Corporais
	SANTOS FILHO, José Eliomar dos	O caso do Estádio: o processo de modernização (e fracasso) do Campo da Graça nas crônicas de Roschild Moreira	Prefeitura Municipal de Camaçari - Bahia	Graduação em Geografia Graduando em História Especialização em História Social e Econômica do Brasil	História do Esporte e das Práticas Corporais
	LAGE, Marcus Vinícius Costa Lage	A política do calendário futebolístico belo-horizontino (1908-1959)	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - Minas Gerais	Doutorando em História	História do Esporte e das Práticas Corporais
	PORTELA, Jonathan Dias	Os "Black Stars" chegam ao mercado: O futebol ganês no discurso pós-colonial britânico(1996-2014)	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) - São Paulo	Mestrando em História	África contemporânea: Novos temas e novas abordagens
	PESSOA, Flavio Mota de Lacerda Pessoa	Malandragem em cor-de-rosa - exaltações do estereótipo nacional nas charges de Molas (1944-45) e Henfil (1969-1970) para o Jornal dos Sports	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Rio De Janeiro	Doutorando em Artes Visuais	Artes visuais, política e representação

	LUIZ, Pedro Aurélio dos Santos	Contexto internacional e movimento políticos sociais na América Latina contemporânea – o caso da Guerra Fria e o Futebol	Universidade Estadual de Londrina (UEL) - Paraná	Mestrando em História	Comunismo e anticomunismo no Brasil republicano: velhos e novos desafios e ST 039 - Guerra Fria em novas perspectivas transnacionais
	MAGALHÃES, Livia Gonçalves	O dono do jogo: João Havelange e a memória do esporte mundial	Universidade Federal Fluminense (UFF) - Rio de Janeiro	Doutora em História	Direitas, História e Memória
	OLIVEIRA, Elis da Silva	“Bate-bola” com Gramsci: possíveis aplicações de conceitos gramscianos no estudo sobre o futebol brasileiro	Universidade Federal de Rondônia (UNIR) - Rondônia	Mestra em História e Estudos Culturais	Gramsci na Pesquisa Histórica (séculos XIX, XX e XXI)
	SOUZA, Glauco José Costa	“Cá em casa é só por amor” - O Profissionalismo Marrom nos Subúrbios Cariocas	Universidade Federal Fluminense (UFF) - Rio de Janeiro	Mestre em História	História de fazer a cidade um espaço democrático: memória, identidade e transformação urbana

HISTÓRIA DO CAMPEONATO BRASILEIRO DE FUTEBOL (1971-1987): PARA ALÉM DA NARRATIVA DA “MODERNIZAÇÃO” DO FUTEBOL BRASILEIRO

Daniel Vinícius Ferreira¹⁰⁰

Resumo: Este artigo trata da história do Campeonato Brasileiro de Futebol, desde a sua criação em 1971, até 1987, ocasião em que os principais clubes formaram uma liga e decidiram organizar por si o torneio. Privilegia-se uma análise sobre alguns dos diferentes atores sociais (clubes, confederações, imprensa), e seus interesses, envolvidos com as transformações do torneio, num contexto histórico atravessado por rupturas políticas e econômicas. Por fim, problematizamos, ainda, essa transformação dentro de leituras acadêmicas, considerando que as rupturas no formato do torneio ficariam, em boa medida, consagradas pelo termo de “modernização”, conotando um sentido de “avanço” e de “melhora” no futebol brasileiro.

Palavras-chave: Futebol brasileiro; Globalização; Modernização.

HISTORY OF “CAMPEONATO BRASILEIRO DE FUTEBOL” (1971-1987): BEYOND THE NARRATIVE OF “MODERNIZATION” OF BRAZILIAN’S FOOTBALL

Abstract: This article shows the history of the Campeonato Brasileiro de Futebol (Brazilian football tournament) from its beginning in 1971, until 1987, when it was replaced by a league which allowed the main clubs to organize the matches autonomously. It highlights some actors selected, and their interests, involved with the transformation of the tournament (clubs, confederation, press) in a historical context crossed for political and economic events. Finally, we problematize that transformation inside of academic readings, considering that the ruptures on the tournament, to a large extent, were consecrated by the term “modernization” connoting a sense of “advancement” and “improvement” into Brazilian football.

Key words: Brazilian football; Globalization; Modernization.

¹⁰⁰ Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná, bolsista CAPES. (<http://lattes.cnpq.br/3303729099102901>). Email: ferreir_10@yahoo.com.br.
Artigo recebido em 09/09/2018 e aprovado em 27/11/2018

INTRODUÇÃO

O *Campeonato Brasileiro de Futebol* (CB) surgiu em 1971, após várias tentativas de se criar um campeonato nacional e de forma tardia em relação a outros países na América do Sul e Europa. Demarcou uma ruptura na história do desporto no país, haja vista que até então a dimensão territorial do Brasil e a resistência das oligarquias esportivas regionais teriam inviabilizado a criação de um campeonato de formato nacional e regular. Nessa primeira edição, o torneio reuniu 20 clubes, foi organizado pela Confederação Brasileira de Desportos (CBD) e financiado pelo Estado. Após este torneio inicial, o campeonato mudou frequentemente as regras de disputa. Mais do que isso, inchou gradualmente e chegou a atingir a marca de 94 clubes participantes em 1979, diminuindo (na sequência) gradualmente também. Em 1987, já em um contexto econômico e político diferente, uma nova ruptura se verificaria no campeonato e na própria história do desporto no país. Nesse momento, o torneio foi organizado inicialmente a partir dos clubes mais destacados do Brasil, financiado por patrocinadores, num formato de liga que se autodenominou *Clube dos 13*, tendo como participantes apenas 16 clubes.

A criação e trajetória do *Campeonato Brasileiro*, entre 1971 e 1987, se inseriam e refletiam mudanças que ocorriam na sociedade e influências que iam além do campo esportivo, como o campo político, econômico, da imprensa e a próprio impacto da *globalização* no país. A metamorfose do *Campeonato Brasileiro*, no referido período, foi também interpretada, por alguns (dentro e fora do campo esportivo), como expressão de uma “modernização” do desporto no país.

Posto isto, a proposta (neste artigo) é traçar um panorama geral de como surgiu o torneio, e como aconteceram as transformações no formato da competição, entre 1971 e 1987, identificando alguns atores sociais que

protagonizaram e interagiram nessa história: clubes, confederações, dirigentes, Estado e imprensa – neste último caso, com destaque para a *Revista Placar*. Trata-se, assim, de uma espécie de *história política* do torneio, sob a acepção do *político* seguindo a conceituação da chamada *Nova História Política*, ou seja, de que a *política* tem um caráter difuso, atravessa a sociedade em suas inúmeras manifestações e espaços, e pode ser identificada, antes de tudo, como uma expressão de *poder*¹⁰¹. Dessa forma, fazer uma *história política* do torneio (do seu surgimento e das suas modificações), implica historicizar e problematizar diferentes agentes que exerceram influência, interagiram e conflitaram entre si na sua trajetória, ou em outras palavras: resgatar como objetivou-se o *poder*, ou os *poderes*, na moldagem e transformações do campeonato, ao longo do tempo.

No bojo dessa trajetória, que expressava disputas de diferentes atores e rupturas, revelou-se cada vez mais o futebol também como um tema de preocupação econômica¹⁰²: assim, o *Campeonato Brasileiro* como uma instância que monopolizava (ou cartelizava) a excelência do esporte no país, fomentaria discussões de como (afinal) poderia ser melhor representado e desenvolvido, e como uma possível alegoria da sociedade brasileira em seus dilemas econômicos. É neste cenário que emergem leituras sobre a transformação do torneio (entre eles a da *Revista Placar*, ator de referência do campo esportivo, no período), a qual se destaca a narrativa da “modernização”.

Considera-se a categoria da *modernidade* como de grande complexidade, e que conta com vasta produção nas ciências humanas. No

¹⁰¹MELO, Victor Andrade de; DRUMOND, Maurício; FORTES, Rafael; SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia. *Pesquisa histórica e história do esporte*. Rio de Janeiro: Faperj e 7 Letras, 2013, p. 67.

¹⁰²MELO, Victor Andrade de. et al. *Pesquisa histórica e história do esporte*. Rio de Janeiro: Faperj e 7 Letras, 2013, p. 78-93.

presente artigo procura-se abordar a “modernização” apenas pelo significado que pareceu adquirir nas referidas leituras: a do “progresso”. Ou seja, ideias (em geral), um pouco nebulosas e mesmo superficiais, convergentes para sentidos de “evolução” e “avanço” do desporto nacional, porque supostamente o formato do torneio (mais enxuto) passaria a assentar-se mais em princípios racionais, mercantis e menos “políticos”. Assim, na parte final do artigo, e a partir de uma dada escolha bibliográfica, apresentam-se diferentes leituras realizadas sobre aquelas transformações do torneio, advindas do campo acadêmico que superam a simples leitura da sua transformação como “modernização”/“progresso” do futebol brasileiro, entre as quais (inclusive) se fazem abordagens mais refinadas sobre a categoria *modernidade*.

PRECURSORES DO TORNEIO E O CONTEXTO POLÍTICO-ECONÔMICO DA SUA CRIAÇÃO

Desde o início da prática do futebol no país, houve tentativas de se organizar disputas interestaduais entre clubes, anteriores ao *Campeonato Brasileiro*. Entretanto, geralmente de caráter esporádico, nenhuma delas se consolidou efetivamente. Uma das mais destacadas certamente foi o chamado *Torneio Rio-São Paulo* - disputado de 1933 a 1966 – que foi a primeira experiência duradoura de um campeonato interestadual entre clubes. Nessa linha, podemos citar também o *Campeonato Brasileiro das Seleções Estaduais*, instituído em 1922 através da Confederação Brasileira de Desportos (CBD) e que durou até 1963. E ainda, a *Taça Brasil*, um torneio mais abrangente reunindo campeões estaduais de diversas partes do país, disputado a partir de 1959 até 1967, e que tivera como motivação principal uma forma para indicar um representante brasileiro para a *Taça Libertadores*

da América, a partir de 1960. Esses dois torneios, *Campeonato Brasileiro de Futebol de Seleções* e *Taça Brasil*, contavam com a organização da CBD¹⁰³.

Em 1967 surgiu o que poderia ser tido como o mais acabado embrião do CB: o *Torneio Roberto Gomes Pedrosa* (o "Robertão" ou *Taça de Prata*), chancelado pela CBD em 1968 e que premiava o campeão com a *Taça de Prata* do futebol nacional. Esta competição, derivada do *Torneio Rio-São Paulo*, foi disputada por times do eixo Rio-São Paulo, mais os principais clubes de estados como Minas Gerais e Rio Grande do Sul, além de alguns outros clubes convidados de outros estados. O último "Robertão" aconteceu em 1970, quando então passou a ser disputado o CB, no ano seguinte. A denominação deste novo torneio não seria sempre a mesma, mas na prática todas elas representariam a mesma competição: "a principal disputa interclubes do Brasil"¹⁰⁴.

É preciso destacar que o contexto de surgimento do torneio, em 1971, presenciava o recrudescimento da ditadura militar, instaurada no Brasil desde 1964. Tal fenômeno que se materializava, pelos militares, numa busca de maior centralização política, no projeto econômico desenvolvimentista, na ampliação das bases do próprio poder e implementação do chamado plano de *integração nacional*, dialogou e influenciou os moldes que o campeonato adquiriria o longo dos anos. O interesse dos militares sobre o futebol vinha aumentando, sobretudo desde a derrota do selecionado na Copa de 1966, e em 1970, a própria comissão técnica da seleção já estava militarizada¹⁰⁵. Após o tricampeonato de futebol mundial conquistado no México, e aos números expressivos de crescimento econômico (o que não significava melhor

¹⁰³SARMENTO, Carlos Eduardo. *A regra do jogo: uma história institucional da CBF*. Rio de Janeiro: CPDOC, FGV, 2006, p. 107-108.

¹⁰⁴UNZELTE, Celso. *O livro de ouro do futebol*. São Paulo: Ediouro, 2009, p. 422.

¹⁰⁵SANTOS, Daniel de Araujo dos. *Futebol e Política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol*. 2012. 148 f. (Dissertação de Mestrado em História). CPDOC, FGV, Rio de Janeiro, 2012, p. 66-67.

distribuição de renda), o país vivia um clima de ufanismo nacionalista propagado especialmente pelo governo, que via crescentemente no futebol um instrumento poderoso para promover propaganda e estratégias políticas: assim, o “Brasil grande” passaria também pelo projeto de um “brasileirão” no futebol. Nessa linha, ressaltaria Ribeiro:

O final da década de sessenta e início de setenta conheceu o fenômeno econômico do “milagre brasileiro” (1969-1973), quando a economia nacional conheceu taxas elevadíssimas de crescimento (11% do PIB) e promoveu forte modernização, tanto na malha rodoviária e aérea quanto no sistema de comunicação, em especial com ampliação da transmissão dos jogos pela televisão. Essa modernização veio ao encontro do objetivo do regime em ampliar a ideologia da unidade nacional. Nessa direção, ainda, foi a criação de grandes estádios, por iniciativa do governo federal, em várias capitais, deixando clara a política do regime militar de ao mesmo tempo enquadrar e associar-se às elites regionais do futebol brasileiro. Ou seja, esvaziar a autonomia dos poderes locais a favor da centralização política, oferecendo em contrapartida escusos benefícios financeiros e materiais (como os estádios) aos dirigentes de clubes e federações estaduais¹⁰⁶.

SURGIMENTO DO CAMPEONATO BRASILEIRO: CONTEXTO TAMBÉM DE FORTE RECONFIGURAÇÃO NA IMPRENSA E DA APOLOGIA POR UM TORNEIO NACIONAL

É importante ressaltar que, nos inícios de 1970 o país vivenciava também transformações significativas na estrutura das mídias, entre elas a mídia esportiva: tal fenômeno interagiria com o processo de instituição e fortalecimento do torneio, ao longo dos anos.

As mídias, com destaque para as telecomunicações, eram consideradas um setor estratégico para o governo militar (que seguia prerrogativas da ideologia de *segurança nacional*), e assim vinham sendo

¹⁰⁶RIBEIRO, Luiz Carlos. *Brasileirão ou torneio Rio- São Paulo?* Curitiba, 11 out. 2011. Disponível em: <http://nefutebolesociedade.blogspot.com/2011/10/brasileirao-ou-torneio-rio-sao-paulo.html>. Acesso em: 09 ago. 2018.

impulsionadas pelo próprio Estado¹⁰⁷. Paralelamente, já desde a década de 1960, haviam começado a surgir diferentes publicações para o esporte no Brasil, sobretudo para o futebol, em formato de revistas, como são os casos de *Manchete Esportiva* (1955) e *Revista do Esporte* (1959) - embora ainda publicações de curta existência¹⁰⁸. O próprio rádio, neste momento, sofreria metamorfoses significativas em seus programas esportivos¹⁰⁹. Acrescenta-se, ainda, que este período acompanharia um *boom* na história da televisão brasileira, veículo que logo incorporaria o desporto aos seus domínios, através dos moldes do jornalismo esportivo, da crônica esportiva e das crescentes transmissões de partidas¹¹⁰.

No caso dos periódicos, até fins de 1960 se destacavam dois veículos especializados que efetivamente repercutiam a cobertura do futebol em ampla escala no país: os jornais diários *Gazeta Esportiva*, de São Paulo, e *Jornal dos Sports*, do Rio de Janeiro¹¹¹. Já nos inícios da década de 1970, surgiria uma publicação especializada com repercussão de circulação nacional para os esportes: a *Revista Placar*.

Placar figurava como um entre outros lançamentos midiáticos do Grupo Abril, naquele momento. Sediada, desde então, sempre em São Paulo, trazia um "time" de jornalistas consagrados, adquiriria caráter semanal e tiragem de 120 mil exemplares inicialmente, embora esse número subisse e aumentasse

¹⁰⁷SANTOS, Daniel de Araujo dos. *Futebol e Política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol*. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em História). CPDOC, FGV, Rio de Janeiro, 2012, p. 58-62.

¹⁰⁸HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de; MELO, Victor Andrade de. *O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil*. 1ª edição, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p. 107-148.

¹⁰⁹RIBEIRO, André. *Os donos do espetáculo: história da imprensa esportiva no Brasil*. São Paulo: Terceiro Nome, 2007, p. 157-235.

¹¹⁰TOLEDO, Luiz Henrique de. *Lógicas no futebol: dimensões simbólicas de um esporte nacional*. 2000. 322 f. Tese (Doutorado em Antropologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

¹¹¹HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de; MELO, Victor Andrade de. *O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil*. 1ª edição, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p. 80.

abruptamente ao longo dos anos, e a revista vivesse sempre no “vermelho”¹¹². A *Copa do Mundo* de 1970, a publicação dos resultados da loteria esportiva, então nascente, seriam pontos de apoio e fatores motivadores para o lançamento da revista. *Placar* tinha como prioridade a veiculação de grandes matérias, ênfase no fotojornalismo e uma escrita pautada na discussão, ou seja, pela crônica esportiva. Também, destacar-se-ia um jornalismo esportivo, desde os inícios, dentro de um discurso auto referido de cobertura e “interesse nacional”, empenhado na formação e difusão de uma determinada opinião com a clara intenção de intervir no sistema governativo do futebol brasileiro, visando superar o que considerava suas falhas e “atrasos”¹¹³. Assim, o veículo surgiu e adquiriu cada vez mais referência no campo midiático, pretendendo liderar e reportar a pauta de algumas das discussões mais destacadas do futebol brasileiro, através dos seus editoriais, reportagens e na crônica. Propondo, constantemente, reformas na estrutura do desporto nacional, sua “modernização” e profissionalização, nessa linha sublinhava a necessidade da implantação de um calendário nacional. Em 1970, isto se traduzia na defesa pela instituição efetiva de um *Campeonato Brasileiro* anual. A guisa de ilustração, acompanhemos uma das falas da revista, naquele momento:

Nós temos os melhores jogadores do mundo, temos os melhores estádios. Nós temos muito amor ao futebol: torcidas fanáticas. O que está faltando para transformar os velhos campeonatos regionais em um único campeonato, capaz de dar ao futebol brasileiro e lucros no exterior? É simples: faltam boa vontade e melhores dirigentes. No dia em que o governo tomar providências ou os cartolas criarem coragem

¹¹²RIBEIRO, André. *Os donos do espetáculo: história da imprensa esportiva no Brasil*. 1ª edição, São Paulo: Terceiro Nome, 2007, p. 232.

¹¹³MARCZAL, Ernesto Sobocinski. *O “caneco é nosso”: futebol, política e imprensa entre 1969 e 1970*. 2011. 347 f. Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011, p. 91-92.

pra destruir a estrutura de barro do nosso futebol, parecerão ideias novas, planos, calendários e uma tabela.¹¹⁴

Segundo Santos, essa narrativa de *Placar* era protagonista também em outras mídias destacadas do período, que já vinham advogando mesmo por uma ampliação dos torneios precursores ao CB¹¹⁵. Assim, percebe-se que em meio àquela reconfiguração do campo midiático esportivo, ascendia também uma apologia, destacada, por um torneio nacional nos domínios esportivos, como fundamental para o desenvolvimento do futebol brasileiro:

A evolução pedida por *Placar* e por outros veículos de imprensa passava pela criação do Nacional. As pressões vinham dos jornalistas, passando por alguns dirigentes e chegando até ao Ministro da Cultura, Jarbas Passarinho. A todos, a CBD respondia prometendo mudanças no calendário de 1971, tanto para os clubes mas também para a seleção brasileira de futebol. Novos tempos eram anunciados¹¹⁶.

Por outro lado, entretanto, o que parece claro é que o surgimento do CB demandou muito mais que a idealização (e o destaque) de um projeto, seja dentro do campo da imprensa, seja dentro da própria figuração esportiva dos clubes, na década de 1970. Demandaria, necessariamente, uma aliança entre clubes de grande expressão, a CBD e o próprio Estado com a anuência ou aceitação do restante dos agentes que compunham o futebol brasileiro. Ao longo desse processo, ainda, certamente que o gradual crescimento do mercado esportivo como produto midiático, a própria entrada gradual da

¹¹⁴JAMES, Narciso; LAURENCE, Michel. "Senhores dirigentes eis o Campeonato Nacional". *Revista Placar*. São Paulo, 21 ago. 1970, p. 30.

¹¹⁵SANTOS, Daniel de Araujo dos. *Futebol e Política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol*. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em História). CPDOC, FGV, Rio de Janeiro, 2012, p. 54.

¹¹⁶SANTOS, Daniel de Araujo dos. *Futebol e Política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol*. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em História). CPDOC, FGV, Rio de Janeiro, 2012, p. 84.

televisão como transmissora das partidas foram fatores importantes para consolidação do torneio.

O ACORDO FUNDAMENTAL: A TUTELA DO ESTADO

Vale lembrar que desde os torneios que antecederam o CB, não parecia haver concretamente, entre os clubes participantes nessas disputas, uma base financeira ou pelo menos uma organização ou projeto para que fosse viável a instituição regular de um campeonato mais nacionalizado e abrangente efetivamente – talvez nem fosse este o objetivo destes clubes. Atente-se, por exemplo, que o Campeonato das Seleções Estaduais se ancorava, financeiramente, nos grandes públicos regionais, congregados acima das rivalidades clubísticas locais e *sem o aporte financeiro dos clubes*. Já a *Taça Brasil*, dispunha de um formato de copa e tinha suas fases regionalizadas devido aos custos e dificuldade de deslocamento no país. *Portanto, o que se ressalta, é que os clubes não tinham um histórico de gerência financeira autônoma dos torneios anteriores ao CB*, e nem seriam eles que financiariam o campeonato, que de qualquer modo precisaria de um aporte financeiro para acontecer.

Além disso, a esfera organizativa do futebol revelava falta de coesão. Sobravam disputas e evidenciavam-se insatisfações, entre os clubes, já nesse momento quanto a CBD não permitir uma maior autonomia para o desporto, ou mesmo, desenvolver o futebol profissional no país. Mais, havia ainda reclamações recorrentes de corrupção e incompetência administrativa sobre aquela instituição, somada a outra crítica em destaque: a de que o futebol profissional servia para sustentar os outros esportes no país por intermédio da taxa cobrada pela CBD de 5% em partidas interestaduais ¹¹⁷. Tais

¹¹⁷ FRANCISCHINI, Sandro Luís Montanheiro. *Campeonato Brasileiro de Futebol e a Esportificação do Futebol Profissional (1971-1979)*. 25 fev. de 2005. 143p. Dissertação (Mestrado

descontentamentos conviviam com a necessidade dos clubes estarem vinculados a uma confederação, legítima representante do país perante a FIFA (Fédération Internationale de Football Association). Estrutura organizativa reforçada por um modelo autoritário que a envolvia (em seus vários níveis) e partia do próprio governo: este, através do Conselho Nacional do Desporto (CND) (criado ainda em 1941), podia submeter e intervir nos clubes e na estrutura organizativa caso se achasse necessário.

Por outro lado, entretanto, o torneio nacional ascendia como salutar para atender, ao mesmo tempo, as demandas financeiras e acordar os diferentes interesses e diferenças dentro da configuração esportiva: 1º) a manutenção operacional da CBD e da sua legitimidade política frente ao futebol profissional no país, evitando o fracionamento e disputas de poder no interior da sua estrutura já sistematizada, o que também poderia causar o declínio do destaque político e econômico que os grandes clubes gozavam neste modelo, 2º) o fornecimento de bases financeiras e um calendário para os clubes de grande expressão, através da disputa de um campeonato interestadual rentável, com status de nacional, chancelado pela CBD e que daria acesso a Taça Libertadores das Américas, 3º) a manutenção da base política da CBD, assentada nas federações regionais que aglutinavam associações de todos os esportes em cada região.

O torneio figurava, assim, cada vez mais como uma solução oportuna, para os atores destacados, num cenário de disputas, interesses e de dificuldades partilhadas, o que lhe conferiu um *status* de uma “salvação financeira”¹¹⁸. Esta solução seria bem vista pelos clubes de maior expressão,

em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

¹¹⁸ FRANCISCHINI, Sandro Luís Montanheiro. *Campeonato Brasileiro de Futebol e a Esportificação do Futebol Profissional (1971-1979)*. 25 fev. de 2005. 143p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

de uma forma geral, porque os campeonatos estaduais (nesse momento) mostravam-se cada vez mais esvaziados e inviáveis financeiramente, o que agravava a situação (em geral) de penúria das agremiações, a qual já vinham vivenciando desde período anterior. Isso também ocorria porque, já numa perspectiva global, o esporte era incorporado à indústria do espetáculo e do consumo de massa, e nesse cenário os jogos envolvendo clubes de menos repercussão, como é o caso dos campeonatos estaduais (e onde raros são os chamados “dérbis” que atraem multidões), não congregavam os grandes públicos - que são a base de apoio da mídia de massa e do mercado de consumo de bens culturais das grandes empresas, que passam a se associar ao futebol. Nesse cenário, o torneio nacional representaria possibilidades de ganhos financeiros diferenciados, pois os clubes dos grandes centros visualizavam na disputa uma série de confrontos atrativos com outros clubes de expressão, aliás modelo que já vinha mostrando-se bem sucedido nos anteriores torneios interestaduais ¹¹⁹. Dessa forma, visualizava-se que grandes públicos estariam garantidos nestas partidas, e por consequência grandes rendas e capacidade de plena atividade das agremiações (além de sustentação financeira a toda burocracia esportiva). Vale lembrar que nessa época, a renda das partidas e a negociação de “passes” de atletas, eram as fontes de renda principais dos clubes - nessa época já estava em vigência a chamada “lei do passe”, regulamentada em 1968 ¹²⁰ e provavelmente existente como prática já em período anterior.

Porém, ainda que se mostrasse financeiramente promissor e oportuno, o torneio demandaria o apoio de um terceiro elemento para, de fato, emergir

¹¹⁹ FRANCISCHINI, Sandro Luís Montanheiro. *Campeonato Brasileiro de Futebol e a Esportificação do Futebol Profissional (1971-1979)*. 25 fev. de 2005. 143p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

¹²⁰ PRONI, Marcelo Weishaupt. *A metamorfose do Futebol*. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp/Fapesp, 2000, p. 142.

e se consolidar. Efetivamente, o ponto fundamental que celebraria a ligação marcando a confluência de interesses dos grandes clubes (e da configuração esportiva) com o projeto do novo torneio se dá quando o Estado oferece a sua tutela. Isto ocorreu nos inícios da década de 1970, época em que os militares no poder promoviam o referido projeto político de *integração nacional* e que iria de encontro com os interesses do núcleo mais protagonista da figuração esportiva naquele momento. Por outro lado, a adesão de outros clubes, embora não destacados, mas de grande expressão das demais capitais do país, que encamparam o projeto, daria sustentação, coesão, legitimidade e unicidade a um modelo de disputa que tinha como braço de apoio o Estado.

De uma forma mais objetiva, isso se traduziu em subsídios pelo governo aos clubes que disputariam o novo torneio, cobrindo seus custos de hospedagens e passagens aéreas, através da criação da loteria esportiva, ainda em 1969¹²¹. Este era um cenário de números expressivos na economia do país, e a loteria logo se transformaria em uma “febre”, financiando o fortalecimento da própria CBD e do torneio então nascente¹²².

É importante destacar, ainda, que a primeira edição do CB, em 1971, conviveria com a ameaça de uma cisão na figuração esportiva dos clubes: agremiações descontentes por terem ficado de “fora” do primeiro nacional, sob a liderança do governador de Goiás, teriam criado um campeonato paralelo: o *Torneio da Integração Nacional*. A seletividade do primeiro CB, seu número considerado reduzido de participantes, tal como a criação do referido campeonato paralelo, desagradaria os militares, pois iria à

¹²¹PRONI, Marcelo Weishaupt. *A metamorfose do Futebol*. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp/Fapesp, 2000, p. 142-143.

¹²²SANTOS, Daniel de Araujo dos. *Futebol e Política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol*. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em História). CPDOC, FGV, Rio de Janeiro, 2012, p. 75-77.

contramão do projeto de *integração nacional*, dentro do futebol¹²³. Porém, dali em diante o torneio passaria a incorporar cada vez mais outros clubes por todo o Brasil, sob a “batuta” de João Havelange.

O TORNEIO COMO FORMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL: JOÃO HAVELANGE E OS CONVITES

Conforme visto, o torneio só pode ser instituído efetivamente a partir da tutela do Estado, e ele interessava ao governo porque poderia contribuir no chamado projeto de *integração nacional*. Essa integração teria outros desdobramentos sobre a própria configuração político-esportiva, conforme vamos demonstrar. No campo da imprensa, o *Campeonato Brasileiro* ajudaria a impulsionar um melhor *status* para uma classe de jornalistas esportivos, que com o torneio passam a viajar mais, serem mais requisitados, reconhecidos em escala nacional e receberem melhores salários. No campo esportivo, no universo das torcidas, há um fortalecimento e crescente disseminação do torcer a partir da cultura das *Torcidas Organizadas* que passam a melhor organizarem-se burocraticamente, promover alianças (com outras torcidas) e promover viagens nacionais¹²⁴.

Nesse momento, não houve apenas uma integração no plano esportivo do futebol brasileiro (ou no campo da imprensa e das torcidas associadas a ele), mas a própria esfera política combinou-se naquele movimento: representantes de cargos públicos do executivo e legislativo, num jogo assentado no personalismo de dirigentes, na inclusão de clubes apadrinhados por políticos e na lógica do favorecimento dinamizado pelo bipartidarismo

¹²³SANTOS, Daniel de Araujo dos. *Futebol e Política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol*. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em História). CPDOC, FGV, Rio de Janeiro, 2012, p. 99-100.

¹²⁴SANTOS, Daniel de Araujo dos. *Futebol e Política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol*. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em História). CPDOC, FGV, Rio de Janeiro, 2012, p. 96-97.

então vigente¹²⁵. Este cenário, numa direção de centralização, tornou-se evidenciado a cada edição do torneio a partir da sua criação. O formato adotado para constituição dos torneios, desde o início, seguiria o modelo de convites feitos aos clubes pela CBD presidida então por João Havelange.

João Havelange tinha sido elevado a presidente da CBD ainda em 1958 (já fora vice-presidente da entidade em 1956)¹²⁶, num momento de reformulação da entidade e ideia de renovação das lideranças esportivas no desporto brasileiro, cuja pretensão era dotar esses domínios de mais técnica, profissionalismo, cientificidade e disciplina¹²⁷. Ele era, então, um ex-atleta (da natação), com 41 anos, formado em direito e que também havia desenvolvido carreira na vida empresarial. Tinha boa experiência e conhecimento como dirigente de esportes, além de já ter atuado como conselheiro do CND. Na sua gestão, a frente da CBD, conquistaria três títulos mundiais para o futebol brasileiro (1958-1962-1970), o que lhe dotaria de grande capital político não só entre os círculos do governo, mas até mesmo para postular a presidência da FIFA (o qual seria eleito, posteriormente).

No projeto do *Campeonato Brasileiro*, Havelange desempenharia papel destacado na associação, reforço e influência dos interesses militares pelos meandros e entrelaçamentos da política com o futebol, e da capilaridade que este possuía. Isso se refletiu, objetivamente, pelo aumento de clubes nas edições subsequentes do *Campeonato Brasileiro*, entre 1971-1975¹²⁸, e para o

¹²⁵ FRANCISCHINI, Sandro Luís Montanheiro. *Campeonato Brasileiro de Futebol e a Esportificação do Futebol Profissional (1971-1979)*. 25 fev. de 2005. 143p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

¹²⁶ FRANCISCHINI, Sandro Luís Montanheiro. *Campeonato Brasileiro de Futebol e a Esportificação do Futebol Profissional (1971-1979)*. 25 fev. de 2005. 143p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

¹²⁷ SARMENTO, Carlos Eduardo. *A regra do jogo: uma história institucional da CBF*. Rio de Janeiro: CPDOC, FGV, 2006, p. 95-98.

¹²⁸ Em 1971, 20 clubes; em 1971, 26; em 1973, 40; em 1974, 40; em 1975, 42.

cartola na provável obtenção de dividendos que o referido trânsito lhe proporcionava. Parece razoável imaginar que tais capitais acumulados seriam revertidos para sua própria candidatura, para entidade máxima do futebol internacional, nas eleições de 1974. Três episódios merecem referência nesse circuito que fortaleceu mais a sua figura e que acabou repercutindo na formatação do torneio nacional: a implantação definitiva da Loteria Esportiva como fonte de receitas regular e destacada para CBD (em 1973); a excursão da seleção brasileira pela Europa e Ásia (também em 1973, com recursos da CBD); e a organização da *Taça Independência* (ainda em 1972), sob sua responsabilidade, que foi uma espécie de “mini Copa do mundo” no Brasil (para comemorar os 150 anos da independência), reunindo 20 selecionados e disputada em 12 cidades e estádios pelo Brasil.

Por outro lado, Havelange, seu modelo de gestão e de promoção do *Campeonato Brasileiro*, seriam frequentemente criticados na *Revista Placar*, desde os inícios da publicação (havia leitura próxima em outras mídias). Ainda em 1970, conforme destaca Daniel Santos em sua dissertação de mestrado, a revista promoveria uma série de reportagens culpando a figura do *cartola* (em geral), “aquele que se preocuparia mais com o seu prestígio do que pelos rumos do futebol”, pela estrutura precária do futebol brasileiro. Entre diferentes *cartolas*, a revista destaca em uma dessas reportagens João Havelange:

Uma Confederação Brasileira de Futebol teria poderes para exercitar a única solução capaz de impedir a falência dos clubes: a elaboração de um calendário anual e do *Campeonato Brasileiro*. Uma Confederação preocupada com os problemas do futebol interessa aos clubes, aos torcedores, a todos. Menos a Jean-Marie Faustin Goddfrois D`Havelange. A ele não interessa por um simples motivo: teria que se decidir entre a CBD e a Confederação de Futebol. De qualquer maneira, seria perder prestígio, ou dos esportistas

amadores ou do futebol. Com todos os problemas centralizados na CBD, sob seu comando, seu prestígio continua grande, influente¹²⁹.

Para os torneios nacionais na gestão de Havelange, de uma forma geral, a confederação considerava critérios técnicos para fazer o convite aos clubes – como, por exemplo, o convite recorrente aos campeões estaduais –, o que evidencia uma vontade de construir-se um campeonato com clubes de todos os estados do país e seguindo princípios de mérito, mais claros e estáveis. Entretanto tais prerrogativas não eram únicas, e as regras de participação no torneio mudavam ano a ano, o que favorecia o aumento do poder pessoal de Havelange nesse processo, em que ele detinha a escolha de “quem” convidar ou não. Paralelamente, evidenciava-se em conjunto, também, outras prerrogativas como condição de ingresso para o campeonato, abertamente declaradas: o apelo popular que dispunha o clube; a estrutura deste, destacando-se a condição de ter um grande estádio; a estrutura e logística da sua região para receber os outros clubes, e ainda (e de grande importância), o poder político dos seus dirigentes como “moeda de troca” em termos de dividendos políticos¹³⁰, que seria capitalizado para Havelange e/ou para os interesses que ele representava.

Essas prerrogativas nos parecem evidenciar, portanto, um projeto inicial que é capitaneado pelo governo, e delegado à CBD, em que se garantia a participação ao torneio e a plena atividade dos grandes clubes (que devido a sua dimensão, não corriam o risco de não participarem do torneio, seja por mérito esportivo ou convite) e demais clubes de grande expressão, evitando

¹²⁹SANTOS, Daniel de Araujo dos. *Futebol e Política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol*. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em História). CPDOC, FGV, Rio de Janeiro, 2012, p. 78.

¹³⁰ FRANCISCHINI, Sandro Luís Montanheiro. *Campeonato Brasileiro de Futebol e a Esportificação do Futebol Profissional (1971-1979)*. 25 fev. de 2005. 143p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

cisões por um lado, e por outro, assentava-se em uma base financeira segura, buscando com ela o desenvolvimento do futebol profissional brasileiro através da tutela financeira aos clubes menores. Como se percebe, o modelo abria brechas para ser utilizado também com fins eleitorais, político-particulares e/ou assistencialistas, como de fato foi. Esta “garantia de participação” estava dada a determinados clubes porque o torneio era assentado financeiramente na sua repercussão popular, ou seja, público em partidas e resultados financeiros da loteria esportiva. Nessa mesma direção, 70% dos recursos da loteria esportiva eram destinados ao governo, portanto o governo tinha também grande interesse econômico sobre o torneio e consequentemente sobre quais clubes seriam convidados.

Os CBs durante a década de 1970, não raro, teriam formatos que por vezes colocavam em segundo plano os critérios técnicos, pois visavam sobretudo as grandes rendas. Inclusive, nesse sentido, figuraria nas edições de 1971 e 1974 o polêmico critério “público”, como elemento para definir a classificação do clube para as fases seguintes - ou seja, o clube que tivesse mais torcedores nos estádios seria beneficiado pelo regulamento do campeonato.

Estas fórmulas de disputa seriam ano a ano alteradas, inseridas geralmente sobre um calendário frequentemente criticado como mal planejado (por exemplo, em *Placar*) e com muitos de jogos, os quais não dariam condições para treinamento, recuperação e bom rendimento dos atletas.

“ONDE A ARENA VAI MAL, UM TIME NO NACIONAL”: HELENO NUNES E O GIGANTISMO DO TORNEIO

Na trajetória do torneio, uma inflexão significativa dar-se-ia, ainda em 1975, a partir da eleição do Almirante Heleno Nunes para presidente da CBD,

indicado pelo governo militar. Por essa época o regime ditatorial contabilizava perdas nas eleições indiretas de 1974, a qual a oposição representada pelo MDB havia tido votação expressiva em vagas no Senado e na Câmara Federal, frente à ARENA.

Os militares planejavam uma reação, que no campo político emergiria através de medidas como a *Lei Falcão* (1976) e o chamado *Pacote de Abril* (1978), mas também no campo esportivo em inter-relação com o político. Era nesse cenário que ascendia Heleno Nunes, ainda em 1975, e que também se consagraria a frase “Onde a Arena vai mal, um time no nacional”. Na ocasião, Havelange fora pressionado a deixar o cargo por ser eleito à presidência da FIFA e por não estar mais correspondendo às aspirações dos militares (além de denúncias de corrupção durante a organização da *Taça Independência*¹³¹), nos círculos de gestão do desporto. Nunes tampouco seria o candidato indicado inicialmente pelo ex-presidente. Paralelamente, no campo esportivo, já se gestava entre os clubes e federações discussões sobre novos formatos para o torneio nacional¹³², e mesmo sobre a sucessão de Havelange, mas nada que poder-se-ia ter como uma “ebulição” na figuração esportiva ainda, que tivesse um caráter de confronto efetivo em relação à CBD ou contra o governo.

Sobre o Almirante Heleno Nunes, destaca-se que era um membro da ARENA¹³³, filho de um ex-capitão da marinha, tinha 59 anos ao ascender à presidência da CBD e acumulava experiência como deputado estadual (três

¹³¹SANTOS, Daniel de Araujo dos. *Futebol e Política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol*. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em História). CPDOC, FGV, Rio de Janeiro, 2012, p. 110-111.

¹³² FRANCISCHINI, Sandro Luís Montanheiro. *Campeonato Brasileiro de Futebol e a Esportificação do Futebol Profissional (1971-1979)*. 25 fev. de 2005. 143p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

¹³³SANTOS, Daniel de Araujo dos. *Futebol e Política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol*. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em História). CPDOC, FGV, Rio de Janeiro, 2012, p. 111-112.

vezes) e uma secretaria no Estado do Rio de Janeiro. Além disso, havia sido diretor de futebol do Vasco da Gama, exercido o cargo de diretor de futebol na CBD (em 1967), tinha parentes, pessoas influentes no governo militar, então liderado por Emílio Garrastazu Médici. Ao contrário de Havelange, Nunes não tinha outro projeto pessoal autônomo ao dos militares, mas acabaria sendo acusado também de beneficiar-se pela organização do torneio ¹³⁴. De qualquer modo, sua gestão na CBD parece ter cumprido com mais afinco o projeto do governo de integração nacional dentro do futebol, a partir da ampliação de clubes na disputa do CB.

Com Nunes no poder, a partir de 1975, seguir-se-ia uma proposta de reformulação do campeonato que intensificaria a interiorização do torneio, e o inchamento do campeonato. Até este momento o campeonato havia aumentado, mas nunca ultrapassara a quantidade de 40 agremiações. Em 1976, seriam 54 clubes; em 1977, 62 clubes; em 1978, 74 clubes; em 1979, 94 clubes. Ainda em 1975, fora instituído também o voto unitário dos clubes na representatividade frente às federações e à confederação, o que reorganizou a figuração esportiva em termos políticos e é um processo de suma importância para entender-se um dos mecanismos a partir do qual se processam alguns dos tensionamentos de destaque do futebol brasileiro. Sobre este momento, afirma Helal:

Em 1975, a situação agravou-se com a aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei nº 6.251 que, entre outras medidas, institucionalizava o voto unitário nas federações e confederações. Aparentemente moderno e democrático, esse sistema se transformou em um poderoso instrumento de barganha política, dando às ligas do interior o poder de controlar as federações. Com o advento do voto unitário, as federações e a CBD organizaram campeonatos em que participavam diversos clubes pequenos ou sem expressão no cenário futebolístico do país. Esses campeonatos longos - e com grande quantidade de

¹³⁴SANTOS, Daniel de Araujo dos. *Futebol e Política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol*. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em História). CPDOC, FGV, Rio de Janeiro, 2012, p. 126.

jogos de pouco interesse - resultaram em fracassos financeiros para os grandes clubes¹³⁵.

A gestão de Nunes, nesse cenário, significou o afastamento de dirigentes dos principais clubes do núcleo dirigente que se constituía na CBD¹³⁶. A ascensão da gestão de Nunes, também, poderia ser vista como o ponto em que começou a se desfazer a convergência de interesses que envolvia governo e os grandes clubes. Estes ficaram, nesse momento, a margem do projeto e influência na organização do torneio, e o certame tornou-se cada vez mais inchado em termos de clubes, e esvaziado em termos de público¹³⁷. Houve descontentamento por parte dos clubes de maiores dimensões, e o período acompanhava, ainda, a retirada dos militares do poder, o que oferecia condições para o surgimento de uma confederação específica para o futebol, ao mesmo tempo em que uma maior autonomia política e de influência dos principais clubes sobre o futebol brasileiro era requisitada.

Durante a gestão de Heleno Nunes a *Revista Placar* se pronunciaria várias vezes. A leitura do periódico é de que aquela administração havia “empobrecido” o futebol por se pautar em interesses políticos em detrimento do desporto, e essa mesma leitura - a qual Ronaldo Helal denominaria de “narrativa de crise” do futebol brasileiro - poderia ser encontrada em outros veículos de referência naquele momento¹³⁸. É também dentro dessa leitura que se entende porque a revista comemoraria, por exemplo, a derrota de alguns candidatos a cargos públicos nas eleições de 1978. *Placar* considerava

¹³⁵HELAL, Ronaldo. *Passes e Impasses: Futebol e cultura de massa no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p. 46.

¹³⁶SARMENTO, Carlos Eduardo. *A regra do jogo: uma história institucional da CBF*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2006, p. 107-108.

¹³⁷HELAL, Ronaldo. *Passes e Impasses: Futebol e cultura de massa no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p. 46-77.

¹³⁸HELAL, Ronaldo. *Passes e Impasses: Futebol e cultura de massa no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p. 57-64.

que aqueles candidatos viviam entre os meandros de futebol e política para se promoverem sobrepujando os interesses do desporto, e assim felicitava o esclarecimento dos eleitores por terem sabido separar o “jogo” da política, e “derrotado” aquelas figuras que prejudicavam o futebol:

Enquanto os clubes se empobreciam no Brasileiro, os cartolas se mantinham calados, pois precisavam do apoio de Heleno Nunes às suas candidaturas. Não adiantou já que o voto cassou toda a pretensão. Com a transformação do Brasileiro em trampolim político para as aspirações eleitorais da Arena, o presidente da CDB, almirante Heleno Nunes, esvaziou terrivelmente os nossos grandes clubes e, ao mesmo tempo, prestou um serviço ao Brasil: o eleitor aprendeu que seu voto deve estar acima das paixões clubísticas ou futebolísticas¹³⁹.

Em fins da década de 1970 a estratégia do governo no futebol declinaria em face da derrocada do projeto econômico levado a cabo (o *milagre econômico* chegaria ao fim tal como o projeto de *integração*), e também pelo próprio inchamento do campeonato ao longo dos anos, de forma descompromissada aos interesses do futebol. Vale lembrar que entre 1971 e 1979, o campeonato aumentara de 20 até 94 clubes participantes, e este inchamento passara a simbolizar cada vez mais (para vários atores imersos no campo esportivo) sua falência financeira em fins da década de 1979¹⁴⁰. Entre os mais descontentes com esse processo, figuravam os grandes clubes.

ABERTURA, SURGIMENTO DA CBF, PRESSÃO DOS GRANDES CLUBES E CAMPEONATOS MAIS ENXUTOS

O ano de 1980 começa sob o signo da esperança. Já na primeira semana, Giulite Coutinho, novo homem forte do nosso futebol,

¹³⁹Editorial. “O jogo das eleições. O povo venceu os cartolas”. *Revista Placar*. São Paulo, 1 dez. 1978, p. 10.

¹⁴⁰ FRANCISCHINI, Sandro Luís Montanheiro. *Campeonato Brasileiro de Futebol e a Esportificação do Futebol Profissional (1971-1979)*. 25 fev. de 2005. 143p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

divulgou um esboço de calendário, aliás cumprindo o que prometera a Placar às vésperas do natal. Um calendário que, ao menos, dá aos nossos clubes um mínimo de garantias para se organizar. Assim, entre fevereiro e maio teremos um reformulado *Campeonato Brasileiro*. Talvez não totalmente depurado, mas já bastante saneado.¹⁴¹

Em fins da década de 1970 o acirramento das tensões entre os chamados grandes clubes e os modelos de torneio elaborados pela CBD era cada vez mais patente. Nessa direção, irromperia um acontecimento que poderia ser visto, em parte, como resultante daquelas disputas, mas (sobretudo) emblemático para uma nova reconfiguração: a criação, em 1979, da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) substituindo a CBD, por um decreto governamental e que atendia uma normativa da FIFA. A CBF seria um órgão destinado a gerir apenas assuntos do futebol e tal como a CBD, a sede deste órgão permaneceria no Rio de Janeiro. Nesse mesmo momento deu-se a eleição do presidente Giulitte Coutinho – já indicado como presidente do Conselho Nacional dos Desportos (CND) por Figueiredo, e então predileto dos militares¹⁴² – para a nova entidade, que se encaixava nos planos da sua reformulação, do futebol brasileiro e do enxugamento do campeonato.

Giulitte Coutinho tinha naquele momento 58 anos. Empresário, nascera em Minas Gerais, mas havia se mudado para o Rio de Janeiro, sendo presidente do América-RJ na década de 1950 e depois na de 1970. Chegava na CBF ao lado de José Medrado Dias, que seria seu diretor de futebol, e tinha como uma das plataformas da sua gestão o projeto de redução do torneio¹⁴³. A configuração política mais ampla do país revelava o início de uma forte crise econômica (que se prolongaria pela década de 1980, apesar de

¹⁴¹KINJÔ, Celso. "Opinião de Placar". *Revista Placar*. São Paulo, 11 jan. 1980, p. 9.

¹⁴²SANTOS, Daniel de Araujo dos. *Futebol e Política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol*. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em História). CPDOC, FGV, Rio de Janeiro, 2012, p. 136.

¹⁴³SANTOS, Daniel de Araujo dos. *Futebol e Política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol*. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em História). CPDOC, FGV, Rio de Janeiro, 2012, p. 136.

diferentes planos econômicos do governo), e nesse momento viver-se-ia o chamado período de *distensão* do regime autoritário, e o projeto de *abertura gradual e controlada* capitaneada pela ala moderada dos militares. A entrada de João Figueiredo na presidência do país acompanhou também o fortalecimento de diferentes movimentos sociais, artistas, comunidades eclesiais, sindicato de trabalhadores, e também de greves, que protagonizariam uma inflexão mais aguda na direção da *redemocratização* do país. Em meio a esse cenário, no próprio campo esportivo entre 1981-1985, no SC Corinthians Paulista, também nasceria uma proposta mais afinada às liberdades políticas: a chamada *Democracia Corinthiana*, que surgiria em meio a uma forte crise desportiva da agremiação. Liderados pelo presidente Waldemar Pires, fora das quatro linhas, a proposta se justificava inicialmente pela busca de profissionalização¹⁴⁴, através de uma gestão compartilhada e que inovava em paradigmas de publicidade e marketing esportivo, com a marca da *democracia*¹⁴⁵. Dentro de campo, jogadores como Sócrates, Wladimir, Zenon e Casagrande, o movimento se inspiraria em um modelo democrático de gestão em que os atletas eram protagonistas nas decisões do clube e também inovavam como atores que reivindicavam legitimidade nas discussões da esfera pública brasileira, tomando partido em movimentos sociais, no processo de *abertura* e na campanha das “Diretas já”. Assim, entre os seus muitos adeptos (mas também críticos), essas figuras por vezes apareciam carregando faixas no campo, dizeres nas camisas, declarações na imprensa ou participando de atividades políticas ligadas a ideia de

¹⁴⁴MARTINS, Mariana Zuaneti; REIS, Heloisa Helena Baldy dos. “Diálogos críticos sobre a democracia corinthiana como movimento social”. In: V Congresso internacional de ciências do esporte (CONICE). 2013, Brasília, DF, p. 11-12.

¹⁴⁵FLORENZANO, José Paulo. *A democracia corinthiana: práticas de libertação no futebol brasileiro*. 353p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Departamento de Antropologia Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003.

democracia no clube ou no país¹⁴⁶, refletindo um contexto brasileiro onde a democracia passava a cada vez mais ser reivindicada como paradigma norteador em diferentes esferas da vida social.

No que diz respeito ao surgimento da CBF, este pode ser visto como uma ruptura no processo de reordenamento da figuração esportiva, embora provavelmente já fosse idealizada nos inícios da década de 1970. Nesse processo de reconfiguração, o governo parece propor-se a sair do núcleo gestor do desporto, visualizando, no entanto, um desenvolvimento do futebol do país capitaneado pelos grandes clubes. Por essa época evidenciava-se, em alguns espaços destacados, um sentimento de atraso¹⁴⁷ - e mesmo de crise¹⁴⁸ para o futebol brasileiro - o que certamente contribuiu uma maior autonomia dos grandes clubes e seus dirigentes, para que levassem a cabo as reformas do desporto, nos espaços decisórios, num sentido que se acreditava de "modernização". A instituição (CBF) surge assim numa fronteira de tutela estatal e autonomia dos clubes sobre o esporte, porque é efetivamente criada e normatizada pelo governo, via CND, mas seu formato de funcionamento atenderia aos "grandes clubes" e clubes de grande expressão, através das diretrizes de enxugamento e maior rentabilidade do campeonato, então em pauta.

Os campeonatos nesse momento terão em média o número de participantes em 40 - até a ruptura dos grandes clubes em 1987¹⁴⁹, quando ocorrerá a criação do chamado *Clube do 13* que organizará o campeonato

¹⁴⁶DIAS, Luiz Antonio; FARINA, Michelle Cuciol da Silva. "Preto no Branco: A democracia corintiana nas páginas do jornal Folha de São Paulo". In: *Revista Recorde*. n. 2, v. 9, Rio de Janeiro, dez. 2016, p. 1-21.

¹⁴⁷GIL, Gilson. "O drama do 'futebol-arte': o debate sobre a seleção nos anos 70". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n. 25, ano 9, São Paulo, 1994, p. 100-109.

¹⁴⁸HELAL, Ronaldo. *Passes e Impasses: Futebol e cultura de massa no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p. 58.

¹⁴⁹Entre 1980 e 1984, 40 clubes, e em 1985 e 1986, 44.

com 16 clubes assentado no que seriam pressupostos comerciais¹⁵⁰. Conforme exposto, este cenário de descontentamento começara a se gestar nos finais da década de 70, quando os grandes clubes já estavam efetivamente em desacordo com a CBD, e poder-se-ia falar já num movimento entre estes que almejava mais autonomia, mais protagonismo no futebol brasileiro e campeonatos nacionais com menos clubes do que vinha ocorrendo até então. Movimento que, possivelmente, encontrava cada vez menos obstáculos políticos instituídos de cunho “legal”, haja vista que nesse momento os militares ensaiavam uma retirada do governo.

Por outro lado, a CBF nasceria com uma base alargada de sustentação, devido ao processo de integração ocorrido por intermédio da CBD, e, portanto, sua operacionalidade também dependia ainda de clubes e federações menores, de futebol no país. Aos grandes clubes, a CBF continuava oferecendo legitimidade frente à FIFA¹⁵¹.

A CBF, no seu nascimento, representou também legitimidade, integração, unificação diretiva e simbólica do futebol no Brasil, figuração em que os dirigentes destes grandes clubes experimentaram uma reaproximação com o núcleo de destaque de poder: a gestão da entidade¹⁵². Mas isso também representou um entrave para os grandes clubes, uma vez que estes agora tinham a concorrência dos clubes europeus, sobretudo dos italianos, que vinham a algum tempo importando jogadores brasileiros para seus campeonatos, de grande sucesso financeiro¹⁵³ num momento de

¹⁵⁰HELAL, Ronaldo. *Passes e Impasses: Futebol e cultura de massa no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p. 58-105.

¹⁵¹FRANCISCHINI, Sandro Luís Montanheiro. *Campeonato Brasileiro de Futebol e a Esportificação do Futebol Profissional (1971-1979)*. 25 fev. de 2005. 143p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

¹⁵²SARMENTO, Carlos Eduardo. *A regra do jogo: uma história institucional da CBF*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2006, p. 107-108.

¹⁵³PRONI, Marcelo Weishaupt. *A metamorfose do Futebol*. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp/Fapesp, 2000, p. 142-266.

reordenamento global mais pronunciado. Desta forma, estando atrelados politicamente ao formato político da CBF para o futebol e campeonatos no Brasil, que tinha compromisso com um universo maior de clubes no país, isto significava dificuldades na equiparação com o futebol internacional.

Havia ainda toda uma burocracia construída por intermédio do *Campeonato Brasileiro*, interligando federações regionais, clubes e CBD durante o período militar, e que eram financiadas também por recursos advindos da loteria esportiva e do desporto. Com a criação da CBF esta burocracia também permaneceria e se veria beneficiada, uma vez que sua operacionalidade se mantinha em funcionamento.

GIULITE COUTINHO: PROMESSAS DE MENOS CLUBES E DE PROFISSIONALIZAÇÃO

Na CBF, a eleição de Coutinho seria representada como uma nova proposta para o futebol no país, proposta que se inseria numa figuração esportiva cindida e em efervescência e sobre a qual promoveu o fim da política de “interiorização” do *Campeonato Brasileiro* e seu respectivo inchamento:

A primeira expressiva modificação realizada pela nova entidade foi a criação do *Campeonato Brasileiro* de 1980 em duas divisões, uma nítida reviravolta no processo de “interiorização”, fazendo prevalecer os clubes mais tradicionais. Deveriam ser estabelecidos critérios mais técnicos na distribuição dos clubes, mas o que se notou foi a continuidade de certas práticas assistencialistas. A primeira divisão passou a ser denominada de Taça de Ouro, que seria composta por 40 equipes¹⁵⁴.

¹⁵⁴ FRANCISCHINI, Sandro Luís Montanheiro. *Campeonato Brasileiro de Futebol e a Esportificação do Futebol Profissional (1971-1979)*. 25 fev. de 2005. 143p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

O primeiro campeonato organizado por Coutinho (1980) teve assim 40 clubes na sua divisão principal, garantindo a participação a todos os campeões estaduais, tradição que remontava de certa forma ainda à década anterior. Para federações consideradas maiores, também garantiu vaga aos vice-campeões.

A administração de Coutinho teria acompanhado uma agenda de modificações seguindo pressupostos de marketing esportivo e comercialização. Assim, novos critérios para o televisionamento das partidas e a adoção de um novo calendário para o futebol nacional, somadas ainda a criação de uma segunda divisão do *Campeonato Brasileiro* de Futebol, fizeram parte de sua gestão. Giullite também liberaria a propaganda na camisa dos times (1982)¹⁵⁵.

Na *Revista Placar*, o mandato de Giulite seria recorrentemente exaltado como afinado a um projeto de “modernização” do futebol brasileiro. Quem então se destacava no editorial da revista era Juca Kfoury, que frequentemente fazia uma relação positiva entre o momento vivido pelo país na esfera política (o que se convencionou a chamar de *abertura* e *redemocratização*), a gestão inovadora de Coutinho, e os êxitos no futebol. Não raro, a revista também militava por mais democracia nas esferas esportivas, como: convocando uma pesquisa de opinião sobre quem deveria ser o novo técnico da seleção, denunciando a “máfia da loteria esportiva”, embrenhando-se pelos subterrâneos das federações estaduais ou promovendo reportagens sobre a então *democracia corinthiana*. Nessa linha, acompanhemos algumas falas do cronista naquele momento:

¹⁵⁵SARMENTO, Carlos Eduardo. *A regra do jogo: uma história institucional da CBF*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2006, p. 107-130

A verdade é que o tempo da politicagem parece estar acabando. Tudo leva a crer que o acobertamento da incompetência e da desonestidade de alguns já pertence ao passado.¹⁵⁶

Alegre como o ambiente vivido hoje no que chamamos de a 'Seleção da abertura', onde os jogadores têm liberdade dentro e fora do campo.¹⁵⁷

O nome do ano foi o de um dirigente que, ao ser sensato, ao ter a coragem de deixar a politicagem de lado, fez da nascente CBF uma entidade de respeito (...) sua gestão está modificando o panorama sombrio que vivíamos a tão somente um ano atrás (...) Porque, convenhamos, por mais que se identifique uma crise de talentos em nosso futebol, não tem sido exatamente a falta de craques o nosso principal problema. Tem nos faltado, isso sim, um condutor papel que Giulitte Coutinho vem encarnando com eficiência e brilho.¹⁵⁸

Por outro lado, a gestão de Coutinho seguiria acompanhada pela (já referida) forte crise econômica e endividamento no país, por boa parte da década de 1980, que ficaria conhecida como *década perdida*. Nessa época, nas manchetes dos "grandes jornais", a narrativa da *crise* do futebol permaneceria: denunciavam-se estádios vazios, dívidas dos clubes com o governo, má gestões e um crescente e incomodo êxodo de jogadores consagrados¹⁵⁹. Além disso, Giulite se desgastaria no comando do cargo, e não reduziria efetivamente o número de clubes e o modelo do *Campeonato Brasileiro*, o que naquele contexto de crise econômica e torneios deficitários representava crescente insatisfação dos maiores clubes do país. Entre 1980-1985, além da realização, em média, de campeonatos com 40 clubes (e tentativas de formatar uma segunda divisão), estes torneios tinham fórmulas que mudavam ano a ano (por vezes consideradas "esdrúxulas" por *Placar*) e

¹⁵⁶KFOURI, Juca. "Na coragem da CBF, o exemplo que o Vasco ainda não aprendeu". *Revista Placar*, São Paulo, 4 dez. 1980, p. 11.

¹⁵⁷KFOURI, Juca. "A arma do Corinthians é Vaguinho. A do Vasco é o ataque total". *Revista Placar*, São Paulo, 23 jan. 1981, p. 9.

¹⁵⁸KFOURI, Juca. "Assim vamos todos parar num hospício". *Revista Placar*, São Paulo, 19 jun. 1981, p. 9.

¹⁵⁹HELAL, Ronaldo. *Passes e Impasses: Futebol e cultura de massa no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p. 58-105.

que conviviam (por vezes) com ações na justiça de clubes descontentes, “viradas de mesas”, intenso jogo nos bastidores envolvendo cartolas e políticos, além de confrontos claros e ameaças de cisões dos grandes clubes que reivindicavam torneios mais enxutos.

A diminuição e reformulação do torneio já era há tempos almejada pelos grandes clubes, e tinha em *Placar* uma defensora, patrocinadora e voz incansável desde a década de 1970. A revista, conforme não escondia sua linha editorial, se inspirava no modelo italiano e militava ativamente no campo esportivo (inclusive promovendo encontros, alianças e tentando dialogar com as esferas decisórias) por um campeonato nacional com cerca de 20 clubes, no formato de turno e retorno, com acesso e descenso, e pela diminuição da importância e dimensão dos estaduais. Justificava que somente assim o futebol brasileiro poderia reverter aquele cenário de *crise*. Vejamos uma das afirmações do editor da revista, Juca Fouri, por essa época:

Temos dito que a solução é óbvia. É a mesma adotada no mundo inteiro e aqui, até o começo da década passada: turno, retorno, ponto corrido, o time que fizer mais pontos é campeão (...) na média o torcedor sai ganhando, as rendas serão maiores e o campeão será, sempre, o melhor.¹⁶⁰

O senhor Pedro parece desconhecer que o Brasil foi tricampeão mundial exatamente na época em que o futebol se limitava ao eixo Rio-São Paulo ou, como em 1970, estava ampliado tão somente com os gaúchos, paranaenses, mineiros, pernambucanos e baianos, ou seja, a nata dos times brasileiros. De lá para cá, como é fácil constatar, a Seleção não ganhou mais nada e foi nesse período que inventou-se integrar o país pelo futebol.¹⁶¹

O segundo mandato de Giulite Coutinho chegaria ao fim em meados de 1980, mas a sua promessa de maior redução do torneio não seria alcançada. Em janeiro de 1986, Otávio Pinto Guimarães seria eleito para a

¹⁶⁰KFOURI, Juca. “Beleza com inteligência? Que nada os cartolas nem querem saber”. *Revista Placar*, São Paulo, 26 jun. 1981, p. 9.

¹⁶¹KFOURI, Juca. “Opinião”. *Revista Placar*, São Paulo, 28 set. 1984, p. 3.

presidência do CBF (havia vencido Medrado Dias, candidato de João Havelange e do próprio Giulite Coutinho). Guimarães tinha então 74 anos, e já havia trabalhado como presidente do CR Botafogo e federação de futebol do Rio de Janeiro. O novo presidente substituíra (em uma manobra combinada) a candidatura de Nabi Chedid e contava com o apoio de Márcio Braga, então deputado federal pelo PMDB-RJ - ex-presidente do Flamengo, que dispunha de grande capital político nos meios esportivos e políticos. Apesar de considerar o processo de eleições conturbado e obscuro, Juca Kfoury considerou Guimarães como aquele que deveria ser o presidente da “profissionalização e “modernização” da entidade e do futebol brasileiro, afinado aos moldes da *Nova República* que se instaurava no país. Entretanto, com o decorrer do tempo, passou a referir-se a sua gestão como marcas do “atraso e da corrupção”, e ao dirigente como o retrato do *cartola* que o futebol brasileiro precisava se livrar. Guimarães acabaria enfrentando os mesmos problemas de Coutinho: o desafio de efetuar modificações estruturais no futebol brasileiro, e a pressão dos clubes e federações por favorecimentos de outro. Em meio a isso episódios como a “virada de mesa” em pleno campeonato pelo Vasco (e depois Botafogo), em 1986, e toda uma confusão daí decorrente. Além disso, diagnosticaria um câncer o qual teria de lutar praticamente desde os inícios da sua gestão na CBF.¹⁶²

CLUBE DOS 13 E A COPA UNIÃO: AUTONOMIA E A PARCERIA DO TORNEIO COM O MERCADO

Para o ano de 1987, a CBF informou que não poderia subsidiar o campeonato através da loteria esportiva. Nesse momento, conforme já citado, o país vivia uma forte crise econômica o que já impactava muito na

¹⁶² Cf. <https://terceirotempo.bol.uol.com.br/que-fim-levou/octavio-pinto-guimaraes-5226> . Acesso em: 10 nov. 2018.

rentabilidade dos clubes e da própria CBF. Diante desse cenário, o anúncio da não realização do campeonato nacional pela CBF serviu como um sinal para que dirigentes de clubes tentassem lançar uma liga independente, o chamado *Clube dos 13* e um campeonato nacional, a *Copa União*:

Em julho de 1987 um movimento iniciado por treze grandes clubes envolvendo cinco estados do país – Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia – balançou a estrutura administrativa do futebol brasileiro tornando manifestas as contradições, até então latentes, deste universo. São Paulo, Flamengo, Corinthians, Vasco, Palmeiras, Fluminense, Santos, Botafogo, Cruzeiro, Atlético, Grêmio, Internacional e Bahia foram os clubes que compuseram este movimento, oficialmente registrado como União dos Grandes Clubes Brasileiros, mas que popularmente tornou-se conhecido como “Clube dos 13”.¹⁶³

Entre os agentes que foram fundamentais na formação desta liga, destaca-se Márcio Braga que naquele momento voltava a presidir do Flamengo (antes, fora presidente entre 1977-1980) e o então presidente do São Paulo, Carlos Aidar. No caso de Braga, naquela época, ele também estava assumindo a vice-presidência da Comissão de Esporte e Turismo da Câmara Federal, e teria um projeto que se afirmava como revolucionário para o futebol brasileiro. O deputado do Rio de Janeiro trazia também a imagem de um dirigente moderno, associado (no seu papel como deputado) ao processo de redemocratização no país e que havia administrado o Flamengo em um momento que o clube obteve grandes vitórias. Numa reportagem, ainda em 1986 (quando já reeleito deputado federal), Márcio Braga afirmava que tinha como meta lutar pela participação dos jogadores nas decisões do departamento de futebol, por um campeonato de 16 clubes, um projeto de relacionamento entre clubes e TVs¹⁶⁴. Nesse contexto, a criação do *Clube dos*

¹⁶³HELAL, Ronaldo. *Passes e Impasses: Futebol e cultura de massa no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p. 84.

¹⁶⁴REZENDE, Marcelo. “De primeira”. *Revista Placar*, São Paulo, 15 dez. 1986, p. 30.

13 e da *Copa União* seria defendida por ele como parte do processo de redemocratização do país e profissionalização do esporte.

Outro apoio fundamental, para a realização do torneio seria o suporte e financiamento em instituições privadas. Nesse aspecto, houve a venda dos direitos televisivos para a *Rede Globo*, com a exclusividade por cinco anos, pelo valor de 3,4 milhões de dólares (contrato que seria revisto para as outras edições). Pela publicidade na maioria das camisas dos clubes participantes, a *Coca-Cola* pagaria um total de U\$ 3 milhões, além do aporte dos hotéis *Othon* (acomodação de clubes), e do transporte aéreo conseguido junto à *Varig*.

A *Revista Placar*, ao longo do processo que desembocaria na “Copa União” também vinha defendendo os clubes e criticando a gesto da CBF que voltaria (em sua opinião) a pautar-se em interesses escusos na gestão Otávio Guimarães. A *Revista* tomaria, assim, partido pelo torneio e pelo *Clube dos 13* desde a sua formação, encampando-o como um movimento para “modernizar” e “moralizar” o futebol brasileiro, oferecendo inclusive o troféu para *Copa União*. Nessa direção, assim se pronunciava a revista em fins de 1987, já em meio ao torneio:

O futebol profissional não comporta mais o atraso. Precisa ser rentável, lucrativo e deixa de viver à base da socialização da miséria. É exatamente isso que o grupo dos 13 está tentando fazer com a *Copa União*, e corrigidos alguns defeitos, está no caminho certo (...) Sua luta tem duas frentes. Na Constituinte – pela separação entre esporte profissional e amador – e pela autonomia das entidades e associações (...) A outra frente diz respeito à revolução em curso (...) Dêem, enfim, a opção aos grandes clubes entre os regionais e a *Copa União*. Não será preciso bola de cristal para conhecer a resposta.¹⁶⁵

¹⁶⁵KFOURI, Juca. “A modernidade pode chegar pelo futebol”. *Revista Placar*, São Paulo, 12 out. 1987, p.22.

Ao longo do campeonato, também a revista ressaltaria várias vezes o torneio como "uma grande jogada de marketing", onde tudo seria monetizado: publicidade na bola, nos maqueiros, na camiseta dos gandulas, e, o crescimento das médias dos públicos em relação aos torneios anteriores, a lucratividade e a possibilidade dos clubes fecharem o ano com o "caixa garantido".

Num panorama geral, esse quadro nos permite afirmar que os campeonatos brasileiros, ao longo da década de 1970-1980, foram realizados em meio a acirradas disputas entre Estado, federações, clubes, CBD e CBF. Desde fins de 1970, pressupostos comerciais dos grandes clubes passariam a influir cada vez mais na viabilidade e paradigmas sobre a organização do torneio. Em 1987, o surgimento do Clube dos 13 e a formatação do campeonato daquele ano demarcava uma ruptura, seja porque eram os clubes que promoviam sua organização de forma autônoma (e não através da CBD ou CBF), seja porque tinha sua sustentação no *mercado* (e não mais financiado pelo Estado), seja ainda porque reunia um universo muito restrito de clubes (em oposição a tradição de campeonatos com muitos participantes). Dessa forma, haveria sobre este período, leituras díspares acerca dessa ebulição na figuração esportiva e modificação do CB, citada muitas vezes como "modernização" do futebol no país, leitura a qual problematizamos a seguir.

RECONFIGURAÇÃO DO TORNEIO SOB A LUZ DE LEITURAS ACADÊMICAS

Conforme destacado, as transformações no torneio ficariam consagradas, em boa medida (e a *Revista Placar* é um dos espaços dessa consagração), como uma "modernização" do futebol brasileiro, conotando um sentido de avanço. O campo acadêmico problematizou também essas transformações, inclusive (em alguns casos) incorporando a leitura da

modernidade, mas em uma base conceitual mais sofisticada e aprofundada. Algumas dessas leituras, consideradas referenciais, são expostas a seguir.

Uma das leituras sobre a “modernização”, no futebol, é oferecida por Ronaldo Helal ¹⁶⁶. Neste caso, ele adota o conceito do *moderno* na perspectiva weberiana, e como uma cultura oposta ao *tradicional*: no primeiro caso prevaleceriam relações impessoais e mais individualistas na sociedade, ao passo que a segunda seria demarcada por relações mais holistas e por uma confusão entre o público e privado. Nessa linha, Helal vê a configuração esportiva brasileira, entre as décadas de 1970/1980, através de uma dicotomia. Para ele a sociedade brasileira viveria nesse momento cada vez mais um dilema, que no âmbito esportivo replicava o mesmo choque comum ao resto da sociedade: *códigos modernos* conflitavam com *códigos tradicionais*, neste caso no cerne da gestão do esporte no Brasil. A herança e permanência de um modelo de organização de futebol tradicional no país seria responsável por uma crise estrutural, descrita como sendo a de campeonatos desorganizados, jogos deficitários, êxodo de craques, espetáculos de baixa atratividade, amadorismo de dirigentes, fórmulas e calendário que careciam de visão comercial. Situação que também estava ligada a crise econômica vivida pelo país de uma maneira geral, que (entretanto) nesta leitura não seria o motivo principal. O motivo principal seria um sistema baseado em “métodos tradicionais de administração fundamentados na política de troca de favores, interferência política e na contraditória relação entre dirigentes amadores e jogadores profissionais”¹⁶⁷.

Por outro lado, mudanças que fugiam da esfera do futebol brasileiro começavam a repercutir e impulsionar outras mudanças no bojo da sua

¹⁶⁶HELAL, Ronaldo. *Passes e Impasses: Futebol e cultura de massa no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p. 58-105.

¹⁶⁷HELAL, Ronaldo. *Passes e Impasses: Futebol e cultura de massa no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p. 108.

organização, como a crescente entrada da mídia e novos grupos comerciais nas esferas do esporte de uma forma geral, além da crescente ameaça do futebol europeu, sobretudo italiano, na contratação daqueles vistos como os “grandes craques” brasileiros. Nesse cenário, Helal vê a pressão que os chamados grandes clubes vinham fazendo desde os inícios da década de 1980 sobre a CBF para que esta realizasse campeonatos mais enxutos - e que motivaria a criação do *Clube dos 13* em 1987 – inserindo-se em um movimento de *modernização* e *racionalização* do futebol brasileiro, contrapondo-se às forças *tradicionais* e *amadoras* presentes no mesmo processo, as quais seriam representadas pela CBF, clubes médios e pequenos, bem como federações regionais. De uma forma sintética, sua visão é, portanto, sobre uma *modernização* do futebol que está querendo acontecer no Brasil, significando de uma forma geral mais autonomia e apoio no mercado, e (sobretudo) profissionalismo na gestão dos clubes, mas um movimento em dificuldades e de certa forma estancado frente a outros agentes e a estrutura arcaica no desporto legado de um Estado - e de uma sociedade - historicamente paternalista e interventor os quais mantinham uma visão mais idealizada do futebol brasileiro.

A ruptura em 1987, quando se deu a criação do *Clube dos 13*, é vista como um avanço sobre o “dilema” inscrito na cultura do futebol brasileiro. O sociólogo, inclusive, reporta como sucesso em termos de público, o apoio do torneio na iniciativa privada, os patrocínios e venda de televisionamento dos jogos pela primeira vez (à rede Globo). Mas este avanço é apresentado como episódico porque ao fim deste torneio, os agentes da mudança teriam celebrado um acordo obscuro com o tradicionalismo. Aliás, a prática dos acordos, segundo o sociólogo, seria comum na cultura brasileira:

Acusações e ameaças que traziam à tona o dilema latente na estrutura da organização do futebol no Brasil. Uma organização

permeada por uma política de troca de favores e compensações sustentava o poder político das federações e da CBF, mas, no entanto, mostrava-se inapta para resolver a crise dos grandes clubes. Estes, por sua vez, combatiam esta política reivindicando autonomia e independência e fazendo uma pressão para modernização – profissionalização dos dirigentes e adoção de estratégias de marketing profissional – do nosso futebol. A legislação esportiva vigente era alvo de críticas constantes justamente por não permitir a autonomia dos clubes e a profissionalização administrativa. No final, o próprio acordo entre as partes trouxe à tona uma faceta tradicional da nossa cultura: a capacidade de negociar baseada em relações de favores e compensações. A obscuridade com relação ao campeão daquele ano era o resultado mais evidente dessa faceta.¹⁶⁸

Marcelo Proni difere um pouco da compreensão de Helal. Proni traz para a discussão o conceito de *modernização conservadora* para entender a transformação do futebol brasileiro no período. *Modernização conservadora* remeteria, sinteticamente, a um processo de inserção muito limitada do futebol e da própria sociedade brasileira nos ditames da sociedade industrializada e liberal, que (para tal) ao mesmo tempo conservaria sua ampla base em moldes de uma estrutura econômica pouco sofisticada e de perfil autoritário. Um dos grandes expoentes dessa linha de raciocínio, no Brasil, seria Florestan Fernandes.

Na análise de Marcelo Proni, a derrocada econômica do país (de 1980) figura como ponto central da ebulição da configuração esportiva e a sensação de crise naquele momento. Proni destaca que houve falta de atratividade para os espetáculos, e má organização de campeonatos naquele período. Mas o ponto nodal seria mesmo a recessão econômica que obrigou os clubes a se desfazerem do seu patrimônio líquido: os 'passes' de seus melhores atletas¹⁶⁹.

¹⁶⁸HELAL, Ronaldo. *Passes e Impasses: Futebol e cultura de massa no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p. 91.

¹⁶⁹PRONI, Marcelo Weishaupt. *A metamorfose do Futebol*. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp/Fapesp, 2000, p. 148-162.

Nesse cenário, a reação não foi uma revolução no futebol brasileiro, mas mudanças em um determinado ponto da configuração esportiva. Assim, para o economista, uma elite de 20 a 30 clubes - em detrimento de uma grande maioria, os quais ficariam aliçados dos ganhos financeiros e tecnológicos - promoviam uma "modernização" para si, beneficiados pela conjuntura política da *redemocratização*, constituindo consórcios de interesses direcionando essa "modernização" restritiva que se expressava por um torneio mais enxuto¹⁷⁰.

Esse conjunto de fatores possibilitaria a criação do *Clube dos 13* e a realização da *Copa União* em 1987, e assim - refletindo a própria configuração histórica do país no processo de incorporação do capitalismo - a *modernização conservadora* do futebol no país. Porém, a mentalidade dos dirigentes continuaria, em sua essência, amadora. E, o que seria mais sintomático: a CBF e as federações estaduais continuariam a ser geridas por meio de conchavos pessoais, apesar da mudança no comando da entidade e do aparecimento de novos personagens no cenário da política esportiva nacional a partir de 1988/89¹⁷¹. Na visão de Proni a dificuldade da gestão mais profissionalizada, impessoal e calcada em paradigmas do mérito em vários níveis diretivos do futebol brasileiro (clubes e federações, por exemplo) era mais um sintoma do que uma causa: o abismo econômico muito acentuado entre as classes no país, e uma restrita elite econômica contraposta a uma grade massa de indivíduos em condições econômicas muito vulneráveis - estrutura histórica da sociedade brasileira - impedia o desenvolvimento do capitalismo de forma disseminada e consistente no Brasil, e impossibilitava consequentemente a conformação da maior parte da sociedade dentro de

¹⁷⁰PRONI, Marcelo Weishaupt. *A metamorfose do Futebol*. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp/Fapesp, 2000, p. 142-200.

¹⁷¹HELAL, Ronaldo. *Passes e Impasses: Futebol e cultura de massa no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p. 108-126.

uma mesma lógica ou de um *habitus* efetivamente liberal e capitalista. Pelo contrário, havia corroborado um “capitalismo de compadres” associado a problemas macroeconômicos estruturais, e uma sociedade pouco democrática em seus vários níveis.

Ribeiro¹⁷² desenvolve outra percepção sobre o momento. Segundo o historiador, a criação do *Clube dos 13* poderia ser vista como um resultado frente às modificações e oportunidades oferecidas pelo reordenamento do capitalismo mundial que vinha ocorrendo na década de 1980. Mudanças que se traduziam na entrada da televisão e no crescente interesse de empresas que passavam a ver no futebol uma associação interessante. Sendo este o cenário, o *Clube dos 13* formar-se-ia enquanto um grupo ocasional de pressão sobre a CBF, e mesmo sobre o poder público, motivado mais por ganhos econômicos que até então não se apresentavam para os clubes membros. Com esse intuito, apontaram naquele momento como caminho a necessidade de realização de campeonatos mais enxutos e que seriam mais rentáveis para os membros deste grupo, sem (contudo) haver planejamentos maiores e longe de representar num plano mais abrangente um avanço, ou mesmo um amplo projeto para gestão do futebol no país, ou da sociedade brasileira.

Em sintonia com as ideias de Ribeiro, destaca-se uma quarta interpretação. Para esta, demanda-se ampliar o olhar para uma perspectiva global de reordenamento do próprio capitalismo: ou seja, já não se trataria mais de transformações ligadas simplesmente à “modernidade” (o avanço ou não) num plano interno, mas reconfigurações que extravasariam este espaço, ligadas ao que os historiadores passariam a chamar de *globalização*. É nessa linha, que se apresenta a análise sobre as transformações do futebol inglês,

¹⁷²RIBEIRO, Luiz Carlos. “Reordenamento das ligas de futebol: Crise ou nova ordem?” *Revista Recorde de História do Esporte*. Volume 5, número 1, Rio de Janeiro, junho de 2012, p. 1-28.

em que Duke destaca processos de *McDonaldisation* e *Disneyisation*. Em síntese, esses conceitos significariam:

*McDonaldisation refers to the process by which the principles of the fast food restaurant are coming to dominate more sectors of society (Ritzer, 1993). The complementary notion of Disneyisation suggests that the principles of the Disney theme parks are coming to dominate more sectors of society (Bryman, 1999). The two concepts may overlap with respect to certain institutions, but they are analytically distinct. McDonaldisation is grounded in the idea of rationalisation, whereas the roots of Disneyisation are located in theories of consumerism.*¹⁷³

Seria dentro desses fenômenos que deveria ser percebida a metamorfose do futebol e do campeonato inglês, que em uma de suas várias faces apresentou mudança do nome da liga e a sua reformulação orientada por pressupostos de mercado e da televisão. Tendo por base a análise de Duke, poder-se-ia promover a leitura de que o enxugamento do *Campeonato Brasileiro*, e o surgimento do *Clube dos 13* se inserem dentro dessa nova ordem de *globalização* e de *mercantilização* do desporto. Por outro lado, ainda dentro dessa leitura, não se afirma que essa mutação estaria necessariamente ligada a uma transformação estrutural da sociedade, numa direção mais “moderna” e “avançada”, mas que era (apenas) uma “nova força” que empurrava à incorporação de uma dada lógica nos domínios do desporto.

Finalmente, uma última análise é referenciada para discutir a transformação do *Campeonato Brasileiro* e o tema do seu “avanço”. Trata-se da análise empreendida por José Paulo Florenzano sobre a *Democracia Corinthiana*, um evento que atravessa o período de transformação do torneio, e que o intelectual identifica elementos comuns aos dois fenômenos históricos. Assim, em sua leitura sobre o movimento no alvinegro paulista, Florenzano

¹⁷³DUKE, Vick. “Local Tradition Versus Globalization: Resistance to the McDonaldization and Disneyization of Professional Football in England”. *Football Studies*, v. 5, n. 1, Liverpool, 2002, p. 6.

afirmaria que ele espelhava mesmo uma “vontade de autonomia” latente, incrustada na história do futebol e da sociedade brasileira como um todo, e que emergiria sempre que as condições permitissem¹⁷⁴. A democracia – ou mesmo outros casos de jogadores que ficariam consagrados como “rebeldes” – refletiriam uma vontade em superar a função meramente técnica e de “governado” (e apenas como instrumento no processo de produção), procurando assumir também o papel reflexivo e de exercício de poder. Neste processo, as separações “corpo e mente”, “atleta e cidadão”, promovidas pela forma como a *modernidade* se inseriu no ocidente e no próprio esporte seriam superadas. No caso da *Democracia Corinthians*, o que aconteceria é que o papel de protagonismo e representatividade dos jogadores começaria a conflitar com as demandas empresariais enfrentadas pela própria agremiação. Ou seja, Florenzano identifica contradições entre o projeto de *modernidade*, (o que percebe como dentro da “lógica dos negócios” que cada vez mais fazia parte do mundo esportivo e já orientava a sociedade), e dos princípios liberais que sustentariam os ideais de *democracia*. Nessa direção, os elementos que mais impulsionavam e sustentavam as transformações do torneio (e sua sustentação numa lógica mercantil) poderiam ser compreendidos dentro de um dado conceito de *modernidade*, mas não como um “avanço” que levaria o conjunto dos atores no esporte, e na própria sociedade, a uma efetiva posição de emancipação e liberdade.

CONCLUSÃO

Conforme visto, a discussão envolvendo o tema da “modernização” e a história do torneio é complexa, possibilita diferentes leituras, e não tem a

¹⁷⁴FLORENZANO, José Paulo. *A democracia corinthiana: práticas de libertação no futebol brasileiro*. 353p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Departamento de Antropologia Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003.

pretensão de ser esgotada neste trabalho. Além disso, não nos parece necessário aderir unicamente a uma dessas análises sobre a transformação: essas leituras não são necessariamente excludentes. Alguns apontamentos merecem ser realizados, entretanto.

Primeiramente, nos parece que a narrativa de crise e de “atraso” identificada pela análise de Helal, como uma expressão de busca de *modernidade* a partir própria sociedade brasileira, e que se refletia no futebol, deve ser problematizada. Conforme Marcelo Proni destacaria, é preciso historicizar o termo, uma vez que a própria ideia de “modernidade” (como algo novo e como superação de um atraso) já apareceu com objetivos e em contextos diferentes no Brasil e que não necessariamente colocaria esta narrativa como evidência de um dilema *moderno x tradicional* incrustado na sociedade, na perspectiva weberiana. Outro ponto, é que Helal utiliza a categoria de *brasilidade* para desenvolver o seu estudo, abordando o Brasil e o *brasileiro* de uma forma homogênea, para além das contradições e fragmentações internas históricas do país, o que a categoria na sua pretensão de totalidade acaba soterrando. Além disso, vislumbra-se que os processos históricos de formação cultural, das identidades no país e no futebol, não necessariamente apontam sempre para a nacionalidade ¹⁷⁵, podendo expressar regionalidades, localidades ou outros interesses, por exemplo.

Em segundo lugar, uma permanência nos parece jogar papel protagonista na reorganização do torneio nacional. Referimo-nos ao sentimento de pertencimento e a ligação torcedor/clubes que são a base a partir da qual os clubes se convertem em potenciais parceiros econômicos, de patrocinadores e da televisão. Assim, o capital torcedor, o que poderia ser conceituado como a dimensão do público esportivo (e toda a sua

¹⁷⁵RIBEIRO, Luiz Carlos. “Futebol: Por uma História política da paixão nacional”. *Revista História: Questões & Debates*. n. 57, Curitiba, 2012, p. 15-43.

heterogeneidade) que os clubes conseguiram arregimentar em torno de si (e que se constrói desde um passado remoto) de determinada agremiação, parece influir com muita força na posição que ele pode desfrutar em termos de poder (participando das ligas mais enxutas) e ganhos econômicos nessa configuração esportiva que se globaliza e exige uma gestão mais profissional dos clubes. Ou seja, quanto mais torcedores, maior a chance de se posicionar “bem” na configuração esportiva naquele momento de reconfiguração, e de associação com mídias de massa e patrocinadores. Essa permanência, aliás, já vinha desempenhando figura importante como fator de influência no formato de torneios precursores ao *Campeonato Brasileiro* nos seus inícios: se remontarmos aos torneios anteriores a esta disputa – como o “Torneio das Seleções Estaduais” ou o *Torneio Rio-São Paulo*, por exemplo – veremos que a sua base econômica assentava-se nos grandes públicos provenientes entre jogos dos grandes clubes, ou clubes de grande expressão, ou seleções regionais. Aliás, esta sempre foi também por muito tempo a base operacional dos próprios campeonatos regionais.

A diferença é que o volume financeiro presente, a partir da década de 1980, nos meios esportivos pareceu demandar, na mesma medida, um vasto volume de repercussão social do torneio, mas não mais por interesses populistas encravados na confluência entre campo esportivo e político (ainda que estes permanecessem), mas sim empurrado mais para os interesses de uma *sociedade de consumo* em plena ascensão, que demandaria já outro formato de “produto”, mais atrativo para “venda”, “compra” e “patrocínio” em escala industrial. Dessa forma, isto só seria possível com a diminuição e seletividade de clubes participantes no torneio, para torná-lo, assim, mais notório e comercialmente mais promissor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DIAS, Luiz Antonio; FARINA, Michelle Cuciol da Silva. "Preto no Branco: A democracia corintiana nas páginas do jornal Folha de São Paulo". *Revista Recorde*. n. 2, v. 9, Rio de Janeiro, dez. 2016.
- DUKE, Vick. "Local Tradition Versus Globalization: Resistance to the McDonaldisation and Disneyization of Professional Football in England". *Football Studies*, v. 5, n. 1, Liverpool, 2002.
- FERREIRA, Daniel Vinicius. *Visões de um jogo e o jogo das visões: as condicionantes para vitória do Coritiba foot ball club no campeonato brasileiro de futebol de 1985*. 7 mai. 2013. 196p. Dissertação (Mestrado em História).. Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2013.
- FLORENZANO, José Paulo. *A democracia corinthiana: práticas de libertação no futebol brasileiro*. 353p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Departamento de Antropologia Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003.
- FRANCISCHINI, Sandro Luís Montanheiro. *Campeonato Brasileiro de Futebol e a Esportificação do Futebol Profissional (1971-1979)*. 25 fev. de 2005. 143p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2006.
- GIL, Gilson. "O drama do 'futebol-arte': o debate sobre a seleção nos anos 70". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n. 25, ano 9, São Paulo, 1994.
- HELAL, Ronaldo. *Passes e Impasses: Futebol e cultura de massa no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de; MELO, Victor Andrade de. *O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil*. 1ª edição, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.
- MARCZAL, Ernesto Sobocinski. *O "caneco é nosso": futebol, política e imprensa entre 1969 e 1970*. 2011. 347 f. Dissertação (Mestrado em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.
- MARTINS, Mariana Zuaneti; REIS, Heloisa Helena Baldy dos. "Diálogos críticos sobre a democracia corinthiana como movimento social". *V Congresso internacional de ciências do esporte (CONICE)*. 2013, Brasília, DF.
- MELO, Victor Andrade de. et al. *Pesquisa histórica e história do esporte*. Rio de Janeiro: Faperj e 7 Letras, 2013.
- PRONI, Marcelo Weishaupt. *A metamorfose do Futebol*. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp/Fapesp, 2000.
- REVISTAS PLACAR, São Paulo: Abril, 1970-1987.
- RIBEIRO, André. *Os donos do espetáculo: história da imprensa esportiva no Brasil*. São Paulo: Terceiro Nome, 2007.
- RIBEIRO, Luiz Carlos. "Futebol: Por uma História política da paixão nacional". *Revista História: Questões & Debates*. n. 57, Curitiba, 2012, p. 15-43
- _____. "Reordenamento das ligas de futebol: Crise ou nova ordem?" *Revista Recorde de História do Esporte*. Volume 5, número 1, Rio de Janeiro, junho de 2012.
- _____. *Brasileirão ou torneio Rio- São Paulo?* Curitiba, 11 out. 2011. Disponível em: <http://nefutebolesociedade.blogspot.com/2011/10/brasileirao-ou-torneio-rio-sao-paulo.html>. Acesso em: 09 ago. 2018.
- SANTOS, Daniel de Araujo dos. *Futebol e Política: a criação do Campeonato Nacional*

de Clubes de Futebol. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em História). CPDOC, FGV, Rio de Janeiro, 2012.

SARMENTO, Carlos Eduardo. *A regra do jogo: uma história institucional da CBF*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2006.

TOLEDO, Luiz Henrique de. *Lógicas no futebol: dimensões simbólicas de um esporte nacional*. 2000. 322 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

UNZELTE, Celso. *O livro de ouro do futebol*. São Paulo: Ediouro, 2009.

AAFINIDADE ELETIVA ENTRE FUTEBOL E MERCADO NO CONTEXTO DA COPA DO MUNDO DE FUTEBOL DE 2014 NO BRASIL

Elisabete Cruvello¹⁷⁶; Wallace Cabral Ribeiro¹⁷⁷

Resumo: Este artigo busca compreender as aproximações entre futebol e mercado no âmbito da Copa do Mundo de Futebol de 2014, realizada no Brasil, utilizando como instrumento analítico o conceito de afinidade eletiva de Max Weber, através das leituras de Michael Löwy. Duas questões centrais permeiam esse trabalho: como duas configurações peculiares da existência humana, como futebol e mercado, expressam uma forma de afinidade eletiva no século XXI? Por que a Copa do Mundo de 2014 representa um exemplo paradigmático desta configuração? Ao observar as singularidades deste evento é possível identificar e analisar os elementos que contribuíram para a articulação entre futebol e mercado na conformação de um espaço de confluência ativa entre eles. Para isso, a pesquisa realizada fundamenta-se em materiais extraídos do Portal da Copa e da grande mídia, bem como em reflexões elaboradas por cientistas sociais que se dedicaram à temática do futebol. Parte-se do pressuposto de que a realização desse fenômeno esportivo se estrutura de tal forma, que favorece a aproximação entre futebol e mercado, por meio da conversão do futebol em mercadoria, e do desenvolvimento de determinadas práticas, pelas empresas envolvidas, para obtenção de lucro, a partir das especificidades desse esporte.

Palavras-chave: Afinidade eletiva; futebol; mercado.

THE ELECTIVE AFFINITY BETWEEN FOOTBALL AND THE MARKET AT THE CONTEXT THE 2014 WORLD CUP IN BRAZIL

Abstract: This article This article tries to understand the approximations between football and market in the ambit of the Soccer World Cup of 2014, held in Brazil, using as an analytical instrument the concept of elective affinity of Max Weber through the readings of Michael Löwy. Two central questions permeate this work: how do two

¹⁷⁶ Professora associada I do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em Política Social pela UFF. (<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4799745J6>). E-mail: lisacruvello@gmail.com.

¹⁷⁷ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense (PPGS-UFF), bacharel em Sociologia pela mesma instituição, editor da Revista Ensaios, membro do Núcleo de Estudo Friedrich Engels (NEFE) e do Núcleo de Estudos Cidadania, Trabalho e Arte (Nectar-UFF). (<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8499215H9>). E-mail: cabralwallaceribeiro@yahoo.com.br.

Artigo recebido em 09/09/2018 e aprovado em 12/10/2018

peculiar configurations of human existence, such as football and the market, express a form of elective affinity in the twenty-first century? Why is the 2014 World Cup a paradigmatic example of this configuration? By observing the singularities of this event it is possible to identify and analyze the elements that contributed to the articulation between football and the market in the conformation of a space of active confluence between them. For this, the research is based on materials extracted from the Portal da Copa and the mainstream media, as well as reflections prepared by social scientists dedicated to the theme of football. Part of the assumption that the realization of this sport phenomenon is structured in such a way that it favors the approximation between football and the market, through the conversion of football into merchandise, and the development of certain practices by the companies involved, to obtain profit from the specificities of this sport.

Key words: Elective affinity; football; Market.

INTRODUÇÃO

A afinidade eletiva trata-se de um conceito emblemático e pouco estudado nas Ciências Sociais. Michael Löwy sinaliza que esse conceito foi empregado por Max Weber por diversas vezes em sua obra, muito embora Weber não o tenha definido claramente. No entanto, na tradição Weberiana afinidade eletiva se refere às influências recíprocas que ocorrem entre duas configurações sociais em um determinado momento político, econômico, histórico e cultural.

Em 2014, durante o “Projeto Oficina de Leitura”¹⁷⁸, realizado na UFF, ano em que paralelamente ocorria a Copa do Mundo no Brasil, os bolsistas escolheram um clássico das Ciências Sociais para compreender um tema de agenda do século XXI. Dessa forma, nosso artigo é um desdobramento das reflexões realizadas no espaço desse Projeto, adotando o denso conceito de afinidade eletiva para compreender a realidade vivenciada fortemente pelas

¹⁷⁸ Trata-se do Projeto vinculado à PROAES/UFF sob a orientação da Profª Drª Elisabete Cruvello, do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais (GSO) da UFF.

sociedades em 2014: a Copa do Mundo de Futebol como manifestação de uma complexa teia de relações sociais entre mercado e futebol.

Nosso objetivo constitui compreender as aproximações entre o futebol (atividade desportiva) e o mercado (atividade econômica) no âmbito da Copa do Mundo de Futebol de 2014 à luz do conceito de afinidade eletiva de Max Weber. Duas questões permeiam nossas reflexões: Como duas configurações peculiares da existência humana como futebol (esporte) e mercado (economia) expressam uma forma de afinidade eletiva no século XXI? Por que a Copa do Mundo de 2014 representa um exemplo paradigmático desta configuração e a manifestação de seu caráter extraordinário?

O artigo é uma revisão bibliográfica crítica, tomando como referência principal as recentes obras de Michel Löwy¹⁷⁹ para discussão sobre o conceito de afinidade eletiva de Max Weber. A respeito dos megaeventos esportivos, em especial, a Copa do Mundo de 2014, utilizamos analistas das Ciências Sociais (Alvito, DaMatta, Ferreira, Hollanda, Oliveira, Proni, Silva, Vogel), bem como publicações da internet e de outras mídias a fim de sustentar a discussão conceitual, detalhando as manifestações do caráter extraordinário da aproximação entre futebol e mercado na Copa do Mundo de 2014.

Nossa reflexão se estrutura em dois tópicos principais. O primeiro analisa o conceito de afinidade eletiva para Weber a partir dos estudos de Michel Löwy. O segundo discute o caráter extraordinário da relação futebol e mercado tomando como exemplo a Copa do Mundo de 2014. As manifestações do caráter extraordinário da aproximação entre futebol e mercado são delimitadas em duas dimensões: econômica e político-cultural.

¹⁷⁹ São essas publicações: *Romantismo e Messianismo* (1990); *Redenção e Utopia* (1989) e sobre o conceito de afinidade eletiva (2014).

Afinidade eletiva de Weber como chave de leitura

Para Löwy, a tradução de Parsons da obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* revela um equívoco no sentido de afinidade eletiva. O conceito foi apresentado como uma simples relação de causalidade ou correlação, como evidencia a passagem de Löwy:

Não é de se estranhar que a expressão "afinidade eletiva" não tenha sido entendida devidamente pela recepção de Max Weber pela tradição anglo-saxônica positivista. Um exemplo caricatural disso é a tradução americana de *A ética protestante* por Talcott Parsons (em 1930): *Wahlverwandtschaften* tornou-se ora *certain correlations*, ora *those relationships*. Embora o conceito Weberiano aluda a uma relação interna, rica e significativa entre duas configurações, a tradução de Parsons o substituiu por uma correlação banal, externa e vazia de sentido¹⁸⁰.

Max Weber é considerado o fundador da pesquisa qualitativa, empregando o método histórico comparativo plural. A valorização da subjetividade (sentido e motivo), dos significados da ação social humana e do resgate de configurações singulares e peculiares constituem pilares metodológicos fundamentais. O conceito de afinidade eletiva somente pode ser compreendido levando-se em conta a metodologia histórica weberiana.

O exemplo clássico do emprego de afinidade eletiva em Weber está em sua obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, na qual estuda as relações entre o moderno *ethos* econômico e a ética racional do protestantismo ascético. Duas formações culturais distintas se aproximam, estabelecendo uma seleção de valores e de interesses. Weber percebeu que os países mais industrializados eram os que adotaram o protestantismo como religião predominante. Majoritariamente, esses protestantes possuíam uma

¹⁸⁰ LÖWY, Michael. Sobre o Conceito de "Afinidade Eletiva" em Max Weber. *Plural*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 17.2, pp. 129-142, 2011, p.132. Disponível: <<http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/74543/78152>>.

formação técnica, enquanto que os católicos possuíam uma formação humanística. Neste sentido, os protestantes, em relação aos católicos, detinham um "cabedal historicamente herdado" maior. Para Weber, esses fatos ocultavam uma íntima afinidade entre religião e economia, configurando, dessa forma, um quadro específico de influências recíprocas entre essas duas formas de manifestações culturais.

Tomando em consideração os estudos de Weber, Löwy define afinidade eletiva: "... é o processo pelo qual duas formas culturais – religiosas, intelectuais, políticas ou econômicas – entram, a partir de (...) afinidades de sentido, em relação de atração e influência recíprocas, seleção e reforço mútuos e convergência ativa" ¹⁸¹.

A obra *Romantismo e Messianismo*, de Löwy, traduz uma ilustração precisa do emprego do conceito de afinidade eletiva entre as tradições messiânicas judias e as utopias revolucionárias modernas, principalmente libertárias. Uma passagem extraída do livro em foco comenta a formação desse processo de afinidade eletiva:

Ora, durante os anos 1905-1923, em um certo número de intelectuais judeus de cultura alemã, essa homologia torna-se dinâmica e toma a forma de uma verdadeira *afinidade eletiva*, no sentido goethiano *wahlverwandschaft*: dois seres ou elementos que 'se procuram um ao outro, se atraem, se assenhereiam (...) um do outro, e em seguida ressurgem dessa união íntima de uma forma renovada, nova e imprevista'. Desdobra-se, na *Weltanschauung* desses intelectuais, um processo de *simbiose cultural*, de estimulação recíproca e, mesmo, em certos casos, de articulação, de combinação ou *fusão* (ao menos parcial) dessas duas correntes de ideias ¹⁸².

¹⁸¹ LÖWY, Michael. Sobre o Conceito de "Afinidade Eletiva" em Max Weber. *Plural*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 17.2, pp. 129-142, 2011, p. 142. Disponível: <<http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/74543/78152>>.

¹⁸² LÖWY, Michael. *Romantismo e Messianismo*: ensaios sobre Lukács e Walter Benjamin. São Paulo: Perspectiva: Editora da Universidade de São Paulo, 1990, p. 137, grifos do autor.

Segundo Löwy o termo afinidade eletiva (*Wahlverwandtschaft*) tem uma longa história, a qual é bem anterior aos escritos de Weber¹⁸³. A fim de reunir os pontos essenciais sobre as metamorfoses de afinidade eletiva, da alquimia para literatura romântica, desta para as Ciências Sociais, propõe-se uma síntese na tabela a seguir:

Quadro 1. Metamorfoses do conceito de afinidade eletiva

	Período	Representante	Área	Acepção de afinidade eletiva
1º	Século XIII	Alberto Magno	Alquimia	Palavra latina affinitas no sentido de atração, análoga à atração molecular que produz as combinações químicas
2º	1724	Boerhave	Alquimia	Afinidade é a força em virtude da qual duas substâncias se procuram, unem-se e se encontram, em um tipo de casamento.
3º	1775	Bergman	Química	Atração eletiva (francês) ou afinidade eletiva (alemão). 1º emprego do termo afinidade eletiva
4º	1809	Goethe	Literatura	Encontro de dois seres, envolvendo paixão e atração entre um e outro. Afinidade íntima entre suas almas. 2ª Metamorfose do conceito da química para literatura
5º	1904/1905	Weber	Sociologia	Adequação significativa Parentescos íntimos Afinidades de sentido Seleção de interesses 3ª Metamorfose do conceito da literatura para sociologia.

Fonte: Elisabete Cruvello da Silveira (2015)¹⁸⁴, com base em Michael Lowy, *Romantismo e Messianismo* (1990).

¹⁸³ LÖWY, Michael. *Romantismo e Messianismo: ensaios sobre Lukács e Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva: Editora da Universidade de São Paulo, 1990, p.137.

¹⁸⁴ SILVEIRA, Elisabete Cristina Cruvello da. *Cultura de bem estar social e messianismo: As Conferências da ONU e o CBCISS (1968-1978)*. Niterói, 2015. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em Política Social, p. 20-21.

É importante ressaltar que as conjunturas históricas sinalizam os múltiplos significados e variações do conceito de afinidade eletiva, como afirma Löwy: “a afinidade eletiva não se desenvolve no vazio ou no azul puro da espiritualidade pura: ela é favorecida ou bloqueada por condições históricas determinadas, econômicas, sociais, políticas e culturais” ¹⁸⁵.

Segundo Löwy, para que exista uma afinidade eletiva entre duas configurações sociais distintas, são necessárias “circunstâncias socioeconômicas, políticas e culturais precisas” ¹⁸⁶, ou seja, é fundamental que exista um contexto específico para que ocorra uma interação ativa entre duas “estruturas significativas” ¹⁸⁷ que se manifestam de forma bem distintas.

A afinidade eletiva é um conceito desenvolvido sociologicamente por Weber a fim de compreender a interação existente entre duas configurações sociais, fugindo do modelo metodológico do materialismo histórico desenvolvido por Marx e Engels. Segundo Weber, a perspectiva marxista seria insuficiente para compreender as multiplicidades de interações entre duas manifestações culturais e que esta visão de mundo privilegiaria apenas os aspectos econômicos, sem contemplar outras dimensões envolvidas nos processos sociais. “Quanto à chamada ‘concepção materialista da história’, é preciso repeli-la com maior firmeza como ‘concepção de mundo’ ou quando encarada como denominador comum da explicação causal da realidade histórica” ¹⁸⁸.

Nesse sentido, Weber encara a perspectiva de produção e reprodução da vida real em infraestrutura e superestrutura como determinista, rígida,

¹⁸⁵ LÖWY, Michael. *Romantismo e Messianismo*: ensaios sobre Lukács e Walter Benjamin. São Paulo: Perspectiva: Editora da Universidade de São Paulo, 1990, p. 186.

¹⁸⁶ LÖWY, Michael. *Romantismo e Messianismo*: ensaios sobre Lukács e Walter Benjamin. São Paulo: Perspectiva: Editora da Universidade de São Paulo, 1990, p. 18.

¹⁸⁷ LÖWY, Michael. *Romantismo e Messianismo*: ensaios sobre Lukács e Walter Benjamin. São Paulo: Perspectiva: Editora da Universidade de São Paulo, 1990, p. 18.

¹⁸⁸ WEBER, Max. *A “Objetividade” no Conhecimento nas Ciências Sociais*. São Paulo: Editora Ática, 2006, p. 38.

petrificada, unilateral, monocausal, engessada e, portanto, incompleta e insuficiente para dar conta da diversidade e pluralidade dos componentes variantes existentes nas interações entre “estruturas significativas”. A proposta metodológica weberiana tem um claro objetivo de se distanciar de qualquer modelo analítico que compreenda os fenômenos culturais dentro de uma relação de causalidade¹⁸⁹. Löwy, cientista social de orientação marxista, foi um dos que mais contribuiu na compreensão do conceito de afinidade eletiva. Este autor afirma que o marxismo economicista criticado por Weber “não é o mesmo de Marx e Engels”¹⁹⁰. Segundo Löwy a:

Afinidade eletiva é um tipo muito particular de relação dialética que se estabelece entre duas configurações sociais ou culturais (...) trata-se a partir de uma certa analogia estrutural, de um movimento de convergência, de atração recíproca, de confluência ativa, de combinação capaz de chegar até a fusão.¹⁹¹

A afinidade eletiva é um conceito carregado de sentido sociológico e “permite justificar processos de interação que não dependem nem da interação nem da causalidade direta, nem da relação ‘expressiva’ entre forma e conteúdo”¹⁹². Segundo Löwy, a afinidade eletiva é composta por cinco níveis de interação: afinidade pura e simples; eleição, “mútua escolha ativa entre duas configurações socioculturais”¹⁹³; interação; articulação e fusão, “a criação de uma figura nova a partir da fusão dos elementos constitutivos”¹⁹⁴.

189 Em vida, Marx e Engels já sofriam essas críticas, por isso, Engels, em uma conhecida carta a Joseph Bloch, em 1890, se defende dessas acusações. Ver: ENGELS, Friedrich. *Carta a Joseph Bloch*, Londres, 21-22 de setembro, 1890. Disponível em: <www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>.

190 LÖWY, Michael. *A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 11.

191 LÖWY, Michael. *Redenção e Utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 130.

192 LÖWY, Michael. *Redenção e Utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 18.

193 LÖWY, Michael. *Redenção e Utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 17.

194 LÖWY, Michael. *Redenção e Utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 17.

Na obra *Redenção e Utopia* (1989), Löwy discute a questão da afinidade eletiva, apontando para a existência de uma íntima conexão entre a literatura político libertária, principalmente de tendência anarquista, e o messianismo judaico. “Como observa Gershom Scholem, ‘o Tikkoun, caminho que leva ao fim das coisas, é também o caminho que leva ao começo’”¹⁹⁵. Esta mesma concepção pode ser identificada entre os mutualistas: “É entre os anarquistas que o aspecto revolucionário-catastrófico da emancipação é mais evidente: ‘a paixão destruidora é uma paixão criadora’ escrevia Bakunin”¹⁹⁶.

Aplicando essa discussão ao megaevento esportivo Copa do Mundo de Futebol compreende-se que se trata de uma configuração social específica, na qual se encontram fundidos, em uma íntima relação, o futebol e o mercado. O contexto deste fenômeno futebolístico é um espaço de confluência ativa entre essas duas atividades humanas. O desenvolvimento relacional entre essas duas esferas constitui um complexo emaranhado conjunto de relações sociais, constituído por múltiplas forças, entre elas: entidades esportivas, empresas capitalistas, instituições políticas, forças de segurança, torcedores, esportistas, instituições médicas, etc.

A FIFA (Federação Internacional de Futebol) organiza o campeonato da Copa do Mundo de Futebol de uma maneira específica, de modo que ocorra a influência recíproca entre o futebol e mercado, que vai desde a definição das rodadas dos jogos até a forma como os espaços de entrevistas serão construídos. Essas decisões são tomadas pela FIFA com a participação direta das diversas forças envolvidas.

195 LÖWY, Michael. *Redenção e Utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 21.

196 apud LÖWY, Michael. *Redenção e Utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 23.

Na Copa do Mundo, o futebol possui um significado que lhe é único, na medida em que se expressa diferentemente de outros campeonatos, como, por exemplo, a Copa do Brasil, os campeonatos estaduais, o Campeonato da Taça das Favelas, na cidade do Rio de Janeiro, ou o Campeonato entre comunidades, no Morro do Bumba, em Niterói. As reflexões de Roberto DaMatta sobre a teoria do reflexo invertido e da dramatização múltipla do carnaval são valiosas e nos ajudam a pensar nosso objeto de estudo. Neste sentido, podemos compreender que a Copa “cria não só os seus vários planos, mas seu próprio plano (...) inventa seu espaço social que, embora possa estar determinado, tem suas próprias regras, seguindo sua própria lógica”¹⁹⁷. O megaevento é estruturado a fim de atender às demandas do futebol enquanto esporte e das empresas associadas. Essa união produz exigências bem específicas para o evento, por isso futebol é influenciado, adquirindo significados específicos. As empresas também devem se adequar às exigências do evento, especializando suas formas de atuação na obtenção de lucro.

Para Weber, “existem certos fenômenos culturais que, a princípio, não possuem um caráter econômico, mas que, em certas circunstâncias bem específicas, adquirem um *significado econômico*... dado que deles resultam determinados efeitos que nos interessam sob uma perspectiva econômica. São fenômenos ‘economicamente relevantes’”¹⁹⁸. Na medida em que esses fenômenos não econômicos influenciam economicamente, se tornam relevantes do ponto de vista econômico, e, na mesma medida em que são influenciados, são “economicamente condicionados”.

No contexto da Copa do Mundo, o futebol é “economicamente relevante” porque tem força suficiente para influenciar o comportamento

¹⁹⁷ DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 88.

¹⁹⁸ WEBER, Max. A “*Objetividade*” no *Conhecimento nas Ciências Sociais*. São Paulo: Editora Ática, 2006, p. 31-2, grifos do autor.

econômico, é também “economicamente condicionado”, na medida em que o mercado exerce sobre ele uma influência capaz de modificá-lo. Esse mega evento esportivo é um campo de influência recíproca entre essas duas formas distintas de configurações culturais.

Esse campeonato mundial, portanto, representa uma afinidade eletiva entre futebol e mercado, é uma fusão entre esses dois corpos, possui a capacidade de integrá-los como uma força centrípeta com um movimento dinâmico capaz de atrair para si a atuação desses dois corpos sociais (futebol e mercado). A Copa é um exemplo paradigmático, uma zona de convergência entre atividade desportiva e atividade econômica. Para Ferreira, “o lucro dos megaeventos redundava em ganhos fabulosos para as instituições organizadoras. O evento por si só já é uma máquina de dinheiro, com a venda de ingressos, direitos televisivos, de publicidade e imagem”¹⁹⁹.

Copa do Mundo de 2014: manifestação do caráter extraordinário

Realizada em junho/julho de 2014, no Brasil, a Copa do Mundo de Futebol, organizada pela FIFA, contou com a participação de 32 seleções, 64 partidas realizadas em 12 cidades sedes, com um público total de 3.429.873 pessoas, 3.141.908 de ingressos alocados e 14 mil voluntários. 214 países receberam o sinal de televisão do evento. 1.035.000 estrangeiros de 203 países²⁰⁰ deslocaram-se para o Brasil, aquecendo o turismo e impactando diretamente os setores de hotelaria, de alimentação, de bebidas, de serviços e de transportes. Isso resultou no aumento de 60% de gastos de estrangeiros no Brasil nos meses de junho e julho de 2014, que representou 1,58 bilhão frente

¹⁹⁹ FERREIRA, João Sette Whitake. *Apresentação: Um teatro Milionário*. In: JENNINGS, Andrew. *Brasil em Jogo. O que fica da Copa e das Olimpíadas?*. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2014, p. 10.

²⁰⁰ Dados divulgados pelo Portal da Copa, sobre o número de turistas estrangeiros. Disponível em: <<http://copa2014.gov.br/pt-br/noticia/copa-do-mundo-impulsionou-o-turismo-nas-americas>>.

a 982 milhões no mesmo período no ano de 2013²⁰¹. Além disso, a FIFA firmou 921 contratos com empresas dos mais variados segmentos e para as mais diversas finalidades.

A Copa do Mundo de 2014 representa uma ilustração paradigmática da afinidade eletiva entre futebol e mercado em virtude de seu caráter extraordinário, manifestando-se em duas dimensões articuladas: econômica e político-cultural. Por caráter extraordinário compreende-se um fato supranatural, excepcional, extracotidiano e acima da normalidade, incorporando certas conotações e ações mágicas e sagradas no sentido religioso, ou seja, é algo que rompe com o normal, tradicional, cotidiano e estabelecido. Expressa novas formas de ações e de crenças, que abrange uma dimensão irracional com uma espécie de força mágica.

Nesta pesquisa, percebemos que o extraordinário faz parte da rotina da Copa do Mundo, mas, apesar disso, existe um esforço por parte da FIFA de fazer de cada edição única, especial, insuperável, incomparável. O elemento extraordinário é estrategicamente renovado, para tornar o evento sempre atraente. As reflexões de Weber sobre dominação carismática nos ajudam a pensar, ainda que com algumas limitações, a capacidade que a Copa do Mundo tem de encantar e cooptar pessoas, pois, para o sociólogo alemão, “o eternamente novo, o fora do cotidiano, o nunca acontecido e a sujeição emocional são aqui as fonte de rendição pessoal”²⁰². Não se trata de afirmar que a Copa se encaixa na dominação carismática conforme a tipologia weberiana, mas de compreender que uma das características do fenômeno extraordinário são as suas “qualidades excepcionais”. Mas estas qualidades

²⁰¹ MARTELLO, Alexandro. “Gasto de estrangeiros no Brasil 60% na Copa e bate recorde”. *G1*, 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/08/gasto-de-estrangeiros-no-brasil-sobe-60-na-copa-e-bate-recorde.html>>.

²⁰² WEBER, Max. *Três tipos de poder e outros escritos*. Lisboa: Tribuna da história, 2005, p. 11.

não são naturais e sim construídas socialmente, segundo os interesses de seus organizadores.

Dialeticamente, o extraordinário faz parte de uma dinâmica rotinizada. Por mais que sejam opostos, o extraordinário e ordinário formam uma unidade. Para Marx, a “unidade de contrários manifesta-se em cada um dos dois polos, que se opõem em suas relações recíprocas” ²⁰³, pois “o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso” ²⁰⁴. Os opostos estão em um diálogo intenso, interconectados, intercompenetrados pela oposição, pela contradição. Para Engels, “a dialética (...) encontra sua perfeita expressão no velho ditado segundo o qual os extremos se tocam” ²⁰⁵. O método dialético do concreto ultrapassa as terminologias binárias, elas são apenas uma das tantas possibilidades de combinação entre agentes, objetos, situações, contextos etc. A rotinização do caráter extraordinário não é exclusiva da Copa do Mundo, podemos encontrar este elemento favorecendo a aproximação entre futebol e mercado em outros campeonatos, como por exemplo, a Copa do Brasil, que atualmente paga o maior prêmio do futebol latino-americano.

Uma das dimensões do caráter extraordinário diz respeito à natureza econômica ou de mercado do evento, ou seja: conversão deste em um espaço de oportunidades para grandes empresas exporem sua imagem pública e, conseqüentemente, promover a circulação de suas mercadorias. A área de marketing esportivo das empresas patrocinadoras rendeu à FIFA uma injeção de 404 milhões de dólares (938,8 milhões de reais).

Durante o período em que foi realizada a Copa de 2014 no Brasil, era muito comum que diversas empresas, dos mais variados segmentos,

²⁰³ MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 117.

²⁰⁴ MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 14.

²⁰⁵ ENGELS, Friedrich. *A Investigação científica no mundo dos espíritos. Dialética da Natureza*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 229.

realizassem propagandas vinculando a imagem da empresa ao megaevento esportivo. Estavam entre elas, empresas de creme dental, laboratórios farmacêuticos, de moda, informática, redes de supermercados, tecnologias, cursos de idiomas, redes de *fast foods* etc. Todos os veículos de comunicação disponíveis, como impressos, televisão, internet, rádio, *outdoor*, *busdoor* etc., foram empregados.

Assim também, as mais diversas estratégias de marketing foram adotadas pelos anunciantes para assegurar que sua marca estaria de alguma forma associada à Copa do Mundo de Futebol, ainda que o segmento da empresa não tivesse o menor grau de relação com o evento ou com o esporte. Não estamos nos referindo ao uso indevido e violação de direitos de uso da logomarca da Copa, trata-se do emprego de uma linguagem que procura associar determinado produto ou serviço à Copa do Mundo sem fazer menção direta ao campeonato, e nem utilizar elementos visuais e linguísticos ligados à Copa, como por exemplo, fazer menção ao futebol ou introduzir as cores da bandeira do Brasil.

As empresas parceiras da Copa do Mundo “têm a garantia de associação exclusiva com a Competição e, em especial, o direito de utilizar as Marcas Oficiais (...) para fins promocionais e publicitários” ²⁰⁶. A FIFA publicou um documento que especifica as práticas que se configuram como violação no uso das marcas da Copa do Mundo. Nesse mesmo documento, a Federação justifica o uso exclusivo dos elementos visuais e linguísticos pelos parceiros da Copa e afirma categoricamente que “os Parceiros Comerciais da FIFA só investirão na Copa do Mundo da FIFA 2014™ se tiverem a exclusividade de uso das Marcas Oficiais e de associação comercial à

²⁰⁶ FIFA.com. “Diretrizes Públicas: Marcas Oficiais da FIFA”, março 2014, p. 3. Disponível em: <https://resources.fifa.com/mm/document/affederation/marketing/01/37/85/97/2014_fifapublicguidelines_por_13032014_portuguese.pdf>.

Competição”²⁰⁷, pois, se não houvesse restrições no uso da marca, qualquer empresa poderia gratuitamente se associar à Copa do Mundo e, por esse motivo, não haveria motivos para uma aproximação comercial por parte das empresas. Por isso, de acordo com a FIFA, a exclusividade é o que torna a parceria atraente.

A FIFA possui um departamento especializado em propriedade intelectual, que tem por finalidade identificar e denunciar o uso indevido de suas marcas por empresas não autorizadas. Entre 2010 e março de 2014, a FIFA denunciou ao INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial) mais de 450 de violações dessa natureza e, “segundo a federação, já foram apreendidas no país 2 toneladas de produtos falsificados contendo uma série de elementos que os associavam à Copa”²⁰⁸. O artigo 30 da Lei Geral da Copa prevê “pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano ou multa”²⁰⁹ para esse tipo de prática.

Voltando à discussão sobre o caráter extraordinário, sua dimensão econômica também pode ser demonstrada pelos seguintes exemplos:

- Venda de ingressos. Segundo a FIFA, foram alocados 3.141.908 ingressos, dos quais 64% para brasileiros e 36% para estrangeiros;
- Licenciamento para vendas de produtos relacionados à Copa, produzidos por empresas terceirizadas, tais como pelúcias, chaveiros, camisas, canecos, óculos, cornetas, etc. Isso proporcionou 25 milhões de dólares (51 milhões de reais) à Instituição;
- Direitos de exibição dos jogos, com arrecadação de 601 milhões de dólares (1,3 bilhão de reais). A FIFA firmou diversos contratos com emissoras de televisão de todos os continentes.

²⁰⁷ FIFA.com. “Diretrizes Públicas: Marcas Oficiais da FIFA”, março 2014, p. 03. Disponível em: <https://resources.fifa.com/mm/document/affederation/marketing/01/37/85/97/2014_fifapublicguidelines_por_13032014_portuguese.pdf>.

²⁰⁸ ALVARENGA, Darlan. “Fifa identifica 450 casos de uso indevido de marcas na Copa”. *G1*, 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2014/05/fifa-identifica-450-casos-de-uso-indevido-de-marcas-na-copa.html>>.

²⁰⁹ BRASIL. “Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12663.htm>.

O futebol, uma prática social de natureza desportiva, converteu-se em um instrumento de reprodução de capital, dissimulando as relações sociais que atravessam esta prática esportiva. Não é uma atividade de caráter econômico, mas tornou-se economicamente relevante e economicamente condicionada. Segundo Oliveira, a década de 1970, configurou-se com uma conjuntura de aproximação, e, posteriormente, fusão entre os jogos olímpicos e o mercado, bem como, entre futebol e mercado:

Após a primeira transmissão direta dos Jogos Olímpicos de 1960 em Roma, ganhavam corpo as primeiras regras de proteção da marca olímpica, já esboçadas em 1944, e as primeiras diretrizes para os contratos televisivos.

Assim como o capitalismo na época, o espetáculo esportivo ainda negava o papel do mercado na definição de seus procedimentos. Durante a década de 1970, enquanto surgiam as primeiras manifestações da crise capitalista, começava um gradual processo de profissionalização do esporte, explícito em sucessivas regras do COI e que culminou em 1978, quando o termo **amador** desapareceu por completo do texto da Carta Olímpica. Paralelamente, cresciam os mecanismos de proteção à marca olímpica e de controle para a transmissão. Ainda na década de 1970, restrições foram impostas ao uso de logomarcas em equipamentos e vestimentas; o controle publicitário se estendia ao espaço aéreo²¹⁰.

Tratando agora da dimensão político-cultural do caráter extraordinário do evento. A copa favorece à formação de um imaginário e uma subjetividade em torno de suas marcas patrocinadoras. Este caráter extraordinário sinaliza a conformação de um estilo de vida e de status na sociedade no século XXI, cabendo observar, por exemplo: que significado tem usar o tênis da marca Adidas, beber Coca-Cola, voar pela Emirates, usar o cartão da Visa, ter aparelhos da Sony e carros da Hyundai-Kia Motors, parceiros principais da Copa do Mundo de 2014? Ou então, que significado tem torcer pela seleção de seu país? A dimensão político-cultural manifesta

²¹⁰ OLIVEIRA, Nelma Gusmão. Jogo espetáculo, jogo negócio. In: JENNINGS, Andrew. *Brasil em Jogo. O que fica da Copa e das Olimpíadas?*. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2014, p. 27.

os interesses de classe das grandes empresas, da elite política e econômica local e internacional, configurando outra relação entre futebol e mercado.

Segundo Huller, a FIFA passou a admitir a veiculação das logomarcas das empresas patrocinadoras nas camisas dos clubes em 1981, em um momento em que o marketing esportivo já estava relativamente consolidado e popularizado. Segundo a autora, a popularização se deu a partir do momento em que o Congresso Americano aprovou um projeto de lei que restringia a veiculação de propagandas de cigarros e bebidas alcoólicas em determinados horários na televisão, “levando essas indústrias a usarem o esporte como alternativa de divulgação de seus produtos” ²¹¹.

“Sacchettin (2009) discorre que o Marketing só começou a ganhar uma proporção maior no mundo do esporte a partir dos grandes eventos esportivos, com o advento das transmissões esportivas pela televisão, como olimpíadas, copa do mundo de futebol, corrida de fórmula um, entre outros” ²¹². A televisão se popularizou nos Estados Unidos e na Europa nos anos de 1950 e no Brasil na década de 1960, com esse novo fenômeno, este aparelho doméstico passou a dividir a audiência com as rádios.

Os grandes eventos esportivos (Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas) começaram a ser transmitidos a milhões de lares no mundo inteiro, atraindo para si milhares de anunciantes. A FIFA iniciou as transmissões televisivas ao vivo em 1966, mas somente na Copa de 1970 as transmissões ao vivo passaram a ser internacionais, com exibição em diversos países do mundo, entre eles o Brasil. Isso somente foi possível graças ao

²¹¹ HULLER, Aline Velloso. “O Esporte como Gerador de Negócios para as Instituições Financeiras no Brasil”. *Revista de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros*, Ano 1, Ed. nº 03, pp. 03-15, Jul./Set. de 2010, p.05. Disponível em: <<http://institutoprocessus.com.br/2012/wp-content/uploads/2011/12/aline-esporte.pdf>>.

²¹² MATOS, Paulo Gabriel e SILVA, Riod Cesar. “Marketing: sua Influência nos Segmentos Esportivos”. CEDF/ UEPA, s.d, p. 04. Disponível em: <http://paginas.uepa.br/ccbs/edfisica/files/2013.1/PAULO_GABRIEL_DE_MATOS.pdf>.

aperfeiçoamento tecnológico dos satélites artificiais de telecomunicações, que emitem sinais na órbita da Terra, viabilizando uma cobertura global na transmissão televisiva do evento esportivo. Segundo Marcos Alvito, “foi a junção da TV e do marketing esportivo a responsável pela revolução econômica experimentada pelo futebol, por sua plena incorporação ao sistema capitalista” ²¹³. É necessário ressaltar que o marketing e o direito de exibição dos jogos da Copa se constituem como as duas principais fontes de receita da FIFA, assim como observado por Proni e Silva:

o espetáculo proporcionado pela Copa pode ser entendido como um ativo fundamental para as emissoras de TV e um meio de propaganda incomparável para as empresas que associam suas marcas ao torneio. Deste modo, junto com a FIFA, os grupos de comunicação e as corporações patrocinadoras estão entre os maiores beneficiados com a realização deste megaevento²¹⁴.

Assim também, Alvito destaca que foi na gestão do brasileiro João Havelange que o futebol se consagrou em um meganegócio, ao se associar a grandes grupos econômicos, como Coca-Cola e Adidas, no meado da década de 1970. De acordo com Proni, é na década de 1970 que o marketing esportivo se torna definitivamente uma estratégia global de grandes empresas:

Um forte impulso ao marketing esportivo foi dado nos anos 70, quando grandes empresas multinacionais começaram a adotar estratégias globais de marketing e encontraram na promoção de eventos

²¹³ ALVITO, Marcos. “A parte que te cabe neste latifúndio: o futebol brasileiro e a globalização”. *Análise Social*. Vol. XLI, pp. 451-74, 2006. p. 455. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aso/n179/n179a07>>.

²¹⁴ PRONI, Marcelo Weishaupt, e SILVA, Leonardo Oliveira da. “Impactos econômicos da Copa do Mundo de 2014: projeções superestimadas”. *Texto Para Discussão*. nº 211. Campinas: Instituto de Economia/ Unicamp, 2012, p.22. Disponível em: <<https://gefut.files.wordpress.com/2014/10/impactos-economicos-da-copa-do-mundo-e-2014.pdf>>.

esportivos internacionais uma forma de alcançar um número enorme de mercados consumidores²¹⁵.

Proni afirma que o marketing esportivo ascendeu na medida em que as empresas perceberam que era vantajoso se associar a um evento que chamasse atenção da mídia, esse é exatamente o caso da Copa do Mundo e das Olimpíadas. A entrada do marketing esportivo contribuiu ainda mais para a espetacularização do futebol, tornando-se a espinha dorsal de sua organização.

“Afif (2000) diz que o marketing esportivo cai como uma luva, pois é o momento em que se pode atingir o expectador (consumidor) durante o seu lazer, é quando este está disposto a receber a mensagem da empresa e seus produtos”²¹⁶. O Marketing esportivo possui característica de *merchandising*, uma vez que provoca impacto visual sobre o espectador, transmitindo uma mensagem de modo sutil, implícito, no momento de lazer e descontração, reforçando a imagem institucional da empresa, incentivando o espectador ao consumo de seus produtos ou serviços.

Em uma discussão protagonizada por Carmen Rial sobre as mudanças na linguagem das transmissões dos jogos de futebol pela televisão, a autora menciona que “nos anos 60, a câmera alta enquadrando todo o gramado nos proporcionava uma visão da totalidade do campo de jogo”, “... pelo uso

²¹⁵ PRONI, Marcelo Weishaupt. Marketing e organização esportiva: elementos para uma história recente do esporte-espetáculo. Conexões, Campinas. V1, nº 1, jul/dez, p.83. Disponível em:

<<https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/viewFile/8638015/5701>>.

²¹⁶ SOUSA, Paulo Daniel Batista et al. “Marketing Esportivo e sua Relação com Clubes e Instituições Ligadas ao Esporte”. Revista DCS On Line, CPTL/ UFMS - Três Lagoas. Vol. 1, nº 1, novembro/ 2005, p. 04. Disponível em: <http://boletimf.org/biblioteca/1690/artigo/BoletimEF.org_Marketing-esportivo-e-sua-relacao-com-clubes-e-instituicaes.pdf>.

da câmera alta e a distância, transformava o campo em um tabuleiro de xadrez, os jogadores em peões”²¹⁷. Avançando na discussão, Rial afirma:

(...) Com o passar do tempo, a câmera aproximou-se cada vez mais do campo, ao mesmo tempo que, liberando-se do campo de jogo, passou a filmar também os torcedores, a ligação entre o vestiário e o campo, o banco de reservas e os jogadores reservas, e isso cada vez com mais detalhes ²¹⁸.

A cada plano detalhe ou enquadramento que é capturado pela câmera de uma emissora de televisão, seja no campo, nas camisas dos jogadores, dos torcedores ou no banco de reservas é possível visualizar as logomarcas das empresas patrocinadoras da Copa do Mundo. Todas as mudanças ocorridas nas exibições dos jogos, com a apropriação da linguagem cinematográfica, proporcionaram às emissoras de televisão criar sua própria linguagem. Esse processo de transformação na linguagem televisiva na transmissão de jogos de futebol foi um movimento que acompanhou os interesses das corporações patrocinadoras do megaevento e do seu comitê organizativo.

Um ponto importante a ser destacado, que está para além da introdução do *marketing* esportivo, são as modificações realizadas nos estádios reformados²¹⁹, seguindo as exigências da FIFA, “tais como estipuladas em seu ‘caderno de encargos’ e nas prescrições do Ministério do Esporte” ²²⁰, com o objetivo de gentrificar a torcida no espaço esportivo, seguindo uma

²¹⁷ RIAL, Carmen Silvia Moraes. “Futebol e mídia: A retórica televisiva e suas implicações na identidade nacional, de gênero e religiosa”. *Revista Antropolítica*. nº 14. Niterói: Eduff, pp. 61-80, 2003, p. 63.

²¹⁸ RIAL, Carmen Silvia Moraes. “Futebol e mídia: A retórica televisiva e suas implicações na identidade nacional, de gênero e religiosa”. *Revista Antropolítica*. nº 14. Niterói: Eduff, pp. 61-80, 2003, p. 63.

²¹⁹ Os novos estádios, construídos para a Copa do Mundo de Futebol de 2014, foram erguidos obedecendo ao que se convencionou chamar de “padrão FIFA”.

²²⁰ HOLLANDA, Bernardo B. B. de. *O Fim do Estádio-Nação?* In: CAMPOS, Flavio de; e ALFONSI, Daniela (org.). *Futebol Objeto das Ciências Humanas*. São Paulo: Leya, 2014, p. 323.

tendência mercadológica na obtenção de receitas, pois “constata-se nas últimas décadas que a aquisição de lucro não depende mais do número de espectadores em uma praça esportiva, mas da capacidade e versatilidade de cada um desses, de maneira individual, consumir produtos esportivos durante o espetáculo de futebol”²²¹.

A introdução dessas estratégias de mercado produz um conjunto de modificações de dimensões políticos e culturais, como a mudança do perfil dos frequentadores dos estádios e arenas, por meio de um processo intenso de elitização. As próprias mudanças nas infraestruturas dos estádios redefiniram os seus desenhos externos e internos. Além de tudo isso, essas estratégias produziram efeitos transformativos que desembocaram em novas maneiras e formas de torcer, surgiu um novo tipo de torcedor, com novas mentalidades.

O estádio do Maracanã passou por uma reforma para se adequar às exigências da FIFA, de sua “estrutura e desenho original se conservará [conservou] apenas a sua carcaça em forma de concha”²²². O interior desse estádio foi completamente modificado, a fim de atender às demandas do mercado, tal como a criação de um espaço exclusivamente destinado a empresas privadas. O espaço destinado ao torcedor foi desenhado para permitir, facilitar e convidar o espectador a consumir. A organização da FIFA proibiu, terminantemente, o torcedor adentrar aos estádios portando alimentos e qualquer tipo de líquido (salvo exceções), além de bolsas e sacolas que ultrapassem as medidas de 25cmx25cmx25cm. Todas as medidas foram adotadas a fim de favorecer o consumo no interior dos estádios durante o “espetáculo esportivo”.

²²¹ HOLLANDA, Bernardo B. B. de. O Fim do Estádio-Nação? In: CAMPOS, Flavio de; e ALFONSI, Daniela (org.). *Futebol Objeto das Ciências Humanas*. São Paulo: Leya, 2014, p. 323-24.

²²² HOLLANDA, Bernardo B. B. de. O Fim do Estádio-Nação? In: CAMPOS, Flavio de; e ALFONSI, Daniela (org.). *Futebol Objeto das Ciências Humanas*. São Paulo: Leya, 2014, p. 323.

O torcedor é equiparado ao consumidor, como demonstra a cartilha confeccionada pelo Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), que possui uma série de informações do CDC (Código de Defesa do Consumidor), e o Código de conduta nos estádios publicado pela FIFA. “O panorama atual do futebol brasileiro e da Copa do Mundo de 2014 se situa, portanto, no mesmo horizonte das transformações contemporâneas do mundo esportivo, com a conversão do torcedor em potencial consumidor” ²²³. Segundo Mascarenhas e Gafney, todas essas mudanças trazem “novos significados, novos públicos, novos gestores e novas racionalidades” ²²⁴.

Por meio do marketing esportivo e das modificações nos estádios e arenas, a FIFA condiciona a produção do futebol enquanto mercadoria e as formas de consumi-lo. Para Marx, a produção cria seu consumidor e a maneira como irá consumir: “o objeto de arte, tal como qualquer outro produto, cria um público capaz de compreender a arte e apreciar a beleza. Portanto, a produção não cria somente um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto”²²⁵. As diversas estratégias adotadas pela FIFA na produção do seu “objeto” criaram um público capaz de compreender o futebol e apreciar a sua beleza desportiva, de consumi-lo de acordo com as singularidades estabelecidas no processo de produção, manifestando-se, inclusive, na formação de uma subjetividade com um estilo determinado.

Existem outros aspectos que se encontram na dimensão político cultural e que também se constituem como retalhos desse mosaico social. Um bom exemplo se refere à Copa do Mundo realizada no Brasil no ano de 1950, marcada pela derrota da seleção brasileira na final contra o Uruguai, no

²²³ HOLLANDA, Bernardo B. B. de. O Fim do Estádio-Nação? In: CAMPOS, Flavio de; e ALFONSI, Daniela (org.). *Futebol Objeto das Ciências Humanas*. São Paulo: Leya, 2014, p. 344.

²²⁴ GAFNEY, C; MASCARENHAS, G. O Estádio de Futebol como Espaço Disciplinar. In: HOLLANDA, Bernardo B. B. de; BURLAMAQUI, Luiz G. (Org.). *Desvendando o jogo: Nova Luz sobre o Futebol*. Niterói: Editora da UFF, 2014, p. 86.

²²⁵ MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 09.

Maracanã, com um público estimado em 200 mil pessoas. “A derrota de 50 provocou dor, sofrimento e vergonha pública. Foi um golpe de destino. O Brasil foi derrotado em casa”²²⁶. 64 anos depois, os brasileiros reviveram a sensação de sediar uma Copa do Mundo e, com a esperança de fazer diferente da Copa de 1950, o Brasil queria reviver momentos de glória. “A vitória de 70 desencadeou a euforia, o delírio e a exibição, em escala nacional”²²⁷ e, em torno desse sentimento, se instalou um clima de euforia, de desejos e vontades de uma nação.

A participação de 32 seleções, representando nações de todos os lugares do mundo, em 64 partidas, em 12 cidades sedes, em estádios que foram construídos ou reformados exclusivamente para compor o evento da Copa do Mundo ²²⁸, realizado em curto espaço de tempo (31 dias de duração) são exemplos que se revestem de certa dosagem de supranaturalidade.

A Copa do Mundo é um espetáculo que articula o internacional e o nacional, por isso a dimensão político cultural também se expressa por meio de um forte nacionalismo, da ideia de representação, de reforço de sentimentos patrióticos, de pertencimento, identidade, autoafirmação, singularidade, ou seja, para os brasileiros, o futebol é mais do que um esporte, é uma tradução desses sentimentos. “Não se tratava mais de equipe de

²²⁶VOGEL, Arno. *O Momento Feliz, Reflexões sobre o Futebol e o Ethos Nacional*. In: DAMATTA, R. et al. *Universo do Esporte*. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982, p. 113.

²²⁷ VOGEL, Arno. *O Momento Feliz, Reflexões sobre o Futebol e o Ethos Nacional*. In: DAMATTA, R. et al. *Universo do Esporte*. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982, p. 113.

²²⁸ Sete estádios foram construídos e cinco foram reformados. Estádios novos: Mané Garrincha (DF), Arena Amazônia (AM), Fonte Nova (BA), Arena Corinthians (SP), Arena Pantanal (MT), Arena Pernambuco (PE) e Arena das Dunas (RN). Estádios reformados: Mineirão (MG), Maracanã (RJ), Castelão (CE), Beira-Rio (RS) e Arena da Baixada (PR). Fonte: Globo Esporte. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2013/04/copa-custo-geral-dos-estadios-esta-30-mais-alto-que-previsao-de-2010.html>>.

futebol, mas de sociedades cuja essência era medida pelo futebol" ²²⁹. Dessa forma, o futebol transcende o esporte, "é também uma máquina de socialização de pessoas e um sistema complexo de comunicação de valores essenciais"²³⁰, "a Copa do Mundo (...) é um espetáculo de embate entre nações – atestado pelos hinos nacionais, que marcam o início de cada jogo"²³¹

"O líder carismático ganha e mantém a autoridade exclusivamente provando sua força na vida. Se quer ser profeta, deve realizar milagres; se quer ser senhor da guerra, deve realizar feitos históricos. (...) sua missão divina deve ser 'provada'" ²³² ²³³. Os jogadores de futebol de cada seleção tornam-se referências, dotados de certas particularidades que fogem aos homens comuns, representantes de suas nações, recebem a "missão" de realizar "feitos históricos" e "feitos heroicos"; os jogadores devem ir para a "guerra", uma batalha épica e metafórica entre nações, seus feitos devem satisfazer as expectativas de seus seguidores. Cada "combate", onde esse esporte é popular, é acompanhado atentamente por uma nação quase que inteira:

Na hora do jogo, duas alternativas foram predominantes: - ou as pessoas se reuniam nas casas, uma das outras, ou se "trancavam num botequim"... Os espaços do cotidiano se modificavam nessas ocasiões. (...) Na primeira dessas alternativas, um espaço que prevalecem os laços da intimidade familiar se abre para a sociabilidade mais ampla (...). No segundo caso, um espaço público, marcado pelas relações contratuais, se converte num espaço

²²⁹ DAMATTA, Roberto. "Em torno da dialética entre igualdade e hierarquia: notas sobre as imagens e representações dos jogos olímpicos e do futebol no Brasil". *Revista Antropolítica*. nº 14. Niterói: Eduff, pp. 17-39, 2003, p. 34.

²³¹ RIAL, Carmen Silvia Moraes. "Futebol e mídia: A retórica televisiva e suas implicações na identidade nacional, de gênero e religiosa". *Revista Antropolítica*. nº 14. Niterói: Eduff, pp. 61-80, 2003, p. 73.

²³³ WEBER, Max. *Três tipos de poder e outros escritos*. Lisboa: Tribuna da história, 2005, p. 287.

análogo à casa, onde se come, bebe e acompanha a partida, para sofrer, chorar ou rir em conjunto²³⁴.

A vitória pode ser comemorada como um verdadeiro carnaval e a derrota vivenciada de forma análoga a um velório. Arno Vogel apresenta uma noção dessas duas formas de reação do público frente aos resultados das partidas. Em referência à derrota da seleção brasileira na Copa de 1950, ele afirma: “o silêncio é uma forma básica da recusa do intercuro social. Sua forma mais radical, talvez, pois é também a evocação da morte” ²³⁵. Já em relação às vitórias do Brasil na Copa do Mundo de 1970, no México, “um carnaval espontâneo se armava nas ruas das grandes metrópoles do país” ²³⁶. Segundo Simone Guedes, para o futebol, que possui dimensão nacional, “as derrotas são tão significativas quanto as vitórias” ²³⁷.

As reflexões de Victor Turner sobre estrutura e antiestrutura nos ajudam a pensar a dinâmica de alteração do cotidiano. De acordo com este autor, em certas ocasiões, como festas, carnavais, danças, procissões, músicas, rebeliões, teatros, ou seja, em situações extraordinárias ocorre uma leve suspensão das relações cotidianas, e uma descontinuação na representação dos papéis sociais. Nesse momento, as pessoas se veem diante das outras sem mediações, pois já não estão mais em relações verticais e sim horizontais.

Partindo dessa perspectiva, poderíamos compreender que a comemoração de uma vitória da seleção brasileira seria um exemplo prático dessa situação, pois ocorre uma festa generalizada, nas ruas, nos bares, nos

²³⁴ VOGEL, Arno. *O Momento Feliz, Reflexões sobre o Futebol e o Ethos Nacional*. In: DAMATTA, R. et al. *Universo do Esporte*. Rio de Janeiro: Pinakothèque, 1982, p. 111.

²³⁵ VOGEL, Arno. *O Momento Feliz, Reflexões sobre o Futebol e o Ethos Nacional*. In: DAMATTA, R. et al. *Universo do Esporte*. Rio de Janeiro: Pinakothèque, 1982, p. 92.

²³⁶ VOGEL, Arno. *O Momento Feliz, Reflexões sobre o Futebol e o Ethos Nacional*. In: DAMATTA, R. et al. *Universo do Esporte*. Rio de Janeiro: Pinakothèque, 1982, p. 111.

²³⁷ GUEDES, Simone Lahud. *A Dádiva e os Diálogos Identitários através das Copas do Mundo no Brasil*. In: CAMPOS, Flavio de; e ALFONSI, Daniela (org.). *Futebol Objeto das Ciências Humanas*. São Paulo: Leya, 2014, p. 60.

lares, na mídia etc. Ao longo dessa comemoração, pode ocorrer o fenômeno denominado por Turner de *communitas*, que está relacionado às experiências de irrupção de modo espontâneo que ocorrem a partir do momento da interrupção das formas de organização social. “A ‘*communitas*’ surge onde não existe estrutura social” ²³⁸.

Todos esses elementos condensados em um evento esportivo produzem um grande espetáculo com proporções “mágicas”, capaz de atrair pessoas e mobilizá-las, alterando suas rotinas. Durante os jogos do Brasil na Copa de 2014 foram decretados feriados, pontos facultativos ou funcionamento em meio expediente em empresas privadas e repartições públicas. Os calendários organizativos de escolas e universidades foram elaborados de acordo com a realização da Copa do Mundo, os itinerários dos transportes públicos das cidades sedes foram alterados, a rotina da segurança pública também foi modificada para o evento esportivo, com investimento de 1,9 bilhão e um efetivo de 177 mil agentes (Polícia Federal, Rodoviária Federal, Civil, Militar, além da Força Nacional, das Forças Armadas e das guardas municipais).

Quase todas as pessoas, gostando ou não desse esporte, em alguma medida, foram atingidas, seja na escola, universidade, trabalho, relações pessoais, nos supermercados, padarias etc. A própria Copa do Mundo foi lugar de destaque nas mídias, televisiva, impressa, digital e radiofônica, antes, durante e depois do evento. Muitos espaços foram influenciados, no mínimo, sutilmente modificados em função do evento, ou seja, a Copa do Mundo atuou como uma força que retirou o Brasil de sua rotina habitual. Os brasileiros vivenciaram uma experiência de alteração no seu cotidiano econômico, político, esportivo e cultural, além do psíquico, no que se refere às representações coletivas e de solidariedade. As modificações na rotina, nas

²³⁸ TURNER, Victor. *O Processo Ritual: Estrutura e Antiestrutura*. Petrópolis: Vozes, 1974, p. 154.

instituições e em diversos momentos da vida dos brasileiros são traços específicos do caráter extraordinário da Copa do Mundo de Futebol.

A Copa do Mundo da FIFA é o maior evento esportivo de um único segmento de esporte; sendo o futebol o esporte mais popular do mundo, o próprio evento da Copa é uma expressão dessa popularidade. Para Arno Vogel, “as copas do mundo são momentos extraordinários, dentro da rotina do futebol” ²³⁹. O caráter extraordinário é algo que foge ao curso “normal” dos acontecimentos, sua dimensão foi incorporada à rotina de realização da Copa, e isso é um dos elementos que a torna um evento atraente. A FIFA tem plena consciência dessa dimensão, por isso, ao final da copa de 2014, um de seus organizadores fez a seguinte afirmação:

“É incrível ver como, mesmo em um mundo com tantas dificuldades, há mercado para o futebol. Estamos crescendo. Ganharemos mais dinheiro na Rússia (na Copa de 2018) e no Catar (em 2022), porque o crescimento financeiro não é relacionado ao lugar onde a Copa é realizada, mas ao seu valor. *Esse é um evento único*”, disse Jérôme Valcke, secretário-geral da FIFA ²⁴⁰.

Como já foi discutido neste artigo, o caráter extraordinário da Copa do Mundo é rotinizado. A cada edição, esta dimensão é renovada e se constitui como uma das estratégias econômicas, conforme pode ser percebido nas palavras supracitadas de Jérôme Valcke.

À guisa de uma conclusão

²³⁹ VOGEL, Arno. *O Momento Feliz, Reflexões sobre o Futebol e o Ethos Nacional*. In: DAMATTA, R. et al. *Universo do Esporte*. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982, p. 82.

²⁴⁰ VEJA. “FIFA arrecada R\$ 1,3 bi com venda de direitos para a Copa”, 21 de março de 2014, grifos nossos. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/esporte/venda-dos-direitos-da-copa-arrecada-r-13-bi-para-fifa>>.

A afinidade eletiva entre futebol e mercado, no contexto da Copa do Mundo, se configura em boa parte pelo caráter extraordinário manifestados em duas dimensões articuladas: a econômica e a político-cultural. A realização desse fenômeno esportivo se estrutura de uma determinada forma, apresentando uma conjuntura específica e produzindo um efeito de aproximação e de aprofundamento nas relações desse esporte com o mercado, de modo a contribuir para a conversão do futebol em mercadoria.

A Copa do Mundo apresenta o futebol como uma atividade desportiva que atende a certas necessidades psíquicas na forma de entretenimento, lazer, fuga da realidade, válvula de escape das pressões sociais, busca de excitação, autoafirmação. É um esporte que, segundo Damatta, sua força atrativa, pelo menos no caso do Brasil, se dá pelo fato de ser coletivo, "jogado com os pés (o que permite um alto grau de imprecisão), funda-se na continuidade e é jogado em um ritmo crescente, destinado à explosão agônica do êxito ou do fracasso e da perda da oportunidade"²⁴¹. Para Gonçalves e Carvalho, o que originalmente mobilizava as pessoas em torno do futebol era "o lazer, a diversão, o ócio e a criação de laços de pertencimento entre os indivíduos"²⁴².

O futebol é também apresentado sob a forma de um espaço de oportunidades para a atuação de grupos econômicos na obtenção de lucros, por meio da venda de direitos de exibição dos jogos, pela atuação do marketing esportivo de empresas de diversos segmentos, venda de serviços e produtos, movimentação turística, construção e reformas de estádios (com a

²⁴¹DAMATTA, Roberto. "Em torno da dialética entre igualdade e hierarquia: notas sobre as imagens e representações dos jogos olímpicos e do futebol no Brasil". *Revista Antropolítica*. n.º 14. Niterói: Eduff, pp. 17-39, 2003, p. 33.

²⁴² GONÇALVES, CARVALHO Mercantilização do futebol brasileiro: instrumentos, avanços e resistências. *Cadernos. EBAPE. BR.* 2006, vol.4, n.2, pp.01-27. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v4n2/v4n2a03.pdf>>, p. 02.

atuação de grandes construtoras, como Odebrecht e Andrade Gutierrez, que lideraram os contratos).

A Copa do Mundo e seu *modus operandi* converteu o esporte em uma mercadoria e os torcedores em consumidores, tornando-se uma fusão, um casamento entre essas duas formas específicas de configurações sociais, o futebol e o mercado. Em suma, temos, na Copa do Mundo de Futebol de 2014, uma afinidade eletiva entre esporte e economia, duas configurações sociais distintas interagindo dialeticamente entre si, produzindo um espaço de confluência ativa.

REFERÊNCIAS

ALVITO, Marcos. "A parte que te cabe neste latifúndio: o futebol brasileiro e a globalização". *Análise Social*. Vol. XLI, pp. 451-74, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aso/n179/n179a07>>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2015, às 21h30min.

BRASIL. "Código de Defesa do Consumidor. Lei nº 8.078/1990", de 11 de setembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2015, às 20h56min.

BRASIL. "Lei Geral da Copa - Lei nº 12.663/ 2012", de 5 de junho de 2012, que dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude - 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis nºs 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12663.htm>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2015, às 03h50min.

CURI, Martin. *Futebol Mercantilizado: sobre o consumo local de um jogo de futebol*. In: HOLLANDA, Bernardo B. B. de; BURLAMAQUI, Luiz G. (Org.). *Desvendando o jogo: Nova Luz sobre o Futebol*. Niterói: Editora da UFF, 2014, pp. 125-149.

DAMATTA, Roberto. "Em torno da dialética entre igualdade e hierarquia: notas sobre as imagens e representações dos jogos olímpicos e do futebol no Brasil". *Revista Antropológica*. nº 14. Niterói: Eduff, pp. 17-39, 2003.

_____. *Esporte na Sociedade: Um Ensaio Sobre o Futebol Brasileiro*. In: DAMATTA, R. et al. *Universo do Esporte*. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982, pp. 19-42.

_____. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

ERNEST & Young/ FGV. *Brasil Sustentável: Impactos Socioeconômicos da Copa do Mundo de 2014*. São Paulo: Departamento de Comunicação e Gestão Ernest & Young, 2014. Disponível em:

<http://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/estudo_9.pdf>. Acesso em: 13 de agosto de 2014.

ENGELS, Friedrich. *Carta a Joseph Bloch*, Londres 21-22 de setembro, 1890. Disponível em: <www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>. Acesso em: 13 de novembro de 2014, às 14h16min.

_____. *A Investigação científica no mundo dos espíritos. Dialética da Natureza*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, pp. 229-238.

FERREIRA, João Sette Whitake. Apresentação: *Um teatro Milionário*. In: JENNINGS, Andrew. *Brasil em Jogo. O que fica da Copa e das Olimpíadas?*. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2014, pp. 07-16.

FIFA.com. "Os números da Copa do Mundo da FIFA", 12 de julho de 2014. Disponível em:

<http://resources.FIFA.com/mm/document/tournament/competition/02/44/29/89/FIFAworldcupinnumbers_120714_v7_por_portuguese.pdf>. Acesso em: 16 de novembro de 2014, às 20h55min.

FIFA.com. "Diretrizes Públicas: Marcas Oficiais da FIFA", março de 2014. Disponível em: <https://resources.fifa.com/mm/document/affederation/marketing/01/37/85/97/2014_fifapublicguidelines_por_13032014_portuguese.pdf>. Acesso em: 07 de dezembro de 2018, às 20h30min.

GAFNEY, C; MASCARENHAS, G. *O Estádio de Futebol como Espaço Disciplinar*. In: HOLLANDA, Bernardo B. B. de; BURLAMAQUI, Luiz G. (Org.). *Desvendando o jogo: Nova Luz sobre o Futebol*. Niterói: Editora da UFF, 2014, pp. 85-106.

GONÇALVES, Julio C. de Santana; e CARVALHO, Cristina Amélia. "Mercantilização do futebol brasileiro: instrumentos, avanços e resistências". *Cadernos. EBAPE. BR*. 2006, vol.4, n.2, pp.01-27. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v4n2/v4n2a03.pdf>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2018, às 22h55min.

GUÉDES, Simone Lahud. *A Dádiva e os Diálogos Identitários através das Copas do Mundo no Brasil*. In: CAMPOS, Flavio de; e ALFONSI, Daniela (org.). *Futebol Objeto das Ciências Humanas*. São Paulo: Leya, 2014, pp. 58-69.

HOLLANDA, Bernardo B. B. de. *O Fim do Estádio-Nação?* In: CAMPOS, Flavio de; e ALFONSI, Daniela (org.). *Futebol Objeto das Ciências Humanas*. São Paulo: Leya, 2014, pp. 321-45.

HULLER, Aline Velloso. "O Esporte como Gerador de Negócios para as Instituições Financeiras no Brasil". *Revista de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros*, Ano 1, Ed. nº 03, pp. 03-15, Jul./Set. de 2010. Disponível em: <<http://institutoprocessus.com.br/2012/wp-content/uploads/2011/12/aline-esporte.pdf>>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2015, às 19h15min.

IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. *De Olho na Copa: Direitos e Condutas do Torcedor no Estádio*, 2014. Disponível em: <<http://www.idec.org.br/pdf/especial-copa-2014.pdf>>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2015, às 21h44min.

LÖWY, Michael. *Redenção e Utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Romantismo e Messianismo: ensaios sobre Lukács e Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

_____. "Sobre o Conceito de "Afinidade Eletiva" em Max Weber". *Plural*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 17.2, pp. 129-142, 2011. Disponível: <<http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/74543/78152>>. Acesso em: 10 de junho de 2014.

_____. *A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MATOS, Paulo Gabriel e SILVA, Riod Cesar. "Marketing: sua Influência nos Segmentos Esportivos". CEDF/UEPA, s.d. Disponível em: <http://paginas.uepa.br/ccbs/edfisica/files/2013.1/PAULO_GABRIEL_DE_MATOS.pdf>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2015, às 20h23min.

MARTELLO, Alexandro. Gasto de estrangeiros no Brasil 60% na Copa e bate recorde. *G1*, 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/08/gasto-de-estrangeiros-no-brasil-sobe-60-na-copa-e-bate-recorde.html>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2018, às 21h30min.

MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

OLIVEIRA, Nelma Gusmão. Jogo espetáculo, jogo negócio. In: Andrew Jennings. *Brasil em Jogo. O que fica da Copa e das Olimpíadas?*. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2014, pp. 25-32.

PORTAL da Copa. "Copa do Mundo impulsionou o turismo nas Américas", 17 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://copa2014.gov.br/pt-br/noticia/copa-do-mundo-impulsionou-o-turismo-nas-americas>>. Acesso em: 16 de novembro de 2014, às 21h46min.

PRONI, Marcelo Weishaupt; e SILVA, Leonardo Oliveira da. "Impactos econômicos da Copa do Mundo de 2014: projeções superestimadas". *Texto Para Discussão*. nº 211. Campinas: Instituto de Economia/ Unicamp, 2012, 26p. Disponível em: <<https://gefut.files.wordpress.com/2014/10/impactos-econ3b4micos-da-copa-do-mundo-e-2014.pdf>>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2015, às 16h52min.

RIAL, Carmen Silvia Moraes. "Futebol e mídia: A retórica televisiva e suas implicações na identidade nacional, de gênero e religiosa". *Revista Antropolítica*. nº 14. Niterói: Eduff, pp. 61-80, 2003.

SILVEIRA, Elisabete Cristina Cruvello da. *Cultura de bem estar social e messianismo: As Conferências da ONU e o CBCISS (1968-1978)*. Tese (Doutorado). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2015. Disponível em: <<http://politicassocial.sites.uff.br/teses/>>. Acesso em: 09 de dezembro de 2018, às 03h 30min.

SOUSA, Paulo Daniel Batista et al. "Marketing Esportivo e sua Relação com Clubes e Instituições Ligadas ao Esporte". *Revista DCS On Line*, CPTL/ UFMS - Três Lagoas. Vol. 1, nº 1, novembro/ 2005. Disponível em: <http://boletimef.org/biblioteca/1690/artigo/BoletimEF.org_Marketing-esportivo-e-sua-relacao-com-clubes-e-instituicaes.pdf>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2015, às 22h 34min.

TURNER, Victor. *O Processo Ritual: Estrutura e Antiestrutura*. Petrópolis: Vozes, 1974.

VEJA. "FIFA arrecada R\$ 1,3 bi com venda de direitos para a Copa", 21 de março de 2014. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/esporte/venda-dos-direitos-da-copa-arrecada-r-13-bi-para-fifa>>. Acesso em: 16 de novembro de 2014, às 19h58min.

VOGEL, Arno. *O Momento Feliz, Reflexões sobre o Futebol e o Ethos Nacional*. In: DAMATTA, Roberto. et al. *Universo do Esporte*. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982, pp. 75-115.

WEBER, Max. *A "Objetividade" no Conhecimento nas Ciências Sociais*. São Paulo: Editora Ática, 2006.

_____. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1999.

_____. *Três tipos de poder e outros escritos*. Lisboa: Tribuna da história, 2005.

EVENTOS E TRADIÇÃO FAMILIAR NO HIPISMO SUL-RIO-GRANDENSE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Ester Liberato Pereira²⁴³ ; Giandra Anceski Bataglion²⁴⁴ ; Janice Zarpellon

Mazo²⁴⁵

Resumo: Este artigo procura analisar como sucedeu a relação entre os eventos hípicos e a tradição familiar na prática do hipismo no Rio Grande do Sul (RS) nas primeiras décadas do século XX. Para entender esta configuração, a partir de noções sociohistóricas, efetuou-se uma análise documental de fontes impressas, como também foi reproduzida uma fonte oral. A análise das fontes evidenciou que a conjuntura particular da prática hípica do RS, à medida que foi se conformando, permitiu alcançar o cenário esportivo nacional e internacional, por meio da participação de atletas em Jogos Olímpicos. Observou-se que diversos atributos característicos de um esporte moderno já se faziam presentes, ainda que com diferentes particularidades, no contexto hípico, desde o início de seu aparelhamento. Tal arranjo denotava a atuação de, afora homens militares e civis, mulheres atreladas às elites econômicas do estado, bem como o investimento financeiro de suas famílias, descortinando um cenário em que o RS firmava etapas e ligações consecutivamente na vanguarda deste esporte olímpico. Tais representações sociais de distinção e sociabilidades relacionadas ao hipismo, bem como a sua dinâmica constante, foram avigoradas pela introdução do capital privado nesta prática. Apurou-se que o hipismo se apresentou como agente e como objeto de um cenário em que o estado age beneficiando, basicamente, interesses privados.

Palavras-chave: Hipismo; Eventos hípicos; História do Esporte.

EVENTS AND FAMILY TRADITION IN RIO GRANDE DO SUL'S EQUESTRIANISM IN THE EARLY DECADES OF THE 20TH CENTURY

²⁴³ Doutora em Ciências do Movimento Humano (PPGCMH/UFRGS). Professora do Departamento de Educação Física e do Desporto da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Coordenadora do Grupo de Estudos em História do Esporte e da Educação Física (GEHEFE) do Laboratório de Estudo, Pesquisa e Extensão do Lazer (Ludens). (<http://lattes.cnpq.br/5813806316468531>)

²⁴⁴ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Integrante do Núcleo de Estudos em História do Esporte e da Educação Física - NEHME e do Observatório do Esporte Paralímpico. (<http://lattes.cnpq.br/7288825011486880>)

²⁴⁵ Doutora em Ciências do Desporto (FADE/UP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da UFRGS. Coordenadora do Núcleo de Estudos em História e Memória do Esporte e da Educação Física (NEHME) e do Observatório do Esporte Paralímpico. (<http://lattes.cnpq.br/7818878255873591>)

Artigo recebido em 17/08/2018 e aprovado em 25/11/2018

Abstract: This article aims to analyze how the relationship between equestrian events and the family practice tradition of equestrianism in Rio Grande do Sul (RS) happened in the early decades of the 20th century. In order to understand this scenario from socio-historical notions, a documentary analysis of printed sources has been done, as well as an oral source (testimony). The analysis of the sources showed that the particular conjuncture of Rio Grande do Sul riding practice, as it was conforming itself, allowed reaching the national and international sports scenario, through the participation of athletes in Olympic Games. It was pointed out that several characteristic attributes of a modern sport were already present in the equestrian context from the beginning of its rigging. This arrangement denoted that, apart from military and civilian men, women linked to the economic elites of the state, as well as the financial investment of their families, revealed a scenario in which Rio Grande do Sul ensured stages and consecutive links at the forefront of this Olympic sport. Such social representations of distinction and sociabilities related to equestrianism were invigorated by the introduction of private money in this practice. It was found that equestrianism presented itself as an agent and as the object of a scenario in which the state is basically benefiting private interests.

Key words: Equestrianism; Equestrian events; History of Sport.

INTRODUÇÃO

O hipismo clássico²⁴⁶ representa uma maneira distinta de se viver, sendo associado ao treinamento militar e às elites econômicas, como uma manifestação oriunda da Europa. A este respeito, o ato de montar a cavalo, no continente europeu, constituía uma atividade eminentemente aristocrática e um símbolo de distinção²⁴⁷. A prática hípica, como prática e representação cultural de distinção social, também apresenta indícios em algumas cidades brasileiras, no período demarcado entre a segunda metade

²⁴⁶ Determinadas modalidades equestres são consideradas como pertencentes ao hipismo, quais sejam: Concurso Completo de Equitação (CCE), Adestramento, Salto, Atrelagem, Enduro, Volteio, Adestramento Paraequestre e Rédeas, sendo estas reconhecidas pela Confederação Brasileira de Hipismo (CBH) e pela Federação Equestre Internacional (FEI) simultaneamente. VIEIRA, Silvia; FREITAS, Armando. *O que é hipismo*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

²⁴⁷ ARCHETTI, Eduardo P. *El potrero, la pista y el ring: las patrias del deporte argentino*. 1 ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

do século XIX e pelo menos, até as primeiras décadas do século XX, conforme pode ser evidenciado no livro sobre os esportes e as cidades brasileiras, organizado por Melo²⁴⁸.

Especificamente, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, o hipismo consiste em uma das práticas de equitação presentes na conjuntura do estado, em que indivíduos e instituições de apoio, em certo período histórico, funcionavam como um campo exclusivo de determinadas classes sociais²⁴⁹. Essas classes sociais, representativas de grupos com poder econômico, fomentaram a prática do hipismo, bem como apoiaram, de distintas formas, eventos hípicas em Porto Alegre, capital do estado. De tal modo, busca-se problematizar determinadas continuidades e rupturas intrínsecas ao processo de constituição dos eventos hípicas e as relações com a tradição familiar no contexto sul-rio-grandense.

²⁴⁸ MELO, Victor Andrade de (Org.). *Os sports e as cidades brasileiras: transição dos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

²⁴⁹ PEREIRA, Ester Liberato. *Configurações sociohistóricas da equitação no Rio Grande do Sul: uma investigação das redes de interdependência nas práticas esportivas equestres*. 2016. 254 f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

O presente estudo difere-se da literatura que enfoca particularmente o hipismo no estado do Rio Grande do Sul^{250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257} e mesmo daqueles que tratam de práticas equestres em outras cidades brasileiras^{258, 259, 260, 261}, na medida em que a temática da tradição familiar, no hipismo, ainda não foi devidamente abordada. Inclusive, no estudo publicado por Pereira, Silva e Mazo²⁶², está registrada a necessidade de novas pesquisas

²⁵⁰ PEREIRA, Ester Liberato. *As práticas equestres em Porto Alegre: percorrendo o processo da esportivização*. 2012. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

²⁵¹ PEREIRA, Ester Liberato. *Configurações sociohistóricas da equitação no Rio Grande do Sul: uma investigação das redes de interdependência nas práticas esportivas equestres*. 2016. 254 f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

²⁵² PONTES, Vanessa Silva; PEREIRA, Erik Giuseppe Barbosa. Sob rédeas curtas, de cabelos longos: reflexões sobre mulheres no hipismo. *Movimento*, Porto Alegre, v. 20. n. 3, p. 1197-1222, jul./set. 2014.

²⁵³ PEREIRA, Ester Liberato; MAZO, Janice Zarpellon. As práticas equestres e o lazer dos porto-alegrenses (décadas de 1920 a 1940). *Licere*, Belo Horizonte, v. 17, n. 4, dez/2014a.

²⁵⁴ PEREIRA, Ester Liberato; MAZO, Janice Zarpellon. A organização da Federação Hípica Sul-Rio-Grandense (décadas de 1920 a 1940). *Revista Contemporânea – Dossiê História & Esporte*, v. 2, n. 4, p. 1-23, 2014b.

²⁵⁵ PEREIRA, Ester Liberato; MAZO, Janice Zarpellon. Um processo de agenciamento no hipismo: Federação Hípica Sul Rio Grandense. In: XIX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 2015, Vitória. *Anais... Vitória*, 2015, p. 1-16.

²⁵⁶ PEREIRA, Ester Liberato; MAZO, Janice Zarpellon. Jogos Olímpicos de 1952: o percurso de um atleta brasileiro no hipismo. In: XXIX SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2017, Brasília. *Anais... Brasília*, 2017, p. 1-15.

²⁵⁷ PEREIRA, Ester Liberato; SILVA, Carolina Fernandes; MAZO, Janice Zarpellon. As primeiras participações de atletas do hipismo sul-rio-grandense em Jogos Olímpicos. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 47-64, jan./mar. 2015.

²⁵⁸ SCHPUN, Mônica Raisa. *Beleza em Jogo: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

²⁵⁹ MELO, Victor Andrade de. Das touradas às corridas de cavalo e regatas: primeiros momentos da configuração do campo esportivo no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor. (orgs). *História do Esporte no Brasil: do império aos dias atuais*. São Paulo: Editora UNESP, p. 35-70, 2009.

²⁶⁰ LUCENA, Ricardo. *O esporte na cidade: aspectos do esforço civilizador brasileiro*. Campinas, SP: Autores Associados. Chancela editorial CBCE, 2001.

²⁶¹ KARLS, Cleber Eduardo. *Modernidades sortidas: o esporte oitocentista em Porto Alegre e no Rio de Janeiro*. 2017. 186 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História Comparada. Rio de Janeiro, 2017.

²⁶² PEREIRA, Ester Liberato; MAZO, Janice Zarpellon. Um processo de agenciamento no hipismo: Federação Hípica Sul Rio Grandense. In: XIX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 2015, Vitória. *Anais... Vitória*, 2015, p. 1-16.

que busquem analisar a origem social de cavaleiros e amazonas envolvidos com a prática do hipismo no Brasil. Desse modo, diante de um assunto ainda pouco investigado no panorama nacional e, tendo como objetivo buscar aprofundar o domínio da História do Esporte no âmbito regional, para além do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, o estudo delimita-se ao estado do Rio Grande do Sul. Importa, ainda, explicitar que, ao inserirmos tal espaço geográfico nas reflexões até então construídas sobre a prática hípica, espera-se contribuir com novas evidências para a compreensão histórica do hipismo brasileiro, ao focalizar a tradição familiar no esporte.

As práticas equestres ligadas ao hipismo estão associadas às camadas economicamente privilegiadas da sociedade, desde seus primórdios até a atualidade. Consequentemente, o que predomina, no universo equestre constituído em torno de tais esportes, é a importância da posse do capital econômico, expresso, fundamentalmente, pelo significativo valor dos cavalos que atuam nestas práticas, equipamentos e instalações específicos. Portanto, ao ponderar sobre os contrastes, pode-se aprofundar o espectro das práticas equestres (esportivas ou com alguns elementos de esportivização). Ao observar as oposições de práticas equestres de uma maneira mais ampla, focalizam-se oposições de filiações sociais a cada uma delas associadas. É o caso, por exemplo, da prática do salto do hipismo²⁶³, predominantemente conectada às elites mais urbanas e privilegiadas economicamente ²⁶⁴.

No contexto sul-rio-grandense, esta prática equestre começou a imprimir seus primeiros passos no início do século XX, apresentando uma restrição de classe para praticá-las. Até o final da década de 1910, pelo

²⁶³ O salto é a modalidade mais divulgada do hipismo. VIEIRA, Silvia; FREITAS, Armando. *O que é hipismo*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

²⁶⁴ ADELMAN, Miriam. *Mulheres no Esporte: Corporalidades e Subjetividades. Movimento*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-29, jan./abril. 2006.

menos, sua prática restringia-se aos muros de quartéis²⁶⁵. O salto do hipismo, inicialmente, estava restrito aos âmbitos militares do Rio Grande do Sul, a fim de melhor preparar e condicionar seus cavalos e cavaleiros para exercer o policiamento ostensivo montado no Estado. Nas décadas seguintes, de forma paulatina, o salto do hipismo passa a ter seu acesso expandido, oficialmente, à população civil, por meio da fundação de sociedades e clubes²⁶⁶.

Em algumas fontes, como na Revista do Globo, acessada por meio do catálogo organizado por Mazo²⁶⁷, foram identificados os primeiros indícios de uma sociedade que, além de promover a prática do salto do hipismo, admitia o acesso da população civil de Porto Alegre a este esporte: a Sociedade Hípica Rio-Grandense, fundada em 1925. A prática do salto do hipismo não encontrava resistência ao compor parte das atividades de instrução das mulheres, em especial daquelas pertencentes às camadas ligadas às elites econômicas. Desta forma, a instituição do hipismo em associações esportivas, a partir da década de 1920, representa um primeiro movimento em direção à incorporação da característica de igualdade de acesso à prática, inerente ao esporte moderno.

Na década de 1930, o hipismo era promovido pelas seguintes entidades, na capital do estado: Sociedade Hípica Rio-Grandense, Porto Alegre Country Club e Sociedade Hípica Porto-Alegrense, além da Brigada Militar. Em seguida, muitos integrantes da Sociedade Hípica Rio-Grandense passaram a compor o quadro de Equitação do Porto Alegre Country Club, quando da sua provável fusão, em 1934. Tal departamento hípico, próximo à

²⁶⁵ PEREIRA, Ester Liberato. *As práticas equestres em Porto Alegre: percorrendo o processo da esportivização*. 2012. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

²⁶⁶ SOCIEDADE Híppica Rio Grandense. 18 jul. 1931. N. 66, p. 21. In: MAZO, J. *O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967*. Porto Alegre: FEFD/PUCRS, 2004. 1CD-ROM.

²⁶⁷ MAZO, Janice Zarpellon. *Catálogo do Esporte e da Educação Física na Revista do Globo*. Porto Alegre: PUCRS, 2004. 1 CD-ROM.

década de 1950, passou a integrar a Sociedade Hípica Porto Alegrense, que, neste momento, contava, pela primeira vez, com uma sede própria, na zona sul da cidade de Porto Alegre, a qual está vigente até os dias atuais²⁶⁸.

Nos anos trinta, a disseminação da prática do hipismo ocorreu de forma gradual em algumas cidades do estado, com a fundação de novas associações esportivas promotoras da modalidade de salto do hipismo. Tal expansão do fenômeno do associativismo esportivo desencadeou a fundação da Federação Hípica Sul Rio-Grandense (FHSRG) – atual Federação Gaúcha dos Esportes Equestres (FGEE) – na década de 1940, situada em Porto Alegre. A FGEE emerge com o intuito de inaugurar uma nova fase no processo de construção e desenvolvimento das práticas equestres não só na capital, como em todo o estado do Rio Grande do Sul²⁶⁹. A partir de então, dirigido pela nova entidade, o esporte hípico também apresentou, uma notável intensificação dos eventos.

Perante tais considerações iniciais, este artigo procura analisar como sucedeu a relação entre os eventos hípicos e a tradição familiar na prática do hipismo no Rio Grande do Sul (RS) nas primeiras décadas do século XX. Para tanto, este estudo acercou-se das ideias de Elias e Dunning sobre a concepção do esporte enquanto um fenômeno essencial do processo histórico de civilização. Por sua vez, o conceito de configuração de Norbert Elias, o qual se refere “[...] à teia de relações de indivíduos interdependentes que se encontram ligados entre si a vários níveis e de diversas maneiras”²⁷⁰, amparou a condução do estudo.

²⁶⁸ PEREIRA, Ester Liberato; SILVA, Carolina Fernandes; MAZO, Janice Zarpellon. As primeiras participações de atletas do hipismo sul-rio-grandense em Jogos Olímpicos. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 47-64, jan./mar. 2015.

²⁶⁹ FONTANA, Hélio. *Ata inaugural da Federação Hípica Sul Rio-Grandense*. Porto Alegre. p. 1, 1946.

²⁷⁰ ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A Busca da Excitação*. Lisboa: Difel, 1992, p. 25.

As referidas configurações emergem da interdependência entre indivíduos e instituições que se equilibram em uma balança de poder, cultivando suas inter-relações sob uma tensão característica^{271,272,273}. Deste modo, busca-se romper com a ideia de que as instituições e entidades hípicas, socializadoras, e seus sujeitos, sejam opostos. Salienta-se a relação de interdependência dos domínios/sujeitos da socialização. De tal modo, a condição para conviverem enquanto configuração consiste em uma forma de assegurar que a relação colocada entre eles pode ser de aliados ou de adversários, de continuidade ou de ruptura e nessa relação dinâmica, pode produzir uma gama variada de experiências de socialização.

Ao configurarem-se enquanto esportes modernos, abarcando a finalidade do prazer pela prática em si, indicada por Elias e Dunning, algumas práticas equestres esportivas, tais como a prática do hipismo, por exemplo, estão em consonância com um contexto de modernização²⁷⁴. Assim, para explorá-las como um ato concreto de constituição de representações socioculturais modernas, é imperativa a existência de um duplo significado: por um lado, indivíduos dotados de aptidões características, identificadas pelas suas atitudes e disposições, assinaladas pelas práticas e, por outro lado, uma acepção destes esportes condicionada a dispositivos discursivos e formais específicos para eles, já que uma prática esportiva moderna também é assinalada por regulamentos e formas de competição específicas²⁷⁵. O

²⁷¹ ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *Deporte y ocio en el proceso de la civilización*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

²⁷² ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A Busca da Excitação*. Lisboa: Difel, 1992.

²⁷³ ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução: Vera Ribeiro. Tradução do posfácio à edição alemã: Pedro Sússekind. Apresentação e revisão técnica: Federico Neiburg. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

²⁷⁴ PEREIRA, Ester Liberato. *As práticas equestres em Porto Alegre: percorrendo o processo da esportivização*. 2012. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

²⁷⁵ MARQUES, Renato Francisco Rodrigues; ALMEIDA, Marco Antonio Bettini de; GUTIERREZ, Gustavo Luis. *Esporte: um fenômeno heterogêneo: estudo sobre o esporte e suas*

esporte moderno emergiu no início do século XIX como consequência de transformações sociais. Instaurou-se como relevante fenômeno sociocultural ao longo desse século e do XX, passando, no final deste último, por ampla modificação de seus valores, em especial, de abrangência e alcance.

Este estudo busca demonstrar que, apesar de inicialmente mais restrita ao âmbito militar, o acesso ao hipismo expande-se à parcela civil da população sul-rio-grandense. Nesta conjuntura, emerge a organização e o desenvolvimento do hipismo, em especial da prática do salto, bem como sua interdependência entre os ambientes militares e civis no estado. A partir disto, revela-se uma transposição de obstáculos identificada desde a institucionalização das primeiras associações e entidades hípias no estado do Rio Grande do Sul, na década de 1920, e o espaço plural estabelecido entre estes ambientes e os regimentos de cavalaria, originando, nesta confluência, múltiplas relações sociais dinâmicas. A composição de tal panorama, futuramente, possibilitaria a emergência de atletas e cavalos olímpicos²⁷⁶, personagens estes que compõem o cenário dos eventos hípicos apresentados nos tópicos subsequentes deste estudo.

Desta forma, diante deste desenvolvimento do hipismo do Rio Grande do Sul, procura-se demonstrar uma constituição e legitimação de sua identidade social, com base na experiência incorporada pelos sujeitos dos grupos sociais militares e civis, bem como a sua construção contínua de um *habitus*²⁷⁷, de forma processual e relacional. Encontrando-se o hipismo dentre os esportes praticados mundialmente que tiveram sua propagação

manifestações na sociedade contemporânea. *Movimento*, Porto Alegre, v. 13, n. 03, p. 225-242, set./dez. 2007.

²⁷⁶ PEREIRA, Ester Liberato; SILVA, Carolina Fernandes; MAZO, Janice Zarpellon. As primeiras participações de atletas do hipismo sul-rio-grandense em Jogos Olímpicos. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 47-64, jan./mar. 2015.

²⁷⁷ ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

beneficiada pela vitrine dos Jogos Olímpicos, considera-se a possibilidade de este evento ter tido alguma relação de incentivo, não somente ao estabelecimento de entidades hípicas no Rio Grande do Sul, mas, também, à caracterização de seus moldes estruturais, a qual culminou com a representação olímpica conferida ao estado atualmente.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo, de cunho historiográfico, buscou utilizar e problematizar fontes impressas de diferentes tipos, como reportagens de jornais e revistas, quais sejam: Jornal do Hipismo, Jornal Correio do Povo; Jornal Zero Hora; Jornal Diário de Notícias, Jornal A Federação, Jornal Gazeta de Porto Alegre, Catálogo O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo²⁷⁸, a revista Panorama Equestre, revista Equusul, e o livro Associações esportivas no Rio Grande do Sul: lugares e memórias²⁷⁹. Além dessas, foram acessados: Atlas do Esporte no Rio Grande do Sul, Atlas do Esporte no Brasil, Álbum do Rio Grande do Sul Sportivo, livros comemorativos de clubes esportivos que promoviam tais práticas, bem como documentos oficiais oriundos das associações hípicas do estado. Essas fontes foram localizadas em arquivos de entidades (Federação Gaúcha dos Esportes Equestres e Jockey Club do Rio Grande do Sul), arquivos públicos, bibliotecas, clubes, regimentos (3º Regimento de Cavalaria de Guarda do Exército – Regimento Osório -, 4º Regimento de Polícia de Montada – Regimento Bento Gonçalves – e 12º Regimento de Cavalaria Mecanizado – Regimento Marechal José Pessoa), em museus (Arquivo Histórico de Porto

²⁷⁸ MAZO, Janice Zarpellon. *Catálogo do Esporte e da Educação Física na Revista do Globo*. Porto Alegre: PUCRS, 2004. 1 CD-ROM.

²⁷⁹ MAZO, Janice Zarpellon et al. *Associações Esportivas no Rio Grande do Sul: lugares e memórias*. Novo Hamburgo: Feevale, 2012.

Alegre Moysés Vellinho, Museu da Comunicação Hipólito José da Costa) e via Hemeroteca Digital Brasileira.

Após a coleta das fontes, foram selecionadas aproximadamente 100 reportagens, as quais foram fichadas, considerando-se o editorial, o registro e o conteúdo das mesmas. Para o tratamento dos materiais obtidos, foram utilizados os temas: hipismo, salto do hipismo e eventos hípico. As fontes impressas coletadas foram submetidas à técnica de análise documental²⁸⁰. Além disso, realizou-se revisão bibliográfica sobre o assunto em livros, artigos científicos, dissertações e teses.

Com o intuito de enriquecer o estudo, partiu-se em busca de fontes orais. Contudo, esta não foi uma tarefa simples, visto que a maioria das pessoas que vivenciaram o período abalizado para o estudo já faleceu; outros, não foram encontrados e, os poucos que foram localizados, não estavam dispostos a conceder depoimento oral. Mesmo assim, foi possível produzir uma fonte oral por meio da gravação de entrevista com a filha de um dirigente de um clube, onde ocorria a prática do hipismo. A entrevistada, que no decorrer do estudo será tratada pelas iniciais GC, além do vínculo familiar, também era praticante de hipismo no clube.

GC acompanhou o pai ao longo de sua trajetória esportiva e administrativa. Para além disto, ambos compunham uma tradição familiar aristocrática que atravessou o meio hípico sul-rio-grandense desde o final da década de 1920 até os dias atuais. Nesta direção, pai e filha se envolveram, expressivamente, com a prática do hipismo, tendo seus sobrenomes como parte do conjunto de sócios praticantes e dirigentes. A entrevista, gravada por uma das pesquisadoras em aparelho gravador digital próprio, depois de copiada para o computador e transcrita, foi analisada por meio da técnica

²⁸⁰ BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2 ed., 2010. p. 23-80.

de análise temática de conteúdo²⁸¹. Ressalta-se que a coleta do depoimento oral está aprovada no projeto de pesquisa (registro nº 19261) pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e a Declaração da Entrevistada, autorizando o uso das informações fornecidas na pesquisa, estão depositados no arquivo do Núcleo de Estudos em História do Esporte e da Educação Física, da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NEHME/ESEFID/UFRGS).

O procedimento metodológico historiográfico empregado nesta pesquisa, assim, buscou “montar, combinar, compor, cruzar, revelar o detalhe, dar relevância ao secundário”, conforme recomenda Pesavento²⁸². Para tanto, amparadas pelo referencial teórico, tratou-se de confrontar as diferentes fontes com as informações obtidas por meio da revisão bibliográfica, a fim de construir uma versão histórica. Deste modo, entendemos que o passado não consiste em algo inteiramente conservado em seu conteúdo nas fontes acessadas. Nesta perspectiva, todas as fontes utilizadas foram consideradas como circunscrições portadoras de significados arquitetados para pesquisar o objetivo proposto pelo estudo. Procedeu-se, deste modo, à análise do *corpus documental*, isto é, o confronto das fontes impressas em articulação constante com a sociedade, o tempo e o espaço no qual a fonte se inseria. Os resultados obtidos por meio da análise das informações são apresentados nos tópicos que seguem.

EVENTOS HÍPICOS PRECURSORES NO RIO GRANDE DO SUL

²⁸¹ FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Trad. Joice Elias Costa. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

²⁸² PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 65.

A tradição familiar aristocrática permeou o universo hípico sul-riograndense desde o final da década de 1920 até os dias atuais. É o caso, por exemplo, das famílias Chaves Barcellos, Gerdau Johannpeter, Schapke e Chagastelles^{283,284}, que se envolveram significativamente com a prática do hipismo e cujos sobrenomes já se faziam presentes no quadro de sócios como praticantes e dirigentes. Esta ideia, inclusive, está presente no depoimento de GC, a qual, por meio de uma afirmação bastante emblemática, declara ter nascido “*dentro da hípica*”²⁸⁵. Tal passagem pode remeter, assim, ao conceito de *habitus*, de origem aristotélica e trabalhado, com similaridades e diferenças, por Elias²⁸⁶ e por Bourdieu²⁸⁷. Em especial, pode referir-se ao *habitus* social, o qual compõe a base na qual se desenvolvem os atributos individuais e, de tal modo, constitui, essencialmente, uma “segunda natureza” ou “saber social incorporado”²⁸⁸. Por conseguinte, o capital social simbólico e destaque são atribuídos aos detentores dos sobrenomes realçados pela participação e desempenho no contexto equestre, em uma associação com os valores nobres e de realeza intrínsecos a este esporte dos reis desde suas origens^{289,290}.

²⁸³ ANDRÉ Bier Johannpeter. *Álbum 70 anos da Sociedade Hípica Porto Alegrense*. Porto Alegre: DCS, 2009.

²⁸⁴ SOCIEDADE HIPICA Rio Grandense. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 5 maio. 1929. Seção Vida Desportiva. Hipismo, p. 5.

²⁸⁵ GC. Depoimento 2017. Núcleo de Estudos em História do Esporte e da Educação Física – ESEFID/UFRGS. Porto Alegre, 2017.

²⁸⁶ ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1997.

²⁸⁷ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. (Introdução, organização e seleção de Sérgio Miceli). São Paulo: Perspectiva, 1974.

²⁸⁸ DUNNING, Eric; MENNELL, Stephen. Prefácio à edição inglesa. In: ELIAS, Norbert. *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997, p. 9.

²⁸⁹ DEL PRIORE, Mary. “Jogos de cavalheiros”: as atividades físicas antes da chegada do esporte. In: DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor. (Orgs). *História do Esporte no Brasil: do império aos dias atuais*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 13-33.

²⁹⁰ VIGARELLO, Georges. Exercitar-se, jogar. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. (Ed.). *História do corpo: da Renascença às Luzes*. Petrópolis: Vozes, 2008.

No caso da cidade de Porto Alegre, os primeiros eventos hípicos realizados na década de 1940, congregam membros da elite econômica e alguns sobrenomes proeminentes. Era comum, neste período, que, em cada abertura de temporada, uma sociedade hípica visitasse a outra. Assim, a Sociedade Hípica Porto Alegrense (SHPA), em comemoração à abertura da temporada de hipismo de 1943, na capital, realizou uma visita à Seção Hípica do Porto Alegre Country Club, em sua sede, localizada nos campos de Montserrat²⁹¹. Nesta ocasião, promoveu-se uma demonstração de hipismo, provas de saltos, corridas, etc., em que tomaram parte diversos sujeitos, militares e civis, pertencentes a ambas as entidades.

Além desse evento, outra evidência da busca de uma associação do hipismo com os valores nobres e da realeza era a organização de um programa que constasse, dentre outras provas, com uma grande “caçada à raposa”, bem como uma “corrida de obstáculos”, a qual costumava ser realizada nas dependências da Associação Protetora do Turfe²⁹². Essa entidade ligada ao turfe, ao sediar eventos do hipismo, sugere a existência de uma relação de interdependência entre os domínios socializadores do turfe e do hipismo. De tal modo, constituía-se um processo de socialização que compartilhava espaços físicos e desta forma, poderia reforçar um jogo simbólico entre as representações militares e as da aristocracia rural.

Assim, fortaleceu uma configuração constante e dinâmica de relação entre os domínios socializadores das práticas do turfe e hipismo, em que se sugere que os sujeitos envolvidos procuravam equilibrar suas representações de *status* e de poder favoravelmente a eles mesmos, ao demonstrar este

²⁹¹ FESTA Hípica no Country Club. 29 maio 1943. N. 340, p. 38. In: MAZO, Janice Zarpellon. *O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967*. Porto Alegre: FEFID/PUCRS, 2004. 1 CD-ROM.

²⁹² FESTA Hípica no Country Club. 29 maio 1943. N. 340, p. 38. In: MAZO, Janice Zarpellon. *O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967*. Porto Alegre: FEFID/PUCRS, 2004. 1 CD-ROM.

trânsito entre dois cenários hípicos distintos. Todavia, havia pontos em comum, tais como algumas raças de cavalos, a assistência composta por uma elite econômica, os proprietários de animais presentes em ambas as práticas e os instrutores militares, europeus ou brasileiros, que tivessem tido a oportunidade de estar nas escolas europeias de equitação.

A prática do salto do hipismo desenvolveu-se e ocupou outros ambientes não só na capital, Porto Alegre, mas em outras cidades do Rio Grande do Sul. A necessidade de coordenação e diretoria do esporte hípico foi sendo percebida para além dos reflexos do Decreto-Lei nº 3.199, promulgado em 1941, que impunha, dentre outras, a necessidade de instituir federações e confederações para conduzir os esportes no país. A Confederação Brasileira de Hipismo (CBH) foi criada em 1941²⁹³ e, cinco anos depois, em 1946, foi instituída a Federação Hípica Sul Rio-Grandense (FHSRG) – atual Federação Gaúcha de Esportes Equestres (FGEE) na capital do Estado²⁹⁴.

O esporte foi organizado a ponto de ocorrer a fundação de novas hípicas na região serrana do Estado, onde muitos imigrantes, principalmente alemães, habitavam²⁹⁵. No início da década de 1950, foi estabelecido um Departamento de Hipismo no *Palace Hotel*, localizado na cidade de Canela e a construção de uma pista de saltos. No ano seguinte, em 1951, foram programadas atrações e festividades para o evento inaugural do referido Departamento de Hipismo, com a presença de muitos turistas oriundos de Porto Alegre, Caxias do Sul e outras localidades vizinhas. As celebrações

²⁹³ ROESSLER, Martha; RINK, Bjarke. Esportes Hípicos. In: DACOSTA, Lamartine. (Org.). *Atlas do Esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: CONFEF, 2006.

²⁹⁴ PEREIRA, Ester Liberato; MAZO, Janice Zarpellon. A organização da Federação Hípica Sul-Rio-Grandense (décadas de 1920 a 1940). *Revista Contemporânea – Dossiê História & Esporte*, v. 2, n. 4, p. 1-23, 2014.

²⁹⁵ FESTA na serra: 10 mar. 1945. In: MAZO, Janice Zarpellon. *O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967*. Porto Alegre: FEFID/PUCRS, 2004. 1 CD-ROM.

contaram com a presença do governador do Rio Grande do Sul no período, o senhor Ernesto Dornelles, muito afeiçoado aos esportes, do senhor Diego Blanco, presidente da Federação Hípica Sul-Rio-Grandense e dos mais destacados representantes do hipismo sul-rio-grandense e brasileiro e também Armando Canongia, diretor da Federação Hípica Metropolitana do Rio de Janeiro e diretor da revista *Equitação*.

O programa das comemorações foi iniciado com uma “caçada à raposa”, assistida pela significativa plateia. A senhora Doris Coelho de Souza, conforme reportagem no jornal²⁹⁶, foi a “gentil raposa” que, com suas qualidades de amazona²⁹⁷, favoreceu uma prova plena de lances emocionantes até que a “raposa” fosse presa. Além disso, foi realizado um *rallye* da cidade de Porto Alegre até a cidade de Canela. Também ocorreram diversas provas de saltos para homens (cavaleiros) e mulheres (amazonas)

²⁹⁶ UMA TARDE Hípica. 31 mar. 1951. N. 531, p. 38. In: MAZO, Janice. *O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967*. Porto Alegre: FEFID/PUCRS, 2004. 1 CD-ROM.

²⁹⁷ O termo “amazona”, conforme nos trazem alguns dicionários, constitui um sinônimo para “cavaleira”, ou seja, a mulher que monta a cavalo. “Amazona” é empregado com muito mais frequência no meio hípico, até mesmo nas fontes mais antigas que localizamos. Atualmente, existem, inclusive, para exemplificar, um Campeonato de Saltos Nacional de Amazonas (mais conhecido como o “Brasileiro de Amazonas”) e um Campeonato de Saltos Estadual de Amazonas (conhecido como o “Gaúcho de Amazonas”), apesar de que, em todas as outras competições de hipismo atuais, com exceção destas citadas, homens e mulheres competem em iguais condições nas mesmas provas. A expressão “amazona” provém da mitologia grega, em que se refere a um membro de uma tribo de mulheres caçadoras, guerreiras e cavaleiras que teriam vivido na Europa Oriental. Desta forma, também pode referir-se a uma mulher com costumes varonis. Outro significado é o próprio traje especial para as mulheres praticarem a equitação. Tratava-se de uma roupa rigorosamente codificada cujo nome é “amazona”, exatamente como aquela que a veste, singulariza, assim, a silhueta das mulheres, tranquilizando o “pudor”, segundo os tratados de equitação do século XIX. Enfim, até o cavalo era de “dama”, pois este animal era especialmente escolhido e adestrado por um mestre de equitação para esta finalidade, ou seja, a equitação feminina. Conforme Adelman, o termo “amazona” sugere que as mulheres exercitavam sua competência em atividades cujos riscos e desafios supostamente descaracterizariam um sujeito feminino. No século XIX, inclusive, praticamente nenhuma cavaleira/amazona, por mais audaciosa que fosse, transgrediu uma regra absoluta: ‘montar em amazona’, ou seja, no lado esquerdo do cavalo, com as pernas juntas. HOUBRE, Gabrielle. Graciosa ou viril? A postura das amazonas no século XIX. *Gênero*, Niterói, v. 7, n. 2, p. 13-26, 1º sem. 2007; ADELMAN, Miriam. *Mulheres no Esporte: Corporalidades e Subjetividades*. Movimento, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-29, jan./abril. 2006.

jovens, sobressaindo, dentre os vencedores, sobrenomes tais como Schapke, Johannpeter, de famílias pertencentes a uma elite econômica do estado e presentes no meio hípico há muitas gerações, como já mencionado. Algumas dessas provas foram mistas, isto é, destinadas a cavaleiros e amazonas, destacando-se a participação de atletas do Porto Alegre Country Club. Inclusive, com frequência, uma amazona conquistava a vitória sobre os seus adversários homens²⁹⁸.

Para além das provas supracitadas, houve demonstrações hípicas realizadas pelo major Francisco Pacini, oriundo da Itália, juntamente com uma de suas alunas, a menina Olga Weinheber, na ocasião com seis anos de idade. O coronel Venâncio Batista, comandante da Brigada Militar, exibiu movimentos com seu cavalo, mostrando sua formação na alta escola do hipismo. Ainda neste momento, o governador do Estado, Ernesto Dornelles, encerrou as comemorações realizando aclamadas demonstrações de saltos²⁹⁹. Os indícios sugerem um contexto hípico onde circulavam civis de uma elite econômica do estado e até mesmo, militares estrangeiros vindos ao Rio Grande do Sul especialmente para disseminarem seus conhecimentos equestres. Outra evidência assinala que o hipismo era idealizado como componente da educação de mulheres jovens das elites.

As reportagens sobre as festividades destacavam a “[...] intensa emoção para a grande assistência”³⁰⁰. No entanto, cabe ponderar, com relação a tal afirmação, pois o hipismo era uma prática esportiva de distinção social, sendo que a quantidade de assistência, isto é, de espectadores, era

²⁹⁸ UMA TARDE Hípica. 31 mar. 1951. N. 531, p. 38. In: MAZO, Janice. *O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967*. Porto Alegre: FEFID/PUCRS, 2004. 1 CD-ROM.

²⁹⁹ UMA TARDE Hípica. 31 mar. 1951. N. 531, p. 38. In: MAZO, Janice. *O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967*. Porto Alegre: FEFID/PUCRS, 2004. 1 CD-ROM.

³⁰⁰ UMA TARDE Hípica. 31 mar. 1951. N. 531, p. 38. In: MAZO, Janice. *O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967*. Porto Alegre: FEFID/PUCRS, 2004. 1 CD-ROM.

mais restrita à elite econômica. Outra informação publicada no jornal³⁰¹ reforça esse entendimento, ao registrar que as disputas e demonstrações hípicas atraíam um público que, conseqüentemente, passou a frequentar com maior regularidade a cidade serrana, Canela, aos fins de semana. Sabe-se que essa prática de turismo era mais realizada majoritariamente pela elite econômica. O hipismo era destacado em reportagens como um esporte “exclusivo”, “belo e elegante”³⁰², em que apenas algumas dezenas de pessoas, praticavam aos domingos, principalmente.

Nas páginas da Revista do Globo, ainda na década de 1950, identificam-se mais indícios de uma configuração estabelecida entre o hipismo e as corridas de cavalos. Em reportagem, a referida revista aborda a realização do 1º Revezamento Gaúcho, uma prova multiesportiva ocorrida em Porto Alegre, em 1956, que abarcou oito práticas esportivas diferentes: pedestrianismo, motociclismo, automobilismo, hipismo, ciclismo, remo, natação e atletismo³⁰³. Contudo, ao analisarem-se as imagens da competição, identifica-se que o que é denominado por “hipismo” trata-se de uma corrida de cavalos ocorrida em um trajeto pelas ruas da cidade.

Este entendimento ampliado de hipismo é localizado, assim, em diferentes fontes, tais como jornais e revistas sul-rio-grandenses e pode estar ligado a relação de interdependência identificada entre os domínios socializadores do turfe e do hipismo, bem como de suas respectivas instituições e sujeitos, em uma coexistência que compartilhava não apenas espaços físicos, mas também raças de cavalos, assistência composta por uma

³⁰¹ WEEK-END na serra. 31 mar. 1951. N. 531, p. 37. In: MAZO, J. *O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967*. Porto Alegre: FEFID/PUCRS, 2004. 1 CD-ROM.

³⁰² CARNEIRO, Paulo. É Domingo em Pôrto Alegre. 15 dez. 1966. N. 937, p. 10. In: MAZO, Janice. *O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967*. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004. 1CDROM.

³⁰³ 1º REVEZAMENTO Gaúcho. 11 fev. 1956. N. 657, p. 61. In: MAZO, Janice Zarpellon. *O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967*. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004. 1 CD-ROM.

elite econômica e proprietários de animais presentes em ambas as práticas. Assim, tem-se que os domínios socializadores do turfe e do hipismo não estavam acima dos sujeitos, os quais estabeleciam seu trânsito constante e ativo no cenário de convivência constituído pelas relações de interdependência entre ambas. Esta configuração cultural entre turfe e hipismo, assim, é que pode ter dado origem ou ter sido originada, também, em função de uma compreensão ampliada de “hipismo”.

O hipismo sul-rio-grandense, na década de 1960, apresentava-se em uma fase de consolidação da prática por meio, especialmente, da atuação da Sociedade Hípica Porto Alegrense (SHPA), que inaugurou novas *carrières*³⁰⁴, intensificou a promoção de competições e exibia novos e promissores talentos do esporte. Tal processo foi retratado nas páginas da *Revista do Globo* em matéria sobre a jovem amazona Bety Belmonte, que despontava nas competições de nível nacional, representando a Sociedade Hípica Porto Alegrense, clube muito frequentado pelas elites, especialmente, nos finais de semana³⁰⁵. Outra marca do período foi a presença, na SHPA, de instrutores militares de equitação, alguns provenientes da Europa³⁰⁶, para ministrar aulas aos iniciantes e futuros cavaleiros e amazonas, e permanecendo até o final da década de 1970³⁰⁷. Também ocorreu a inauguração de *carrières* em cidades do interior do Estado no período, que resultou na ampliação de provas hípicas.

³⁰⁴ Este termo francês refere-se à pista de competições de hipismo clássico.

³⁰⁵ OSÓRIO, Luís. Hipismo também é show. 01 jul. 1965. N.902, p.40-41. In: MAZO, Janice. *O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967*. Porto Alegre: FEFID/PUCRS, 2004. 1 CD-ROM.

³⁰⁶ OSÓRIO, Luís. Hipismo também é show. 01 jul. 1965. N.902, p.40-41. In: MAZO, Janice. *O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967*. Porto Alegre: FEFID/PUCRS, 2004. 1 CD-ROM.

³⁰⁷ ESCOLINHA da Sociedade Hípica Porto Alegrense. *Panorama Equestre*, Porto Alegre, ano I, n. 2, jul. 1978.

Um distinto evento hípico passou a ocorrer, anualmente, desde 1960: o Festival Hípico Noturno (FHN), promovido pelo Quarto Regimento de Polícia Montada³⁰⁸ (4º RPMon) – Regimento Bento Gonçalves (RBG), quartel este localizado em Porto Alegre. Esse evento diferencia-se dos demais por ser realizado à noite, na *Carrière* do 4º RPMon, um espaço que sofreu adequações ao longo dos anos para sediar o evento noturno³⁰⁹. O festival foi criado por um grupo de oficiais de cavalaria, sob o comando do Tenente Coronel Átilo Cavalheiro Escobar, com a finalidade de, através da prática do hipismo e do adestramento ao cavalo, melhorar o desempenho do policiamento montado³¹⁰. Ademais, o evento era um meio de promover a integração dos cavalheiros da corporação, uma prática cultural cultivada até os dias atuais entre integrantes de unidades militares de cavalaria.

O FHN, desde sua primeira edição, conta com integrantes da Brigada Militar, Exército Brasileiro, outras polícias coirmãs, bem como participantes da comunidade civil. Naquele momento inaugural do evento, um cavaleiro civil se destacou no concurso de saltos: Jorge Gerdau Johannpeter³¹¹. Na década seguinte, anos 1970, a participação foi ampliada, abrangendo policiais

³⁰⁸ Antigo Quartel das Bananeiras, localizado no arrabalde (bairro) Chácara das Bananeiras, onde sediava a Escolta Presidencial da Brigada Militar, entidade pioneira na prática do hipismo em Porto Alegre. Em 2006, o Regimento Bento Gonçalves apresentava, em seu quadro, 208 servidores militares, que atuavam com dois esquadrões montados, em todos os bairros da capital, e um Esquadrão de Guarda que executava serviços junto ao Palácio Piratini, aos moldes da antiga Escola Presidencial. MAZO, Janice Zarpellon et al. *Associações Esportivas no Rio Grande do Sul: lugares e memórias*. Novo Hamburgo: Feevale, 2012; PEREIRA, Ester Liberato. *As práticas equestres em Porto Alegre: percorrendo o processo da esportivização*. 2012. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012; GOULART, Antônio. Os cem anos do Regimento Bento Gonçalves. *Almanaque Gaúcho*. Zero Hora, Porto Alegre, 25 jan. 2016. p. 44.

³⁰⁹ PEREIRA, Ester Liberato; MAZO, Janice Zarpellon; FAGUNDES JUNIOR, Jesus Delcy Gonçalves. Festival Hípico Noturno de Porto Alegre: os primórdios de um evento equestre. *Revista Didática Sistêmica*, Rio Grande, v. 16, n. 1, p. 32-44, 2014.

³¹⁰ BOLETIM Regimental nº 269 do 4º RPMon, 28 nov. 1960.

³¹¹ ENCERRADO sábado à noite com grande brilhantismo, I Festival Hípico promovido pelo Regimento Bento Gonçalves. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19 dez. 1960. Folha Esportiva. p. 3.

militares do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Guanabara (Rio de Janeiro), segunda e terceira Brigadas de Cavalaria Mecanizada, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Regimento General Osório, Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Porto Alegre (CPORPA), Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA), Sociedade Hípica Porto Alegrense (SHPA) e *Cantegril Club*³¹². Deste modo, o FHN reforça a ideia de uma relação de parceria entre os grupos sociais militares e civis no cenário hípico sul-rio-grandense.

Com o passar dos anos, o FHN ganhou notoriedade regional, nacional e sul-americana³¹³. Além da Brigada Militar, o evento teve o apoio da Federação Gaúcha dos Esportes Equestres (FGEE) e desde 2007, tornou-se uma prova válida pelo Concurso de Saltos Nacional (CSN), conforme consta no *site* oficial da Brigada Militar³¹⁴. Atualmente, o evento congrega as organizações policiais e militares dos países do Cone Sul (nome comumente dado à parte meridional da América do Sul), por isso, também possui participantes oriundos do Uruguai e da Argentina. O FHN, em 2018, completa 59 edições ininterruptas, circunstância que corroborou para que se firmasse no cenário nacional, configurando-se como o mais antigo evento hípico noturno do país.

O HIPISMO SUL-RIO-GRANDENSE CONQUISTA RELEVO NACIONAL E INTERNACIONAL

O *The Best Jump* - Concurso de Saltos Internacional Cidade de Porto Alegre é um evento realizado na cidade de Porto Alegre, no qual competem

³¹² ALCANÇA êxito o festival hípico do R. B. Bento Gonçalves. *Correio do Povo*, Porto Alegre. Nov. 1972.

³¹³ PEREIRA, Ester Liberato; MAZO, Janice Zarpellon; FAGUNDES JUNIOR, Jesus Delcy Gonçalves. Festival Hípico Noturno de Porto Alegre: os primórdios de um evento equestre. *Revista Didática Sistêmica*, Rio Grande, v. 16, n. 1, p. 32-44, 2014.

³¹⁴ HISTÓRIA do Festival Hípico Noturno. Rio Grande do Sul (Estado). *Brigada Militar*. [citado 1 nov. 2010]. Disponível em: <www.brigadamilitar.rs.gov.br/fhn>. Acesso em: 19 abr. 2016.

alguns dos melhores cavaleiros e amazonas do mundo. Em 2018, o *The Best Jump* completou 49 anos e encontra-se estabilizado no circuito nacional e internacional de hipismo³¹⁵. É válido como classificatória para a Copa do Mundo de Hipismo e para os Jogos Pan-Americanos³¹⁶. Vale ressaltar que se configura como um dos eventos mais relevantes não apenas no país, mas no circuito internacional de hipismo.

Tal evento foi idealizado, em 1969, por um grupo de homens, a saber: Alcy Resende, Hugo Cipião Ferreira, Oswaldo Lia Pires, Franco Batini, Jorge Gerdau Johannpeter e Sérgio Schapke. Dentre estes, destaca-se o nome de Jorge Gerdau Johannpeter, o qual desponta, inclusive, no depoimento de GC, quando afirma que há um nome só quando se trata da expressiva transformação pela qual a prática do hipismo sul-rio-grandense passou ao longo do século XX e de investimentos neste esporte, e que este nome é o de Jorge: *“Ele é que sempre foi um grande incentivador e criador do cavalo Brasileiro de Hipismo. Aqui no sul, realmente, ele é a referência”*³¹⁷.

Contudo, apesar deste possível protagonismo de Johannpeter, o grupo, como um todo, organizado por sobrenomes de famílias tradicionais de Porto Alegre, acabou tendo um papel importante na divulgação do hipismo e agregou novos adeptos à prática. Tal intenção se concretizou devido ao intercâmbio entre o grupo, cavalos e cavaleiros de distintos países, por conta da melhoria técnica que proporcionou ao hipismo sul-rio-grandense com o passar dos anos.

A despeito do referido evento, no início da década de 1970, quando se estabeleceu o 3º Regimento de Cavalaria de Guarda (Regimento Osório), em

³¹⁵ ÁLBUM 70 Anos da Sociedade Hípica Porto Alegrense. DCS, jul. 2009.

³¹⁶ PEREIRA, Ester Liberato. *As práticas equestres em Porto Alegre: percorrendo o processo da esportivização*. 2012. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

³¹⁷ GC. Depoimento 2017. Núcleo de Estudos em História do Esporte e da Educação Física – ESEFID/UFRGS. Porto Alegre, 2017.

Porto Alegre, sucedeu a estruturação de mais três espaços para a realização de competições hípcas. Dentre estes, teve-se a pista de saltos "General Osório", inaugurada em 1975; um campo de polo equestre e, posteriormente, em 1978, também foi composto um picadeiro coberto, preenchendo uma lacuna que se fazia sentir nos meios hípcos do estado³¹⁸. Este picadeiro foi arquitetado conforme a mais moderna técnica do período, oportunizando um melhor manejo do cavalo.

O Regimento Osório promovia, semanalmente, provas "internas" de salto, com a presença de convidados da Brigada Militar, por meio do Regimento Bento Gonçalves, em sua *carrière*. Eventualmente, o presidente da Federação Hípica Sul-Rio-grandense era convidado³¹⁹. Ao utilizar o termo "interno" para as provas de salto, possivelmente o grupo de militares determinava outra experiência de socialização dentro do cenário hípcico sul-rio-grandense, evidenciando o quão dinâmicas estas relações podem apresentar-se. Deste modo, em meio às relações interdependentes entre militares e civis no hipismo sul-rio-grandense, também se identifica uma dinâmica semelhante a um jogo onde, algumas vezes, os primeiros passos e ações são movidos pelos militares.

A relação militares-civis no panorama do hipismo, no Rio Grande do Sul, se evidenciava, por exemplo, em aulas e instruções particulares. Era comum que proprietários civis de cavalos contratassem militares para ministrar-lhes aulas, uma vez mais reforçando o respeito e uma autoridade maiores conferidos aos militares, naquele período, no que se refere aos conhecimentos equestres. Foi o caso da amazona Maria Helena Chaves Barcelos Ramos,

³¹⁸ HISTÓRICO RGT Osório: síntese histórica do Regimento Osório. 3º *Regimento de Cavalaria de Guarda*. Regimento Osório. [citado 15 jul. 2014]. Disponível em: <http://www.lw135349918050acc497.hospedagemdesites.ws/site/index.php?option=com_content&task=view&id=42&Itemid=60>. Acesso em: 19 abr. 2016.

³¹⁹ PRESIDENTE da Federação visita Regimento Osório. *Panorama Equestre*, Porto Alegre, ano I, n. 2, jul. 1978, p. 7.

pertencente a uma elite econômica porto-alegrense que, no final da década de 1970, treinava sob orientação do Coronel Cipião³²⁰. Este fato foi registrado na publicação exclusiva do meio hípico *Panorama Equestre*, remetendo a mais um indício das relações interdependentes estabelecidas entre os meios militar e civil.

É possível que isto ocorra em função da consolidada conjuntura hípica estabelecida e legitimada pelos militares anteriormente aos civis no Rio Grande do Sul. Nesta direção, uma pressão e reação são geradas aos civis, a fim de reequilibrar a configuração dinâmica civil-militar constituída. Percebe-se, igualmente, que no meio hípico, embora as relações de interdependência entre civis e militares, se caracterizassem, predominantemente, como de continuidade, de modo eventual, apresentavam-se como relações de ruptura.

No final da década de 1980, o nível do hipismo sul-rio-grandense era considerado como bom, conforme reportagem da revista *Equusul*, enquanto, concomitantemente, o hipismo nacional era estimado como de nível médio³²¹. Isto se devia, em grande parte, ao fato de que o hipismo do Rio Grande do Sul, naquele momento, já contava com conjuntos (cavalo e cavaleiro) participando em todos os concursos nacionais e em todas as categorias. Era frequente a presença de um conjunto sul-rio-grandense dentre os classificados em cada competição. Este desenvolvimento foi possível, dentre vários motivos, em função do trabalho desenvolvido pela FHSRG a partir de 1988, quando intensificou a interiorização do hipismo, que estava muito limitado à capital do Estado até então³²². A medida favoreceu um maior contato com cavaleiros que participavam de campeonatos nacionais e internacionais, estimulando e aumentando o número de competidores.

³²⁰ MARIA Helena com nova montada. *Panorama Equestre*, Porto Alegre, ano I, n. 2, jul. 1978.

³²¹ O NÍVEL do Sul. *Equusul*. Porto Alegre: DNR, ago. 1989.

³²² O NÍVEL do Sul. *Equusul*. Porto Alegre: DNR, ago. 1989.

No final da década de 1990, ainda ocorreu o Concurso Completo Internacional (CCI) Três Estrelas³²³, no Rio Grande do Sul, promovido, pela primeira vez, pela Federação Equestre Internacional (FEI), Federação Gaúcha de Hipismo e Fundação Parque Marechal Osório, no estado. Foi o maior evento do processo histórico do Concurso Completo de Equitação no Rio Grande do Sul. Para além do Internacional Três Estrelas, foram disputados, no Parque Histórico Marechal Manuel Luiz Osório, pertencente ao Exército Brasileiro, em Tramandaí, no litoral norte do estado, o Campeonato Brasileiro do Exército Duas Estrelas e o Gaúcho Uma Estrela³²⁴. Reforçam-se, assim, os indícios de que, assim como ao nível nacional, a prática do Concurso Completo de Equitação (CCE), no Rio Grande do Sul, também permanecia atrelada, essencialmente, aos contornos militares, uma vez que, no Campeonato Gaúcho Uma Estrela, por exemplo, houve o registro de somente duas participações de civis³²⁵. A composição de tal panorama de competições importantes e ao nível de alto rendimento, especialmente envolvendo civis e militares, futuramente, possibilitaria a emergência de atletas olímpicos.

Houve maior reconhecimento do hipismo sul-rio-grandense quando conjuntos oriundos deste estado apresentaram resultados expressivos em competições internacionais ao nível de alto rendimento. Assim, nos Jogos Olímpicos de 1988, em Seul (Coreia do Sul), contando somente com

³²³ Os níveis de eventos são indicados por Estrelas, variando de uma a quatro Estrelas. Os Concursos Completos de quatro Estrelas são aqueles que demandam o nível mais alto de treino e experiência tanto dos cavalos quanto dos atletas. REGRAS para o Concurso Completo de Equitação FEI. *Federação Equestre Internacional*, Suíça, n. 23, jan. 2009. Disponível em: <<http://www.cbh.org.br/arquivos/Regulamento%20CCE%20%20FEI%202009%20Traduzido.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

³²⁴ MARTINS, Lupi. Primeiro Concurso Completo Internacional reuniu 67 conjuntos no Parque Osório. *Jornal do Hipismo*. Porto Alegre, 31/05/1998, ano V, n. 48.

³²⁵ PRIMEIRO Concurso Completo Internacional reuniu 67 conjuntos no Parque Osório. *Jornal do Hipismo*, Porto Alegre, 31 maio. 1998. N. 48, p. 6-7.

competidores na modalidade Saltos, o melhor resultado brasileiro foi o oitavo lugar por equipes. Nesta edição, o Rio Grande do Sul viu-se representado, na equipe brasileira de Saltos, por um cavaleiro e por uma amazona: André Bier Gerdau Johannpeter e Christina Harbich Johannpeter, que treinaram na Sociedade Hípica Porto Alegrense.

André Bier Gerdau Johannpeter ainda representou o estado na equipe brasileira que conquistou a primeira medalha do hipismo para o país, nos Jogos de 1996, em Atlanta (Estados Unidos da América): bronze por equipes, composta por Rodrigo Pessoa e seu cavalo Tom Boy, Álvaro Miranda Neto (Doda³²⁶), com o cavalo Aspen Joter, Luiz Felipe de Azevedo, com a égua Cassiana Joter, além de André Johannpeter, com o cavalo Calei Joter. Na prova individual, o melhor desempenho foi de Doda, com o oitavo lugar. Nesta competição, a disciplina de Saltos do Hipismo brasileiro competiu com um aspecto inédito: pela primeira vez na história dos Jogos Olímpicos, a equipe teve, em sua maioria, cavalos criados no país, mais especificamente no Rio Grande do Sul³²⁷.

Três dos quatro cavalos medalhistas de bronze da equipe brasileira (Aspen Joter, Calei Joter e Cassiana Joter) nasceram no Rio Grande do Sul, propriamente em Porto Alegre, no Haras Joter^{328,329}. A este respeito, André Johannpeter declarou que tal fato representou o avanço³³⁰ do Brasil na

³²⁶ Doda foi cavaleiro do Centro Hípico de Santo Amaro (fundado em 1935) de São Paulo, o qual configura-se, atualmente, como um dos mais importantes clubes para a prática dos esportes equestres no Brasil.

³²⁷ BANDEIRA, C. André Johannpeter tenta vaga na Europa. *Zero Hora*, Porto Alegre, 5 maio. 1996.

³²⁸ BANDEIRA, C. André Johannpeter tenta vaga na Europa. *Zero Hora*, Porto Alegre, 5 maio. 1996.

³²⁹ ROEHE, C. Equipe de hipismo leva cavalos brasileiros. *Zero Hora*, Porto Alegre, 9 jul. 1996.

³³⁰ Outro aspecto apontado pelo cavaleiro André Johannpeter, na ocasião da preparação para os Jogos Olímpicos de 1996, foi a participação em concursos internacionais da modalidade, o que contribuiu muito para o aumento do nível técnico dos conjuntos brasileiros e, conseqüentemente, reforçou o desenvolvimento do hipismo brasileiro. BANDEIRA, C. André Johannpeter tenta vaga na Europa. *Zero Hora*, Porto Alegre, 5 maio. 1996, p. 63.

modalidade, pois os países europeus possuem haras com até 200 anos de tradição³³¹. O intuito principal do Haras Joter é democratizar a genética de sua criação da raça Brasileiro de Hipismo, oportunizando o acesso a animais de classe mundial, além de promover o esporte. Isto se dá por meio de leilões em que são ofertados cavalos das principais linhagens da raça de origem alemã Holsteiner, filhos de éguas conhecidas pelos resultados obtidos no esporte, valorizando estes animais propícios à prática do Salto do hipismo. Cabe destacar que o empresário Jorge Gerdau Johannpeter é o titular do Haras Joter.

Tal apoio e incentivo ao desenvolvimento de uma raça equina para a prática do hipismo já conta com registros desde, pelo menos, a organização da Sociedade Hípica Rio-Grandense. Tal entidade, em seus estatutos, publicados no jornal *A Federação*, assim sintetiza suas atribuições, no artigo 1º:

A Sociedade Hípica Rio Grandense, de caracter civil, fundada em 19 de novembro de 1925, tem por fim, sem visar lucros materiais de qualquer espécie para os seus sócios, promover o melhoramento da raça cavalar e o desenvolvimento da equitação.³³²

A família Gerdau Johannpeter está presente no cotidiano hípico, incentivando e investindo no mesmo desde, pelo menos, a década de 1930, quando o alemão naturalizado brasileiro Kurt Johannpeter chegou ao Brasil e casou-se com Helda Gerdau. A partir de então, a prática do hipismo faz parte do cotidiano desta família. A seção hípica do Porto Alegre Country Club e a Sociedade Hípica Porto Alegrense foram os ambientes equestres frequentados regularmente não somente pelo referido casal, mas também pelos seus filhos Klaus e Jorge Gerdau Johannpeter, bem como pelos filhos deste último, Carlos, André, Karina, Beatriz e Marta Johannpeter. A partir destas informações, pode-se retomar a noção de *habitus* trabalhada por

³³¹ BANDEIRA, C. André Johannpeter tenta vaga na Europa. *Zero Hora*, Porto Alegre, 5 maio. 1996.

³³² ESTATUTOS da Sociedade Hípica Rio Grandense. *A Federação*, Porto Alegre, 1933, p. 7.

Elias³³³, ao ter em conta que a família constitui o primeiro espaço social com o qual se estabelecem relações.

André Johannpeter e o cavalo Calei Joter, juntamente com Rodrigo Pessoa e o cavalo Baloubet du Rouet, Álvaro Miranda Neto (Doda) com o cavalo Aspen Joter e Luiz Felipe de Azevedo com o cavalo Ralph, repetiram a conquista da medalha de bronze por equipe em 2000, nos Jogos Olímpicos de Sidney (Austrália). Além de André Johannpeter, pertencente a uma família de elite econômica que, pelo menos desde o início dos anos 1950, tem ligação com o hipismo ³³⁴, seu cavalo também era de origem sul-rio-grandense, o que denota um investimento muito significativo, no estado, em mais um aspecto condicionante para o esporte na cidade³³⁵.

Além dos Jogos Olímpicos, nos Jogos Pan-Americanos ocorreu a participação de sul-rio-grandenses que iniciaram a prática do hipismo em Porto Alegre. À Brigada Militar, pertenceu o primeiro representante do estado no hipismo nos Jogos Pan-Americanos. Trata-se do coronel Gerson Borges, que competiu na Cidade do México (México), em 1975, na prova do Adestramento, conquistando uma medalha de bronze por equipe. Em San Juan (Porto Rico), no ano de 1979, esteve presente novamente, alcançando uma medalha de prata por equipe. Em 1983, nos Jogos Pan-Americanos de Caracas (Venezuela), Gerson Borges, foi o técnico da equipe³³⁶.

Após esses eventos mencionados anteriormente, o Rio Grande do Sul só se veria representado no hipismo na edição dos Jogos Pan-Americanos de 1991 em Havana (Cuba). André Johannpeter participou da conquista de uma

³³³ ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1997.

³³⁴ UMA TARDE Hípica. 31 mar. 1951. N. 531, p. 38. In: MAZO, Janice. *O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967*. Porto Alegre: FEFID/PUCRS, 2004. 1 CD-ROM.

³³⁵ ANDRÉ Bier Johannpeter. *Álbum 70 anos da Sociedade Hípica Porto Alegrense*. Porto Alegre: DCS, 2009.

³³⁶ VIEIRA, Sílvia; FREITAS, Armando. *O que é hipismo*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

medalha de ouro na prática dos Saltos do Hipismo por equipe. A atuação vitoriosa repetiu-se nos Jogos de 1995, em Mar Del Plata (Argentina), quando André Johannpeter era integrante da equipe brasileira que conquistou mais uma medalha de ouro nos Saltos.

Quando os Jogos Pan-Americanos voltaram a ocorrer em Winnipeg (Canadá), em 1999, o Brasil, mais uma vez, conquistou uma medalha de ouro na prova de Saltos por equipes, com a atuação, novamente, de André Johannpeter. Nos Jogos de Santo Domingo (República Dominicana), em 2003, a irmã de André Johannpeter, Karina Johannpeter, participou da conquista da medalha de bronze para o Brasil, também no Salto por equipes. Esta amazona voltaria a competir nos Jogos Pan-Americanos de 2011, em Guadalajara (México), conquistando uma medalha de prata pela equipe de Saltos.

Importa destacar o fato de que os cavalos, tanto dos atletas sul-rio-grandenses, mas também de outros cavaleiros brasileiros em competições, são originários do Haras Joter, que existe há 35 anos. Este criatório de cavalos para, principalmente, a prática do Salto do Hipismo, que prepara animais nacionais com nível de desempenho internacional, representou um impulso para o hipismo não apenas no estado, mas no cenário brasileiro.

Percebe-se, assim, conforme Pereira, Silva e Mazo³³⁷, que o próprio contexto da prática hípica de Porto Alegre, e do Rio Grande do Sul, conforme foi se configurando, possibilitou alcançar a representação de atletas nos Jogos Olímpicos. Muitas características típicas de um esporte moderno já se faziam presentes, mesmo que com certas peculiaridades, neste contexto hípico, desde os primórdios de sua organização. Por meio de tal fato, aliado aos demais indícios, como a participação de civis e de mulheres vinculadas

³³⁷ PEREIRA, Ester Liberato; SILVA, Carolina Fernandes; MAZO, Janice Zarpellon. As primeiras participações de atletas do hipismo sul-rio-grandense em Jogos Olímpicos. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 47-64, jan./mar. 2015.

às elites econômicas da cidade, e também do estado, bem como o investimento financeiro de suas famílias, denota que Porto Alegre e o Rio Grande do Sul imprimiam passos sempre adiante com relação a este esporte olímpico. Por fim, a prática do hipismo, para além do meio militar, acrescentando homens e mulheres das elites econômicas sul-rio-grandenses, revela que tal esporte produziu representações de classes sociais privilegiadas economicamente no período estudado. Os vestígios localizados acerca da origem social de cavaleiros e amazonas envolvidos com o hipismo, em outros lugares do Brasil, sugerem uma aproximação da realidade sul-rio-grandense com a brasileira.

Nesta esteira de desenvolvimento da prática do hipismo no país, a intervenção do governo federal no setor esportivo, especialmente após a promulgação da Constituição de 1988, também produziu características, valores e referências nas entidades hípias sul-rio-grandenses. É na esteira do contexto da Constituição de 1988 que começa a ser organizada, no estado, a prática da Equoterapia, a partir da qual provêm as primeiras iniciativas vinculadas ao hipismo para-questre no Rio Grande do Sul.

A INSERÇÃO DO CAPITAL PRIVADO NO HIPISMO SUL-RIO-GRANDENSE

Neste último tópico do estudo, há o debate acerca da inserção do capital privado na prática do hipismo e sua consequente contribuição para a dinâmica permanente das representações sociais de distinção e sociabilidades a ela vinculadas. Diante de um contexto em que o Estado atua privilegiando, fundamentalmente, interesses privados, após 1988³³⁸, tem-se um

³³⁸ VERONEZ, Luiz Fernando Camargo. *Quando o Estado joga a favor do privado: as políticas de esporte após a Constituição de 1988*. 2005. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.

processo de socialização em meio ao cenário do hipismo, baseado em patrocínios e promoções sociais das associações hípicas em busca de resgatar os sócios e seu consequente capital. Procurou-se evidenciar que estas iniciativas privadas almejavam adentrar a configuração cultural hípica do Rio Grande do Sul por meio deste jogo simbólico envolvendo grupos sociais bem específicos: uma elite militar e econômica do estado.

Nesta direção, um fato de grande importância para o hipismo sul-riograndense, ocorrido no final da década de 1990, mais precisamente em maio de 1998, foi o contrato firmado entre a Federação Gaúcha de Hipismo (FGH) – atual Federação Gaúcha dos Esportes Equestres (FGEE) – e o Banco Crefisul³³⁹, para o patrocínio do *Ranking* Gaúcho acoplado com o Grupo Gerdau, passando a chamar-se Copa Crefisul Gerdau. Desta forma, juntamente com a Purina - marca de rações animais que patrocinava o Campeonato da Liga das Escolas de Equitação -, o Crefisul passou a ocupar um espaço de evidência em termos de apoio e incentivo ao hipismo³⁴⁰. Nas publicações da imprensa mais específica do hipismo, portanto, tal como o *Jornal do Hipismo*, eram registrados reconhecimentos aos diretores destas entidades. Airton Ferrari, gerente regional do Banco Crefisul, na ocasião, manifestou seu contentamento em agregar-se à “família do hipismo”, assegurando que o seu objetivo era de apoiar este esporte e ainda proporcionar todo o tipo de serviço bancário, com atendimento personalizado aos afeicionados dos esportes equestres³⁴¹.

³³⁹ O Banco Crefisul S/A, bem como o Crefisul Leasing, viriam a falir em 2002, ambos em liquidação extrajudicial. CREFISUL: decretada falência do banco e da leasing. *O Estado de São Paulo (Estadão)*, São Paulo, 25 out. 2002. Economia. Disponível em: < <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,crefisul-decretada-falencia-dobanco-e-daleasing,20021025p13634>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

³⁴⁰ MARTINS, Lupi. Primeiro Concurso Completo Internacional reuniu 67 conjuntos no Parque Osório. *Jornal do Hipismo*. Porto Alegre, 31/05/1998, ano V, n. 48.

³⁴¹ VARGAS, Letícia. Banco Crefisul apoiando o hipismo gaúcho. *Lances do Hipismo. Jornal do Hipismo*, Porto Alegre, ano V, n. 48, 31 maio. 1998, p. 2.

É possível que tais empresas, por meio deste patrocínio esportivo, almejassem adentrar a configuração cultural constituída por esta “família do hipismo”. Além disto, como propõe Proni³⁴², também poderiam ambicionar por eventos que gerassem um maior número de espectadores, espaço na mídia e consequentemente, um maior número de clientes e consumidores. Contudo, em geral, o público que frequentava as competições, bem como o alcance das publicações específicas sobre o hipismo sul-rio-grandense, não atingia um número expressivo de pessoas para além daquelas configuradas no meio hípico; para além disto, a maior parte destas pessoas pertencia a uma elite econômica sul-rio-grandense.

Esta elite econômica, inclusive, neste período final da década de 1990, era o alvo a ser atraído pela diretoria social da Sociedade Hípica Porto Alegre. O clube preocupava-se com a diminuição de suas atividades direcionadas à sociabilidade de seus associados e, desta forma, passou a elaborar uma programação com o objetivo de trazer estes associados de volta ao clube. Dentre as ideias organizadas, destacaram-se a realização de um baile de debutantes, um chá em benefício da Liga Feminina de Combate ao Câncer e a criação da Diretoria Jovem na pasta social para colaborar com a promoção de eventos³⁴³. Por meio destas atividades identificadas, sugere-se que as representações vinculadas à distinção social destas elites eram reforçadas.

Para além disto, ainda em função da inserção do capital e consequente busca por lucros e patrocínios no meio hípico sul-rio-grandense, fontes como o depoimento de GC, por exemplo, apontam a existência de pessoas, neste espaço, que foram passando a não trabalhar

³⁴² PRONI, Marcelo Weishaupt. *Esporte-espetáculo e futebol-empresa*. 1998. 275f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

³⁴³ VARGAS, Letícia. Banco Crefisul apoiando o hipismo gaúcho. *Lances do Hipismo. Jornal do Hipismo*, Porto Alegre, ano V, n. 48, 31 maio. 1998.

honestamente³⁴⁴. Tal fato revela-se, em especial, no que se refere a um mercado construído em torno dos cavalos, envolvendo sua compra e venda. A partir de tais ações, é possível que este se configure como um possível fator de impedimento de um incremento ainda maior e possível desta prática esportiva no estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordar o esporte a partir de uma concepção histórica, este artigo apresentou, como enfoque, uma prática olímpica de relevante tradição no Brasil; mais precisamente, tratou-se, aqui, de um processo de esportivização do hipismo, apresentando-o a partir de uma restrição de classe, que advém do segmento militar para a pirâmide superior da sociedade civil. Assim, por meio da apreciação dos primeiros momentos do hipismo no Rio Grande do Sul, no início do século XX, tem-se o espaço da cavalaria da Brigada Militar abrigando as ações e treinamentos baseados na moderna prática com representações europeias e de elite do hipismo, constituindo-se como um ambiente precursor para o desenvolvimento desta prática no contexto sul-riograndense. A partir disto, são instituídas competições militares que criam e mantêm relações entre o turfe e o hipismo. Desta forma é que, paulatinamente, uma configuração cultural passa a emergir de uma dinâmica criada por esta relação. Este conjunto de forças pôde constituir uma configuração das entidades e dos sujeitos envolvidos neste cenário hípico, contribuindo, em decorrência, para a promoção e desenvolvimento de ambas as práticas equestres.

³⁴⁴ GC. Depoimento 2017. Núcleo de Estudos em História do Esporte e da Educação Física – ESEFID/UFRGS. Porto Alegre, 2017.

Neste contexto, gradualmente, passa a identificar-se uma abertura do espaço do hipismo sul-rio-grandense para a população civil do estado e a consequente relação que passa a ser constituída entre este grupo social e o grupo dos militares envolvidos com esta prática. Uma vez que esta entrada para o panorama hípico sul-rio-grandense não se apresentava como absoluta, mas, ainda restrita a uma camada social e a uma quantidade de capital econômico possuído, evidenciou-se um equilíbrio conjuntural que se mostrava conveniente entre militares e civis que correspondessem a este perfil socioeconômico. Por meio desta estabilização, então, é que se poderiam constituir relações funcionais, mantidas entre si, para um desenvolvimento da prática do hipismo coerente aos interesses da coexistência destes grupos sociais em seu interior.

Com a aproximação e os movimentos iniciais de vinculação da prática do hipismo no Rio Grande do Sul com a política nacional do país e o resultante atrelamento de leis ao contexto hípico e esportivo do estado, as relações entre militares e civis seguiram e passaram a apresentar peculiaridades que se refletiram em sua configuração dinâmica já estabelecida. Tem-se, assim, que o próprio contexto da prática hípica do Rio Grande do Sul, conforme foi se configurando, possibilitou alcançar a representação de atletas nos Jogos Olímpicos. Muitas características típicas de um esporte moderno já se faziam presentes, mesmo que com certas peculiaridades, no contexto hípico desde os primórdios de sua organização. Por meio de tal fato, aliada aos demais indícios, está a participação de mulheres vinculadas às elites econômicas do estado, além de militares e civis, bem como o investimento financeiro de suas famílias, denotando que o Rio Grande do Sul imprimia passos sempre adiante com relação a este esporte olímpico.

A partir de tais análises, buscou-se suscitar aportes para o campo historiográfico, em especial no que tange às referidas representações sociais

de distinção e sociabilidades vinculadas ao hipismo, bem como a sua dinâmica constante, reforçadas pela inserção do capital privado nesta prática. Em função de um panorama em que o Estado atua privilegiando fundamentalmente interesses privados, teve-se um processo de socialização em meio ao cenário do hipismo fundamentado em patrocínios e promoções sociais das associações hípicas em busca de resgatar os sócios e seu consequente capital. De tal modo, estes empreendimentos privados ambicionavam embrenhar-se na configuração cultural hípica do Rio Grande do Sul por meio deste jogo simbólico abarcando grupos sociais bem particulares: uma elite militar e econômica do estado.

REFERÊNCIAS

- ADELMAN, Miriam. Mulheres no Esporte: Corporalidades e Subjetividades. *Movimento*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-29, jan./abril. 2006.
- ARCHETTI, Eduardo P. *El potrero, la pista y el ring: las patrias del deporte argentino*. 1 ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2 ed., 2010. p. 23-80.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Introdução, organização e seleção de Sérgio Miceli). São Paulo: Perspectiva, 1974.
- DEL PRIORE, Mary. "Jogos de cavalheiros": as atividades físicas antes da chegada do esporte. In: DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor. (Orgs). *História do Esporte no Brasil: do império aos dias atuais*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 13-33.
- DUNNING, Eric; MENNELL, Stephen. Prefácio à edição inglesa. In: ELIAS, Norbert. *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1997.
- ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A Busca da Excitação*. Lisboa: Difel, 1992.
- _____. *Deporte y ocio en el proceso de la civilización*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução: Vera Ribeiro. Tradução do posfácio à edição alemã: Pedro Sússekind. Apresentação e revisão técnica: Federico Neiburg. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Trad. Joice Elias Costa. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

- HOUBRE, Gabrielle. Graciosa ou viril? A postura das amazonas no século XIX. *Gênero*, Niterói, v. 7, n. 2, p. 13-26, 1º sem. 2007.
- LUCENA, Ricardo. *O esporte na cidade: aspectos do esforço civilizador brasileiro*. Campinas, SP: Autores Associados. Chancela editorial CBCE, 2001.
- MARQUES, Renato Francisco Rodrigues; ALMEIDA, Marco Antonio Bettini de; GUTIERREZ, Gustavo Luis. Esporte: um fenômeno heterogêneo: estudo sobre o esporte e suas manifestações na sociedade contemporânea. *Movimento*, Porto Alegre, v. 13, n. 03, p. 225-242, set./dez. 2007.
- KARLS, Cleber Eduardo. *Modernidades sortidas: o esporte oitocentista em Porto Alegre e no Rio de Janeiro*. 2017. 186 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História Comparada. Rio de Janeiro, 2017.
- MELO, Victor Andrade de. Das touradas às corridas de cavalo e regatas: primeiros momentos da configuração do campo esportivo no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor. (orgs). *História do Esporte no Brasil: do império aos dias atuais*. São Paulo: Editora UNESP, p. 35-70, 2009.
- MELO, Victor Andrade de (Org.). *Os sports e as cidades brasileiras: transição dos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.
- PEREIRA, Ester Liberato. *As práticas equestres em Porto Alegre: percorrendo o processo da esportivização*. 2012. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- _____. *Configurações sociohistóricas da equitação no Rio Grande do Sul: uma investigação das redes de interdependência nas práticas esportivas equestres*. 2016. 254 f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- PEREIRA, Ester Liberato; MAZO, Janice Zarpellon. As práticas equestres e o lazer dos porto-alegrenses (décadas de 1920 a 1940). *Licere*, Belo Horizonte, v. 17, n. 4, dez/2014a.
- _____. A organização da Federação Hípica Sul-Rio-Grandense (décadas de 1920 a 1940). *Revista Contemporânea – Dossiê História & Esporte*, v. 2, n. 4, p. 1-23, 2014b.
- _____. Um processo de agenciamento no hipismo: Federação Hípica Sul Rio Grandense. In: XIX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 2015, Vitória. *Anais... Vitória*, 2015, p. 1-16.
- _____. Jogos Olímpicos de 1952: o percurso de um atleta brasileiro no hipismo. In: XXIX SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2017, Brasília. *Anais... Brasília*, 2017, p. 1-15.
- PEREIRA, Ester Liberato; MAZO, Janice Zarpellon; FAGUNDES JUNIOR, Jesus Delcy Gonçalves. Festival Hípico Noturno de Porto Alegre: os primórdios de um evento equestre. *Revista Didática Sistêmica*, Rio Grande, v. 16, n. 1, p. 32-44, 2014.
- PEREIRA, Ester Liberato; SILVA, Carolina Fernandes; MAZO, Janice Zarpellon. As primeiras participações de atletas do hipismo sul-rio-grandense em Jogos Olímpicos. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 47-64, jan./mar. 2015.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

- PONTES, Vanessa Silva; PEREIRA, Erik Giuseppe Barbosa. Sob rédeas curtas, de cabelos longos: reflexões sobre mulheres no hipismo. *Movimento*, Porto Alegre, v. 20. n. 3, p. 1197-1222, jul./set. 2014.
- PRONI, Marcelo Weishaupt. *Esporte-espetáculo e futebol-empresa*. 1998. 275f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.
- SCHPUN, Mônica Raisa. *Beleza em Jogo: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- VERONEZ, Luiz Fernando Camargo. *Quando o Estado joga a favor do privado: as políticas de esporte após a Constituição de 1988*. 2005. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.
- VIEIRA, Sílvia; FREITAS, Armando. *O que é hipismo*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.
- VIGARELLO, Georges. Exercitar-se, jogar. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. (Ed.). *História do corpo: da Renascença às Luzes*. Petrópolis: Vozes, 2008.

FONTES

- 1º REVEZAMENTO Gaúcho. 11 fev. 1956. N. 657, p. 61. In: MAZO, Janice Zarpellon. *O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967*. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004. 1 CD-ROM.
- ÁLBUM 70 Anos da Sociedade Hípica Porto Alegrense. DCS, jul. 2009.
- ALCANÇA êxito o festival hípico do R. B. Bento Gonçalves. *Correio do Povo*, Porto Alegre. Nov. 1972.
- ANDRÉ Bier Johannpeter. *Álbum 70 anos da Sociedade Hípica Porto Alegrense*. Porto Alegre: DCS, 2009.
- BANDEIRA, C. André Johannpeter tenta vaga na Europa. *Zero Hora*, Porto Alegre, 5 maio. 1996.
- BOLETIM Regimental nº 269 do 4º RPMon, 28 nov. 1960.
- CARNEIRO, Paulo. É Domingo em Pôrto Alegre. 15 dez. 1966. N. 937, p. 10. In: MAZO, Janice. *O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967*. Porto Alegre: FEFID/PUCRS; ESEF/UFRGS, 2004. 1CDROM.
- CREFISUL: decretada falência do banco e da leasing. *O Estado de São Paulo (Estado)*, São Paulo, 25 out. 2002. Economia. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,crefisul-decretada-falencia-dobanco-e-daleasing,20021025p13634>>. Acesso em: 12 abr. 2016.
- ENCERRADO sábado à noite com grande brilhantismo, I Festival Hípico promovido pelo Regimento Bento Gonçalves. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19 dez. 1960. Folha Esportiva. p. 3.
- ESCOLINHA da Sociedade Hípica Porto Alegrense. *Panorama Equestre*, Porto Alegre, ano I, n. 2, jul. 1978.
- ESTATUTOS da Sociedade Hipica Rio Grandense. *A Federação*, Porto Alegre, 1933.

- FESTA Hípica no *Country Club*. 29 maio 1943. N. 340, p. 38. In: MAZO, Janice Zarpellon. *O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967*. Porto Alegre: FEFID/PUCRS, 2004. 1 CD-ROM.
- FESTA na serra: 10 mar. 1945. In: MAZO, Janice Zarpellon. *O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967*. Porto Alegre: FEFID/PUCRS, 2004. 1 CD-ROM.
- FONTANA, Hélio. *Ata inaugural da Federação Hípica Sul Rio-Grandense*. Porto Alegre. p. 1, 1946.
- GC. Depoimento 2017. Núcleo de Estudos em História do Esporte e da Educação Física – ESEFID/UFRGS. Porto Alegre, 2017.
- GOULART, Antônio. Os cem anos do Regimento Bento Gonçalves. *Almanaque Gaúcho*. Zero Hora, Porto Alegre, 25 jan. 2016. p. 44.
- HISTÓRIA do Festival Hípico Noturno. Rio Grande do Sul (Estado). *Brigada Militar*. [citado 1 nov. 2010]. Disponível em: <www.brigadamilitar.rs.gov.br/fhn>. Acesso em: 19 abr. 2016.
- HISTÓRICO RGT Osório: síntese histórica do Regimento Osório. 3º Regimento de Cavalaria de Guarda. Regimento Osório. [citado 15 jul. 2014]. Disponível em: <http://www.lw135349918050acc497.hospedagemdesites.ws/site/index.php?option=com_content&task=view&id=42&Itemid=60>. Acesso em: 19 abr. 2016.
- MARIA Helena com nova montada. *Panorama Equestre*, Porto Alegre, ano I, n. 2, jul. 1978.
- MARTINS, Lupi. Primeiro Concurso Completo Internacional reuniu 67 conjuntos no Parque Osório. *Jornal do Hipismo*. Porto Alegre, 31/05/1998, ano V, n. 48.
- MAZO, Janice Zarpellon. *Catálogo do Esporte e da Educação Física na Revista do Globo*. Porto Alegre: PUCRS, 2004. 1 CD-ROM.
- MAZO, Janice Zarpellon et al. *Associações Esportivas no Rio Grande do Sul: lugares e memórias*. Novo Hamburgo: Feevale, 2012.
- O NÍVEL do Sul. *Equusul*. Porto Alegre: DNR, ago. 1989.
- OSÓRIO, Luís. Hipismo também é show. 01 jul. 1965. N. 902, p. 40-41. In: MAZO, Janice. *O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967*. Porto Alegre: FEFID/PUCRS, 2004. 1 CD-ROM.
- PRESIDENTE da Federação visita Regimento Osório. *Panorama Equestre*, Porto Alegre, ano I, n. 2, jul. 1978.
- PRIMEIRO Concurso Completo Internacional reuniu 67 conjuntos no Parque Osório. *Jornal do Hipismo*, Porto Alegre, 31 maio. 1998. N. 48, p. 6-7.
- REGRAS para o Concurso Completo de Equitação FEI. *Federação Equestre Internacional*, Suíça, n. 23, jan. 2009. Disponível em: <<http://www.cbh.org.br/arquivos/Regulamento%20CCE%20%20FEI%202009%20Traduzido.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2016.
- ROEHE, C. Equipe de hipismo leva cavalos brasileiros. *Zero Hora*, Porto Alegre, 9 jul. 1996.
- ROESSLER, Martha; RINK, Bjarke. Esportes Hípicos. In: DACOSTA, Lamartine. (Org.). *Atlas do Esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: CONFEF, 2006.
- SOCIEDADE Hippica Rio Grandense. 18 jul. 1931. N. 66, p.21. In: MAZO, J. *O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967*. Porto Alegre: FEFID/PUCRS, 2004. 1CD-ROM.

SOCIEDADE HIPICA Rio Grandense. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 5 maio. 1929. Seção Vida Desportiva. Hippiismo, p. 5.

UMA TARDE Hípica. 31 mar. 1951. N. 531, p. 38. In: MAZO, Janice. *O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967*. Porto Alegre: FEFID/PUCRS, 2004. 1 CD-ROM.

VARGAS, Letícia. Banco Crefisul apoiando o hipismo gaúcho. *Lances do Hipismo. Jornal do Hipismo*, Porto Alegre, ano V, n. 48, 31 maio. 1998.

WEEK-END na serra. 31 mar. 1951. N. 531, p. 37. In: MAZO, J. *O Esporte e a Educação Física na Revista do Globo: Catálogo 1929-1967*. Porto Alegre: FEFID/PUCRS, 2004. 1 CD-ROM.

ALGUNS ELEMENTOS QUE DEMARCAM A MARATONA DE SÃO PAULO EM SUAS PRIMEIRAS EDIÇÕES (1995-1999)

Camila da Cunha Nunes³⁴⁵; Manoel José Fonseca Rocha ³⁴⁶

Resumo: Desde 1980 as provas de maratona se materializam no Estado de São Paulo. No entanto, as provas de corrida que surgiram no Estado, tiveram algumas edições e depois foram extintas, pois não conseguiam se manter. Isso ocorreu, por exemplo, com a Maratona Cidade de São Paulo criada em 1982 e a I Maratona Sul América, com sua gênese em 1984. Desse modo, já houveram outras maratonas na cidade, no entanto, com poucas edições e sem periodicidade anual antes do surgimento da Maratona de São Paulo. Essa mantém uma periodicidade anual desde 1995, somando 24 edições (até 2018), fato que não ocorria na cidade. A partir disso, tem-se o objetivo de identificar e caracterizar alguns elementos que demarcam a criação da Maratona de São Paulo e as suas primeiras edições (1995-1999). Para tal, realizou-se uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico e documental. Constituída por fontes de dados primários e secundários, coletados através de documentos, bibliografias e outros meios de divulgação. Nesse conjunto de procedimentos adotamos como fontes jornais, revistas e um conjunto de referenciais teóricos que fundamentam a discussão desejada.

Palavras-chave: Corridas de rua; Maratona; Maratona de São Paulo.

SOME ELEMENTS THAT MARKED THE SÃO PAULO MARATHON IN ITS FIRST EDITIONS (1995-1999)

Abstract: Since 1980 the marathon events have materialized in the State of São Paulo. However, the race events that appeared in the state, had some editions and then they were extinct, because they could not maintain themselves. This happened, for example, with the Marathon City of São Paulo created in 1982 and the I Marathon South America, with its genesis in 1984. Thus, there have been other marathons in the city, however, with few editions and no annual period before of the appearance of the São Paulo Marathon. This one maintains an annual periodicity from 1995, adding 24 editions (until 2018), fact that did not occur in the city. From this, the objective is to identify and characterize some elements that mark the creation of the São Paulo

³⁴⁵ Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau (FURB). Mestre em Desenvolvimento Regional pela FURB e Mestre em Educação pela mesma instituição. Graduada em Educação Física pela FURB. Docente no Centro Universitário de Brusque (UNIFEBS). (<http://lattes.cnpq.br/8944352987320239>).

³⁴⁶ Doutorando em Desenvolvimento Regional pela FURB. Mestre em Educação pela FURB. Graduado em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Diretor e Docente na Escola Técnica do Vale do Itajaí - ETEVI - Escola de Ensino Médio e Profissionalizante da FURB. (<http://lattes.cnpq.br/9404672487925111>)

Artigo recebido em 16/09/2018 e aprovado em 26/11/2018

Marathon and its first editions (1995-1999). For this, a qualitative research of bibliographical and documentary character was carried out. Consisting of primary and secondary data sources, collected through documents, bibliographies and other means of dissemination. In this set of procedures, we adopt as sources journals, journals and a set of theoretical references that support the desired discussion.

Key words: Street racing; Marathon; Marathon of São Paulo.

INTRODUÇÃO

Vários praticantes de corrida de rua, denominados de corredores, diariamente tomam as ruas das cidades para correr, treinar, competir e socializar-se³⁴⁷. Esse estilo de vida parece, e os números atestam, conseguir mais adeptos a cada dia, reunindo um número expressivo de pessoas e, também, um crescente número de eventos de corrida de rua³⁴⁸. A prática dessa atividade social e esportiva está cada vez mais em ascensão, mobilizando todo o Circuito Esportivo Territorial das corridas de rua³⁴⁹, culminando num mercado³⁵⁰ que movimenta valores expressivos de dinheiro a partir desse segmento.

³⁴⁷ SHIPWAY, Richard; HOLLOWAY, Immy. "Health and the running body: notes from an ethnography". *International Review for the Sociology of Sports*, v. 51, n. 1, p. 78-96, 2016. OLIVEIRA, Saulo Neves. *Lazer sério e envelhecimento: loucos por corrida*. 2010. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

³⁴⁸ SALGADO, José Vítor Vieira; CHACON-MIKAHIL, Mara Patrícia Traina. "Corrida de rua: análise do crescimento do número de Provas e de praticantes". *Revista Conexões*, v. 4, n. 1, p. 90-99, 2006. DALLARI, Martha Maria. *Corrida de rua: um fenômeno sociocultural contemporâneo*. 2009. 130 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. ROJO, Jeferson Roberto. et al. "Corrida de rua: reflexões sobre o 'universo' da modalidade". *Revista Corpoconsciência*, v. 21, n. 3, p. 82-96, 2017a.

³⁴⁹ Para mais informações sobre o Circuito Territorial de corridas de rua, consultar NUNES, Camila da Cunha. *Território e esporte: o processo de territorialização das corridas de rua no Brasil*. 2017. 411 f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2017.

³⁵⁰ ROJO, Jeferson Roberto. et al. "Corrida de rua: reflexões sobre o 'universo' da modalidade". *Revista Corpoconsciência*, v. 21, n. 3, p. 82-96, 2017a.

No primeiro semestre de 2017, o segmento de corrida de rua teve crescimento de 12% em relação ao mesmo período do ano de 2016³⁵¹. Todos os meses, principalmente durante os finais de semana, os vários estados totalizam diversos eventos de corrida de rua, independentemente da distância percorrida. Em São Paulo, no dia 4 de setembro de 2016 (domingo), foram realizadas 7 corridas³⁵². O número excessivo de provas ocasionou a regulamentação dos pedidos de realização de corridas de rua e de passeios ciclísticos em São Paulo, por meio da Portaria da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEME) nº 37 de 09 de agosto de 2016, e sua alteração pela Portaria SEME nº 12 de 24 de abril de 2017. Determinando que, ao ser autorizada, a prova é obrigada a incluir a logomarca SAMPACOR/SEME nos materiais de divulgação, identificando a SEME como apoiadora.

Além disso, alguns Estados incentivam a prática de corrida de rua por meio de provas populares. As provas populares são realizadas pelas Prefeituras e possuem inscrição gratuita. De 2008 até 2016, São Paulo promoveu o Circuito Popular de Corrida de Rua. Em 2017, o Circuito da Cidadania, substituiu o Circuito Popular de Corrida de Rua, que passou a contar com o patrocínio da Caixa Econômica Federal e do Governo Federal realizando neste ano 10 etapas em diferentes bairros da cidade sob organização da *Iguana Sports*. O novo circuito faz parte do Programa SAMPACOR, para incentivar a corrida de rua na cidade com o objetivo de ser reconhecida como a “capital mundial das Corridas de rua”. É um programa da SEME de São Paulo com objetivo de valorizar os eventos de corrida, concedendo um “Selo de Qualidade” às provas que se mostrarem profissionais e cumprirem o que prometeram aos

³⁵¹ LOPES, Duda. “Brooks aposta na Centauro para vender no Brasil”. *Máquina do Esporte*, São Paulo, edição 828, p. 1-2, ago. 2017.

³⁵² SPINASSÉ, Andrei. *Secretário: 'É inadmissível haver sete corridas em um fim de semana em SP'*. 2017a. Disponível em: <http://www.esportividade.com.br/secretario-e-inadmissivel-haver-sete-corridas-em-um-fim-de-semana-em-sp/>. Acesso em: 10 set. 2018.

atletas³⁵³. Desse modo, fica evidente que a gestão pública tem papel central no desenvolvimento das corridas de rua e sobre as transformações associadas aos eventos esportivos, contribuindo para a espacialização das corridas de rua e o seu alcance, tendo em vista que pode congrega pessoas de diferentes nacionalidades, conferindo destaque ao local em que ocorre o evento.

No entanto, apesar desses incentivos, no estado de São Paulo e particularmente, na capital paulista, as corridas são realizadas, via de regra, em distâncias de 5 e 10 quilômetros, ou seja, não se materializam nas maratonas. As maratonas concentram-se, principalmente, nas capitais dos Estados e a mesma evidência pode ser observada nas corridas realizadas no exterior. Em 2016, 469 eventos oficiais foram realizados no estado de São Paulo, sem contar as provas irregulares. Esse contingente somou aproximadamente 820 mil inscritos segundo a Federação Paulista de Atletismo (FPA)³⁵⁴. No entanto, desse total, somente duas foram provas de maratona, a Maratona de São Paulo e a São Paulo City Marathon, que ocorreram na cidade de São Paulo.

Desde 1980 as provas de maratona se realizaram no Estado. São Paulo, de longa data, é um dos maiores centros econômicos do Brasil e tem o maior PIB entre os Estados brasileiros, sendo que a macrorregião da qual faz parte é responsável por mais de 50% do PIB nacional. Apesar dessa concentração financeira, as provas de corrida que surgiram no Estado, tiveram algumas edições e depois foram extintas, pois não conseguiam ser mantidas. Isso

³⁵³ SPINASSÉ, Andrei. *Secretário: 'É inadmissível haver sete corridas em um fim de semana em SP'*. 2017a. Disponível em: <http://www.esportividade.com.br/secretario-e-inadmissivel-haver-sete-corridas-em-um-fim-de-semana-em-sp/>. Acesso em: 10 set. 2018.

³⁵⁴ FAVERO, Paulo. *"Corrida de rua cresce cada vez mais no País e atrai legião de fãs: Mercado das provas movimentada cada vez mais participantes nos finais de semana em diversas cidades do Brasil"*. *O Estado de São Paulo*, maio de 2017. Disponível em: <http://esportes.estadao.com.br/noticias/geral,corrida-de-rua-cresce-cada-vez-mais-no-pais-e-atrai-legiao-de-fas,70001815545>. Acesso em: 2 set. 2018

ocorreu, por exemplo, com a Maratona Cidade de São Paulo criada em 1982 e a I Maratona Sul América, com sua gênese no ano de 1984. Desse modo, já houveram outras maratonas na cidade, no entanto, com poucas edições e sem periodicidade anual antes de surgir a Maratona de São Paulo. Essa mantém uma periodicidade anual desde 1995, somando 24 edições (até 2018), fato que não ocorria na cidade.

É um evento que surgiu com caráter público, e com o andar do tempo passou a ser realizado e organizado por empresas privadas. A Prefeitura de São Paulo passa somente a conceder apoio especial, como registrado na própria divulgação realizada pela organização do evento. A sua relevância e representatividade para o desenvolvimento da cidade, nos mais diversos aspectos, é demonstrada anualmente ao integrar o calendário de eventos municipais³⁵⁵, fato que vem ocorrendo desde a sua origem. Ao mesmo tempo, promove ganhos econômicos e turísticos pela movimentação de pessoas. Outro elemento que chama atenção é o seu crescimento e modificações que poderão ser observadas no decorrer do texto.

A partir dessas considerações iniciais tem-se o objetivo de identificar e caracterizar alguns elementos que demarcam a criação da Maratona de São Paulo e as suas primeiras edições (1995-1999). Para tal, realizou-se uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico e documental. Constituída por fontes de dados primários e secundários, coletados por meio de documentos, bibliografias e outros meios de divulgação. Nesse conjunto de procedimentos adotamos como fontes jornais, revistas e um conjunto de referenciais teóricos que fundamentam a discussão desejada.

³⁵⁵ Conforme exposto na lei nº 14.485 de 19 de julho de 2007, disponível em: http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=03082007%20144850000%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20&secre=&depto=&descr_tipo=lei. Acesso em: 11 set. 2018.

Os estudos que utilizam uma metodologia qualitativa respondem a questões muito particulares. Aprofundam-se no significado das ações e relações humanas, com um nível de realidade que não pode ser quantificado ³⁵⁶. Sendo assim, podem possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos³⁵⁷.

A pesquisa bibliográfica, também conhecida como fonte secundária, propõe o levantamento da bibliografia já publicada, sistematizada e disseminada na forma de artigos, livros, revistas, entre outras formas de divulgação, a respeito de determinado tema. Tem por finalidade colocar o pesquisador em contato direto com o que foi descrito sobre o assunto que está sendo pesquisado. Já a pesquisa documental é a fonte de coleta de dados restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias ³⁵⁸. Desse modo, consistem em documentos não sistematizados por outras pesquisas.

Os documentos históricos (revistas e jornais) nos oferecem subsídios para a compreensão das dinâmicas sociais constituídas pelos indivíduos em um determinado tempo e espaço. Portanto, utilizar jornais e revistas como fonte histórica é uma escolha e seleção que supõe tratamento teórico e metodológico. Em outras palavras, necessita-se entendê-los como linguagem construída a partir do social que detém historicidade e peculiaridades próprias, o que requer serem trabalhados e compreendidos como tal, desvendando, a cada momento, as relações entre imprensa e sociedade,

³⁵⁶ MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

³⁵⁷ RICHARDSON, Roberto Jarry; PERES, José Augusto de Souza. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. rev. e amp. São Paulo: Atlas, 2014.

³⁵⁸ MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

assim como os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe³⁵⁹.

A imprensa periódica, expressa em jornais diários, regionais e locais e as revistas especializadas, internacionais ou nacionais, em diferentes partes e seções do seu conteúdo, como editoriais, noticiário, carta de leitores, artigos assinados, pequenos comentários, fotografias e desenhos, nos auxiliam na construção textual de cunho histórico e aparecem no decorrer do texto, na íntegra por meio de recortes ou em passagens do texto. Nesses espaços, geralmente encontramos matérias de interessados em divulgar, ou ainda, atletas, técnicos, empresários, jornalistas, editores, simpatizantes com a prática esportiva, no caso a corrida de rua ³⁶⁰, que demonstram representações e momentos que nos auxiliam a melhor compreendê-la a partir do seu próprio nicho.

Esses materiais são considerados na historiografia³⁶¹ instrumentos que permitem manter as pessoas informadas, assim como colaboram com a intervenção na vida social, e podem nos auxiliar na localização do objeto de estudo num contexto micro e macro. A periodização histórica das consultas realizadas, foram constituídas de acordo com cada material coletado e/ou acessado. Os jornais que ofereceram subsídios para a construção do resgate histórico são: *Jornal do Brasil*; *Folha de São Paulo*; *O Estado de São Paulo* (*Estadão*). Os exemplares do *Jornal do Brasil*, lançado em 9 de abril de 1891, foram consultados no acervo do próprio jornal (<http://www.jb.com.br/paginas/news-archive/>); assim como a *Folha de São Paulo* (<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp>). A revista consultada foi a *Contra-*

³⁵⁹ CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. "Na oficina do historiador: conversar sobre história e imprensa". *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

³⁶⁰ A prática esportiva denominada de corrida pode ser classificada por diversos âmbitos de práticas, significados e escalas, no entanto, quando nos referimos a corrida, nesse estudo, estamos sinalizando a corrida de rua que ocorre em uma espacialidade específica, a rua.

³⁶¹ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

Relógio no período de abril de 2000 a novembro de 2017. Realizaram-se também consultas em *sites* de empresas organizadoras de competições de corrida de rua.

Para a análise e interpretação dos dados utilizamos uma análise discursiva e contextual a partir dos dados coletados e o referencial teórico que nos permitiu estabelecer aproximações e distanciamentos entre os materiais. Essa ação contempla a prática social em um contexto interpretativo de mensagens e informações explícitas e implícitas. Isso porque, na abordagem qualitativa, busca-se entender o significado individual ou coletivo do fenômeno estudado para a vida das pessoas com a finalidade de criar um modelo de entendimento profundo de ligações entre os elementos³⁶².

Desse modo, levando em consideração como ocorreu a sua materialização e difusão, organizamos o presente capítulo em três seções, além desta introdução e das considerações finais, assim sistematizado: A institucionalização a luz da imprensa da época; Da organização do evento: as primeiras edições; e finalmente, Percursos ao longo dos anos.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO A LUZ DA IMPRENSA DA ÉPOCA

Os jornais, apesar de terem – muitas vezes – cunho ideológico, são um meio de divulgação das atividades esportivas. E ainda hoje, entre outras mídias é um importante meio de mediação entre corredores e promotores de eventos. Os jornais, contribuíram desde a gênese da 1ª Maratona de São Paulo para demonstrar seu alcance, realização e necessidade. Especialmente, os jornais *Folha de São Paulo* e *Jornal do Brasil* que ressaltavam e ressaltam, em

³⁶² TURATO, Egberto Ribeiro. "Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetivos de pesquisa". *Revista de Saúde Pública*, v. 39, n. 3, p. 507-514, 2005.

meio às matérias sobre o futebol, mais um grande evento que aconteceria na cidade, a Maratona de São Paulo. A primeira edição da competição gera algumas controvérsias entre o desenvolvimento de um evento esportivo e sua utilização como propaganda política, especialmente aos olhos da imprensa da época. Isso porque pode sinalizar que a realização foi ideia de algumas pessoas, e foi operacionalizada por outras.

Mais precisamente, em 1994 Leonardo Senna (irmão de Ayrton Senna), um grupo de corredores da Corredores de Rua de São Paulo (CORUSP) e Nuno Cobra (ex-preparador físico de Ayrton Senna) idealizaram a criação da “Maratona Ayrton Senna”, em 1995, como forma de homenagear o piloto brasileiro de Fórmula 1, falecido no ano anterior³⁶³. A ideia foi apresentada à Prefeitura de São Paulo e a família do piloto, que aprovaram a iniciativa. A partir disso, os idealizadores em audiência com o prefeito Paulo Maluf, no dia 11 de agosto de 1994, acertaram que a prefeitura daria apoio a realização da prova. Dias depois, a portaria nº 147 de 1994, da Secretaria Municipal de Esportes, definiria a data em que seria realizada a maratona, definida para o dia 25 de junho de 1995³⁶⁴.

Como forma de planejar o evento, em novembro de 1994 o diretor de operações da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), Nelson Maluf El-Hage, viajou com o patrocínio do CORUSP para acompanhar a Maratona de Nova York³⁶⁵ e trazer ideias para a organização viária da prova. Também,

³⁶³ Corredor de Fórmula 1, campeão mundial três vezes (em 1988, 1990 e 1991), faleceu devido ao acidente ocorrido em maio de 1994, durante o Grande Prêmio de San Marino, em Ímola na Itália, o que ocasionou grande comoção nacional.

³⁶⁴ AMARAL, Luis Henrique. “SBT passaria maratona de graça”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 de outubro de 1995. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/10/11/cotidiano/29.html>. Acesso em: 27 ago. 2018. ARAÚJO, Nelton. A primeira Maratona Internacional de São Paulo. *Contra-Relógio*, n. 240, p. 66-68, set. 2013.

³⁶⁵ A Maratona de Nova York também serviu de modelo para a criação da Maratona de Porto Alegre, como pode ser notado em PINHEIRO, José Patrício Cunha. *A história da Maratona de Porto Alegre e sua contribuição para a popularização das corridas de rua na cidade*. 2012.

começou-se o planejamento do evento. Segundo Athos Comolatti, secretário-geral da CORUSP, o primeiro contato com a Rede Globo foi feito em janeiro de 1995 e a emissora não apresentou interesse. Devido ao desinteresse da emissora, em maio foi acertado com a emissora SBT (Sistema Brasileiro de Televisão) para transmissão da largada, chegada e alguns *flashes* durante a programação da maratona. O SBT não cobraria da Prefeitura de São Paulo para efetuar a transmissão, pois conseguiria patrocínio de anunciantes para a organização e para a transmissão do evento. Ainda no mês de maio, a prefeitura solicitou que a prova fosse transferida para outubro, para que coincidissem com a inauguração do túnel Ayrton Senna, sob o Ibirapuera³⁶⁶.

No entanto, segundo o relato de alguns membros do grupo de idealizadores aos jornais, dez meses depois de iniciadas as negociações com a prefeitura, foram chamados pelo então secretário de Planejamento, Roberto Richter, e avisados de que a maratona não se chamaria mais Ayrton Senna. Ainda, que os trabalhos de consultoria do grupo estavam dispensados e que a prova ocorreria em 8 de outubro, sendo organizada e transmitida integralmente pela Rede Globo. Dessa forma, seria organizada pela empresa Koch Tavares (que já havia realizado outra prova de Maratona na cidade anos antes), contratada pela referida emissora, inspirada na Maratona de Nova York almejando o *glamour*, número de participantes e cobertura midiática. Com isso, a ação realizada pela Prefeitura caracterizou-se como plágio da ideia, o que levantou acusações. Setores da oposição e da

48 f. Monografia (Bacharel em Educação Física). Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

³⁶⁶ AMARAL, Luis Henrique. "SBT passaria maratona de graça". *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 de outubro de 1995. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/10/11/cotidiano/29.html>. Acesso em: 27 ago. 2018. ARAÚJO, Nelton. A primeira Maratona Internacional de São Paulo. *Contra-Relógio*, n. 240, p. 66-68, set. 2013.

imprensa sinalizavam que o evento estava sendo utilizado com a finalidade de propaganda da administração Maluf³⁶⁷.

Apesar de todas as controvérsias, acusações e críticas, ressaltava-se que como outros grandes centros ou, melhor dizendo, metrópoles do mundo possuem esse tipo de prova, São Paulo também deveria ter. Isso, pois os grandes eventos oportunizam a aglomeração de grandes massas e trariam para as cidades, uma movimentação financeira e promoção³⁶⁸, ou seja, a visualização do evento como uma grande marca³⁶⁹. Ou ainda, em outras palavras, a cidade é vista como uma mercadoria a ser vendida como um produto e administrada como uma empresa e pelos empresários³⁷⁰, tanto é que, muitas vezes, a iniciativa privada toma a frente da gestão urbana e estabelece seus interesses como prioritários.

Desse modo, a história da Maratona de São Paulo nasce – ao que parece – com uma intenção de promoção política. É criada pelo então Prefeito Paulo Maluf e incluída no calendário oficial da Prefeitura pelo Decreto nº 35.314, de 21 de julho de 1995³⁷¹, que instituiu e incluiu a maratona de São

³⁶⁷ AMARAL, Luis Henrique. "SBT passaria maratona de graça". *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 de outubro de 1995. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/10/11/cotidiano/29.html>. Acesso em: 27 ago. 2018. ARAÚJO, Nelton. A primeira Maratona Internacional de São Paulo. *Contra-Relógio*, n. 240, p. 66-68, set. 2013.

³⁶⁸ OLIVEIRA, Nelma Gusmão de. *Jogo espetáculo, jogo negócio*. In: JENNINGS, Andrew. et al. *Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014. p. 25-32.

³⁶⁹ ROLNIK, Raquel. *Megaeventos: direito à moradia em cidades à venda*. In: JENNINGS, Andrew. et al. *Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?* São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014. p. 65-70.

³⁷⁰ VAINER, Carlos Bernardo. *Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano*. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos Bernardo; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75 -103.

³⁷¹ Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/1995/3531/35314/decreto-n-35314-1995-institui-e-inclui-a-maratona-de-sao-paulo-no-calendario-oficial-da-secretaria-municipal-de-esportes-lazer-e-recreacao-seme-delega-ao-secretario-municipal-de-esportes-lazer-e-recreacao-competencia-para-celebrar-contrato-para-a-realizacao-do-evento-e-da-outras-providencias-1995-07-21.html>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Paulo no calendário oficial da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação, em data a ser determinada pela Secretaria e definiu que especialmente, no ano de 1995 seria realizada em 8 de outubro. Ainda, delegava ao Secretário da SEME a competência para celebrar contrato com a detentora de exclusividade para a realização do evento e estabeleceu outras providências.

Essa exclusividade foi dada à Rede Globo em contrato assinado em 8 de agosto, firmado com a Prefeitura de São Paulo. O item 2 do contrato garante a emissora os direitos por cinco anos. Nesse período, cada vez que o município realizasse a prova teria que pagar para a emissora pela organização e transmissão. À Prefeitura cabe, contratualmente, fornecer toda a infraestrutura, os funcionários da CET, segurança, sinalização e “demais providências”. A emissora ainda pode comercializar o espaço publicitário da competição e obter lucros. Anexo ao contrato, havia também dois documentos da Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt). Em um deles, assinado pelo vice-presidente da entidade na época, Victor Malzoni Junior³⁷², é apresentado que “autoriza oficialmente e com exclusividade a realização da 1ª Maratona de São Paulo, no dia 8 de outubro de 1995, evento de iniciativa da Rede Globo e apoio da Prefeitura Municipal de São Paulo”³⁷³.

Um ano após o seu início, o fortalecimento da operacionalização da Maratona de São Paulo teve por trás a institucionalização de um Projeto de Lei (PL) apresentado na Câmara Municipal em 18 de abril 04 de 1996 pelo Vereador Antonio de Paiva Monteiro Filho³⁷⁴ (ver figura 1). A proposta do PL

³⁷² Ele mesmo será o diretor técnico responsável em algumas edições pela Maratona de São Paulo.

³⁷³ AMARAL, Luis Henrique. “Prefeitura deu à Globo direito de transmitir a maratona por 5 anos”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 de outubro de 1995. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/10/14/cotidiano/20.html>. Acesso em: 27 ago. 2018.

³⁷⁴ O PL na íntegra pode ser consultado em <http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/projeto/pl0376-1996.pdf>.

apresentou como justificativa concretizar a realização do evento e torná-lo tradição no calendário do pedestrianismo internacional como são outras provas. O PL foi aprovado por Pareceres em 13 de setembro de 1997, expedidos pela Comissão de Finanças e Orçamento³⁷⁵ (Parecer 2287/96); Comissão de Educação, Cultura e Esportes (Parecer 2122/96); Comissão de Constituição e Justiça³⁷⁶ (Parecer 1969/96). E em seguida foi enviado por meio do Ofício CMSP 688/1997 de 29 de setembro de 1997 para Prefeitura do Município de São Paulo.

A promulgação e encerramento do Processo deu-se em 17 de outubro de 1997, com publicação no Diário Oficial do Município de São Paulo, na página 1. Desse modo, o então Prefeito do Município de São Paulo, Celso Pitta, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, a partir do decreto da Câmara Municipal de São Paulo, promulgou a Lei nº 12.504, de 16 de outubro de 1997³⁷⁷. Instituiu, assim, a Maratona de São Paulo, a ser realizada anualmente, no mês de junho, e em casos excepcionais, por motivos de força maior, podendo ser promovida em outra data. Determinou ainda, que as despesas para o seu desenvolvimento correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

³⁷⁵ Disponível em: <http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/parecer/fin2287-1996.pdf>. Acesso em: 11 set. 2018.

³⁷⁶ Disponível em: <http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/parecer/just0965-1997.pdf> e <http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/parecer/justs1969-1996.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2018.

³⁷⁷ Disponível em: http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=17101997L%20125040000. Acesso em: 28 ago. 2018.

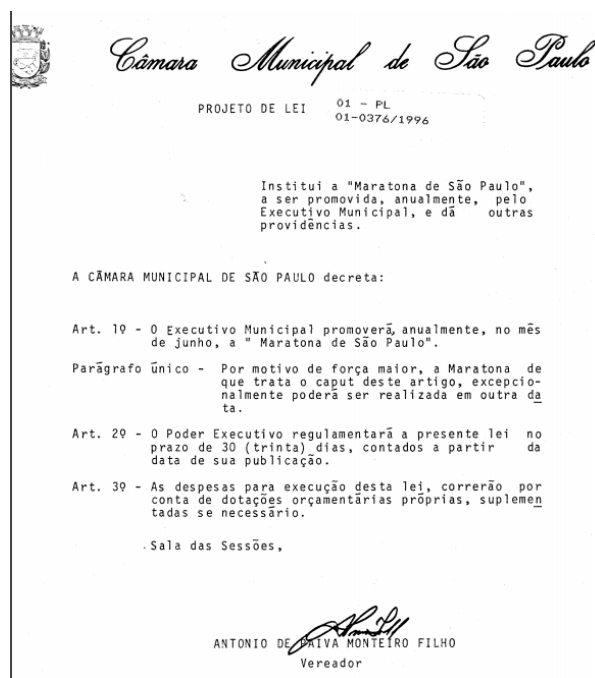


Figura 1 – Projeto de Lei nº 376/1996.

Fonte: SÃO PAULO. Projeto de Lei 01 – PL 01 – 0376/1996. Disponível em:
<http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/projeto/PL0376-1996.pdf>.
Acesso em: 13 set. 2018.

Essa ação indica que, um ano após a apresentação do PL, é instituída a Maratona de São Paulo pela Lei nº 12.504 de 16 de outubro de 1997 e a regulamentação pelo Decreto nº 37.298 de 27 de janeiro de 1998, que “Regulamenta a Lei nº 12.504, de 16 de outubro de 1997, que institui a “Maratona de São Paulo”, e dá outras providências”, apesar de já terem sido realizadas duas edições. Com essa promulgação, o evento passa a ser promovido anualmente sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação da cidade de São Paulo. Foi determinado também o público alvo e máximo, local de publicação do regulamento do evento e a possibilidade de estabelecer contratos ou convênios para

realização e divulgação. Isso pode ser observado no Decreto (³⁷⁸grifos dos autores), apresentado a seguir:

Art. 1º Fica incluída no *calendário oficial da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação - SEME a "Maratona de São Paulo"*, instituída pela Lei nº 12.504, de 16 de outubro de 1997, a ser realizada, *anualmente, no mês de junho*, podendo ser promovida, excepcionalmente, em outra data, por motivo de força maior.

Art. 2º A Maratona será aberta à *participação de homens e mulheres, com idade mínima de 15 (quinze) anos*, completados até o dia da disputa.

Parágrafo Único - Por medida de segurança, *as inscrições para o evento serão limitadas a 7.000 (sete mil) participantes*.

Art. 3º O *regulamento da Maratona* será divulgado pelo "Diário Oficial" do Município e outros meios de comunicação, a critério da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação - SEME.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação - SEME poderá *contratar ou celebrar convênio*, mediante delegação prévia, com outros órgãos ou com a iniciativa privada, *para realização e divulgação do evento*, respeitada a legislação pertinente, inclusive, quando for o caso, com observância de processo licitatório.

A par desses momentos que acompanham a institucionalização da prova, por um lado, visualiza-se a utilização do esporte com fim político, e por

³⁷⁸ SÃO PAULO. Decreto n. 37.298 - de 27 de janeiro de 1998. Regulamenta a Lei n. 12.504, de 16 de outubro de 1997, que institui a "Maratona de São Paulo", e dá outras providências. Disponível em: <http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/decretos/D37298.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.

outro lado, como pode ser percebido no recorte a seguir (figura 2), como uma determinação do território da corrida com o intuito de mostrar o que a cidade tem, ou mais precisamente, nesse caso, obras efetivadas. Por outro lado, há a concretização de políticas públicas de modo a nortear e incentivar o desenvolvimento de uma competição desse tipo em uma metrópole nacional. Essa concretização demarca algo comum no meio político e nas políticas públicas, amparados pela Constituição Federal³⁷⁹ que incumbe a União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar e fomentar práticas desportivas formais e não formais incentivando o lazer, como forma de promoção social.



Figura 2 – O esporte e a política.

Fonte: PERCURSO da maratona inclui principais obras. Folha de São Paulo, 7 de outubro de 1995, p. 3.

³⁷⁹ BRASIL. *Constituição da república federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#art217ii. Acesso em: 15 set. 2018.

Outro elemento que pode ser visualizado é a promoção da cidade. Isto é, quando há a realização de um evento esportivo procura-se mostrar o que a cidade possui, como modo de atrair pessoas, na consolidação da imagem de um destino. Sendo assim, o evento pode concretizar-se como um evento turístico, temporário, expondo os pontos turísticos ou em um turismo de eventos. O evento turístico oportuniza aos corredores, uma forma de interação, participação e entretenimento³⁸⁰, ou seja, além de correrem, conhecer a cidade e posteriormente, retornarem para desvendá-la. Já o turismo de eventos permite minimizar os efeitos da sazonalidade em destinos que antes viviam exclusivamente de temporadas turísticas. Ambos, evento turístico e o turismo de eventos, são elos da cadeia produtiva de eventos, próprios do turismo cultural, implicando em experiências positivas do visitante com o patrimônio histórico e cultural³⁸¹.

Desse modo, a competição oportuniza ganhos financeiros por meio da movimentação de pessoas que realiza e, ao mesmo tempo obtém ganhos turísticos. Esses elementos são promovidos pelos grandes eventos esportivos que, além disso, necessitam do amparo governamental para ocorrerem e são utilizados por alguns como mote de campanha. Essas relações podem ser percebidas pelas evidências apresentadas nos materiais consultados, sobretudo pela presença dos políticos no evento em momentos principais como a largada, chegada e entrega da premiação.

³⁸⁰ Apesar dessas possibilidades, em pesquisa realizada por GRATÃO, Otávio Augusto; ROCHA, Claudio Miranda. "Dimensões da motivação para correr e para participar de eventos de corrida". *Revista brasileira de Ciência e Movimento*, v. 24, n. 3, p. 90-102, 2016, o motivo mais evidenciado que ocasiona a participação em eventos de corrida de rua é a saúde.

³⁸¹ BRASIL. Ministério do Turismo. *Turismo Cultural: orientações básicas*. 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010, p. 96.

ORGANIZAÇÃO DO EVENTO: AS PRIMEIRAS EDIÇÕES

A Maratona de São Paulo surge como um evento público, a ser promovido pela Prefeitura de São Paulo, no entanto, devido às acusações efetuadas contra a Prefeitura pela sua forma de utilização, concretizou-se e concretiza-se atualmente como um evento organizado por empresas privadas. Já nas primeira e segunda edições, foram organizadas pela empresa Koch Tavares, contratada pela Rede Globo, e a sua transmissão ficou a cargo da própria emissora da TV Globo. Antes mesmo do início da primeira edição, ganhava enfoque devido à estrutura que o evento teria, como postos de hidratação a cada 3 km; chuveiros; postos reidratantes; lanche ao final da prova; e uma banheira térmica de gelo; o que não era comum se encontrar em provas brasileiras. Além disso, a cobertura da TV Globo utilizaria de dezenove câmeras, sendo uma localizada em um helicóptero. Esses aspectos demonstravam, pelo menos aparentemente, que a mídia havia abraçado a maratona paulista³⁸².

Sua primeira edição é marcada por baixas performances dos atletas, em razão das condições adversas, o calor e a umidade³⁸³, que marcaram o dia da prova, bem como o horário da largada ser muito tarde, às 09 horas (o horário da largada das provas é um fator que gera muitas críticas ainda hoje). A largada ocorreu com 3 segundos de antecedência, da largada que seria dada pelo Prefeito Paulo Maluf, devido ao estouro de um rojão lançado por um espectador³⁸⁴. A premiação recebida pelos primeiros colocados foi um

³⁸² ARAÚJO, Nelton. "A primeira Maratona Internacional de São Paulo". *Contra-Relógio*, n. 240, p. 66-68, set. 2013.

³⁸³ É sabido que essas duas variáveis juntamente com a estrutura corporal e o calor gerado pelo exercício, provocam efeitos térmicos no corpo, prejudicando o rendimento dos maratonistas, conforme salientado por MCARDLE, William D.; KATCH, Frank I.; KATCH, Victor L. *Fisiologia do exercício: nutrição, energia e desempenho humano*. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

³⁸⁴ PINTO, Lucinda. "Brasileiros fazem a festa na maratona. Só um sul-africano 'furou' o domínio dos atletas nacionais no pódio paulista". *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 de outubro 1995.

cheque de 17 mil reais e, no caso do campeão masculino ser o brasileiro mais bem colocado, ganhou mais um Corsa 1.0. Já no feminino, a prova foi conquistada por uma atleta Russa e a melhor brasileira foi a 3ª colocada, o que lhe rendeu um cheque de 7 mil reais e mais um Corsa 1.0 por ser a brasileira mais bem colocada³⁸⁵. Em outras edições também serão percebidas premiações específicas para os melhores brasileiros nos dois naipes.

Desde o início, devido ao reconhecimento almejado pelos organizadores da prova pelas instituições regulamentadoras das corridas de rua, especificamente das maratonas (AIMS³⁸⁶ e IAAF³⁸⁷), a prova obedeceu às normas internacionais. Com isso, os atletas mais bem colocados (os cinco primeiros de cada naipe) passam, após a chegada, pelo teste antidoping para verificar a integridade deles quanto à utilização de substâncias ilícitas que aumentam o rendimento dos atletas (essas informações podem ser percebidas na figura 3 a seguir). E como ocorre em qualquer competição, caso um atleta tenha utilizado, sofre punições e não recebe a premiação. Por causa disso, um dos diferenciais sobre outras provas brasileiras foi o pioneirismo na obtenção das certificações nacionais e internacionais da IAAF, AIMS e CBAT. Dessa maneira, no que se refere a parte técnica, atende todos os requisitos solicitados pela IAAF, o que lhe concede atualmente (em 2018), no contexto nacional o selo ouro da CBAt.

³⁸⁵ TAGLIAFERRI, Mauro; KRASELIS, Sérgio. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 9 de outubro de 1995, p. 8.

³⁸⁶ *Association of International Marathons and Distance Races*.

³⁸⁷ *International Association of Athletics Federations*.



Figura 31 – A primeira edição.

Fonte: MARATONA invade as ruas de São Paulo esta manhã: sete mil concorrentes largam na prova, que tem percurso de 42.195 m. Folha de São Paulo, 8 de outubro de 1995, p. 7.

Além dos aspectos acima citados, para auxiliar uma disputa acirrada entre os atletas de elite e tempos de finalização próximos ao recorde mundial de maratonas, a organização contratou dois “coelhos” para ditarem o ritmo até a metade da prova, ou seja, até esse ponto da prova devem passar em um determinado tempo estipulado. Um dos primeiros a desenvolver esse papel foi Elias Bastos³⁸⁸. Ainda, já na 1ª edição era divulgada como ocorreria a competição no próximo ano (1996). Como forma de atrair mais competidores de elite, divulgava-se que a prova seria utilizada para selecionar os atletas que fariam parte da equipe olímpica nacional. No entanto, isso não ocorreria.

³⁸⁸ TAGLIAFERRI, Mauro; KRASELIS, Sérgio. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 9 de outubro de 1995, p. 8.

No ano seguinte, 2ª edição do evento, outros aspectos passam a chamar atenção dos corredores, quais sejam as acusações e polêmicas em torno da competição. Isso porque a prova realizada em 1995 foi levada à julgamento em razão de dois processos judiciais contra violação da Lei de Licitações (Lei nº 8.666 /1993). Os processos incriminam os gastos com publicidade da Prefeitura de São Paulo, efetuados para a organização e transmissão pela TV do evento. O contrato foi assinado em 8 de agosto 1995, com o intuito de mostrar nove das principais obras realizadas na gestão de Paulo Maluf³⁸⁹, incluindo o túnel sobre o Ibirapuera, batizado de Complexo Viário Ayrton Senna. As acusações foram pela não realização de licitação pública. Um dos processos foi movido pelos vereadores petistas Adriano Diogo e José Eduardo Martins Cardozo, o outro, partiu do empresário Jair Vieira Leal. O empresário ainda acusou o prefeito de usar dinheiro público para fazer propaganda pessoal.

Devido às acusações, no dia 10 de janeiro de 1996, foi encaminhado o pedido de inquérito policial para o Tribunal de Justiça de São Paulo, assinado pelo procurador-geral de Justiça em exercício, René Pereira de Carvalho. O Ministério Público determinou a abertura de inquérito policial para apurar o suposto crime de responsabilidade do prefeito e de seus secretários Celso Pitta (Finanças), Ivo Carotini (Esportes) e Roberto Richter (Planejamento)³⁹⁰. O julgamento realizado pelo juiz Wilson Gomes de Melo determinou que o prefeito Paulo Maluf deveria restituir aos cofres públicos a quantia gasta com a contratação, ou seja, R\$ 1,2 milhão pagos à Globo pela transmissão. Como o prefeito ainda não havia efetuado o pagamento (uma vez que o juiz não

³⁸⁹ A acusação corresponde ao mandato de Paulo Maluf como prefeito da cidade de São Paulo no período de 1993 a 1996. Maluf foi prefeito da cidade em dois mandatos, no período de 1969 a 1971 e 1993 a 1996.

³⁹⁰ AMARAL, Luis Henrique. "Procurador pede inquérito contra Maluf". *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 de janeiro de 1996. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/1/19/cotidiano/37.html>. Acesso em: 27 ago. 2017.

determinou o prazo para a devolução do dinheiro) e as inscrições para a competição haviam iniciado, já estavam sendo anunciadas pela Rede Globo, o juiz determinou que os preparativos para a 2ª edição fossem interrompidos até o julgamento final da ação, que ainda não havia ocorrido³⁹¹. Diante dessa situação o jornal *Folha de São Paulo* anunciava o processo, “JUSTIÇA Juiz pediu embargo dos preparativos até que ação sobre a prova de 95 seja julgada; secretário diz que vai dar apoio” e “Prefeitura mantém maratona de SP”³⁹².

Em virtude desses entraves, a 2ª edição foi organizada pela empresa Koch Tavares, que já tinha sido contratada pela Rede Globo, no ano de 1995, para organizar o evento. Apesar de a Prefeitura afirmar somente estar cedendo os locais do percurso, controle do trânsito e segurança, ante a impossibilidade de realizar a prova em razão do processo estar em andamento, foi verificado nas datas próximas ao evento várias ações de melhoria nas vias por onde o evento ocorreria³⁹³. Ainda, vereadores de partidos contrários ao prefeito afirmavam que Maluf alterou a data para antes das eleições com o intuito de favorecer seu afilhado político, o candidato Celso Pitta (PTN). No entanto, Maluf utilizou como prerrogativa para a antecipação a proximidade da data com a Maratona de Nova York.

Parece que a mudança da data, ao que tudo indica, não foi bem quista pelos corredores. Prova disso foi a diminuição no número de

³⁹¹ Em 2003, Paulo Maluf e a Rede Globo foram julgados, mas somente em 2006 o Superior Tribunal de Justiça condenou Paulo Maluf a pagar multa de R\$1,2 milhão pela contratação irregular da TV Globo. Para mais informações sobre, acesse <http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,maluf-tenta-pela-quinta-vez-eleger-se-a-prefeito-e-e-o-mesmo,253481>.

³⁹² AMARAL, Luis Henrique. “Prefeitura mantém maratona de SP”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 de maio de 1996, p. 7.

³⁹³ GASPAR, Malu. “Prefeitura diz que pediu apenas limpeza das ruas, mendigos afirmam que tinham prazo para sair: mendigos são retirados para maratona”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 6 de junho de 1996, p. 6. Quando apresentamos o percurso da prova neste ano, abordamos quais ações foram realizadas.

participantes. Por um lado, essa diminuição da procura pelos corredores, foi justificada pelos organizadores como resultado do período do ano em que a competição passou a ocorrer, de outubro (primavera) para junho (outono)³⁹⁴. Outro aspecto sinalizado foi o início tardio da divulgação na TV sobre a abertura das inscrições e a data em que ocorreria³⁹⁵. No entanto, por outro lado, fator diverso que pode ter sido determinante foram as próprias acusações que a competição ocasionou.

Outro aspecto “estranho”, é que já em 1995 a organização do evento sinalizou que a prova seria utilizada para formar a equipe nacional. Entretanto, o que os jornais mostraram e salientaram é que os atletas que não conseguiram índice para disputar os Jogos Olímpicos de Atlanta, nos EUA, que ocorreria entre 19 de julho e 4 de agosto, iriam disputar a competição (ver figura 4). Isso representa que parece ter havido uma distorção ou confusão de informações de um ano para o outro. Apesar desses desencontros de informações, e da estimativa por baixos desempenhos, isso não se concretizou durante o evento. Ainda, observa-se a utilização por dois dos atletas favoritos, os sul-africanos Ndizhemi Martin e Rabede Daniel, de um alimento a base de farinha de milho que lhes daria energia³⁹⁶. No ano de 1995, também foi noticiada a utilização de uma comida especial, uma pasta a base de farinha de milho por Ndizhemi Martin e de soro por um atleta brasileiro³⁹⁷. Ou seja,

³⁹⁴ Justificativa esta que corrobora com as evidências apresentadas em MAIORAL, Rafael Franzoni. *Identificação e avaliação dos atributos que influenciam a decisão de participação em eventos de corrida pedestre no Brasil*. 2014. 328 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Administração, Florianópolis, 2014. Isto porque ao avaliar os atributos que influenciam no processo de decisão na participação em um evento de corrida de rua, verificou-se que a distância, o preço e a data de realização são os mais influentes.

³⁹⁵ “MARATONA Prova deve atrair menos participantes”. *Folha de São Paulo*, 8 de junho de 1996, p. 10.

³⁹⁶ “ATLETISMO Percurso paulistano é considerado fácil por competidores. São Paulo faz hoje a maratona dos ‘esquecidos’ pela Olimpíada”. *Folha de São Paulo*, 9 de junho de 1996, p. 9.

³⁹⁷ ALVES, Edgar. “‘Soro’ será a arma de brasileiro na maratona SP”. *Folha de São Paulo*, 7 de outubro de 1995, p. 4.

aspectos voltados a alimentação e hidratação dos atletas que demarcam as disputas, como relatado por Luiz Antônio dos Santos, atleta brasileiro de elite, “a cada cinco quilômetros tomo uma espécie de soro. É um preparado a base de dextrosol (açúcar) e pedialite (soro usado para combater desidratação). Tenho me dado bem com isso”³⁹⁸.

ATLETISMO *Percurso paulistano é considerado fácil por competidores*

São Paulo faz hoje a maratona dos ‘esquecidos’ pela Olimpíada

da Reportagem Local

A 2ª Maratona de São Paulo hoje não terá o nível técnico esperado. Os principais competidores disputam a prova porque não conseguiram vaga para a Olimpíada.

No masculino, os favoritos são o brasileiro Luiz Carlos da Silva, bronze no Pan-Americano de 95 e segundo colocado na prova passada (2h21min13).

Outro que pode ser apontado como favorito é o sul-africano Ndiheni Martin, 29, que ficou em terceiro lugar no ano passado (2h21min34).

Martin e seu companheiro de equipe o também sul-africano Rabede Daniel, 29, apostam num preparado à base de farinha de milho para garantir a força necessária para vencer a prova.

Os quenianos Zacharias Nyambaso, 25, e Mbarack Hussein, 31, além do marroquino, Chaham El Maati, 30, também aparecem como candidatos ao título.

Entre as mulheres, a competidora de maior renome é a mexicana naturalizada norte-americana Maria Trujillo.

Trujillo, 35, foi medalha de ouro nos Jogos Pan-Americanos de Mar

del Plata, em 1995, e disputou a Olimpíada de 84, pelo México.

Também são favoritas são as norte-americanas Andrea Bowman, 30, segunda colocada em 95 (2h54m27), e Lisa Knoblich.

Bowman se recupera de uma fratura no pé esquerdo e corre o risco de não ter um bom desempenho.

O percurso da prova, com poucas subidas, foi considerado fácil pelos competidores.

Em 1995, participaram cerca de 7.000 corredores. Este ano, não deve chegar a 6.000.

DA TV-Globo, a partir da 9h

Figura 4 – Maratona dos ‘esquecidos’.

Fonte: ATLETISMO Percurso paulistano é considerado fácil por competidores. São Paulo faz hoje a maratona dos ‘esquecidos’ pela Olimpíada. Folha de São Paulo, 9 de junho de 1996, p. 9.

Os competidores mais bem colocados (5 primeiros), fizeram um tempo abaixo do ano anterior, aspecto que pressupõe corredores com melhores performances participando dessa edição. Isso inclui a performance da brasileira Janete Mayal que, ao conquistar o título da competição, reclamou da organização do evento. Principalmente de Agberto Guimarães, consultor técnico da competição, pelo fato de não oferecer ajuda de custo para que pudesse participar do evento, alegando que: “Agberto Guimarães (*consultor técnico da maratona*) disse que ninguém me conhecia no Brasil e dificultou

³⁹⁸ ALVES, Edgar. “‘Soro’ será a arma de brasileiro na maratona SP”. *Folha de São Paulo*, 7 de outubro de 1995, p. 4.

minha participação"³⁹⁹. Isso ocorreu porque a atleta treinava em Portugal e teria que se deslocar para São Paulo competir. No entanto, o organizador justificou a ação com o seguinte relato: "só custeamos as passagens dos estrangeiros"⁴⁰⁰, ou seja, a brasileira não era estrangeira, somente treinava em outro país. Ainda, a atleta teceu críticas à quantidade de batedores que acompanhava dizendo ser demasiado, quatro batedores, que acabam atrapalhando e poluindo o ar⁴⁰¹.

O clima dos anos anteriores se amenizou na 3ª edição do evento que, inclusive, não proporcionou a disputa entre corredores de elite devido a data em que ocorreu. Isso porque os principais corredores brasileiros de maratona na época, Luis Antônio dos Santos, Vanderlei Cordeiro de Lima, Valdenor dos Santos e Roseli Machado não participaram do evento, já que estavam se preparando para o Mundial de Atletismo que ocorreria de 1 a 10 de agosto em Atenas, na Grécia. O mesmo ocorreu com corredores de outros países que optaram por não participar da prova. Sendo assim, atletas brasileiros tiveram um estímulo a mais e a possibilidade de figurar no lugar mais alto do pódio. Outro estímulo para os participantes que concluíssem a prova foi o sorteio de 10 passagens para os EUA para disputarem a famosa Maratona de Nova York⁴⁰².

Como nas outras edições, naquele ano, também a organização contratou dois "coelhos" para ditar o ritmo até o quilômetro 21. Um dos responsáveis por essa função foi o pernambucano Daniel Lopes, especialista em meia-maratona⁴⁰³. Geralmente, os atletas que possuem essa função

³⁹⁹ "ATLETISMO Mayal queixa-se da organização: brasileira vence e critica maratona". *Folha de São Paulo*, 10 de junho de 1996, p. 4.

⁴⁰⁰ "ATLETISMO Mayal queixa-se da organização: brasileira vence e critica maratona". *Folha de São Paulo*, 10 de junho de 1996, p. 4.

⁴⁰¹ "ATLETISMO Mayal queixa-se da organização: brasileira vence e critica maratona". *Folha de São Paulo*, 10 de junho de 1996, p. 4.

⁴⁰² "SÃO PAULO faz sua Maratona 'vazia'". *Folha de São Paulo*, 1º de junho de 1997, p. 9.

⁴⁰³ MAYRINK, José Maria. "Queniano vence em SP". *Jornal do Brasil*, 2 de junho de 1997, p. 6.

puxam o ritmo até a quilometragem determinada e, após, diminuem o ritmo ou abandonam a prova. No entanto, além de ditar o ritmo, o pernambucano surpreendeu e finalizou a prova em quarto lugar⁴⁰⁴. Isso demonstra que os “coelhos” ditam o ritmo para atletas de elite, performance. Já os *pace teams*, ou *pacesetters*, ditam o ritmo para atletas amadores e, via de regra, são também amadores.

Os *pace teams* ou *pacesetters*, também denominados de marcadores de ritmo, foi um projeto idealizado, no Brasil, pelo diretor de comunicação da Corpore, Alfredo Donadio Filho e foi realizado através de sua coordenação nos anos de 1998 e 1999, na Maratona de São Paulo. Sendo assim, a competição foi responsável pelo pioneirismo em algumas ações durante as provas. Os *pace teams*⁴⁰⁵, criados inicialmente em meados dos anos 1990 pelo americano John Bingham, conhecido como Mr. Pinguim durante a Maratona de Nova York. Seu intuito era ajudar as pessoas que queriam estabelecer índice para a Maratona de Boston. Após esse momento inicial, espalharam-se para outras corridas norte-americanas e para outros países⁴⁰⁶.

Na Maratona de São Paulo, o time de marcadores de ritmo foi visto na competição em 1998 e 1999 comandado por corredores da Corpore. Também, Alfredo Donadio em 2002 instituiu os *pace teams* na 1ª Maratona e Meia Maratona Corpore⁴⁰⁷. Em relato cedido por Harry Thomas Junior, o criador do primeiro *site* sobre corrida no Brasil (denominado Maratona), disse que foi um dos responsáveis por puxar o ritmo dos corredores para fechar a competição em 03h15min⁴⁰⁸. Dessa forma, os corredores que tivessem como

⁴⁰⁴ “SÃO PAULO faz sua Maratona ‘vazia’”. Folha de São Paulo, 1º de junho de 1997, p. 9.

⁴⁰⁵ Corredores que correm marcando um ritmo determinado para cumprir certo tempo ao findar a prova.

⁴⁰⁶ PARADIZO, Fernando. “Marcadores de ritmo para o bem ou para o mal”. *Contra-relógio*, ano 20, n. 229, p. 66-70, out. 2012.

⁴⁰⁷ Essa maratona ocorreu somente uma vez devida a baixa adesão dos corredores.

⁴⁰⁸ PARADIZO, Fernando. “Marcadores de ritmo para o bem ou para o mal”. *Contra-relógio*, ano 20, n. 229, p. 66-70, out. 2012.

objetivo finalizar o percurso nesse tempo deveriam correr junto a ele. Também tiveram a mesma função os marcadores de ritmo Corpore que estavam divididos em seis times, além do de Harry Thomas Jr., liderados por: Claudio Zuccolo (03h30min00seg); Alfredo Donadio (03h45min00seg); José Carlos Fernando (04h00min00seg); Tu Moon Ming (04h15min00); Milton Mizumoto (04h30min00seg); e Sinara Guedes (04h45min00seg)⁴⁰⁹.

Outro ponto importante, principalmente para os corredores de elite, observado em 1998 foi o aumento na premiação distribuída que totalizou 128 mil reais em prêmios. No entanto, essa edição teve alguns problemas, um de ordem estrutural quanto ao tráfego e outro de saúde. Quanto ao tráfego, a interdição de ruas para a realização da prova ocasionou congestionamento no trânsito, o que resultou em problemas para os torcedores chegarem ao jogo de futebol válido pelo Campeonato Paulista, entre Palmeiras e Corinthians, que ocorreria no Estádio Morumbi. Esse problema virou notícia e estampou as folhas dos jornais no dia seguinte a prova, que enunciava “FUTEBOL Maratona e tumulto em bilheteria prejudicam jogo matutino; [...] Confusões complicam vida do torcedor”⁴¹⁰.

No que se refere ao problema de saúde, foi uma pessoa que veio a óbito após passar mal durante a prova. Assim como é exigido a qualquer competição de corrida de rua que venha a ocorrer, o evento contava com atendimento médico (80 médicos e 15 ambulâncias para atendimento de ocorrências) e o participante, ao sentir-se mal ainda durante o percurso, foi atendido e deslocado para o Hospital das Clínicas. Entretanto, faleceu no hospital após uma parada cardíaca ⁴¹¹. Na época, o diretor técnico

⁴⁰⁹ PRADO, Flávia de Almeida. *Marcadores de Ritmo Corpore – História*. [20--]. Disponível em: http://www.corpore.org.br/cws_exibeconteudogeral.asp?TPC=NOT&IDC=78. Acesso em: 20 set. 2018.

⁴¹⁰ “CONFUSÕES complicam vida do torcedor”. *Folha de São Paulo*, 6 de abril de 1998, p. 5.

⁴¹¹ “ATLETISMO Paulo Sérgio da Silva, 28, foi encaminhado ao HC. Mineiro parra mal durante Maratona de SP e morre”. *Folha de São Paulo*, 6 de abril de 1998, Esporte, p. 7.

responsável pela competição Victor Malzoni Jr. afirmou que não era de responsabilidade dos organizadores a avaliação física do estado de saúde dos participantes e ainda declarou: “em nenhuma prova do mundo é exigido atestado médico. Por que nós teríamos que exigir?”⁴¹². Apesar de realizar essa declaração, a organização da prova assumiu as despesas de enterro e viagem de familiares do corredor.

Hoje visualizam-se algumas medidas preventivas sendo executadas pela organização da prova como, por exemplo, é explicitado no regulamento específico da prova, para o ano de 2019, que: “o ATLETA assume e expressamente declara que é conhecedor de seu estado de saúde e capacidade atlética, e treinou adequadamente para o EVENTO”⁴¹³, e, também no Termo de Responsabilidade Individual ou em Equipe, que o participante ao realizar sua inscrição atesta estar em “[...] perfeito estado de saúde e, ainda, de estar capacitado para a participação no EVENTO, gozando de boa saúde no geral e de haver treinado adequadamente para EVENTO deste porte, sendo exclusivamente responsável por qualquer espécie de dano a que venha sofrer ou causar a terceiros”⁴¹⁴.

Já na edição de 1999, houve um aumento na premiação da competição, passando para 150 mil reais em prêmios. Manteve-se a premiação de um carro 0 km para os melhores brasileiros (essas informações podem ser visualizadas na íntegra na figura abaixo). Pela quarta vez, uma brasileira conquista a prova e um queniano pela segunda vez, o que indica o

⁴¹² “ATLETISMO: Corredor morreu em maratona. Organizador assume despesas com atleta”. *Folha de São Paulo*, 7 de abril de 1998, p. 17.

⁴¹³ YESCOM. *Regulamento*. 2018. Disponível em: <http://www.yescom.com.br/2019/maratonadesaopaulo/regulamento>. Acesso em: 13 set. 2018.

⁴¹⁴ YESCOM. *Regulamento*. 2018. Disponível em: <http://www.yescom.com.br/2019/maratonadesaopaulo/regulamento>. Acesso em: 13 set. 2018.

crescimento da rivalidade e manutenção da hegemonia da competição nos próximos anos.



Figura 5 – A edição de 1999.

Fonte: SYMANSKI, Rosa. “Brasileira é primeira na maratona”. *Jornal do Brasil*, 24 de maio de 1999, Esportes, p. 5.

Outro aspecto que demarca as primeiras edições, como em outras provas brasileiras, que iniciaram em meados do século XX ou um pouco antes, a exemplo na Prova Rústica Tiradentes⁴¹⁵ (criada em 1975) e na Corrida Internacional de São Silvestre⁴¹⁶ (criada em 1924), as inscrições ocorriam de

⁴¹⁵ ROJO, Jeferson Roberto. et al. “Transformações no modelo de corridas de rua no Brasil: um estudo na Prova Rústica Tiradentes”. *Revista brasileira de Ciência e Movimento*, v. 25, n. 1, p. 19-28, 2017b.

⁴¹⁶ DALLARI, Martha Maria. *Corrida de rua: um fenômeno sociocultural contemporâneo*. 2009. 130 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

modo manual e presencial, assim como tinham um custo mais acessível se comparados aos dias de hoje. Como a forma de divulgação ocorria principalmente em meios midiáticos visualiza-se, inicialmente, a divulgação em pequenas notas nos Jornais, no calendário de eventos que ocorreriam e em páginas de revistas de corrida de rua com a propaganda das provas. Desse modo, pode-se sinalizar que os avanços tecnológicos funcionam como meios de mediação para a construção de processos comunicacionais⁴¹⁷.

Com o tempo as corridas de rua foram ganhando espaço e outras formas de divulgação, como principalmente o ambiente virtual. Um elemento marcante e diferenciado da Maratona de São Paulo é que embora movimentada e requeira uma grande quantidade de recursos humanos e não-humanos para a sua realização, o seu preço se mantém acessível se comparado com outras provas. Um exemplo disso pode ser notado no Jornal Folha de São Paulo em 1995, ao anunciar a sua primeira edição, sinalizando que as inscrições estavam abertas e poderiam ser efetuadas na Federação Paulista de Atletismo, nas agências dos Correios, nas lojas *World Tennis*, ou na marquise do parque Ibirapuera⁴¹⁸. O custo era de 10 reais e dava direito ao número de peito do atleta ⁴¹⁹, ou seja, o sistema ainda era manual e necessitava do atendimento realizado por pessoas para a sua realização. Em 1996, esse cenário não se modificou, apenas o custo da inscrição que se torna um pouco mais elevado. As inscrições também poderiam ser realizadas na

⁴¹⁷ Conforme PROSS, Henri. *Medienforschung*. Darmstadt, C. Habel, 1972, esses processos comunicacionais podem ser entendidos em: mídia primária, secundária e terciária. A primária se materializa no/pelo corpo do ponto de vista biológico; a secundária são meios de comunicação utilizados para levar uma mensagem até o indivíduo, chamados de suportes informativos e/ou sinalizadores de comunicação; e a terciária, necessita de aparelhos mediadores, ou seja, são eletrificados.

⁴¹⁸ "MARATONA: São Paulo". *Folha de São Paulo*, Esporte, 4 de outubro de 1995, p. 2.

⁴¹⁹ ARAÚJO, Nelton. "A primeira Maratona Internacional de São Paulo". *Contra-Relógio*, n. 240, p. 66-68, set. 2013.

Marquise do Ibirapuera, com um custo de 15 reais⁴²⁰. Em 1997, as inscrições continuavam a ser realizadas na Marquise do Ibirapuera, até 30 de maio de 1997, ou seja, dois dias antes da prova, com o custo de 20 reais.

Ainda em 1998, na 4ª edição do evento, as inscrições eram acessíveis com o custo de R\$ 20,00. Nessa época, deveriam ser feitas presencialmente, em qualquer agência autorizada dos Correios em todo o país e nas lojas *World Tennis* de São Paulo, São Bernardo do Campo e Santo André. Além disso, poderiam ser realizadas até o dia 3 de abril, um dia antes da prova, na Marquise do Ibirapuera⁴²¹. Se naquela época era possível até um dia antes da prova realizar a inscrição, atualmente, isso não se visualiza com frequência. Geralmente o período de abertura e fechamento das inscrições é determinado e, após encerrado, não há a possibilidade de realizá-la. Até mesmo porque muitas competições, ao atingirem o número máximo de participantes, muitas vezes encerram as inscrições.

A determinação do número máximo dos participantes ocorre não somente pelo fato de ter tempo para confeccionar os *kits* e o material que frequentemente o integra, como numeral de peito, camisa, brindes e o chip, mas também devido às exigências para que o evento ocorra com os alvarás necessários. Em 1999, o cenário não se modifica, as inscrições continuavam sendo realizadas no mesmo local, conforme divulgado, e poderiam ser realizadas até um dia antes do evento, no dia 22 de maio. O valor permaneceu o mesmo (ver figura 6). Com o tempo e os avanços tecnológicos, as inscrições passaram a ocorrer de modo on-line, facilitando o

⁴²⁰ GASPARG, Malu. "Prefeitura diz que pediu apenas limpeza das ruas, mendigos afirmam que tinham prazo para sair: mendigos são retirados para maratona". *Folha de São Paulo*, São Paulo, 6 de junho de 1996, p. 6.

⁴²¹ NOGUEIRA, Artur. "Agenda. ATLETISMO". *Folha de São Paulo*, 25 de fevereiro de 1998. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk25029809.htm>. Acesso em: 13 set. 2018.

seu gerenciamento e, como consequência, diminuindo o prazo final para fazer as inscrições.

AGENDA

ATLETISMO

São Paulo

As inscrições no parque do Ibirapuera para a 5ª Maratona de São Paulo serão encerradas neste sábado. A taxa é R\$ 20. A prova, que distribuirá R\$ 150 mil em prêmios aos competidores, acontecerá neste domingo, a partir das 9h. O local da largada será a praça Charles Miller, em frente ao estádio do Pacaembu, em São Paulo. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (011) 3171-3405.

Figura 6 – Inscrições Maratona de São Paulo em 1999.

Fonte: AGENDA: Atletismo. São Paulo. Folha de São Paulo, 18 de maio de 1999. p. 10.

Com o passar dos anos e a constante profissionalização das corridas de rua, novos aspectos e adeptos⁴²² passam a integrar esse contexto, assim como foram e são aderidas novas práticas para promover maior visibilidade ao evento, segurança e atender melhor ao público de corredores e espectadores. Um dos elementos que demarcam essas modificações são os percursos adotados ao longo dos anos.

PERCURSOS AO LONGO DOS ANOS

⁴²² O aumento no número de participantes também é observado entre os anos de 2003 e 2009 na Maratona do Rio de Janeiro, conforme apresentado por ALTOÉ DE MOURA, Cintia. et al. "Características associadas aos corredores da maratona do Rio de Janeiro". *Fitness & Performance Journal*, v. 9, n. 1, p. 106-112, 2010.

Os percursos da Maratona de São Paulo ao longo das edições podem ser considerados um “território usado” ⁴²³. Sendo assim, extrapolam a interpretação da topologia para ganhar compreensão de um contexto histórico no qual fatores de todas as ordens contribuem para a geração de situações. Isso em virtude da existência de uma base técnica e de uma organização da vida política, econômica e social. Isto é, esse espaço e o trajeto do percurso que permeiam a realização do evento, principalmente pelos corredores que percorrem toda a sua extensão, é apropriado pelos participantes, organizadores, espectadores etc. e que participam ativamente do contexto construído pelo evento. Com isso, constroem memórias e histórias a cada edição.

O percurso da primeira edição da competição em 1995 é tido como um percurso político, sinalizado de uso para a autopromoção do então prefeito de São Paulo, Paulo Maluf. Entretanto, nos anos posteriores, parte desse percurso que gerou acusações na época se mantém. As acusações foram realizadas porque, ao largar na Avenida Rio Branco e chegar à rua Marechal Maurício Cardoso, perto do Parque Ibirapuera, o corredor passaria por nove obras efetuadas pelo prefeito. Isso incluiu o recém construído conjunto habitacional Cingapura, algumas avenidas reurbanizadas após canalizações de córregos, pela ponte Bernardo Goldfarb e, por fim, pelos túneis sob o rio Pinheiro e sob o parque Ibirapuera, incluindo o Túnel Ayrton Senna, inaugurado um dia antes da maratona (conforme figura 7). A única obra que ficaria omissa do trajeto seria o Elevado Costa e Silva, conhecido popularmente como “Minhocão”⁴²⁴.

⁴²³ SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 308 p.

⁴²⁴ ARAÚJO, Nelton. “A primeira Maratona Internacional de São Paulo”. *Contra-Relógio*, n. 240, p. 66-68, set. 2013.

Desse modo, um dos diretores da empresa organizadora da prova denominada Koch Tavares, Ricardo Gomes, relatou que o objetivo do evento era “mostrar a cidade”, no entanto, ao se tornar um espetáculo televisivo, resultou em “fazer política”. Isso se deve ao fato do contrato firmado entre a emissora de TV de Roberto Marinho, Globo, e a Prefeitura. Apesar de ter ocorrido, sinaliza-se que, em 2003, Maluf e a Globo foram julgados pelo Supremo Tribunal de Justiça e obrigados a realizar a devolução do dinheiro do contrato⁴²⁵. No final da prova, Paulo Maluf segurou a faixa de chegada e entregou a premiação aos vencedores ⁴²⁶, o que gerou ainda mais questionamentos da oposição política.



Figura 7 – Percurso 1ª Maratona Internacional de São Paulo.
Fonte: Retirado da página 67 de ARAÚJO, Nelton. A primeira Maratona Internacional de São Paulo. Contra-Relógio, n. 240, p. 66-68, set. 2013.

⁴²⁵ ARAÚJO, Nelton. “A primeira Maratona Internacional de São Paulo”. *Contra-Relógio*, n. 240, p. 66-68, set. 2013.

⁴²⁶ AMARAL, Luis Henrique. “Procurador pede inquérito contra Maluf”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 de janeiro de 1996. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/1/19/cotidiano/37.html>. Acesso em: 27 ago. 2017.

No ano de 1996, quase a totalidade do percurso foi mantido, de modo que a única inclusão foi a modificação da largada para a Praça Charles Miller. No mês de março de 1996, foi inaugurado na praça um “piscinão”, isso demonstra e parece atestar a utilização da maratona como meio de promoção política pelo governo na época. Até mesmo porque foram instaladas no decorrer de todo o percurso da prova 36 placas de publicidade da administração de Paulo Maluf. As placas foram colocadas junto a obras realizadas durante o governo para identificá-las, conforme determinava uma lei municipal e continham um trevo vermelho de quatro folhas em formato de coração que identificava o governo. A utilização desse símbolo foi interpretada pela justiça como forma de promoção pessoal de Maluf, pois durante o período eleitoral o prefeito havia utilizado o trevo como marca da sua campanha. A diferença para o símbolo estampado nas placas de publicidade é que inclui um vaso e a inscrição “São Paulo crescendo”. Diante disso, foi determinada a retirada do símbolo, pois infringia o artigo 37, parágrafo 1º, da Constituição Federal, que determina que a publicidade dos órgãos públicos não pode ter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos⁴²⁷. O próprio Maluf em uma de suas falas disse: “Duvido você andar 42 km sem encontrar uma obra minha”⁴²⁸.

Para a realização da prova, várias vias foram bloqueadas entre 4h e 16h: av. Pacaembu, av. Rio Branco, av. Rudge, av. Marquês de São Vicente, av. Antártica (sentido Sumaré-marginal), av. Sumaré (sentido Pinheiros-

⁴²⁷ GENTILE, Rogério. “Maluf é proibido de usar trevo vermelho”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 6 de junho de 1996. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/6/06/cotidiano/29.html>. Acesso em: 13 abr. 2017.

⁴²⁸ SCHIVARTCHE, Fabio. “Percurso total tem 36 placas de Maluf: propaganda contém trevo vetado”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Cotidiano, 8 de junho de 1996. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/6/08/cotidiano/28.html>. Acesso em: 15 set. 2018.

marginal), av. Paulo 6º (sentido Pinheiros-marginal), r. Teodoro Sampaio, av. Pedroso de Moraes, av. Professor Fonseca Rodrigues, ponte Bernardo Goldfarb, av. Lineu de Paula Machado, av. Juscelino Kubitschek, av. Pedro Álvares Cabral, rua Alvarenga⁴²⁹. Além disso, diversas obras de revitalização das vias como plantio de árvores e limpeza foram realizadas. E, por incrível que pareça, até os mendigos que habitavam essas vias foram retirados⁴³⁰. A seguir, na figura 8, é possível visualizar as onze obras realizadas pelo governo e o percurso da prova.

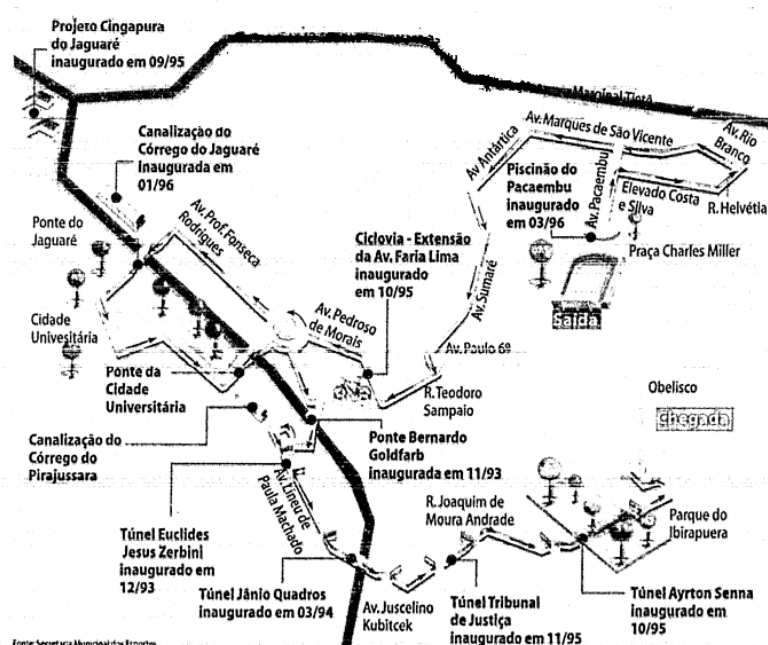


Figura 8 – Percurso da prova em 1996.

Fonte: GASPAR, Malu. “Prefeitura diz que pediu apenas limpeza das ruas, mendigos afirmam que tinham prazo para sair: mendigos são retirados para maratona”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 6 de junho de 1996, p. 6.

⁴²⁹ SCHIVARTCHE, Fabio. “Percurso total tem 36 placas de Maluf: propaganda contém trevo vetado”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Cotidiano, 8 de junho de 1996. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/6/08/cotidiano/28.html>. Acesso em: 15 set. 2018.

⁴³⁰ GASPAR, Malu. “Prefeitura diz que pediu apenas limpeza das ruas, mendigos afirmam que tinham prazo para sair: mendigos são retirados para maratona”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 6 de junho de 1996, p. 6

No ano seguinte (1997), o percurso da prova manteve-se o mesmo, assim como o horário de largada às 09 horas e a data de realização no primeiro domingo do mês de junho. No ano de 1998, a largada e a chegada mantiveram-se no mesmo local, sendo que a modificação mais evidente foi da data da competição, que passou do mês de junho para maio. As únicas mudanças, como em 1998, no ano de 1999, foi quanto a data de realização.

Nos anos posteriores, observam-se outras mudanças nos percursos, de modo a torná-lo mais plano e rápido, acreditando-se, conseqüentemente, na quebra do recorde da prova⁴³¹. Vejamos nas palavras do organizador Thadeus Kassabian: “estudamos a viabilidade do novo trajeto e mostramos o projeto à prefeitura e à CET [Companhia de Engenharia de Tráfego], que aprovaram. Nossa ideia é fazer com que a maratona seja cada vez mais plana e rápida”⁴³².

No entanto, percebeu-se que, os atletas começaram a questionar a passagem por túneis durante o percurso, principalmente, em 2012, e um dos organizadores, Manuel Garcia Arroyo, diretor técnico da prova, declarou se defendendo: “não tem tanto túnel assim”. Ainda, ele justifica o porquê da necessidade desse trajeto: “se nós não fechássemos esses túneis teríamos que interromper outras vias importantes da cidade, não seria saudável para São Paulo”⁴³³. Nessas sinalizações podemos perceber um aspecto marcante nas maratonas, o território influenciando e demarcando um território, ou seja, que tipo de território é necessário para a corrida e que tipo de território cria a corrida. Por um lado, se pensarmos do ponto de vista de atração e performance para os atletas, seriam necessárias vias planas e retas;

⁴³¹ LEISTER FILHO, Adalberto; SAKATE, Marcelo. “Nova Maratona de São Paulo promete surpresa”. *Folha de São Paulo*, 11 de maio de 2003, p. 4.

⁴³² LEISTER FILHO, Adalberto; SAKATE, Marcelo. “Nova Maratona de São Paulo promete surpresa”. *Folha de São Paulo*, 11 de maio de 2003, p. 4.

⁴³³ BRITO, Daniel. “Túneis atormentam corredores”. *Folha de São Paulo*, 17 de junho de 2012, Esporte, p. D11.

entretanto, por outro lado, às vezes esse aspecto não pode ser considerado devido ao planejamento da cidade.

Em outras palavras, a forma em que a cidade é planejada determina ou, ao menos, sugere formas de instituir a prova. Para pensar no percurso de uma prova é necessário pensar na cidade em um contexto geral, mesmo que as corridas se materializem de forma momentânea. Inclusive, esse aspecto foi sinalizado por Jorge Damião, atual Secretário de Esportes da SEME (em 2017), ao declarar-se sobre a realização de várias provas no mesmo dia na capital paulista, “[...]. A CET não tem condições de trabalhar efetivamente com qualidade, bem como a Polícia Militar, por exemplo. Você mexe com a cidade e tem de se preocupar com o hospital, o morador, o deslocamento. A cidade precisa ser pensada como um todo”⁴³⁴.

O relato de Damião salienta que as maratonas redefinem temporariamente como os territórios urbanos, especificamente dos centros urbanos que realizam provas desse tipo estão organizados. Portanto, essa redefinição fornece uma forma alternativa de organização do espaço urbano. Ainda, no caso das maratonas e, particularmente da Maratona de São Paulo, é possível perceber que tipo de território é utilizado, isto é, locais que oferecem atratividade para quem participa como corredor ou acompanha como espectador, ao mesmo tempo que regiões centrais da cidade que a identificam criam a corrida e, conseqüentemente, a demarcam.

Outro aspecto marcante é, por desenvolver-se em via pública, é indispensável o isolamento completo das avenidas para evitar o tráfego de veículos e o acesso do público durante sua realização. Para tanto, requer materiais de sinalização como cones, cilindros, cavaletes e fita zebra.

⁴³⁴ SPINASSÉ, Andrei. *Secretário: 'É inadmissível haver sete corridas em um fim de semana em SP'*. 2017. Disponível em: <http://www.esportividade.com.br/secretario-e-inadmissivel-haver-sete-corridas-em-um-fim-de-semana-em-sp/>. Acesso em: 10 set. 2018.

Ainda, para que a via seja isolada e a segurança garantida, é necessário que a sinalização especial seja implantada nos dias que antecedem a competição. Para tal, consumiu-se em 2007 cerca de 2.600 horas de trabalho da CET para o bloqueio de 42 km de via, tendo um custo operacional por dia de realização do evento de R\$ 175.667,83⁴³⁵.

Algo que não se modificou ao longo dos anos foi o percurso envolvendo a passagem por túneis e pontes. No entanto, em 2017, o então Secretário de Esportes, José Damião, não vê a Maratona de São Paulo como um “cartão-postal” da cidade e sinaliza que: “entendo que a maratona deva ser um evento da cidade. Precisa tê-la como o grande cenário”, ou seja, contesta a forma como é organizada e protagonizada. Salienta ainda que, “por meio da maratona a cidade é divulgada. Nós temos de pensar como cidade – e ela não se torna apenas uma corrida”⁴³⁶. Apesar dessa forma de pensar a maratona apresentada pelo Secretário, muitos dos pontos que o percurso da maratona percorre passam por pontos turísticos da cidade que são “cartões-postais”. No entanto, não é visto como um evento da cidade que envolva todas as Secretarias municipais.

Esses elementos que permeiam a escolha do local em que será realizada a Maratona de São Paulo, o planejamento e sua materialização, parecem traduzir elementos do “novo empreendedorismo”⁴³⁷, sobre o qual podemos destacar duas das suas características: (i) parceria público-privado, firmada no intuito de atrair fontes externas de financiamento ou novos investimentos diretos; e, (ii) a ação empreendedora tem como foco a

⁴³⁵ NÉSTOLI, Luiz Carlos Mantovani; AGUIAR, André Luiz Trigo de. *Boletim técnico* 43. Cobrança de eventos legislação, razões e critérios. São Paulo: Companhia de Engenharia de Tráfego, 2008.

⁴³⁶ SPINASSÉ, Andrei. *Secretário defende existência de uma grande e forte maratona de São Paulo*. 2017b. Disponível em: <<http://www.esportividade.com.br/secretario-defende-existencia-de-uma-grande-e-forte-maratona-de-sao-paulo/>>. Acesso em: 17 set. 2017.

⁴³⁷ HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006, p; 251.

economia política do lugar, materializada em partes específicas da cidade, capazes de oferecer melhores retornos econômicos do que o território, ou seja, a cidade no seu conjunto. O segundo aspecto apresentado é mencionado na própria fala do Secretário de Esportes supracitada.

Em outras palavras, produz rupturas⁴³⁸, de forma intencional ou não. As rupturas podem ser visualizadas ao mesmo tempo a partir de quatro aspectos: (i) simbólicas; (ii) legais; (iii) urbanísticas; e, (iv) escalares. As rupturas simbólicas ocorrem por meio da produção de novas representações e imagens da cidade, isso porque a prova é televisionada pela maior emissora brasileira de televisão e ocorre em um dia (domingo) onde geralmente, as famílias estão em suas casas. Por ser uma rede de televisão aberta, todos têm acesso. A materialização de rupturas legais pode ser notada pela legislação que a envolve, cria e determina regras, produzida tanto do ponto de vista municipal como das instituições regulamentadoras do próprio esporte.

As rupturas urbanísticas são ocasionadas de modo momentâneo, ou melhor, geram descontinuidades na malha e paisagem urbanas preexistentes a partir da realização do evento, que transforma o lugar em espaço pelos corredores, organizadores e demais envolvidos no evento. Ganha forma e significado permeado pela apropriação do espaço, até então público. Também oportuniza rupturas escalares, devido às relações que estabelece nas esferas local, nacional e internacional, econômicas e culturais, pelo seu alcance e pelos participantes de diferentes nacionalidades e regiões do país que congrega.

⁴³⁸ VAINER, Carlos Bernardo; OLIVEIRA, Fabrício Leal de; LIMA JÚNIOR, Pedro Novais. *Notas metodológicas sobre a análise de grandes projetos urbanos*. In: OLIVEIRA, Fabrício Leal de; CARDOSO, Adauto Lúcio; COSTA, Heloisa Soares de Moura; VAINER, Carlos Bernardo (org.). *Grandes projetos metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. p. 11-23.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Maratona de São Paulo, ao longo dos anos, cresceu e sofreu algumas alterações, retratando o desenvolvimento da corrida de rua no país. Surgiu permeada por acusações e polêmicas que foram cessando. É hoje uma das principais provas na distância no país e movimenta valores consideráveis de dinheiro e, principalmente, o segmento de corrida de rua. Desde a sua gênese, tem como uma de suas atratividades a premiação em dinheiro oferecida aos primeiros colocados e, em alguns momentos, uma premiação especial ao melhor brasileiro em cada naipe. A data de realização oscilou, como prevista inicialmente (na legislação) sua mudança em casos de excepcionalidade.

Neste íterim observa-se que, no decorrer do seu desenvolvimento, a Maratona de São Paulo é uma realização da Rede Globo e a empresa organizadora é alterada, tendo em vista que é contratada pela emissora. Encontramos ao longo dos anos duas empresas organizadoras que tiveram esse papel, no início a Koch Tavares e, principalmente a Yescom, que vem organizando o evento há alguns anos. Como já salientado em outro momento, a supervisão técnica está a cargo da IAAF, CBA†, AIMS e FPA, com apoio especial da Prefeitura de São Paulo e do Governo de São Paulo. Devido aos problemas envolvendo a Prefeitura de São Paulo em alguns anos ela teve maior envolvimento e, então, torna-se somente apoiadora.

O percurso foi modificado levando-se em consideração os acontecimentos na cidade de São Paulo e a possibilidade de torná-la mais técnica e competitiva, no sentido de promover o estabelecimento de tempos mais próximos ao recorde da prova e, particularmente, em nível mundial. O percurso da edição inaugural, iniciando na Avenida Rio Branco, nunca foi repetido. Além disso, da 2ª edição até a 8ª edição (1996-2002), a largada

ocorreu na Praça Charles Miller em frente ao Estádio do Pacaembu. Aliás, o único elemento que é o mesmo desde a primeira edição, além de algumas vias, é o pórtico de chegada que é instalado na Avenida Pedro Álvares Cabral próximo ao Obelisco do Ibirapuera.

Já o horário da largada foi outro elemento que gerou críticas em muitas edições e, atualmente, ainda há quem o conteste. Isso porque a maioria dos corredores terminava a prova próximo ao meio dia, momento em que o sol tem alta intensidade. Nas primeiras edições, a largada do pelotão geral e da elite masculina ocorreu às 9 horas. Outro aspecto revisto em algumas edições foi o mês de realização da prova, que variou entre maio, junho, julho e outubro.

Diante dessas considerações, a maratona de São Paulo altera o território da cidade, produzindo, temporariamente, novos lugares e novos momentos à cidade. Momentos e lugares que podem ser notados também às vésperas. Esses aspectos são vistos por alguns como uma desordem temporária. Tal cenário afirma características do esporte moderno como a efervescência emocional, roupas específicas para a prática (em algumas épocas do ano desnudados, em espaços em que habitualmente as pessoas andam vestidos), dentre outras características próprias da modalidade.

REFERÊNCIAS

- "AGENDA: Atletismo". São Paulo. *Folha de São Paulo*, 18 de maio de 1999. p. 10.
- ALTOÉ DE MOURA, Cintia. et al. "Características associadas aos corredores da maratona do Rio de Janeiro". *Fitness & Performance Journal*, v. 9, n. 1, p. 106-112, 2010.
- ALVES, Edgar. "'Soro' será a arma de brasileiro na maratona SP". *Folha de São Paulo*, 7 de outubro de 1995, p. 4.
- AMARAL, Luis Henrique. "Prefeitura deu à Globo direito de transmitir a maratona por 5 anos". *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 de outubro de 1995. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/10/14/cotidiano/20.html>. Acesso em: 27 ago. 2018.

- AMARAL, Luis Henrique. "Procurador pede inquérito contra Maluf". *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 de janeiro de 1996. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/1/19/cotidiano/37.html>. Acesso em: 27 ago. 2017.
- AMARAL, Luis Henrique. "SBT passaria maratona de graça". *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 de outubro de 1995. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/10/11/cotidiano/29.html>. Acesso em: 27 ago. 2018.
- AMARAL, Luis Henrique. "Prefeitura mantém maratona de SP". *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 de maio de 1996, p. 7.
- ARAÚJO, Nelton. "A primeira Maratona Internacional de São Paulo". *Contra-Relógio*, n. 240, p. 66-68, set. 2013.
- "ATLETISMO Mayal queixa-se da organização: brasileira vence e critica maratona". *Folha de São Paulo*, 10 de junho de 1996, p. 4.
- "ATLETISMO Paulo Sérgio da Silva, 28, foi encaminhado ao HC. Mineiro parra mal durante Maratona de SP e morre". *Folha de São Paulo*, 6 de abril de 1998, Esporte, p. 7.
- "ATLETISMO Percurso paulistano é considerado fácil por competidores. São Paulo faz hoje a maratona dos 'esquecidos' pela Olimpíada". *Folha de São Paulo*, 9 de junho de 1996, p. 9.
- "ATLETISMO: Corredor morreu em maratona. Organizador assume despesas com atleta". *Folha de São Paulo*, terça-feira, 7 de abril de 1998, p. 17.
- BRASIL. *Constituição da república federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#art217ii. Acesso em: 15 set. 2018.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Turismo Cultural: orientações básicas*. 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 96 p.
- BRITO, Daniel. "Túneis atormentam corredores". *Folha de São Paulo*, 17 de junho de 2012, Esporte, p. D11.
- "CONFUSÕES complicam vida do torcedor". *Folha de São Paulo*, 6 de abril de 1998, p. 5.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. "Na oficina do historiador: conversar sobre história e imprensa". *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.
- DALLARI, Martha Maria. *Corrida de rua: um fenômeno sociocultural contemporâneo*. 2009. 130 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- FAVERO, Paulo. *Corrida de rua cresce cada vez mais no País e atrai legião de fãs: Mercado das provas movimenta cada vez mais participantes nos finais de semana em diversas cidades do Brasil*. *O Estado de São Paulo*, maio 2017. Disponível em: <http://esportes.estadao.com.br/noticias/geral,corrida-de-rua-cresce-cada-vez-mais-no-pais-e-atrai-legiao-de-fas,70001815545>. Acesso em: 2 set. 2018
- GASPAR, Malu. "Prefeitura diz que pediu apenas limpeza das ruas, mendigos afirmam que tinham prazo para sair: mendigos são retirados para maratona". *Folha de São Paulo*, São Paulo, 6 de junho de 1996, p. 6.

- GENTILE, Rogério. "Maluf é proibido de usar trevo vermelho". *Folha de São Paulo*, São Paulo, 6 de junho de 1996. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/6/06/cotidiano/29.html>. Acesso em: 13 abr. 2017.
- GRATÃO, Otávio Augusto; ROCHA, Claudio Miranda. "Dimensões da motivação para correr e para participar de eventos de corrida". *Revista brasileira de Ciência e Movimento*, v. 24, n. 3, p. 90-102, 2016.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006. 251 p.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- LEISTER FILHO, Adalberto; SAKATE, Marcelo. "Nova Maratona de São Paulo promete surpresa". *Folha de São Paulo*, 11 de maio de 2003, p. 4.
- LOPES, Duda. "Brooks aposta na Centauro para vender no Brasil". *Máquina do Esporte*, São Paulo, edição 828, p. 1-2, ago. 2017.
- MCARDLE, William D.; KATCH, Frank I.; KATCH, Victor L. *Fisiologia do exercício: nutrição, energia e desempenho humano*. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
- MAIORAL, Rafael Franzoni. *Identificação e avaliação dos atributos que influenciam a decisão de participação em eventos de corrida pedestre no Brasil*. 2014. 328 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Administração, Florianópolis, 2014.
- "MARATONA invade as ruas de São Paulo esta manhã: sete mil concorrentes largam na prova, que tem percurso de 42.195 m". *Folha de São Paulo*, 8 de outubro de 1995, p. 7.
- "MARATONA Prova deve atrair menos participantes". *Folha de São Paulo*, 8 de junho de 1996, p. 10.
- "MARATONA: São Paulo". *Folha de São Paulo*, Esporte, 4 de outubro de 1995, p. 2.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297 p.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007. 406 p.
- NÉSTOLI, Luiz Carlos Mantovani; AGUIAR, André Luiz Trigo de. *Boletim técnico 43. Cobrança de eventos legislação, razões e critérios*. São Paulo: Companhia de Engenharia de Tráfego, 2008.
- NOGUEIRA, Artur. "Agenda. ATLETISMO". *Folha de São Paulo*, 25 de fevereiro de 1998. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk25029809.htm>. Acesso em: 13 set. 2018.
- NUNES, Camila da Cunha. *Território e esporte: o processo de territorialização das corridas de rua no Brasil*. 2017. 411 f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2017.
- OLIVEIRA, Nelma Gusmão de. *Jogo espetáculo, jogo negócio*. In: JENNINGS, Andrew. et al. *Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014. p. 25-32.
- OLIVEIRA, Saulo Neves. *Lazer sério e envelhecimento: loucos por corrida*. 2010. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

- PARADIZO, Fernando. "Marcadores de ritmo para o bem ou para o mal". *Contra-relógio*, ano 20, n. 229, p. 66-70, out. 2012.
- PERCURSO da maratona inclui principais obras. *Folha de São Paulo*, 7 de outubro de 1995, p. 3.
- PINHEIRO, José Patrício Cunha. *A história da Maratona de Porto Alegre e sua contribuição para a popularização das corridas de rua na cidade*. 2012. 48 f. Monografia (Bacharel em Educação Física). Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- PINTO, Lucinda. "Brasileiros fazem a festa na maratona. Só um sul-africano 'furou' o domínio dos atletas nacionais no pódio paulista". *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 de outubro 1995.
- PRADO, Flávia de Almeida. *Marcadores de Ritmo Corpore – História*. [20--]. Disponível em: http://www.corpore.org.br/cws_exibeconteudogeral.asp?TPC=NOT&IDC=78. Acesso em: 20 set. 2018.
- PROSS, Henri. *Medienforschung*. Darmstadt, C. Habel, 1972.
- RICHARDSON, Roberto Jarry; PERES, José Augusto de Souza. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. rev. e amp. São Paulo: Atlas, 2014. 334 p.
- ROJO, Jeferson Roberto. et al. "Corrida de rua: reflexões sobre o "universo" da modalidade". *Revista Corpoconsciência*, v. 21, n. 3, p. 82-96, 2017a.
- ROJO, Jeferson Roberto. et al. "Transformações no modelo de corridas de rua no Brasil: um estudo na Prova Rústica Tiradentes". *Revista brasileira de Ciência e Movimento*, v. 25, n. 1, p. 19-28, 2017b.
- ROLNIK, Raquel. *Megaeventos: direito à moradia em cidades à venda*. In: JENNINGS, Andrew. et al. *Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?* São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014. p. 65-70.
- SALGADO, José Vítor Vieira; CHACON-MIKAHIL, Mara Patrícia Traina. "Corrida de rua: análise do crescimento do número de Provas e de praticantes". *Revista Conexões*, v. 4, n. 1, p. 90-99, 2006.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 308 p.
- SÃO PAULO. *Decreto n. 37.298 - de 27 de janeiro de 1998*. Regulamenta a Lei n. 12.504, de 16 de outubro de 1997, que institui a "Maratona de São Paulo", e dá outras providências. Disponível em: <http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/decretos/D37298.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.
- SÃO PAULO. *Projeto de Lei 01 – PL 01 – 0376/1996*. Disponível em: <http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/projeto/PL0376-1996.pdf>. Acesso em: 13 set. 2018.
- SCHIVARTCHE, Fabio. "Percurso total tem 36 placas de Maluf: propaganda contém trevo vetado". *Folha de São Paulo*, São Paulo, Cotidiano, 8 de junho de 1996. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/6/08/cotidiano/28.html>. Acesso em: 15 set. 2018.
- SHIPWAY, Richard; HOLLOWAY, Immy. "Health and the running body: notes from na ethnography". *International Review for the Sociology of Sports*, v. 51, n. 1, p. 78-96, 2016.

- SPINASSÉ, Andrei. *Secretário defende existência de uma grande e forte maratona de São Paulo*. 2017b. Disponível em: <<http://www.esportividade.com.br/secretario-defende-existencia-de-uma-grande-e-forte-maratona-de-sao-paulo/>>. Acesso em: 17 set. 2017.
- SPINASSÉ, Andrei. *Secretário: 'É inadmissível haver sete corridas em um fim de semana em SP'*. 2017. Disponível em: <http://www.esportividade.com.br/secretario-e-inadmissivel-haver-sete-corridas-em-um-fim-de-semana-em-sp/>. Acesso em: 10 set. 2018.
- SYMANSKI, Rosa. "Brasileira é primeira na maratona". *Jornal do Brasil*, 24 de maio de 1999, Esportes, p. 5.
- TAGLIAFERRI, Mauro; KRASELIS, Sérgio. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 9 de outubro de 1995, p. 8.
- TURATO, Egberto Ribeiro. "Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetivos de pesquisa". *Revista de Saúde Pública*, v. 39, n. 3, p. 507-514, 2005.
- VAINER, Carlos Bernardo. *Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano*. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos Bernardo; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75 -103.
- VAINER, Carlos Bernardo; OLIVEIRA, Fabrício Leal de; LIMA JÚNIOR, Pedro Novais. *Notas metodológicas sobre a análise de grandes projetos urbanos*. In: OLIVEIRA, Fabrício Leal de; CARDOSO, Adauto Lúcio; COSTA, Heloisa Soares de Moura; VAINER, Carlos Bernardo (org.). *Grandes projetos metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. p. 11-23.
- YESCOM. *Regulamento*. 2018. Disponível em: <http://www.yescom.com.br/2019/maratonadesaopaulo/regulamento>. Acesso em: 13 set. 2018.

ARTIGOS

LIVRES

A DIMENSÃO JUDICIAL DA AÇÃO INQUISITORIAL DA PRIMEIRA VISITAÇÃO DO SANTO OFÍCIO AO BRASIL (1591-1595)

Alécio Nunes Fernandes⁴³⁹

Resumo: A ação inquisitorial tinha alcance e impacto sociais que nem de longe se resumiam às condenações judiciais impostas aos réus. Contudo, era justamente por se apresentar como um tribunal religioso de justiça criminal que a instituição exercia sua influência política – na acepção mais ampla do termo – sobre as mais diferentes sociedades em que atuava. Entender o alcance e o impacto da ação inquisitorial passa, necessariamente, pela compreensão de como a Inquisição se estruturou como tribunal religioso de justiça criminal, nos mais diversos tempos e lugares em que ela atuou. Neste texto, pretendo discutir a ação do Tribunal no Brasil ressaltando alguns traços das estratégias judiciais adotadas pelos juízes da Primeira Visitação. Para tanto, os argumentos aqui apresentados estão divididos em dois blocos. No primeiro, o foco das atenções recairá nos números da ação inquisitorial, em especial aqueles ligados mais diretamente aos processos. No segundo, com base nas críticas da Inquisição à condução dada por Heitor Furtado a alguns processos, o cerne das reflexões é a imagem construída pela historiografia a respeito do primeiro visitador. O principal objetivo é compreender algumas características da ação inquisitorial da Primeira Visitação no Brasil em sua dimensão judicial, em sua perspectiva histórico-jurídica.

Palavras-chave: Inquisição portuguesa; Primeira Visitação; Ação inquisitorial.

LA DIMENSIÓN JUDICIAL DE LA ACCIÓN INQUISITORIAL DE LA PRIMERA VISITACIÓN DEL SANTO OFICIO AL BRASIL (1591-1595)

Resumen: La acción inquisitorial tenía alcance e impacto social que no se resumían a las condenas judiciales impuestas a los demandados. Sin embargo, era justamente por presentarse como un tribunal religioso de justicia penal que la institución ejercía su influencia política – en la acepción más amplia del término – sobre las más diferentes sociedades en las que actuaba. Entender el alcance y el impacto de la acción inquisitorial pasa, necesariamente, por la comprensión de cómo la Inquisición se estructuró como tribunal religioso de justicia criminal, en los más diversos tiempos y lugares en que ella actuó. En este texto, pretendo discutir la acción del Tribunal en Brasil resaltando algunos rasgos de las estrategias judiciales adoptadas por los jueces de la Primera Visitación. Para ello, los argumentos aquí presentados se dividen en dos secciones. En la primera, el foco de las atenciones recaerá en los números de la acción inquisitorial, en especial aquellos ligados más directamente a los procesos. En la segunda, con base en las críticas de la Inquisición a la conducción dada por Heitor Furtado a algunos procesos, el núcleo de las reflexiones es la imagen construida por la historiografía respecto al primer visitador. El principal objetivo es comprender

⁴³⁹ Doutorando em História pela UnB (<http://lattes.cnpq.br/1248934447799362>).

Artigo recebido em 15/05/2018 e aprovado em 13/08/2018.

algumas características de la acción inquisitorial de la Primera Visitación en Brasil en su dimensión judicial, en su perspectiva histórico-jurídica.

Palabras clave: Inquisición portuguesa; Primer Visitación; Acción inquisitorial.

A ação inquisitorial tinha alcance e impacto sociais que nem de longe se resumiam às condenações judiciais impostas aos réus. Contudo, era justamente por se apresentar como um tribunal religioso de justiça criminal que a instituição exercia sua influência política – na acepção mais ampla do termo – sobre as mais diferentes sociedades em que atuava. É bem verdade que nos lugares em que o Tribunal se instalou, quando menos, a ação inquisitorial implicou a ameaça de penas bastante duras, assim na terra como no céu, a qual pesou, direta ou indiretamente, em maior ou menor grau, mesmo sobre aqueles que jamais foram processados, denunciados ou instados a se apresentar aos juízes inquisitoriais por qualquer razão: certamente, a ação do Santo Ofício não pode ser avaliada apenas pelo número de processados⁴⁴⁰. Por outro lado, também é verdade que a eficácia do que Bartolomé Bennassar chamou de “pedagogia do medo”⁴⁴¹ só existiu, de fato, em razão da poderosa estrutura judicial que a Inquisição construiu e conseguiu manter (no caso português) ao longo de duzentos e oitenta e cinco anos. Entender o alcance e o impacto da ação inquisitorial passa, necessariamente, pela compreensão de como a Inquisição se estruturou como tribunal religioso de justiça criminal, nos mais diversos tempos e lugares em que ela atuou.

⁴⁴⁰ Como bem destacado por Bruno Feitler, “a ação da Inquisição não pode (e não deve) ser avaliada apenas a partir dos números de prisões ou de execuções, pois sua influência sobre as sociedades em que atuava ultrapassava em muito sua ação penal”. FEITLER, Bruno. A ação inquisitorial no Brasil: uma tentativa de análise. In: FURTADO, Júnia Ferreira e RESENDE, Maria Leônia Chaves de (orgs.). *Travessias inquisitoriais das minas Gerais aos cárceres do Santo Ofício: diálogos e trânsitos religiosos no império luso-brasileiro (sécs. XVI - XVIII)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, p. 42.

⁴⁴¹ BENNASSAR, Bartolomé (org.). *Inquisición española: poder político y control social*. Barcelona: Editorial Crítica, 1981.

No presente texto, pretendo discutir a ação do Santo Ofício no Brasil ressaltando alguns traços das estratégias judiciais adotadas pelos juízes da Primeira Visitação. Para tanto, os argumentos aqui apresentados estão divididos em dois blocos. No primeiro, o foco das atenções recairá nos números da ação inquisitorial, em especial aqueles ligados mais diretamente aos processos. No segundo, com base nas críticas da Inquisição à condução dada por Heitor Furtado a alguns processos, o cerne das reflexões é a imagem construída pela historiografia a respeito do primeiro visitador. O principal objetivo é compreender algumas características da ação inquisitorial da Primeira Visitação no Brasil em sua dimensão judicial, em sua perspectiva histórico-jurídica.

OS NÚMEROS DA PRIMEIRA VISITAÇÃO

Sendo a jurisdição dos crimes da alçada do Santo Ofício cometidos no Brasil de competência do Tribunal de Lisboa, convém pensar nos números da ação inquisitorial da Primeira Visitação cotejando-os com aqueles contabilizados em relação ao Reino.

O total de réus processados pela Inquisição de Lisboa ao longo de toda sua história é bastante expressivo – em torno de dez mil, segundo Giuseppe Marcocci e José Pedro Paiva⁴⁴². Contudo, bem maior é a quantidade de denúncias e confissões que não resultaram em processos formais, do que dão

⁴⁴² MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro. *História da Inquisição portuguesa (1536-1821)*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013, p. 12.

prova os volumosos cadernos do promotor⁴⁴³, cadernos de nefandos⁴⁴⁴, cadernos de solicitantes⁴⁴⁵, livros de culpas de judaísmo⁴⁴⁶, livros de denúncias⁴⁴⁷, livros de confissões e livros de ratificações elaborados pelo tribunal lisboeta – aí incluídos os documentos que saíram da pena dos notários das visitas ao Brasil. Quando comparados o número de denúncias e confissões que não prosperaram com a quantidade de réus formalmente processados, percebe-se que a Inquisição de Lisboa menos processou do que deixou de processar – o que só reafirma, como já dito anteriormente, que o impacto da ação inquisitorial não se limitava ao número de processados.

Vários historiadores chamam a atenção para a desproporção entre o volume de denúncias e o de processos delas resultantes. Em relação ao crime

⁴⁴³ Só para a Inquisição de Lisboa existem mais de cento e vinte destes cadernos, todos eles bastante volumosos, com uma infinidade de dados ainda por tabular. Vários cadernos do promotor do tribunal de Lisboa foram disponibilizados no site do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no endereço: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2318017#showMore>. Acesso em: 04 de fev. 2018. Sobre os cadernos do promotor, ver SILVA, Marco Antônio Nunes da. *O Brasil holandês nos cadernos do Promotor: inquisição de Lisboa, século XVII*. Tese (doutorado). São Paulo: USP, 2003. Quem também se debruçou sobre tais cadernos foi a historiadora Maria Leônia C. de Resende. Ver, por exemplo, RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Cartografia gentílica: os índios e a Inquisição na América Portuguesa (século XVIII)*. In: FURTADO, Júnia Ferreira e _____ (orgs.). *Travessias inquisitoriais das minas Gerais aos cárceres do Santo Ofício: diálogos e trânsitos religiosos no império luso-brasileiro (sécs. XVI - XVIII)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

⁴⁴⁴ Disponíveis em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2299846>. Acesso em: 04 de fev. 2018.

⁴⁴⁵ Em relação à Inquisição de Lisboa, parte dos cadernos de solicitantes foram digitalizados e estão disponíveis em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2318666>. Acesso em 18 de ago. 2018. O historiador Jaime Ricardo Gouveia destaca que “além da árdua luta que [a Inquisição portuguesa] travou para conseguir jurisdição privativa sobre o delito refira-se a importância da criação de uma série especial intitulada *Cadernos dos Solicitantes*, a qual evidencia a seriedade com que este delito era encarado e a sua significância no quadro numérico das ocorrências, exigindo várias dezenas de cadernos próprios. Para o período em estudo [1640-1750] existem 68 cadernos, a maior parte dos quais volumosíssimos”. GOUVEIA, Jaime Ricardo. “A Inquisição na apuração do crédito e depuração do descrédito: Autóctones, caboclos e reinóis em microscopia no espaço Luso-Americano (1640-1750)”. *Revista Ultramares* (Dossiê Inquisição Colonial), nº 7, vol. 1, jan-jul, Maceió, 2015, p. 97, itálico no original.

⁴⁴⁶ Disponíveis em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2299787>. Acesso em: 04 de fev. 2018.

⁴⁴⁷ Disponíveis em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2299795>. Acesso em: 04 de fev. 2018. Há também os livros de denúncias da Primeira Visita, alguns deles disponíveis em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2318685>

<<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2318686>. Acesso em: 04 de fev. 2018.

de judaísmo, Anita Novinsky fala de um “número avultado, não de condenados, mas de suspeitos e denunciados como hereges”⁴⁴⁸. Em relação ao crime de solicitação, Jaime Ricardo Gouveia lista duas mil quatrocentas e cinquenta e oito denúncias, as quais resultaram em apenas duzentos e sessenta processos⁴⁴⁹. Já quanto aos acusados de sodomia, o percentual de formalmente processados é muito menor do que o daqueles que foram apenas denunciados ou que confessaram judicialmente. Ao menos vinte e um “cadernos de nefandos” e três “repertórios de nefandos” foram elaborados só pela Inquisição de Lisboa, mas o total de processados presos pelo Santo Ofício português acusados de sodomia não chega a quinhentos. Referindo-se, em termos amplos, aos números da ação inquisitorial do Santo Ofício, Luiz Mott aponta que,

depois dos cristãos-novos, os sodomitas constituem o segundo grupo mais perseguido pelo Tribunal da Fé: das 4419 denúncias registradas nos *Repertórios do Nefando*, na Torre do Tombo, aproximadamente 450 redundaram no encarceramento dos homossexuais, e destes, 30 terminaram seus dias na fogueira⁴⁵⁰.

⁴⁴⁸ NOVISNKY, Anita. A Inquisição: uma revisão histórica. In: ____; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (orgs.). *Inquisição: Ensaio sobre mentalidade, heresia e arte*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, São Paulo: Edusp, 1992, p. 7.

⁴⁴⁹ GOUVEIA, Jaime Ricardo. “A Inquisição na apuração do crédito e depuração do descrédito: Autóctones, caboclos e reinóis em microscopia no espaço Luso-Americano (1640-1750)”. *Revista Ultramares* (Dossiê Inquisição Colonial), nº 7, vol. 1, jan-jul, Maceió, 2015, p. 94. O historiador português chama a atenção para o fato de que “muito embora o número de processos (260) não tenha sido significativo, que alguns deles sejam incompletos (62) e que os solicitantes gozassem de um estatuto de réus diferente dos demais, tal não significa que o tribunal inquisitorial ilibasse propositadamente os solicitantes em virtude de serem ministros da Igreja. Há casos que demonstram o inverso [...] Importa não esquecer que a Inquisição se bateu arduamente pela jurisdição privativa sobre o delito, o que, por si só, mostra o interesse na sua perseguição e erradicação”. GOUVEIA, Jaime Ricardo. “A Inquisição na apuração do crédito e depuração do descrédito: Autóctones, caboclos e reinóis em microscopia no espaço Luso-Americano (1640-1750)”. *Revista Ultramares* (Dossiê Inquisição Colonial), nº 7, vol. 1, jan-jul, Maceió, 2015, p. 94-95.

⁴⁵⁰ MOTT, Luiz. Filhos de Abraão & de Sodoma: cristãos-novos homossexuais no tempo da Inquisição. In: GORENSTEIN, Lina; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (orgs.). *Ensaio sobre a intolerância: inquisição, marranismo e antissemitismo*. São Paulo: Humanitas/LEI, 2002, p. 28, itálico no original.

Se no Tribunal de Lisboa o número de processados era bem menor que o de confitentes e denunciados, a situação não seria diferente nas visitas inquisitoriais nos lugares sob sua jurisdição.

No caso das duas primeiras visitas ao Brasil, mesmo que os dados estejam incompletos⁴⁵¹, os números apresentados por Elvira Mea dão uma ideia do cuidado que o Santo Ofício tinha na seleção das denúncias e confissões que efetivamente seriam objeto de processos formais. Apesar de quase mil denúncias e de por volta de trezentas confissões, o número de processos delas resultante ficou na casa de pouco mais de duas centenas⁴⁵². Em sentido semelhante, Ronaldo Vainfas afirma que

na primeira visita inquisitorial ao Brasil, o número de processados esteve muito aquém das centenas de acusados na Bahia ou em Pernambuco, ainda que excluamos os livros de denúncias e confissões não publicados⁴⁵³.

Também no mesmo sentido, Helen Ulhôa Pimentel afirma que, apesar do grande número de processos instruídos por Heitor Furtado,

nem todas as denúncias eram realmente apuradas e nem todas as que recebiam alguma atenção se transformavam em processos [...] o universo dos denunciados é muito maior do que o de efetivamente processados⁴⁵⁴.

A desproporção entre denúncias e processos não foi própria apenas das visitas inquisitoriais aos trópicos. Em Santarém a situação não foi diferente. Referindo-se às visitas inquisitoriais portuguesas, Francisco Bethencourt afirma

⁴⁵¹ A pesquisa apresentada neste artigo aponta um número de por volta de duzentas e trinta pessoas efetivamente processadas.

⁴⁵² "Considerando que nas duas visitas de 1591 e 1618 se verificaram 950 denúncias, 283 confissões, 542 denunciantes e 218 confitentes, só 207 casos dizem respeito a judaísmo. Das 530 denúncias da Baía provenientes de 264 denunciantes apenas 120 são de judaísmo. Das duas visitas, finalmente, resultam 179 processos em que há 128 cristãos-velhos para 39 cristãos-novos e 17 com culpas de judaísmo, dos quais 15 vêm para Lisboa". MEA, Elvira Cunha. "Os cristãos-novos, a Inquisição e o Brasil – séc. XVI". *Revista da Faculdade de Letras*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 1987, p. 156, grifos meus.

⁴⁵³ VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 275.

⁴⁵⁴ ULHÔA PIMENTEL, Helen. "Sob a lente do santo Ofício: um visitador na berlinda". *Textos de História* (UnB), v. 14, Brasília, 2006, p. 42-43.

que “distância entre o número de denúncias recolhidas e o número de processos instaurados é enorme: no caso de Santarém, em 1624-5, de 182 denunciados apenas 24 foram julgados”⁴⁵⁵.

Um dos motivos para que o número de processos fosse tão menor que o de denúncias pode ser atribuído ao cuidado que os inquisidores tinham na busca por indícios mínimos de que as causas pudessem prosperar. Para Sonia Siqueira, “o Santo Ofício só procedia contra alguém após opinião convicta da existência da heresia”⁴⁵⁶. Se, por um lado, esse cuidado afastou uma quantidade considerável de denunciados da possibilidade de serem julgados no foro inquisitorial, por outro, resultou numa espécie de presunção de culpa que pesava sobre aqueles contra os quais o Santo Ofício resolvesse proceder. Tal presunção dificultava bastante a possibilidade de defesa, como atesta o grande número de condenações gravosas impostas aos acusados do tribunal lisboeta, mas não a impedia de todo, servindo em não poucos casos para minorar as penas impostas aos réus.

Como afirmam Giuseppe Marcocci e José Pedro Paiva, ao final do processo inquisitorial, “o réu era quase sempre condenado”; dos mais de dez mil processos da Inquisição de Lisboa, foram pouquíssimos, em termos absolutos, os denunciados que saíram sem condenação. Por outro lado, é bastante expressivo o número de denunciados e confitentes que sequer chegaram a ser processados, mesmo em meio a tantos livros e cadernos repletos de culpas dos mais diversos crimes da alçada inquisitorial, cujas denúncias não foram suficientes, aos olhos da instituição, para constituir processos formais. Para além de condenados, sentenciados a penas brandas e absolvidos, existiram outros: os não-processados. Mas nem estes saíram ilesos

⁴⁵⁵ BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália. Séculos XIV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 216.

⁴⁵⁶ SIQUEIRA, Sonia. A disciplina da vida colonial: os Regimentos da Inquisição. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a. 157, n. 392, jul./set. 1996, p. 541-542.

da ação inquisitorial. Ainda que parcialmente alcançados, quando menos, sobre eles pesou sempre a ameaça de penas duríssimas.

A pesquisa apresentada neste artigo complementa as listas oferecidas pela historiografia, majorando o número de processados na Primeira Visitação⁴⁵⁷: dos atos judiciais aqui analisados que configuram o que o próprio Heitor Furtado chamou de “processo”, o presente estudo chegou à cifra de duzentos e vinte e seis processados⁴⁵⁸ na Primeira Visitação – alguns dos quais o foram também pelo tribunal de Lisboa. Além destes, acresço ao cômputo total: a) três autos relativos a acusações de culpas de judaísmo que, embora não constituam propriamente processos – e sim “culpas contra” –, receberam importantes pareceres do Conselho Geral, os quais podem ter influenciado, direta ou indiretamente, as ações posteriores do visitador⁴⁵⁹; e b) o processo do autor dos atentados contra a vida do visitador, que, mesmo não tendo cometido crime da alçada do Santo Ofício, foi sentenciado por Heitor Furtado⁴⁶⁰. Feitas estas explicações, o número total de processados chega a duzentos e trinta. Desse total, cinquenta e seis processados estão entre aqueles que foram absolvidos, não-condenados ou que receberam penas brandas, o que representa 24,34% dos processados – percentual que não é desprezível, uma vez que representa quase ¼ das sentenças.

É preciso esclarecer o que aqui se considera como “penas brandas”. Por uma escolha deliberada, optei por qualificar como “penas brandas” as

⁴⁵⁷ Boa parte dos processados listados nesta pesquisa constam em dois importantes trabalhos da historiografia que escreve sobre o Tribunal: ver SIQUEIRA, Sonia. *A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial*. São Paulo: Ática, 1978; e NOVINSKY, Anita Waingort. *Inquisição: Prisioneiros do Brasil, Séculos XVI a XIX*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

⁴⁵⁸ Embora o número de processos seja menor, em razão de alguns deles terem sido movidos contra dois ou mesmo três réus.

⁴⁵⁹ ANTT-IL processo nº 10.746, contra Maria Peralta; ANTT-IL processo nº 10.810, contra Mécia Rodrigues; e ANTT-IL processo nº 2.320, contra Salvador da Maia.

⁴⁶⁰ Sobre o atentado ver DIAS FARINHA, Maria do Carmo Jasmins. O Atentado ao Primeiro Visitador do Santo Ofício no Brasil 1592. In: Novinsky, Anita Waingort; KUPERMAN, Diane (orgs.). *Ibéria-Judaica: Roteiros da Memória*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996.

punições de repreensão, de admoestação e as chamadas penitências espirituais – jejuns, orações, obrigação de se confessar no foro sacramental, etc. Não entram em tal critério as penas pecuniárias – que foram aplicadas, em várias sentenças, concomitantemente a repreensões, admoestações e penitências espirituais –, mesmo nos casos em que, aparentemente, elas eram baixas, em razão da dificuldade de se aquilatar o quanto certas quantias poderiam impactar nas posses de determinados réus. Também fica de fora a pena de abjuração de *levi*, ainda que desacompanhada de outros tipos de punição, pelo fato de ela implicar a possibilidade de penas severas para os sentenciados, nos casos em que, eventualmente, eles fossem considerados relapsos. De todo modo, seria um equívoco interpretativo qualificar as penas brandas como punições com resultados menos importantes para os propósitos do Tribunal⁴⁶¹. É bem possível que elas tenham sido suficientes para produzir efeitos disciplinadores na conduta de pelo menos parte dos réus que foram sentenciados com menor rigor pelos juízes da Primeira Visitação ao Brasil⁴⁶².

⁴⁶¹ Como ressaltado por Enrique Gacto Fernández, “la principal finalidad que el tribunal de la Inquisición persigue [...] no es el castigo del delincuente, sino su conversión y su corrección”. GACTO FERNÁNDEZ, Enrique. “Las circunstancias atenuantes de la responsabilidad criminal en la doctrina jurídica de la Inquisición”. *Estudios penales y criminológicos*. Universidad de Santiago de Compostela, 1991. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2103551>. Acesso em: 18 de ago. 2018, p. 12.

⁴⁶² Referindo-se a outro contexto histórico da ação inquisitorial, Jaime Ricardo Gouveia faz instigantes considerações ao discutir a efetividade da abjuração como disciplinadora da conduta dos acusados, funcionando tal reprimenda como parte de uma “pedagogia do medo” inquisitorial. Segundo Gouveia, depois de admoestados, os acusados raramente voltavam a ser denunciados, levantando a hipótese de que parte deles não reincidia nas práticas criminosas em razão das admoestações que lhes eram feitas pelos juízes inquisitoriais: “Do universo de processados no campo da luxúria heresiarca foram escassíssimos os casos daqueles que voltaram a ser denunciados. O mesmo poderá ser dito das denúncias, constituindo verdadeiras exceções os casos daqueles que voltavam a cair nas malhas inquisitoriais. As acusações não “caíam em saco roto”. Eram apenas em cadernos, o réu era admoestado de que o seu nome constava já da documentação do Tribunal e a sua causa era arquivada à espera de novas provas que lhe acrescessem a culpa. [...] O Santo Ofício acabava assim por continuar a exercer o seu poder e controlo sobre o clero, disciplinando grande parte dos indiciados como solicitantes, através da admoestação administrada no momento da tomada de decisão da arquivação do processo”. GOUVEIA, Jaime Ricardo. “Os ladrões das honras e a repressão das desonras. A ação do Juízo Eclesiástico no Atlântico

Na maioria dos casos em que as decisões foram favoráveis aos réus – ou se se preferir, menos gravosas, dado o teor das acusações e dadas as duríssimas penas que parte dos processados recebeu por condutas semelhantes –, as sentenças foram de repreensão, admoestação e de penitências espirituais. Há também processos em que a sentença não foi nem de condenação nem de absolvição; em três casos determinou-se que os réus fossem soltos e em outros tantos, por falta de provas ou em razão da “qualidade das culpas”, a decisão foi de não se proceder contra os réus. Embora não tenham sido propriamente absolvidos, pode-se chamar a estes réus de “não-condenados”, uma vez que, de fato, não lhes foi dada pena alguma. Por fim, dos cinquenta e seis réus que receberam penas menos gravosas, destacam-se seis absolvições, em duas das quais, apesar de absolvidos, os réus receberam penitências espirituais – o que sugere que tais penitências não tinham um caráter propriamente punitivo. Para que se tenha uma ideia das sentenças e despachos que compõem os 24,34% de processos em que os réus foram sentenciados de forma menos gravosa, apresento um exemplo de cada caso:

1. Réu absolvido, crime de sodomia, processo de Gaspar Rodrigues, o qual nega as acusações:

Foram vistos estes autos em Mesa e pareceu a todos os votos que visto como tudo o que as testemunhas depõem contra o Réu Gaspar Rodrigues com o negro Matias é somente de ouvida que ouviram ao mesmo negro que é cativo, e ao qual o Réu açoitava e castigava sendo feitor na fazenda do senhor do negro, e nenhuma das coisas que se diz contra o Réu se provou, mas antes são boas as presunções em favor do Réu, pois se veio apresentar nesta Mesa antes de ser preso, por si, mesmo sabendo que o mandavam prender e podendo fugir se quisesa, e também as testemunhas da sua vida boa e bons costumes depõem por ele. E vistas as mais considerações que se tiveram, *que o Réu seja absoluto e se lhe não dê pena alguma, mas*

Português (1640-1750)". *Revista Ultramares* (Dossiê Clero Colonial), nº 4, vol. 1, ago-dez, Maceió, 2013, p. 54, *itálico no original, grifo meu.*

admoestado [e que] se afaste da conversação com as ditas pessoas e de qualquer outra danosa à sua alma, e que cumpra as penitências espirituais seguintes: que por tempo de um ano se confesse nas quatro festas principais: Natal, Páscoa e Espírito Santo, e Nossa Senhora de agosto, e nelas comungue de conselho de seu confessor, e que no dito ano jejeue cinco sextas-feiras, e tome cinco disciplinas secretas, e reze cinco vezes o Rosário de Nossa Senhora, e pague as custas. Dada em Olinda, na Mesa da visitação do Santo Ofício, aos dezoito de Março de noventa e quatro [1594].

Heitor Furtado de Mendonça⁴⁶⁶.

Em boa parte dos casos em que os réus foram absolvidos, ou em que a decisão foi de não se proceder contra eles, ou ainda nos casos em que foram determinadas penas brandas, os crimes julgados eram, em geral, considerados bastante graves no foro inquisitorial. Ou seja, justamente nos crimes mais graves concentra-se a maior parte das sentenças menos gravosas. Tal foi a situação de parte dos processados pelo crime de sodomia: de um total de trinta, doze receberam sentenças que foram de absolvição a penas brandas, o que representa 40% de casos de acusados por culpas nefandas cujos processos tiveram decisões que lhes foram favoráveis – ou, no mínimo, menos gravosas. O mesmo se pode dizer em relação àqueles que foram julgados pelo crime de luteranismo: do total de dezoito processos, em metade deles os réus receberam penas brandas. A situação é pouco diferente em relação ao crime de judaísmo: de dezessete processados por tal conduta, sete receberam penas menos gravosas. Em cinco julgamentos a decisão foi de não se proceder contra os réus – por falta de provas ou em razão da “qualidade das culpas” –, em um processo o réu foi repreendido, admoestado e recebeu penitências espirituais, e em outro caso o réu foi

espontaneamente – é visível a preocupação de proteger a Igreja do escárnio popular, de beneficiar os confessantes e denunciante, de desagrar os ‘pequenos delitos’, de esconder pudicamente transgressões da fé e homossexuais de todas as condições (por vergonha da ‘má fama’ do reino – atitude expressamente assumida em meados do século XVII). BETHENCOURT, Francisco. “Inquisição e controle social”. *História & crítica*. Lisboa, 1987, p. 11, grifo meu.

⁴⁶⁶ ANTT-IL processo nº 6.356, contra António da Rocha, fl. 10-11, grifos meus.

absolvido das acusações – caso de João Nunes, personagem bastante discutido na historiografia⁴⁶⁷.

Se, por um lado, um número considerável de réus processados por crimes graves recebeu por sentença penas brandas⁴⁶⁸ ou mesmo absolvição, por outro, a maior parte dos que foram processados por crimes de menor gravidade não teve a mesma sorte. Quando comparados a acusados de sodomia, de luteranismo e de judaísmo, as penas brandas foram dadas em bem menor quantidade àqueles processados pelos crimes de proposições heréticas e blasfêmias, os quais, juntos, constituíram a maioria dos réus processados na Primeira Visitação. Como observa Maria do Carmo Dias Farinha, o visitador foi bastante rigoroso com réus contra os quais “as denúncias apresentadas [...] eram, por vezes, afirmações simples ou levianas, mas que foram consideradas proposições heréticas”⁴⁶⁹.

Contudo, aos olhos do Conselho Geral, o número de réus absolvidos, não-condenados ou que receberam penas brandas deveria ter sido ainda maior, segundo o que se depreende das críticas e observações feitas pelos deputados conselheiros às sentenças prolatadas na Mesa da visitação; na maioria dos casos, tais apontamentos tiveram por alvo o rigor com que alguns réus foram condenados. Em vários processos foi a própria Inquisição que se mostrou como a principal defensora dos réus. Que o digam Salvador da

⁴⁶⁷ Sobre o processo de João Nunes, ver SIQUEIRA, Sonia. O comerciante João Nunes. In: PAULA, Eurípedes Simões de (org.). *Portos, Rotas e Comércio – Anais do V Simpósio Nacional dos Professores de História – Campinas*. São Paulo: USP, 1971 e ASSIS, Angelo Adriano Faria de. *João Nunes, um rabi escatológico na Nova Lusitânia: sociedade colonial e Inquisição no nordeste quinhentista*. São Paulo: Alameda, 2011.

⁴⁶⁸ Para Helen Ulhôa Pimentel, “de uma maneira geral, as punições estabelecidas por Heitor Furtado de Mendonça foram bastante brandas, apesar de, segundo as observações do Conselho Geral, ter abusado em algumas penas”. ULHÔA PIMENTEL, Helen. “Sob a lente do santo Ofício: um visitador na berlinda”. *Textos de História* (UnB), v. 14, Brasília, 2006, p. 44, grifo meu.

⁴⁶⁹ DIAS FARINHA, Maria do Carmo Jasmins. O Atentado ao Primeiro Visitador do Santo Ofício no Brasil 1592. In: Novinsky, Anita Waingort; KUPERMAN, Diane (orgs.). *Ibéria-Judaica: Roteiros da Memória*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996, p. 237.

Maia⁴⁷⁰, Luís Álvares⁴⁷¹, Gaspar Afonso Castanho⁴⁷², João Nunes⁴⁷³ e Maria Peralta⁴⁷⁴, todos cristãos-novos, quatro deles acusados do grave crime de judaísmo, favorecidos por decisões do Conselho Geral do Santo Ofício, que se posicionou em sentido diferente do que pretendiam os juízes da Primeira Visitação.

AS CRÍTICAS DO SANTO OFÍCIO ÀS SENTENÇAS PROFERIDAS PELOS JUÍZES DA PRIMEIRA VISITAÇÃO

Ao todo, encontrei quarenta e cinco processos em que foi feito algum tipo de anotação, desde observações simples, tais como “veja-se este feito” ou “qualifique-se a culpa desta ré”, a críticas mais duras às sentenças proferidas pelos juízes da Primeira Visitação ⁴⁷⁵. Importa ressaltar que as anotações não foram: a) específicas quanto ao tipo de crime, visto que elas estão presentes em processos de sodomia, judaísmo, luteranismo, bigamia, proposições heréticas, dentre outros; b) nem quanto à “qualidade” dos réus, pois em tais processos figuram como acusados cristãos-velhos, cristãos-novos e mamelucos; c) muito menos quanto às posses dos acusados, uma vez que há críticas em processos tanto de gente de cabedal quanto de pessoas simples.

Uma das críticas feitas pelos deputados do Conselho Geral refere-se à sentença dada ao réu Rodrigo Fidalgo, que foi denunciado e preso pelo crime de sodomia, mas acabou sendo sentenciado por deixar de denunciar, antes de ser preso, as culpas de judaísmo de sua mãe e tias. Desde seu primeiro

⁴⁷⁰ ANTT-IL processo nº 2.320, contra Salvador da Maia.

⁴⁷¹ ANTT-IL processo nº 12.229, contra Luís Álvares.

⁴⁷² ANTT-IL processo nº 12.839, contra Gaspar Afonso Castanho.

⁴⁷³ ANTT-IL processo nº 12.464, contra João Nunes.

⁴⁷⁴ ANTT-IL processo nº 10.746, contra Maria Peralta.

⁴⁷⁵ Historiadoras como Sonia Siqueira e Helen Ulhôa Pimentel também escreveram sobre tais anotações do Conselho Geral, ver SIQUEIRA, Sonia. *A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial*. São Paulo: Ática, 1978, p. 199-200 e ULHÔA PIMENTEL, Helen. *Sob a lente do santo Ofício: um visitador na berlinda*. *Textos de História* (UnB), v. 14, Brasília, 2006.

interrogatório, ele acusa suas parentes – talvez por acreditar que o motivo de sua prisão girasse em torno de sua ascendência judaica. Ele parece ser surpreendido pelas acusações de sodomia, as quais nega veementemente. O curioso é que foi o próprio Heitor Furtado quem revelou o teor da denúncia pela qual Rodrigo Fidalgo acabou preso, pois ao réu foi “perguntado como se chama[va] uma moleca com quem ele fez o pecado nefando pelo [vaso] traseiro [...]”⁴⁷⁶. Ainda em relação à denúncia pelo crime de sodomia, o promotor disse que “destes autos não resulta prova bastante [...] para no pecado nefando se vir com libelo”⁴⁷⁷, e o colegiado que julgou o caso, de maneira semelhante ao acusador, deliberou que, quanto ao “caso nefando”⁴⁷⁸ não havia prova bastante para condenação alguma. Maria do Carmo Dias Farinha também dá a mesma informação em relação à afirmação do promotor, acrescentando que “apesar disso” o réu foi “excomungado e condenado a ir ao auto público”⁴⁷⁹. No entanto, a autora não cita que a condenação não foi relativa ao crime de sodomia – que sequer consta na sentença – mas sim em razão de o réu ter demorado a denunciar sua mãe e tias – o que ele deveria ter feito, segundo a Mesa, após tomar conhecimento da leitura do monitório geral, que foi divulgado nas localidades por onde a Primeira Visitação passou. E é justamente a sentença dada em relação a essa conduta, deixar de denunciar as culpas de juda ismo de que era conhecedor, que motivará a crítica do Conselho Geral:

este Réu merecia usar-se com ele de muita misericórdia por haver denunciado de sua mãe e tias sem haver outro indício contra elas, e não havia para que sair ao auto público nem abjurar de *levi*, nem ser penitenciado nas demais penas⁴⁸⁰.

⁴⁷⁶ ANTT-IL processo nº 12.223, contra Rodrigo Fidalgo, fl. 24

⁴⁷⁷ ANTT-IL processo nº 12.223, contra Rodrigo Fidalgo, fl. 28.

⁴⁷⁸ ANTT-IL processo nº 12.223, contra Rodrigo Fidalgo, fl. 29v.

⁴⁷⁹ DIAS FARINHA, Maria do Carmo Jasmins. O Atentado ao Primeiro Visitador do Santo Ofício no Brasil 1592. In: Novinsky, Anita Waingort; KUPERMAN, Diane (orgs.). *Ibéria-Judaica: Roteiros da Memória*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996, p. 236.

⁴⁸⁰ ANTT-IL processo nº 12.223, contra Rodrigo Fidalgo, folha de rosto.

Pelo teor das críticas feitas pelo Conselho Geral, infere-se que, na perspectiva dos deputados conselheiros, a Mesa deveria ter usado menos rigor na aplicação das penas, sobretudo em casos de processados por crimes relativamente de menor importância para o Santo Ofício português. Em relação a André Fernandes Caldeira, acusado pelo crime de proposições heréticas, pareceu ao Conselho que “foi muito rigor que se usou com o réu e mais havendo confessado no tempo da graça, bastava dar sua repreensão na Mesa”⁴⁸¹. Quanto ao processo de Miguel Dias, sentenciado pelo mesmo crime, ponderou-se que “bastava dar-lhe alguma penitência espiritual sem ser pública”⁴⁸². O incauto Miguel Jorge foi processado por ter dito que não era necessário o Santo Ofício vir ao Brasil, comentário que o Conselho não julgou ser grave, pois consta na folha de rosto de seu processo: “bastava repreender a este réu sem mais pena”⁴⁸³ – entendimento bem diferente do da Mesa, que, neste caso, foi composta por oito juízes e impôs ao réu pena bastante dura⁴⁸⁴. Já o réu Pedro Madeira foi sentenciado pelo grave crime de luteranismo, mas a pena foi considerada excessiva pelo Conselho Geral: “este réu não abjurou de *levi*, pudera-se escusar dar-lhe penitência pública, bastava dar-lhe alguma penitência espiritual secreta”⁴⁸⁵.

Mesmo sabendo das dificuldades financeiras por que passava a comitiva inquisitorial⁴⁸⁶ – o que foi outro motivo de críticas por parte do

⁴⁸¹ ANTT-IL processo nº 8.474, contra André Fernandes Caldeira, folha de rosto.

⁴⁸² ANTT-IL processo nº 12.934, contra Miguel Dias, folha de rosto.

⁴⁸³ ANTT-IL processo nº 12.935, contra Miguel Jorge, folha de rosto.

⁴⁸⁴ “Foram vistos estes autos em Mesa e pareceu a todos os votos que porquanto as palavras que o Réu disse de não ser necessário vir o Santo Ofício ao Brasil são muito escandalosas, para exemplo a outros, vá um domingo à missa a se estar em pé, com uma vela na mão, em pé, desbarretado, com um pau na boca enquanto ouvir ler sua sentença. E se lhe imponham penitências espirituais. E pague as custas. Bahia, 21 de agosto de 1592”. ANTT-IL processo nº 12.935, contra Miguel Jorge, fl. 9-v. Assinaram o documento: d. Antônio Barreiros, Heitor Furtado, Fernão Cardim, Marçal Beliarde, Leonardo Armínio, Luís da Fonseca, fr. Damião Cordeiro, fr. Melquior de Santa Catarina.

⁴⁸⁵ ANTT-IL processo nº 13.140, contra Pedro Madeira, folha de rosto.

⁴⁸⁶ É hipótese a se confirmar, mas, ao que me parece, o valor das multas foi usado pela comitiva para custear suas despesas.

Conselho, que acreditava serem tais dificuldades consequência de gastos excessivos e da demora em se pôr fim à visitaçāo –, os deputados conselheiros consideraram altas as penas pecuniárias impostas a dois réus processados, respectivamente, pelos crimes de proposições heréticas e blasfêmias. Nos autos de Diogo Nunes, irmão de João Nunes, registrou-se: "foi muita a pena pecuniária"⁴⁸⁷; já no processo de Pedro Gonçalves, considerou-se que "foi muito dinheiro em que foi condenado o réu"⁴⁸⁸.

Segundo os deputados conselheiros, alguns dos réus sentenciados na Mesa da visitaçāo não deveriam sequer ter sido processados no foro inquisitorial, tendo, por este prisma, o visitador usurpado competências que pertenciam ao bispo. No entanto, importa destacar que várias decisões foram assinadas diretamente pelo próprio ordinário, ao menos cento e quarenta, como já dito anteriormente, e não há notícias de queixas do bispo contra Heitor Furtado, muito pelo contrário – mais adiante, voltarei a esta observação. De qualquer forma, não foram poucos os despachos que configuraram, no parecer do Conselho, um avanço sobre a jurisdição episcopal. Tal foi o caso do processo de Maria Gonçalves Cajada, processada por feitiçaria; na folha de rosto dos autos consta que

parece que tudo são embustes e enganos as culpas desta ré as quais constam de sua confissão extrajudicial sem as testemunhas haverem visto coisa alguma, por donde parece que o conhecimento desta causa pertence mais ao ordinário que à Inquisiçã⁴⁸⁹.

Um número considerável de críticas refere-se aos processos que o visitador moveu contra acusados de comer carne em dias proibidos, que, pelo que se infere, não era propriamente da alçada inquisitorial. É o que se depreende das anotações que constam nos autos de Gaspar Gomes, Maria Nunes, Domingos de Coimbra, Simão Rodrigues e Francisco Afonso Capara.

⁴⁸⁷ ANTT-IL processo nº 6.344, contra Diogo Nunes, folha de rosto.

⁴⁸⁸ ANTT-IL processo nº 4.331, contra Pedro Gonçalves, folha de rosto.

⁴⁸⁹ ANTT-IL processo nº 10.748, contra Maria Gonçalves Cajada, folha de rosto.

No processo do primeiro ficou registrado: “não toca [o crime] ao Santo Ofício senão ao ordinário”⁴⁹⁰; já nos autos de Maria, de Domingos e de Simão, as críticas foram bastante semelhantes: “não toca ao Santo Ofício este caso senão ao Ordinário”⁴⁹¹, “parece que não toca [o crime] ao Santo Ofício”⁴⁹² e “não toca ao Santo Ofício esta culpa, bastava repreendê-lo na Mesa”⁴⁹³. Na folha de rosto do processo de Francisco, ficou registrado que “bastava repreender ao réu e não ir ao auto [público]”⁴⁹⁴.

Há críticas que sugerem pouco cuidado ou pressa do visitador na condução dos processos, como aquelas registradas nos autos de António Monteiro, de Diogo Dias e de Pêro de Carvalhais. Quanto a António, foi dito:

este processo não parece que estava em estado de se poder sentenciar, porque primeiro se houvera de fazer diligência sobre o segundo matrimônio, pois não consta dele mais que por confissão da parte e saber se é verdade que foi já castigado por ele como o réu diz⁴⁹⁵.

No processo de Diogo, anotou-se “houveram-se de perguntar as testemunhas que o réu refere”⁴⁹⁶. Já no de Pêro de Carvalhais, consta: “devia-se de qualificar esta proposição”⁴⁹⁷.

Em pelo menos dois casos, a sentença proferida foi considerada injusta. E não apenas pelos réus. As mais duras observações partiram da própria Inquisição: “injusta prisão e injusta sentença” foi o registro feito nos autos de Mateus Lopes ⁴⁹⁸, acusado de impedir o reto ministério do Santo Ofício; “grande rigor e[é?] injusto mandar abjurar de veemente ao réu”, é o que

⁴⁹⁰ ANTT-IL processo nº 11.076, contra Gaspar Gomes, folha de rosto.

⁴⁹¹ ANTT-IL processo nº 10.750, contra Maria Nunes, folha de rosto.

⁴⁹² ANTT-IL processo nº 10.874, contra Domingues de Coimbra, folha de rosto.

⁴⁹³ ANTT-IL processo nº 11.632, contra Simão Rodrigues, folha de rosto.

⁴⁹⁴ ANTT-IL processo nº 17.813, contra Francisco Afonso Capara, folha de rosto.

⁴⁹⁵ ANTT-IL processo nº 8.480, contra António Monteiro, folha de rosto.

⁴⁹⁶ ANTT-IL processo nº 10.876, contra Diogo Dias, folha de rosto.

⁴⁹⁷ ANTT-IL processo nº 12.231, contra Pêro de Carvalhais, folha de rosto.

⁴⁹⁸ ANTT-IL processo nº 4.303, contra Mateus Lopes, folha de rosto.

figura na folha de rosto do processo de Pedro Álvares⁴⁹⁹, condenado por ter deixado de denunciar as culpas de sua mulher, tendo ele suspeita de ela ser judia. Em relação a este último caso, cumpre destacar que, segundo correspondência enviada pelo Santo Ofício a Heitor Furtado, ele tinha autorização para condenar os réus apenas a abjurar de *levi*.

Em algumas anotações parece transparecer pouca paciência dos deputados com a condução dada a alguns processos. É o que se deduz, por exemplo, no caso do réu Fabião Rodrigues, processado por impedir o reto ministério do Santo Ofício, “não sei com que fundamento se prendeu este réu e se procedeu contra ele”⁵⁰⁰. Há outras tantas observações, como as que constam nos processos de Francisco Rodrigues⁵⁰¹, Gaspar Gonçalves⁵⁰², Gaspar Soares Figueroa⁵⁰³, Grácia de Freitas⁵⁰⁴, Iria Álvares⁵⁰⁵, Pedro Madeira⁵⁰⁶, Pêro Gonçalves⁵⁰⁷ e Simão Rodrigues⁵⁰⁸. Na maior parte delas, registra-se que “não se dá penitência pública quando não há abjuração pelo menos de *levi*”, como consignou-se nos autos de Francisco e de Grácia, ou considerações com teor semelhante, referentes à aplicação de penas públicas aos réus, os quais, ao parecer do Conselho, deveriam ter recebido reprimendas em segredo, na Mesa inquisitorial.

Em pelo menos uma das anotações feitas pelos deputados conselheiros, é destacado um ponto que era decisivo para embasar as sentenças prolatadas pela Inquisição portuguesa: a noção de prova. Nos autos de

⁴⁹⁹ ANTT-IL processo nº 12.232, contra Pedro Álvares, folha de rosto.

⁵⁰⁰ ANTT-IL processo nº 16.062, contra Fabião Rodrigues, folha de rosto.

⁵⁰¹ ANTT-IL processo nº 17.814, contra Francisco Rodrigues.

⁵⁰² ANTT-IL processo nº 10.963, contra Gaspar Gonçalves.

⁵⁰³ ANTT-IL processo nº 13.279, contra Gaspar Soares Figueroa.

⁵⁰⁴ ANTT-IL processo nº 1.274, contra Grácia de Freitas.

⁵⁰⁵ ANTT-IL processo nº 1.335, contra Iria Álvares.

⁵⁰⁶ ANTT-IL processo nº 13.140, contra Pedro Madeira.

⁵⁰⁷ ANTT-IL processo nº 11.112, contra Pêro Gonçalves.

⁵⁰⁸ ANTT-IL processo nº 11.666, contra Simão Rodrigues.

Manuel de Oliveira, condenado pelo crime de blasfêmias ficou registrado: “parece que há pouca prova e muito rigor na sentença”⁵⁰⁹.

Até aqui destaquei um conjunto de observações que podem ser agrupadas como críticas ao excessivo rigor, aos olhos do Santo Ofício, com que alguns réus foram sentenciados na Mesa da visitação. E neste grupo se encontra a maioria das anotações: de um total de quarenta e cinco, perto de quarenta são relativas ao rigor das sentenças. Entretanto, também houve casos – poucos, é verdade – em que aconteceu justamente o contrário: em cinco processos, o tema das críticas foi a brandura expressa nas decisões; os cinco referem-se a culpas de sodomia. “Este delito merece pena de morte” foi a macabra anotação feita nas folhas de rosto dos processos de Diogo Henriques⁵¹⁰ e João Freire⁵¹¹; bastante semelhante é a afirmação que consta no processo de André de Freitas Leça: “este delito tem pena de morte por direito”⁵¹². Nos autos de Salvador Romeiro, pergunta-se: “que razão há para não se dar a pena ordinária ao réu pois consta que cometeu e consumou o pecado nefando”⁵¹³. Já nos autos de Baltasar da Lomba, ficou consignado: “a pena ordinária deste delito é [a] morte”⁵¹⁴. Importante frisar que os cinco réus receberam penas muito duras⁵¹⁵. Mas, ainda assim, segundo o Conselho, o rigor foi pouco – pelo menos nesses casos.

Além das anotações feitas nas folhas de rosto de alguns processos, as críticas a parte das sentenças da Mesa da visitação também ficaram registradas na correspondência dirigida a Heitor Furtado pelo cardeal

⁵⁰⁹ ANTT-IL processo nº 2.528, contra Manuel de Oliveira, folha de rosto.

⁵¹⁰ ANTT-IL processo nº 6.349, contra Diogo Henriques.

⁵¹¹ ANTT-IL processo nº 2.557, contra João Freire.

⁵¹² ANTT-IL processo nº 8.473, contra André Freitas de Leça, folha de rosto.

⁵¹³ ANTT-IL processo nº 11.519, contra Salvador Romeiro, folha de rosto.

⁵¹⁴ ANTT-IL processo nº 6.366, contra Baltasar da Lomba, folha de rosto.

⁵¹⁵ Diogo Henriques: três anos de galés; João Freire: dois anos de galés; André de Freitas Leça: dez anos de galés; Salvador Romeiro: oito anos de galés; Baltasar da Lomba: sete anos de galés.

arquiduque Alberto, inquisidor-geral do Santo Ofício português, e pelos membros do Conselho Geral⁵¹⁶. Há notícia também de ao menos dois pareceres acerca dos despachos de Heitor Furtado, os quais certamente tiveram como base as anotações que constam nas folhas de rosto dos autos de alguns réus⁵¹⁷.

Nas cartas enviadas pelo Santo Ofício, chama a atenção a cautela recomendada pelo Conselho em relação à condução dos processos, mesmo em casos relativos a acusados de judaísmo. Nas recomendações feitas, destacam-se aquelas relacionadas à prisão dos réus:

E como esta materia de prisão seja de tanta importancia assy pelo que toca á reputação do Santo officio como á homrra, e fazenda dos mesmos presos, deve V. M. guardar o Regimento da Inquisição e o seu particular que levou, e não proceder á prisão de pessoa alguma sem ter pelo menos huã test^a legal e digna de credito e que deponha acto de judaísmo, ou luteranismo formal, e não sendo a prova desta qualidade, não proceda a prisão em nenhũa forma sem enuiar primeiro as culpas, pera qua se verem, e se lhe dar a ordem que parecer [...] Porque prender pessoas que se hão de soltar e socrestarlhe seus bens em que recebe m^{ta} perda, não se deve fazer em nenhuma maneira e em nenhũ caso enuie pessoa algũa preza sem enviar juntamente com ella as culpas porque foi preza por não acontecerem estarem os prezos no Carcere sem se lhes falar a feito como estes estiveram [...].

[Em outra carta, afirma-se que:] he necess^o pera prender e proceder contra os denunciados fazeremse primeiro todas as delligencias possiveis com as testemunhas[,] conforme a qualidade dellas e da p^{as} [pessoas] de que denunciaõ e do lugar e tempo de que depoem maiormente nã tendo a tal pessoa denunciada outras culpas cõtra a fee e assy se deve informar do credito que se pode dar ás testemunhas ã denunciaõ e se tem alguãs inimizades[,] hodos cõ as pessoas denunciadas [...].

[Na última carta é dito que] conuem ter m^{ta} aduertencia nas prisões que fizerẽ nas pessoas ã hãode sair ao auto público ã se faça tudo cõ m^{ta} justificação pelo m^{to} ã importa a reputação e credito do s^{to} off^o e a honra e fazenda das ditas pessoas ã se prendẽ as quais depois de presas e sentenciadas nã se lhes pode Restitujr o dano ã se lhes der

⁵¹⁶ O primeiro a falar de tal correspondência foi António Baião em texto em que ele transcreve as cartas enviadas para Heitor Furtado. Ver BAIÃO, António. "Correspondência inédita do inquisidor geral e Conselho Geral do Santo Ofício para o primeiro visitador da Inquisição no Brasil". *Brasília*, vol. 1, Coimbra, 1942. Por outro lado, ressalto que ainda não encontrei as cartas do visitador para o Conselho.

⁵¹⁷ Ainda não encontrei tais pareceres do Conselho.

pelo q̃ v. m. procure gardar o regim^{to} q̃ levou e as aduertencias q̃ lhe temos escripto⁵¹⁸.

Conforme o conteúdo das cartas, Heitor Furtado tinha autorização para proceder apenas contra acusados de cometer crimes considerados menos importantes – “culpas menores”. Aqueles que fossem processados por culpas de judaísmo e luteranismo deveriam ser remetidos ao Reino, desde que houvesse contra eles “bastante prova conforme a direyto”:

Diante de sua alteza se lerão as cartas e apontam^{tos} e virão as Rezões que V. M. daua pera se lá despacharẽ em final e castigarem os culpados e se apontarão os inconvenientes que podião succeder em virem os prezos a este Reyno e considerado tudo se assentou que V. m. guarde a instrução e Regim^{to} que levou e despache la em final os cazados duas vezes e blasfemos e outros de culpas menores que conforme a calidade delas não chegem a mais que a fazerem os culpados abjuração de leve e todos os mais que tiverem culpas de judaismo e luteranismo tendo bastante prova conforme a direyto e a sua instrução e Regim^{to} os enuiara prezos a este Reyno a bom Recado na mais segura embarcação que se achar com as culpas que contra elles ouuer e Retificadas as testemunhas por que não he costume do Santo officio Receberem os jnquisidores presos sem as culpas [...] ⁵¹⁹.

Embora a sodomia não fosse listada entre as “culpas menores”, em nenhuma das cartas há referências diretas a qualquer impedimento quanto aos processos que o visitador moveu contra sodomitas – ao todo, pelo menos trinta foram os réus processados por culpas nefandas. Por outro lado, uma das decisões da Mesa foi criticada em razão de ter sido levado a auto público um réu condenado pelo “pecado nephando” e que foi “tam brandamente” castigado:

o Marcos Tauares Mamaluco q̃ foy ao auto descalço em corpo e açoutado publicamente e degredado pelo pecado nephando nã ouvera de sair a [auto] publico; pelloscandalo q̃ naçe de se saber q̃

⁵¹⁸ BAIÃO, António. “Correspondência inédita do inquisidor geral e Conselho Geral do Santo Ofício para o primeiro visitador da Inquisição no Brasil”. *Brasília*, vol. 1, Coimbra, 1942, p. 546, 549 e 550, grifos meus.

⁵¹⁹ BAIÃO, António. “Correspondência inédita do inquisidor geral e Conselho Geral do Santo Ofício para o primeiro visitador da Inquisição no Brasil”. *Brasília*, vol. 1, Coimbra, 1942, p. 544.

ha delinquentes neste crime e vendo q̃ no S. to officio se castigavã tam brandamente tendo pena de morte pº dirtº comũ [...] ⁵²⁰.

Por fim, outros motivos de crítica foram a “muita despesa”, em especial aquela relativa ao “alugar das casas” usadas pela comitiva inquisitorial, bem como o tempo que Heitor Furtado levou para terminar a visitação na Bahia, e, posteriormente, em Pernambuco. Quando o visitador ainda estava em Salvador, começaram as cobranças:

vades visitar logo a Capitania de Pernambuco a qual visitareis mais breve que for possível e acabada vos embarcareis pera este Reeyno sem irdes visitar S. Thomé e Cabo Verde como leuastes per instrução por assy cumprir a meu serviço ⁵²¹.

E assim o fez o visitador, ainda que com atraso.

REPENSANDO A IMAGEM DE HEITOR FURTADO

A despeito das observações e críticas feitas pelo Conselho Geral tanto à condução dada por Heitor Furtado a parte dos processos quanto a algumas sentenças formuladas pela Mesa da visitação, não me parece adequado apresentá-lo como um agente inquisitorial rebelde, o qual teria agido à revelia das ordens que recebera do Santo Ofício, processando e julgando reinóis e colonos autonomamente, desrespeitando jurisdições e passando por cima de grupos e poderes locais, uns e outros submetidos às arbitrariedades de alguém deslumbrado com seu próprio poder. Tal imagem não é crível. Ao longo de toda a sua história, a ação inquisitorial precisou se adaptar às diversas configurações sócio-político-culturais em que o Santo Ofício se estabeleceu; com a Primeira Visitação não foi diferente. É necessário, então, esboçar argumentos mínimos que permitam entender a ação inquisitorial inserida nos

⁵²⁰ BAIÃO, António. “Correspondência inédita do inquisidor geral e Conselho Geral do Santo Ofício para o primeiro visitador da Inquisição no Brasil”. *Brasília*, vol. 1, Coimbra, 1942, p. 549.

⁵²¹ BAIÃO, António. “Correspondência inédita do inquisidor geral e Conselho Geral do Santo Ofício para o primeiro visitador da Inquisição no Brasil”. *Brasília*, vol. 1, Coimbra, 1942, p. 547.

jogos políticos e nas redes de poder próprias da sociedade luso-brasileira de fins do século XVI.

A leitura da correspondência dirigida a Heitor Furtado sugere que algumas das críticas podem ter sido decorrentes de problemas de comunicação próprios da época: percebe-se que, por algum motivo – proposital ou não –, parte das cartas parece não ter chegado ao destino; outras chegaram com tanto atraso que as ordens do Conselho foram enviadas por mais de uma vez, com a ressalva dos deputados conselheiros de que se repetiam determinados assuntos já tratados em cartas anteriores, justamente por eles ponderarem a possibilidade de atrasos ou extravios. A correspondência trocada entre o Santo Ofício e Heitor Furtado foi enviada, em cada vez, por pelo menos dois mensageiros; assim procederam tanto os deputados quanto o visitador. Algumas cartas denotam essas preocupações e cuidados:

em prim.^o d'Abril deste año presente [1593] escreueo S. A. e este cons^o a v. m. per duas vjas [...] por q̃ não temos respostas destas vyas se lhes tornã a Relatar⁵²².

Na carta posterior a esta, adotou-se o mesmo cuidado:

Em 27 de setembro do año passado [1593] escreuemos a v. m. em duas vias[,] a prim.^a levou Gregorio Míz e a 2.^a Matteus Dias Mestres das Carauelas[,] moradores nesta Cidade e porq̃ ao tempo q̃ elles podiã chegar a Baya nã auyã dachar a v. m. E nã sabemos se lhe mandaria as cartas lhe tornamos a mandar a copia delas em duas vjas. Em 27 de Jan.^o deste año presente [1594] Recebemos as cartas q̃ screueo da Baya em 25 de Agosto do año passado com a Relaçam das p.^{as} despachadas e outras feitas em Pernambuco em 30 doctubro; as quais entregou Antonio Gomes Drago em 2.^a via q̃ a prim.^a nã chegou cá⁵²³.

⁵²² BAIÃO, António. "Correspondência inédita do inquisidor geral e Conselho Geral do Santo Ofício para o primeiro visitador da Inquisição no Brasil". *Brasília*, vol. 1, Coimbra, 1942, p. 548.

⁵²³ BAIÃO, António. "Correspondência inédita do inquisidor geral e Conselho Geral do Santo Ofício para o primeiro visitador da Inquisição no Brasil". *Brasília*, vol. 1, Coimbra, 1942, p. 549.

Pelas cartas também é possível perceber que, embora cobrasse o término da visita com brevidade, o Conselho advertia claramente que o visitador não deixasse de fazer o que convinha ao Santo Ofício, o que sugere que os deputados conselheiros cogitavam a possibilidade de haver motivos justificáveis para que o visitador se demorasse em terminar a missão que recebera, a despeito das ordens em contrário – se é que todas elas haviam chegado. Em pelo menos dois momentos são feitas recomendações com esse sentido, em 1º de abril de 1593 e em 27 de março de 1594: a) “S. A. escreue a V. M. se venha a este Reyno tanto ã acabar de visitar a Capitanya de Pernambuco E ã nã vaa a s. Thomé e Cabo Verde o que fará cõ a brevidade que for possivel **nã[o] deixado de fazer o que conuem ao s^{to} officio**”⁵²⁴; E, b) “[...] outra vez lhe tornamos a encomendar he encarregar m.^{to} assi faça **nã[o] deixando comtudo de fazer o cõuem ao S^{to} Officio**”⁵²⁵.

À medida que se demorava no Brasil, e por aqui ele passou quase cinco anos, é bem provável que Heitor Furtado tenha estabelecido importantes relações institucionais, sociais e de amizade, sobretudo com os “homens bons” das localidades em que atuou – afora os inimigos que colecionou em razão dos processos que moveu contra vários réus, alguns bastante importantes na sociedade nordestina de então. De qualquer forma, o certo é que, sem perder as que possuía no Reino, ele desenvolveu novas relações nas paragens em que esteve. E foi vinculado a umas e outras que o visitador teve de se haver com as situações com que lidou – algumas bastante inusitadas, como a santidade de Jaguaripe, que, certamente, foi um dos motivos de sua demora no Brasil, por tratar-se de uma heresia da qual o visitador não tinha notícia;

⁵²⁴ BAIÃO, António. “Correspondência inédita do inquisidor geral e Conselho Geral do Santo Ofício para o primeiro visitador da Inquisição no Brasil”. *Brasília*, vol. 1, Coimbra, 1942, p. 548, grifo meu.

⁵²⁵ BAIÃO, António. “Correspondência inédita do inquisidor geral e Conselho Geral do Santo Ofício para o primeiro visitador da Inquisição no Brasil”. *Brasília*, vol. 1, Coimbra, 1942, p. 550, grifo meu.

“heresia cabocla”, no dizer de Sonia Siqueira, em interessante expressão para definir o fenômeno da santidade⁵²⁶.

Fosse no Reino ou na visitação ao Brasil, era de forma colegiada que se deliberava sobre as sentenças a serem proferidas no foro inquisitorial⁵²⁷. Como dito anteriormente, algumas das observações feitas nas folhas de rosto de processos da Primeira Visitação sugerem um avanço do visitador em competências que seriam, em tese, apenas do bispo. No entanto, em pelo menos quatro desses processos⁵²⁸ d. Antônio Barreiros participa pessoalmente do “foram vistos” de tais feitos – ao todo, ele votou diretamente em mais de 65% das sentenças. Uma hipótese para o engajamento do prelado é que ele pode ter aproveitado a presença da visitação do Santo Ofício para lidar com alguns problemas de sua diocese sem os desgastes que teria caso agisse

⁵²⁶ A expressão foi usada em comunicação (oral) intitulada “Revisitando as fontes inquisitoriais: uma revisita à História do Brasil” feita no “Colóquio Internacional de Estudos Inquisitoriais: (in)tolerância, religião, poder e justiça”, acontecido em novembro de 2017, em Salvador. Sobre a Santidade de Jaguaripe, ver VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁵²⁷ Em cerca de duzentos e trinta processos, catorze juízes revezaram-se na composição do chamado “foram vistos” inquisitorial: Heitor Furtado de Mendonça, o bispo d. Antônio Barreiros, o franciscano frei Melquior de Santa Catarina, o beneditino frei Damião da Fonseca, o carmelita frei Damião Cordeiro, frei Márcio da Cruz, e os jesuítas Fernão Cardim, Leonardo Arminio, Vicente Gonçalves, Marcos da Costa, João Pereira, Luís da Fonseca, Marçal Beliarde e Henrique Gomes. A elaboração do “foram vistos” era o momento decisivo do processo, no qual, em colegiado, os juízes discutiam os autos e julgavam a causa. Só em seguida era feita a peça chamada “sentença”. Mais longa que o “foram vistos”, tal peça resumia o que constava de mais relevante nos autos e explicava o que fora decidido pelo colegiado. Na verdade, o que aparece nos processos da Primeira Visitação com o título de “foram vistos” constitui, de fato, a sentença inquisitorial, pois era ali que se decidia o processo e o destino do réu, sendo a peça seguinte apenas a formalização do que fora decidido. A corroborar essa tese, não poucos processos da visitação ao Brasil tinham “foram vistos”, mas não sentença. Quanto ao número de juízes para cada processo, há pelo menos: a) dez processos com oito juízes, b) treze com sete juízes, c) sessenta e três processos com seis julgadores, d) sessenta e seis processos com cinco juízes, e) quarenta processos com quatro juízes, f) cinco processos com três juízes, g) dois processos com dois juízes, h) dois processos em que Heitor Furtado assina sozinho, i) dois processos sem “foram vistos”, e j) um processo com dois “foram vistos”.

⁵²⁸ ANTT-IL processo nº 11.076, contra Gaspar Gomes; ANTT-IL processo nº 10.750, contra Maria Nunes; ANTT-IL processo nº 11.632, contra Simão Rodrigues; ANTT-IL processo nº 4.306, contra João de Pecellim, Antônio Álvares Portilho e Francisco Gonçalves (três réus de um único processo).

sozinho. De todo modo, visitador e bispo atuaram juntos, ao lado dos juízes assessores, tanto para absolver quanto para condenar os réus que sentenciaram no foro inquisitorial.

Importante frisar que tanto o bispo de Salvador e os juízes assessores quanto o visitador estavam envolvidos em redes institucionais, sociais e de amizade; redes estas que, por um lado, sustentavam as suas ações, e, por outro, as limitavam ou dificultavam, em maior ou menor medida. Mas não apenas eles. Os próprios réus estavam envoltos em redes diversas fosse no Reino, nas capitanias do Nordeste brasileiro ou em outras partes do Império. Caso emblemático é o de João Nunes, cuja rede de influências seria decisiva para o desenlace do seu julgamento; o processo movido contra Diogo Amorim Soares⁵²⁹, tornado réu por descumprir ordens do visitador, é outro bom exemplo de até onde podia chegar um conflito que envolvesse poderes em posições antagônicas.

Também é importante ressaltar que, dos membros que compunham a Mesa da visitação, tanto o bispo quanto o visitador tinham formação jurídica reconhecida por aqueles que os indicaram para as funções que eles exerciam. Os processos enviados a Lisboa indicam claramente que Heitor Furtado não decidiu nenhuma causa importante sozinho, e sim com o parecer do ordinário, ele próprio juiz de outro tribunal, e dos juízes assessores, estes últimos profundos conhecedores dos pecados das ovelhas de seu rebanho espiritual. Nenhuma das críticas formuladas pelo Conselho Geral questionou o formato colegiado das sentenças prolatadas na Mesa da visitação ao Brasil, embora tal composição não fosse tão comum a outras visitas⁵³⁰.

⁵²⁹ ANTT-IL processo nº 6.346, contra Diogo Amorim Soares.

⁵³⁰ Segundo João Lúcio de Azevedo: “commummente, durante o período da visita, não se effectuavam prisões por ordem do Santo Officio, e, havendo razão de temer que algum denunciado se ausentasse, fazia-se deter, sob qualquer pretexto, pela auctoridade civil ou ecclesiastica, até que, exausto o tempo da graça, era remetido com o processo á Inquisição do districto. O Visitador e o Bispo, conjunctamente, despachavam as causas de

As críticas formuladas à atuação do visitador não foram suficientes para impedir que, menos de um ano depois de encerrada a Primeira Visitação, Heitor Furtado fosse nomeado deputado da Inquisição de Évora, em 1596; e que, ainda no mesmo ano, ele fosse transferido para a Inquisição de Lisboa – muito provavelmente a pedido⁵³¹ – para exercer o mesmo cargo. A nomeação e permanência de Heitor Furtado por longos anos⁵³² atuando como deputado no prestigiado tribunal de Lisboa⁵³³ não parecem soar como uma punição a quem teria deliberadamente afrontado as ordens o Conselho Geral da Inquisição portuguesa.

A DEFESA DOS RÉUS, A DEFESA DO TRIBUNAL

É bem verdade que em cerca de 20% das causas julgadas o Conselho Geral fez observações e críticas à condução dos processos ou às sentenças da Mesa da visitação – como ressaltai ao longo deste texto. No entanto, também é verdade que, em quase duzentos e trinta processos judiciais, apenas em 2% dos casos Heitor Furtado decidiu de forma

suspeita leve; e, nas demais, preparados os processos, se enviavam ao Conselho Geral. Assim se usava no Reino, mas nos logares ultramarinos tinha mais latitude a acção do Visitador. D'esta vez, na Bahia, constituiu-se tribunal, em que vários assessores, um d'elles o Padre Fernão Cardim, julgavam com o Bispo e o enviado da Inquisição. Os penitenciados ouviam as sentenças, e abjuravam, se havia causa, á hora da missa conventual". AZEVEDO, João Lúcio de. *História dos Cristãos-Novos Portugueses*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1921, p. 226-227, grifo meu.

⁵³¹ Segundo informações constantes em seu processo de habilitação, sua mãe ainda era viva em 1596 e morava em Lisboa, cidade em que nasceu Heitor Furtado. ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Heitor, mç. 1, doc. 2. Consultado em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2329361>. Acesso em: 09 de jan. 2018.

⁵³² No mínimo dez, pelo que pude apurar.

⁵³³ Para Bruno Feiliter, "dentre os tribunais de distrito da Inquisição, o de Lisboa ocupava uma posição superior aos outros. O fato de estar instalado no mesmo palácio que o Conselho Geral [...] é sem dúvida um dos elementos que justificam, ou demonstram essa importância. Do ponto de vista processual, pela sua proximidade física com o Conselho Geral, o tribunal de Lisboa, para além dos casos surgidos na sua área jurisdicional, acabou por também concentrar os processos mais delicados [...]. FEITLER, Bruno. Hierarquias e mobilidade na carreira inquisitorial portuguesa: a centralidade do tribunal de Lisboa. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes. et al. (orgs.). *Raízes do Privilégio: mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime*. Rio de Janeiro: Record, 2011, p. 235.

monocrática: a quase totalidade dos processos da Primeira Visitação (98%) foi julgada em colegiado. Assim, parece-me exagerado o excessivo protagonismo que a historiografia costuma atribuir à atuação de Heitor Furtado na formulação das sentenças da visitação ao Brasil⁵³⁴.

Por outro lado, a maior parte das práticas de justiça da Primeira Visitação era constituída não de processos, mas de confissões e delações que não prosperaram. E era apenas a Heitor Furtado que competia decidir pela aceitação ou não das denúncias que chegavam a ele, pois, ao contrário das sentenças, a abertura dos processos foi sempre uma decisão monocrática do visitador. Mas quando resolveu não processar, ele acabou atuando, ainda que indiretamente, em defesa dos acusados: não havia provas. Na falta delas os processos sequer eram abertos, fosse na Primeira Visitação, fosse no Reino. Afora a falta de provas, o número de processos bem menor que o de delações e confissões devia-se ao fato de que a ação inquisitorial não era orientada

⁵³⁴ Três exemplos desse protagonismo: segundo Ronaldo Vainfas, Heitor Furtado “andou extrapolando as instruções que recebera do Cardeal Alberto, as quais lhe investiam do poder de, sobretudo, instruir os processos cabíveis, remetendo os suspeitos para Lisboa, e só despachando os casos mais simples. Mandou prender suspeitos sem licença do Conselho Geral do Santo Ofício, órgão máximo da Inquisição Portuguesa; processou na colônia réus que deveriam ser julgados na metrópole; enviou a ferros para Lisboa réus com processos mal instruídos; absolveu indivíduos com grave presunção de culpa, segundo os inquisidores de Lisboa; sentenciou gente que o Conselho considerava inocente; realizou, enfim, verdadeiros autos de fé públicos, sem ter autorização para tanto, embora não tenha condenado ninguém à fogueira de *moto próprio*”. VAINFAS, Ronaldo (org.). *Confissões da Bahia: Santo Ofício da Inquisição de Lisboa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 27-28, itálico no original. Já para Ana Margarida Santos Pereira, “Heitor Furtado de Mendonça deixou na Bahia um rasto de excessos, motivados pelo desejo de ‘mostrar serviço’”. PEREIRA, “Ana Margarida Santos. Terceira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil. Capitâneas do Sul, 1627-1628”. *Politeia: História e Sociedade*, 2011, p. 49. Por fim, Sonia Siqueira afirma que a confiança que o Conselho Geral tinha em Heitor Furtado “não era muito grande, pois aquele Visitador se excedeu, seja promovendo um precipitado Auto-de-Fé, seja remetendo a Lisboa processos mal instruídos”. SIQUEIRA, Sonia. A disciplina da vida colonial: os Regimentos da Inquisição. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a. 157, n. 392, jul./set. 1996, p. 199. Pelo exemplos é possível perceber que a historiografia costuma tratar as decisões tomadas na Mesa da visitação como sendo apenas da responsabilidade do visitador.

apenas por propósitos punitivos, tendo também um vincado caráter pastoral: aos juízes da fé cumpria a defesa da salvação⁵³⁵.

Fosse pela decisão de não processar, punindo com rigor, sentenciando de forma branda, ou mesmo absolvendo, cabia aos juízes da Primeira Visitação defender a imagem de um tribunal justo e misericordioso, obrigação a que, de maneira geral, aos olhos do Tribunal, eles parecem não ter se furtado – cerca de 80% dos processos não receberam nenhum tipo de observação ou crítica do Conselho Geral, e nenhuma das causas julgadas na Mesa da visitação foi anulada ou revista em segunda instância. Mas quando acreditou ser necessário, o Santo Ofício português foi incisivo em mostrar o quanto a defesa dos réus era importante para a própria instituição.

Para o Tribunal era claro: não só a legitimidade da ação inquisitorial, mas também a imagem do Santo Ofício dependia de se garantir que os réus não fossem julgados sem defesa – a falta dela, no mais das vezes, equivaleria a condenações sem provas, e não, necessariamente, à ausência de defesa formal no curso do processo. Das críticas do Conselho Geral às sentenças prolatadas na visitação salta aos olhos uma constatação óbvia: é o próprio Santo Ofício quem protesta contra o rigor de seus juízes, atuando firmemente, como se advogado fosse, na defesa dos réus da Primeira Visitação ao Brasil. Naquele contexto, a defesa dos réus era a defesa do Tribunal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Angelo Adriano Faria de. *João Nunes, um rabi escatológico na Nova Lusitânia: sociedade colonial e Inquisição no nordeste quinhentista*. São Paulo: Alameda, 2011.

AZEVEDO, João Lúcio de. *História dos Cristãos-Novos Portugueses*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1921.

⁵³⁵ O traço pastoral da ação inquisitorial estava de acordo com o que previa o Regimento de 1552: “a tenção dos Inquisidores [...] [era] mais procurar às almas remédio da salvação que querer castigar com rigor da justiça”. Regimento de 1552, capítulo 6.

- BAIÃO, António. "Correspondência inédita do inquisidor geral e Conselho Geral do Santo Ofício para o primeiro visitador da Inquisição no Brasil". *Brasília*, vol. 1, Coimbra, 1942.
- BENNASSAR, Bartolomé (org.). *Inquisición española: poder político y control social*. Barcelona: Editorial Crítica, 1981.
- BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália. Séculos XIV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- BETHENCOURT, Francisco. "Inquisição e controle social". *História & crítica*. Lisboa, 1987.
- DIAS FARINHA, Maria do Carmo Jasmins. O Atentado ao Primeiro Visitador do Santo Ofício no Brasil 1592. In: Novinsky, Anita Waingort; KUPERMAN, Diane (orgs.). *Ibéria-Judaica: Roteiros da Memória*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996.
- FEITLER, Bruno. A ação inquisitorial no Brasil: uma tentativa de análise. In: FURTADO, Júnia Ferreira e RESENDE, Maria Leônia Chaves de (orgs.). *Travessias inquisitoriais das minas Gerais aos cárceres do Santo Ofício: diálogos e trânsitos religiosos no império luso-brasileiro (sécs. XVI - XVIII)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.
- FEITLER, Bruno. Hierarquias e mobilidade na carreira inquisitorial portuguesa: a centralidade do tribunal de Lisboa. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes; ____; CALAINHO, Daniela Buono; FLORES, Jorge (orgs.). *Raízes do Privilégio: mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime*. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- GACTO FERNÁNDEZ, Enrique. "Las circunstancias atenuantes de la responsabilidad criminal en la doctrina jurídica de la Inquisición". *Estudios penales y criminológicos*. Universidad de Santiago de Compostela, 1991.
- GOUVEIA, Jaime Ricardo. "A Inquisição na apuração do crédito e depuração do descrédito: Autóctones, caboclos e reinóis em microscopia no espaço Luso-Americano (1640-1750)". *Revista Ultramares (Dossiê Inquisição Colonial)*, nº 7, vol. 1, jan-jul, Maceió, 2015.
- GOUVEIA, Jaime Ricardo. "Os ladrões das honras e a repressão das desonras. A ação do Juízo Eclesiástico no Atlântico Português (1640-1750)". *Revista Ultramares (Dossiê Clero Colonial)*, nº 4, vol. 1, ago-dez, Maceió, 2013.
- MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro. *História da Inquisição portuguesa (1536-1821)*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013.
- MEA, Elvira Cunha. "Os cristãos-novos, a Inquisição e o Brasil – séc. XVI". *Revista da Faculdade de Letras*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 1987.
- MOTT, Luiz. Filhos de Abraão & de Sodoma: cristãos-novos homossexuais no tempo da Inquisição. In: GORENSTEIN, Lina; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (orgs.). *Ensaio sobre a intolerância: inquisição, marranismo e antissemitismo*. São Paulo: Humanitas/LEI, 2002.

- NOVINSKY, Anita Waingort. *Inquisição: Prisioneiros do Brasil, Séculos XVI a XIX*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- NOVISNKY, Anita. A Inquisição: uma revisão histórica. In: _____; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (orgs.). *Inquisição: Ensaio sobre mentalidade, heresia e arte*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, São Paulo: Edusp, 1992.
- PEREIRA, Ana Margarida Santos. "Terceira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil. Capitanias do Sul, 1627-1628". *Politeia: História e Sociedade*, 2011.
- RESENDE, Maria Leônia Chaves de – Cartografia gentílica: os índios e a Inquisição na América Portuguesa (século XVIII). In: FURTADO, Júnia Ferreira e _____ (orgs.). *Travessias inquisitoriais das minas Gerais aos cárceres do Santo Ofício: diálogos e trânsitos religiosos no império luso-brasileiro (sécs. XVI - XVIII)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.
- SILVA, Marco Antônio Nunes da. *O Brasil holandês nos cadernos do Promotor: inquisição de Lisboa, século XVII*. Tese (doutorado). São Paulo: Usp, 2003.
- SIQUEIRA, Sonia. A disciplina da vida colonial: os Regimentos da Inquisição. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a. 157, n. 392, jul./set. 1996.
- SIQUEIRA, Sonia. *A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
- SIQUEIRA, Sonia. O comerciante João Nunes. In: PAULA, Eurípedes Simões de (org.). *Portos, Rotas e Comércio – Anais do V Simpósio Nacional dos Professores de História – Campinas*. São Paulo: USP, 1971.
- ULHÔA PIMENTEL, Helen. "Sob a lente do santo Ofício: um visitador na berlinda". *Textos de História (UnB)*, v. 14, Brasília, 2006.
- VAINFAS, Ronaldo (org.). *Confissões da Bahia: Santo Ofício da Inquisição de Lisboa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

O “ANARQUISMO SEM ADJETIVOS” ATRAVÉS DA TRAJETÓRIA LIBERTÁRIA DE ANGELO BANDONI: REPENSANDO A CLASSIFICAÇÃO DOS ANARQUISTAS ITALIANOS EM SÃO PAULO NO INÍCIO DO SÉCULO XX PROPOSTA PELOS AUTORES DO LIVRO *BLACK FLAME*

Bruno Corrêa de Sá e Benevides⁵³⁶

Resumo: Este artigo tem como proposta rediscutir, por meio da trajetória do anarquista de origem franco-italiana Angelo Bandoni, a classificação elaborada pelo livro *Black Flame* para os libertários italianos em São Paulo no início do século XX, especialmente aqueles reunidos em torno do jornal *La Battaglia*. Apesar da forte tendência antiorganizacional de Bandoni, buscou-se compreender a sua ação enquanto militante para além das vertentes do anarquismo, evitando a sua classificação de maneira rígida e inexorável dentro do movimento libertário, rechaçando, ainda, a tese que defende a sua proximidade teórica com o insurrecionalismo defendido por Luigi Galleani. Com base nessa perspectiva, acredita-se que a melhor descrição de Bandoni seja a de um “anarquista sem adjetivos”, na medida em que ele mesmo não definiu rigidamente a sua posição.

Palavras-chave: Angelo Bandoni; anarquismo sem adjetivos; classificação.

THE “ANARCHISM WITHOUT ADJECTIVES” THROUGH THE LIBERTARIAN ROUTE OF ANGELO BANDONI: RECONSIDERING THE ITALIAN ANARCHISTS IN SÃO PAULO IN THE BEGINNING OF THE TWENTIETH CENTURY PROPOSED BY THE AUTHORS OF BOOK *BLACK FLAME*

Abstract: This article proposes to rediscover, through the trajectory of the French-Italian anarchist Angelo Bandoni, the classification elaborated by the book *Black Flame* to Italian libertarians in São Paulo in the early twentieth century, especially those gathered around the newspaper *La Battaglia*. Despite Bandoni's strong anti-organization tendency, sought to understand his action as a militant beyond the strands of anarchism, postulating that his best description is that of an “anarchist without adjectives”.

Key words: Angelo Bandoni; anarchism without adjectives; classification.

⁵³⁶ Licenciado em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Mestre em História pela mesma instituição, encontra-se vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira – GEPHEB no âmbito do NEB/PPGED./UNIRIO, e ao Grupo de Estudos Libertários (GEL/UNIRIO). E-mail: brunoebenevides@gmail.com. Artigo recebido em 10/07/2018 e aprovado em 09/09/2018.

APRESENTAÇÃO

De acordo com um ramo da historiografia sobre o anarquismo desenvolvida até a década de 1980, as correntes anarquistas dividem-se, *grosso modo*, em individualistas e associacionistas. Os “primeiros, genericamente, rejeitavam toda e qualquer forma de organização política como instrumento de ação”⁵³⁷, enquanto que os segundos entendiam ser crucial “a existência de uma estrutura organizativa mínima dentro da sociedade, sem que esta implicasse em relações de autoridade e hierarquia”⁵³⁸.

No tocante às tendências associativas do anarquismo, podemos localizar duas correntes: a que passaram a ser conhecidas como anarcocomunista, possuindo forte aproximação aos aportes teóricos do anarquista russo Piotr Kropotkin e do italiano Errico Malatesta; e outra que utilizava a organização sindical como tática de luta, e foram muito influentes no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, onde editaram, por exemplo, o periódico *A Voz do Trabalhador*.

Durante o período em que viveu no Brasil, Angelo Bandoni tendeu a assumir uma posição não muito bem definida dentro do anarquismo. Porém, inúmeras vezes se declarou contrário à tese que dizia ser obrigatória a conformação dos anarquistas em torno de uma organização sindical, de modo que grande parte da historiografia recente o define como um antiorganizador⁵³⁹.

⁵³⁷ Além disso, são caracterizados por ter certa “aproximação, ainda que inconsciente, com o individualismo de Max Stirner”. Inconsciente, pois muito dos anarquistas jamais leram ou tiveram contato o autor alemão (ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*. São Paulo: Annablume, 2002, p. 40-42).

⁵³⁸ ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*. São Paulo: Annablume, 2002, p. 40-42.

⁵³⁹ FELICI, Isabelle. “Gli anarchici italiani di San Paolo e il problema dell’organizzazione operaia (1898-1917)”. In: BLENGINO, Vanni; FRANZINA, Emilio; PEPE, Adolfo. *La riscoperta delle Americhe: Lavoratori e sindacato nell’emigrazione italiana in America Latina (1870-1970)*. Teti Editore, 1994.

Outro ramo dessa historiografia, contudo, foi mais além, e tendeu a identificar as suas críticas às organizações sindicais como um elemento que o ligasse ao insurrecionalismo defendido pelo anarquista italiano Luigi Galleani. Isso se deu em razão da classificação elaborada por Michael Schmidt e Lucien van der Walt com a publicação da obra *Black Flame. The revolutionary class politics of Anarchism and Syndicalism*⁵⁴⁰, que afirmam serem duas as correntes do anarquismo: o anarquismo insurrecionalista e o anarquismo de massas. Para a primeira vertente, as reformas seriam ilusórias, sendo os movimentos de massa organizados (como os sindicatos) incompatíveis com o anarquismo, concedendo ênfase à ação armada contra a classe dominante e suas instituições, como o principal meio de despertar uma revolta espontânea revolucionária⁵⁴¹.

No Brasil, essa maneira de classificar passou a ter guarida a partir do trabalho de Felipe Corrêa, *Rediscutindo o anarquismo*, ao ressaltar a crítica feita pelos anarquistas italianos de São Paulo, sobretudo daqueles agrupados em torno do periódico *La Battaglia*⁵⁴², no início do século XX, em relação aos militantes operários que tenderam a se agrupar em torno de uma organização

⁵⁴⁰ VAN DER WALT, Lucien; SCHMIDT, Michael. *Black Flame. The revolutionary class politics of Anarchism and Syndicalism*. Oakland (CA): AK Press, 2009, p. 123-124.

⁵⁴¹ VAN DER WALT, Lucien; SCHMIDT, Michael. *Black Flame. The revolutionary class politics of Anarchism and Syndicalism*. Oakland (CA): AK Press, 2009, p. 123. Ainda segundo os autores, se enquadrariam nessa estratégia: anarquistas como Luigi Galleani, Emile Henry, Ravachol, M. Jacob, Nicola Sacco, Bartolomeo Vanzetti, C. Duval e Severino Di Giovanni. Foi defendido também por franceses do Bando de Bonnot e os russos do Chernoe Znamia e do Beznachalie, entre outros que defenderam, ainda que momentaneamente, o insurrecionalismo.

⁵⁴² O *La Battaglia* foi um periódico anarquista escrito em língua italiana publicado em São Paulo, fundado pelo anarquista toscano Oreste Ristori (1874-1943), em junho de 1904. Ristori, que chegou a São Paulo em março de 1904 (local onde a comunidade de anarquistas de origem italiana era bem ampla), formou um grupo redator inicial contando com a participação de Alessandro Cerchiai, Angelo Bandoni, Tobia Boni, e Gigi Damiani. O semanário de quatro páginas chegou a ser publicado ininterruptamente todas as semanas, durante 9 anos, até agosto de 1913, embora tivesse mudado de nome, em setembro de 1912, para *La Barricata*, alcançando uma tiragem que chegou, em alguns anos, a 5.000 cópias semanais (ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*. São Paulo: Annablume, 2002, p. 130).

sindica. De acordo com eles, o objetivo era a conquista de reformas imediatas no bojo das relações trabalhistas, deixando de lado a luta maior que deveria ser pela revolução social. Tal posição, ainda segundo o autor, seria uma nítida evidência da proximidade deste grupo em relação aos insurrecionalistas, cuja base teórica seria Luigi Galleani e que seriam melhor denominados como antiorganizadores⁵⁴³⁵⁴⁴.

Ainda dentro dessa perspectiva, tal anseio pela taxinomia dos anarquistas no Brasil entre aqueles a favor ou avessos às organizações não seria uma proposta neutra do ponto de vista histórico, mas uma demanda oriunda de seus defensores no afã de fazer uma reflexão para o tempo presente no intuito de legitimar a existência de alguns grupos anárquicos na atualidade. Esses defensores ainda seriam responsáveis por incorporar ao debate uma discussão sobre os modelos de organização anarquista ocorrida na Europa na segunda metade dos anos 1920.

A referida disputa encetada nos anos vinte envolveu alguns militantes russos exilados na França após a repressão bolchevique ⁵⁴⁵ e outros anarquistas. De uma maneira geral, o debate se estabeleceu a partir das

⁵⁴³ Tanto os autores sul-africanos, quanto Corrêa, não trataram de classificar direta e especificamente Angelo Bandoni. Mas como este fez parte do grupo de articulistas do jornal *La Battaglia* e manteve posição de críticas às organizações sindicais, trabalhos recentes tenderam a classifica-lo como um insurreicionário e influenciado pelas teorias galleanistas (ver por exemplo: SANTOS, Kauan Willian dos. “Paz entre nós, guerra aos senhores”: o internacionalismo anarquista e as articulações políticas e sindicais nos grupos e periódicos anarquistas guerra sociale e a plebe na segunda década do século XX em São Paulo. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2016, p. 36-37 e SANTOS, Kauan Willian dos. “Ultrapassando limites, conjurando a liberdade: revolução e nação na trajetória política de Angelo Bandoni em São Paulo nas duas primeiras décadas do século XX”. *Revista Mundos do Trabalho*, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 57-74, 2016).

⁵⁴⁴ CORRÊA, Felipe. *Rediscutindo o anarquismo: uma abordagem teórica*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, p. 173-174, ver também: VAN DER WALT, Lucien; SCHMIDT, Michael. *Black Flame. The revolutionary class politics of Anarchism and Syndicalism*. Oakland (CA): AK Press, 2009, p. 132.

⁵⁴⁵ Estes anarquistas russos se articularam em torno da revista *Dielo Truda*, por meio de um grupo conhecido pelo próprio nome da revista, que tinha entre seus militantes Makhno e Arshinov.

posições dos russos, por meio da publicação de “A Plataforma Organizacional da União Geral dos Anarquistas”⁵⁴⁶ e de duas respostas, denominadas de “A Síntese Anarquista”⁵⁴⁷, publicadas por Volin e Sebastian Faure⁵⁴⁸. As críticas à Plataforma, nome como o movimento passou a ser reconhecido, foram contundentes e envolveram as figuras mais proeminentes do anarquismo internacional, bastando mencionar Errico Malatesta, Luigi Fabbri, Camillo Berneri, Sébastien Faure, Max Nettlau, Alexander Berkman, Emma Goldman, entre outros⁵⁴⁹.

Ainda de acordo com os partidários da divisão dos anarquistas brasileiros entre organizadores versus antiorganizadores, seria possível “identificar similaridades significativas entre a proposta da Síntese e a defesa do “anarquismo sem adjetivos” na Espanha do século XIX” (sustentado por Tárrida de Marmól e Ricardo Mella), nas reflexões de Emma Goldman e no modelo praticado pela FAI (Federação Anarquista Ibérica). Por outro lado, segundo essa mesma perspectiva, poderia, também, identificar semelhanças entre a Plataforma e a teoria de Bakunin e a prática da ADS (Aliança da

⁵⁴⁶ A proposta plataformista reconhece “a necessidade dos anarquistas se unirem em uma organização de bases sólidas que, em meio às massas, deve impulsionar a revolução social violenta e estabelecer o comunismo libertário”. Além disso, “constitui uma proposta de programa para os anarquistas”, que reúne uma série de medidas e dentre essas “destacam-se os princípios propostos para o modelo de organização anarquista defendido” (CORRÊA, Felipe. *Rediscutindo o anarquismo: uma abordagem teórica*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, p. 181).

⁵⁴⁷ Volin acusou a Plataforma de estar desenvolvendo um modelo bolchevique de organização, que apontava para uma forma autoritária de organização, e “defendeu a proposta de uma organização anarquista que associasse as diversas tendências do anarquismo”. A sua posição consolidou-se em 1934, “na qual defende “unificar, em certa medida, a teoria e também o movimento anarquista, num conjunto harmonioso, ordenado, acabado” (ROSSINERI, Patrick. *Entre a plataforma e o partido: as tendências autoritárias e o anarquismo*. Piracicaba: Ateneu Diego Giménez, 2011 e CORRÊA. *Rediscutindo o anarquismo*, p. 181).

⁵⁴⁸ CORRÊA, Felipe. *Rediscutindo o anarquismo: uma abordagem teórica*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, p. 180-182.

⁵⁴⁹ ROSSINERI, Patrick. *Entre a plataforma e o partido: as tendências autoritárias e o anarquismo*. Piracicaba: Ateneu Diego Giménez, 2011, p. 16.

Democracia Socialista)⁵⁵⁰, assim como nas posições da FAU (Federação Anarquista Uruguaia) e da FAKB (Federação dos Anarco-Comunistas Búlgaros)⁵⁵¹.

No Cone Sul, a partir da década de 1980, por iniciativa da FAU (fundada em 1956), desenvolveu-se a difusão de uma tendência "neoplatafornista" denominada especificismo. Tal tendência era defensora de propostas semelhantes com o platafornismo dos anos 1920, "ainda que de uma fundamentação diferente e de uma genealogia diferente"⁵⁵². A partir dessa proposta inicial, outras de origem latino-americana vão surgindo e se desenvolvendo inclusive no Brasil⁵⁵³. Em contraposição, consolidou-se o movimento denominado sintetismo cujo objetivo foi a constituição de federações locais heterogêneas, declaradamente anarquistas, defendendo a diversidade tática capaz de reunir militantes de diferentes tendências anárquicas, unindo-se na Internacional de Federações Anarquistas (IFA, já existente desde 1968), sendo que esta última não exerce nenhum tipo de poder de comando sobre tais federações regionais.

Em outras palavras, de uma maneira geral, o objetivo das análises até aqui apresentadas é defender que a proposta dos atuais grupos especificistas latino-americanos é uma derivação histórica do movimento platafornista

⁵⁵⁰ Basicamente, a ADS (1868), tanto durante o seu funcionamento de forma pública quanto durante o período em que funcionou secretamente, foi uma organização criada por Bakunin e os bakuninistas que serviria para conceder suporte a AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores) com o objetivo de impulsionar os movimentos sociais, porém sem exercer relação de dominação ou hierarquia sobre a Internacional (BAKUNIN, Mikhail. *Revolução e Liberdade. Cartas de 1845 a 1875*. São Paulo: Hedra, 2010, p. 24).

⁵⁵¹ CORRÊA, Felipe. *Rediscutindo o anarquismo: uma abordagem teórica*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, p. 184-185.

⁵⁵² "Postula que os anarquistas devem se agrupar em organizações de caráter ideológico especificamente anarquista e dali trabalhar nos movimentos sociais. Também se insiste na unidade teórica, na unidade tática e no desenvolvimento de políticas da organização específica aos movimentos sociais nos quais seus militantes participam. aprofundando as bases do especificismo" (CORRÊA, Felipe. *Rediscutindo o anarquismo: uma abordagem teórica*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, p. 238).

⁵⁵³ A fundação, em 2012, da Coordenação Anarquista Brasileira (CAB), por exemplo.

européu de meados da década de 1920. E, por consequência, este último seria um desdobramento direto mais próximo das ideias de Bakunin no seio da AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores), isso em razão da estratégia de luta e da forma organizativa adotadas pelo especificismo. Do mesmo modo, como corolário, no caso do movimento anarquista brasileiro desenvolvido nos primeiros anos do século XX, os grupamentos defensores das organizações (sindicais) possuiriam maior semelhança com este modelo bakuninista, devendo, assim, ser considerados pertencentes a um anarquismo mais "original", mais legítimo.

Em contraposição, aqueles contrários a um projeto organizativo via sindicatos, como os libertários italianos de São Paulo (especificamente os militantes reunidos em torno do *La Battaglia*), teriam se afastado da Internacional e das proposições do teórico russo, e em razão disso passariam a propagar, equivocadamente, a antiorganização, por serem seguidores do insurrecionalismo de Luigi Galleani. Tais análises, entretanto, são sensivelmente generalizantes, pois classificam de forma inexorável os militantes italianos, não ressaltando e se atentando para as especificidades de cada anarquista. Além disso, realizam um estudo histórico sem considerar as fontes e não se atentam para a história do próprio anarquismo na Itália. Em outras palavras, dobram o passado para justificar o presente, e acabam por cometer equívocos⁵⁵⁴. Nesse sentido, a proposta deste artigo é, por meio do exame dos textos produzidos por Angelo Bandoni em sua integralidade, repensar a sua adjetivação enquanto antiorganizador e insurrecionário gallianista, fato que será feito nas próximas páginas.

⁵⁵⁴ Sobre essa ideologização da história do anarquismo há o extenso trabalho de René Berthier, *Commentaires sur "Black Flame" et divers autres ouvrages. Reflexions sur l'anarchisme et le syndicalisme révolutionnaire*. Cercle d'Études libertaires Gaston-Leval, 2017. Nessa obra em vias de tradução ao português, Berthier traça uma comparação entre as ideias propostas principalmente por Michael Schmidt e Lucien van der Walt, Felipe Corrêa e Edilene Toledo, verificando a sustentação das mesmas ou não nas fontes da época.

UMA BREVE BIOGRAFIA DE ANGELO BANDONI⁵⁵⁵

O *hall* da fama do anarquismo em São Paulo nos primeiros anos da República é composto por militantes emblemáticos como Gigi Damiani, Oreste Ristori, Tobia Boni, Alessandro Cerchiai, Edgard Lourenroth, Florentino de Carvalho, Neno Vasco, entre outros, que em razão de suas ações aguerridas despertaram interesse na produção de trabalhos biográficos⁵⁵⁶. Para alguns historiadores e memorialistas, o nome Angelo Bandoni também se insere nesse grupo.

Angelo Bandoni, nasceu em 2 de julho de 1868 em Bastia, uma cidade localizada ao norte da ilha da Córsega na região do mar Mediterrâneo. Vale ressaltar que a ilha da Córsega, até o ano de 1769, sofreu grande influência política de diversos reinos, principalmente os italianos ainda não unificados, quando a partir desta data passou a pertencer ao domínio da França⁵⁵⁷. Essa informação possui grande relevância, na medida em que demonstra ser Bandoni francês de nascimento, mas de cultura italiana.

Apesar de ter nascido na Córsega, este tinha origem italiana por parte materna e paterna, pois ambos eram de Livorno. Após seu nascimento, a família Bandoni viveu na ilha francesa por mais 18 anos, quando ele, seu pai (Giovanni Bandoni) e seu irmão migraram em direção à Itália.

⁵⁵⁵ Sobre as informações biográficas de Angelo Bandoni mencionadas neste texto ver: BENEVIDES, Bruno Corrêa de Sá e. *O Anarquismo sem adjetivos: a trajetória libertária de Angelo Bandoni entre propaganda e educação*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

⁵⁵⁶ Sobre Gigi Damiani: FEDELI, Ugo. *Gigi Damiani. Note biografiche: il suo posto nell'anarchismo*. Cesena: L'Antitativo, 1954; sobre Oreste Ristori: ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*. São Paulo: Annablume, 2002; sobre Edgard Lourenroth: KHOURY, Yara Maria. *Edgard Leuenroth, uma voz libertária: imprensa, memória e militância anarco-sindicalista*. São Paulo: USP, 1989; Neno Vasco: SAMIS, Alexandre. *Minha pátria é o mundo inteiro*. Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos. Lisboa: Letra Livre, 2009 e Florentino de Carvalho: NASCIMENTO, Rogério H. Z. *Florentino de Carvalho. Pensamento social de um anarquista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.

⁵⁵⁷ REY, Didier. "Historique des migrations en Corse depuis 1789". In: PESTEIL, Ph (Org.). *Histoire et mémoires des immigrations en région Corse*. Corte: Université de Corse – Pascal Paoli, 2008, p. 05.

De Bastia, a família Bandoni chega à cidade de La Spezia onde se estabelece no ano de 1886. A trajetória de Angelo na Itália é um conjunto de “idas e vindas”. No momento em que aporta na península itálica, o anarquismo estava fervilhando e sofria intensa repressão por parte das autoridades italianas. No final do século XIX, o país era possuidor de uma massa trabalhadora ainda predominantemente agrária e artesã, que passava por grandes dificuldades e uma miséria crescente. O processo de industrialização na região norte do país e as periódicas crises econômicas geraram um expurgo de proletariados desempregados provocando uma profunda desigualdade social e entre regiões⁵⁵⁸.

Tais condições favoreceram o desenvolvimento do movimento anarquista, sobretudo nas regiões da Toscana (seu berço), Firenze, Prato, Livorno, Massa, Carrara e dali foi ampliando o seu raio de propagação por toda a península até 1898⁵⁵⁹, quando experimentou o seu processo de enfraquecimento em razão de uma intensa repressão. Fator preponderante no desenvolvimento dos ideais libertários foi a passagem de Mikhail Bakunin na Itália entre os anos de 1864 a 1867, cujos ensinamentos colaboravam na formação de dois dos maiores expoentes do anarquismo italiano – Errico Malatesta e Carlo Cafiero⁵⁶⁰.

Uma das características essenciais do proletário italiano do final do novecentos foi o estabelecimento de um nexo entre o pensamento e a ação, onde a camada mais baixa do proletariado, os *braccianti* (trabalhadores, jornaleiros ou boia-fria), em

⁵⁵⁸ Sobre a Itália na segunda metade do XIX, ver: BIONDI, Luigi. *Classe e nação*. Trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo, 1890-1920. Campinas: Ed. Unicamp, 2011, p. 39-40 e HOBBSBAWM, Eric. *A era dos impérios* (1875-1914). 16ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013, p. 183-184, para uma compreensão do universo proletário neste mesmo período.

⁵⁵⁹ LEVY, Carl. *Gramsci and the Anarchist*. New York: Berg, 1999, p. 07.

⁵⁶⁰ PERNICONE, Nunzio. *Italian Anarchism, 1864-1892*. New Jersey: Princeton Legacy Library, 1993, p. 03-04.

contato com um discurso teórico do socialismo, apropriou-se gradativamente das premissas teóricas anarquistas rejeitando, porém, as práticas de luta da pequena burguesia⁵⁶¹.

O modelo de reação adotado por esse novo contingente anarquista contra a “exploração de quem os dominava passou a ser sistemática: a realização de furtos campestres e o incremento dos bandos armados”⁵⁶².

Por consequência, duas vertentes do anarquismo na Itália se desenvolveram. O individualismo, aqui incluídos os insurrecionalistas, já desde a década de 1870 quando da perseguição aos trabalhadores internacionalistas após o fim da Comuna de Paris, e o chamado anarco-comunismo, a partir da concepção originária de Kropotkin e muito defendido por Malatesta desde seu regresso da Argentina ao final da década de 1880. Como a corrente individualista foi mais forte até quase o final do *dezenove*, percebe-se certa e efêmera proximidade de Angelo Bandoni com esta vertente, tendo em vista algumas de ações à época de sua estadia na Itália. E que ações foram essas?

O jovem Bandoni não tinha endereço e nem destino certo, transitando por distintos lugares da costa tirrênica norte italiana. Todos esses sítios inclusive sob grande influência do anarquismo. Depois de constatar a sua primeira aparição em La Spezia (1886), os registros policiais apontam que ele havia sido preso na comuna de Lucca (1887), na região da Toscana, por contrabando de moeda falsa, permanecendo privado de sua liberdade até final de 1890, quando, após ter cumprido a sua pena, retornou pela segunda vez a La Spezia.

No mesmo ano que foi posto em liberdade, Bandoni foi novamente condenado a cinco anos de reclusão por furto, roubo e uso de documento

⁵⁶¹ ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*. São Paulo: Annablume, 2002, p. 32.

⁵⁶² ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*. São Paulo: Annablume, 2002, p. 32.

falso. Só que desta vez cumpriu pena na Argélia, colônia administrada pelo Estado da França, já que era francês nato. Em 1895, após ter saído da prisão, retorna pela terceira vez a La Spezia, ocasião em que foi mais uma vez detido (por nove meses) e definitivamente expulso da Itália. Entre os anos de 1895 a 1900 há divergências nos registros policiais. Uma versão menciona que durante este período migrou clandestinamente para a Argentina, retornando à Itália anos depois. A segunda versão diz que veio para o Brasil e posteriormente retorna à comuna de La Spezia.

Em maio de 1898, uma forte onda de repressão assolou os anarquistas. Com a deflagração da revolta contra o aumento do pão, as forças do rei Umberto I (1878-1900) acertaram o cerne do movimento libertário na tentativa de reprimir os “subversivos”. Desta forma, iniciou-se uma sequência de expulsões e prisões por todo o país. Além disso, foi necessário empurrar essa massa proletária para um lugar distante e amenizar as tensões internas, o que foi providenciado pelo governo italiano através da imigração em massa para a América⁵⁶³. Foi exatamente nesse contexto conflitante e de grande repressão, que Bandoni teve a sua expulsão decretada.

No dia 05 de maio de 1900, Angelo Bandoni aportou em Santos, no Estado de São Paulo, a bordo do vapor *Città di Genova*. Veio sozinho em busca de novos rumos na América. Tinha apenas 30 anos e do Brasil jamais se mudou, permanecendo no país por mais de 47 anos.

Quando chegou a terras brasileiras, residiu em uma área rural na zona oeste do Estado de São Paulo, denominada Água Virtuosa. Possivelmente nesse momento deve ter trabalhado no campo como colono agrícola, fenômeno muito comum junto aos italianos recém-chegados ao país no final do oitocentos. Em um segundo momento, muda o local de sua residência

⁵⁶³ LEVY, Carl. *Gramsci and the Anarchist*. New York: Berg, 1999, p. 06.

para o centro urbano paulistano, mais especificamente no bairro do Bom Retiro (região que abrigou grande quantidade de imigrantes italianos).

A escravidão havia sido recentemente abolida (1888) e a República acabara de ser proclamada (1889) quando adentrou ao país. O parque industrial nacional ainda era muito incipiente e se restringia ao Estado de São Paulo e Rio de Janeiro. Quer dizer, o movimento de trabalhadores operários ainda estava germinando. Portador de certo *capital* libertário adquirido no exterior, assim como diversos militantes, Bandoni contribuirá ativamente na formação da massa trabalhadora organizada, sobretudo propagando as ideias anarquistas.

Em terras brasileiras, as suas ações libertárias tiveram maior ênfase na propaganda e na informação dos trabalhadores. Tanto é assim, que durante o período de permanência no país, escreveu em diversos periódicos⁵⁶⁴ e também foi responsável pelas edições de alguns outros que ganharam notabilidade⁵⁶⁵. Além disso, realizou conferências, organizou escolas e ainda teve tempo para escrever poesias. Tais práticas, além de privilegiar o prazer e

⁵⁶⁴ Como por exemplo: com a participação, em 1900, de alguns artigos no periódico *Palestra Social*, cuja direção pertencia ao anarquista Tobia Boni. A partir de 1904, contribuiu recorrentemente nas páginas do implacável jornal editado por seu grande companheiro de luta Oreste Ristori, o já referido *La Battaglia*. Quando o *La Battaglia* chegou a seus momentos finais (1912), passa a ser editado sob outro nome – *La Barricata*, o qual teve sobrevida até outubro de 1913. Bandoni também participou como redator em algumas edições. Em julho de 1913, faz presença no periódico organizado pelo anarquista Alessandro Cerchiai, *La Propaganda Libertaria*.

⁵⁶⁵ Produto do círculo libertário *Germinal*, em fevereiro de 1902, Bandoni funda um periódico com o mesmo título. Em 1915, organizou o periódico *Guerra Sociale*, que ousaria fazer as vezes do *La Battaglia* de Ristori. Foi diretor-responsável até a edição de n. 16, quando Gigi Damiani assume a direção. Este jornal durou até o ano de 1917 e teve papel crucial na organização da greve geral de São Paulo em 1917. No ano de 1919, editou o jornal *Alba Rossa*, contribuindo até a edição de n. 11. O jornal teve breve duração, intercalada por sucessivas interrupções, encerrando as suas atividades definitivamente em 1934. Bandoni havia deixado o *Alba Rossa* em 1919 para dar prosseguimento ao seu antigo periódico – o *Germinal*!, que encerra no mesmo ano.

o entretenimento da classe trabalhadora, buscavam convencer, por meio da propaganda, o seu público alvo da “necessidade de emancipação social”⁵⁶⁶.

Além de grande articulista, Bandoni também tem sido reconhecido por suas ações no campo da educação libertária. A sua prática pedagógica, que vai se aperfeiçoando e se profissionalizando com o decorrer do tempo de estadia no Brasil, ganhou reconhecimento, inclusive, no interior da comunidade italiana a qual fez parte.

Após ter-se deslocado do interior paulista em direção ao centro urbano da capital paulistana, Bandoni passa a ser reconhecido pela alcunha: o *professor*, tamanho o seu vínculo com a arte do ensino. Essa experiência pedagógica foi sendo adquirida na prática cotidiana e na aplicação de um método específico baseado em suas leituras⁵⁶⁷.

Os últimos momentos da vida de Bandoni não são precisos. Os seus artigos vão pouco a pouco desaparecendo das páginas da imprensa anarquista remanescente. As suas pegadas somem, mas alguns de seus rastros ainda são encontrados até meados da década de 1940. Permanece morando no mesmo bairro (Bom Retiro) com a sua esposa até o ano de seu falecimento (1947). Ao que se sabe, não morreu como um mártir como tantos outros anarquistas. Provável que tenha deixado a vida pelo avançar da idade, o corpo cansado e vencido pela velhice, mas com a mente convicta de seu anarquismo.

Os anos 1940 no Brasil foram exigentes com os libertários. Encontravam-se espremidos; de um lado o trabalhismo varguista e a repressão do Estado Novo; do outro, o comunismo ganhava terreno entre a classe proletária. Diante desta realidade, certamente a sua trajetória e seus escritos à época

⁵⁶⁶ HARDMANN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003, p. 13-14 e 32.

⁵⁶⁷ Ver: BENEVIDES, “Bruno Corrêa de Sá e. A educação libertária como nova tendência revolucionária: as experiências pedagógicas de Angelo Bandoni”. *Revista Latino-Americana de História*, vol. 7, n. 19, jan./jul., 2018.

não foram reconhecidos por seus pares e caíram no esquecimento dos frios dados estatísticos. Assim, acabou não sendo lembrado nem pelos anarquistas organizados que sobraram, nem pela atual escrita da história (ou historiografia) sobre o respectivo tema.

O “ANARQUISMO SEM ADJETIVO” DE ANGELO BANDONI

Desde os primeiros anos em que Angelo Bandoni chegou ao Brasil tratou de firmar posição contrária quanto à organização dos trabalhadores anarquistas em sindicatos. Em seu jornal *Germinal*, por exemplo, no mês de outubro de 1902, parafraseou ironicamente o discurso feito pelos adeptos das organizações contra os patrões ao escrever que: “nós continuaremos a trabalhar para vocês, porque nascemos para trabalhar; mas apenas nas seguintes condições: queremos mais respeito! Mais salário! E menos trabalho”. Mas que, apesar de tais propostas, os locais de resistência dos anarquistas deveriam permanecer sendo as habituais localidades de propaganda, como as oficinas, os cafés e a reunião pública, portanto, não haveria necessidade da via sindical.

Os trabalhadores (...) se encontram em qualquer lugar: os lugares públicos, nas oficinas, nas associações operárias de qualquer tendência. É nestes lugares que nós devemos alcançá-los, falar-lhes das injustiças quotidianas, das privações imerecidas, da atrevida e bárbara opulência dos patrões, visando promover e agravar a intolerância. Devemos voltar os olhos para as mistificações, pô-las em guarda contra as falsas promessas e antecipar-lhe – com lógica – a experiência dos meios termos. Agindo de tal forma, estamos seguros de não ter que dar golpes no voto e de conduzir uma contribuição válida à emancipação proletária.⁵⁶⁸

Para Bandoni, o problema das organizações, principalmente as sindicais, seria a reunião das massas, entendidas como inconscientes, pertencentes aos “pobres de espírito que se deixam facilmente enganar-se

⁵⁶⁸ *Germinal*, n. 17, 18 de outubro de 1902, “Nuovo giornale”.

pelo primeiro charlatão", que, sendo possuidores de uma boa retórica, seriam capazes de desviar os trabalhadores conscientes do seu objetivo principal. Deste modo, a via organizativa deveria ser um meio e não um fim em si mesma⁵⁶⁹.

A partir de março de 1905, no jornal *La Battaglia*, Bandoni elaborou uma sequência de artigos sobre as organizações operárias. Nessa ocasião, argumentou ser legítima a intenção daqueles que pretendem resistir contra as imposições patronais por meio de tendências associativas, mas desde que tal proposição possibilite, por meio da solidariedade profissional, o desenvolvimento de "uma maneira que – de reivindicação em reivindicação – possa conduzir a bela e a completa emancipação da tríplice tormenta: econômica, política e moral" do proletariado. Contudo, da maneira como vinham sendo concebidas, nada mais seriam que a manifestação exuberante de um corporativismo com a

preponderância parlamentar do elemento reformista-democrático-social" e, "diga o que disserem, os socialistas e os anarquistas da organização operária, nunca poderão prescindir da fatalidade econômico-política de um domínio parasitário⁵⁷⁰.

Neste mesmo texto, aproveita para denominar-se antiorganizador⁵⁷¹, fato que, certamente, contribuíra para que aumentasse ainda mais a sua proximidade com tal vertente, tanto entre os demais militantes quanto para a

⁵⁶⁹ "Organizem-se! Grita o povo triste; a união faz a força'. E organizem-se portanto; mas, misericórdia, organizados que faremos mais? A organização é um meio!... É preciso um fim para conseguir. Como utilizaremos este meio? Qual o fim que com isso poderemos alcançar?" (*Germinal*, n. 20, 29 de novembro de 1902, p. 02, "Lo Stato presente della lotta di classe").

⁵⁷⁰ *La Battaglia*, n. 35, 19 de março de 1905, p. 01, "L'Organizzazione Operaia (II)".

⁵⁷¹ "(...) Deixamos portanto aos paladinos do reformismo o recrutamento da milícia corporativista; nós antimilitarista, *antiorganizadores* – chamamos os desertores do nosso caminho. O anárquico – na propaganda – não deve buscar harmonização fictícia de entendimento, não deve ser imóvel a mania de fazer número: o oportunismo – em tática – é uma miragem que conduz ao desastre" (*La Battaglia*, n. 35, 19 de março de 1905, p. 01, "L'Organizzazione Operaia (II)").

historiografia atual. No entanto, alguns fatos posteriores precisam ser invocados para rechaçarmos esta posição.

Em razão de tais críticas feitas aos defensores das organizações operárias, Angelo Bandoni se envolveu em uma grande polêmica com Giulio Sorelli, anarquista italiano defensor do sindicalismo revolucionário e residente no Brasil desde 1893⁵⁷². Sorelli rebateu os argumentos de Bandoni ressaltando algumas contradições em seus discursos. Na primeira, questionou como seria possível invocar a solidariedade entre o proletariado e, ao mesmo tempo, desprezar o esforço empreendido pelos trabalhadores espalhados pelo mundo na tentativa de criar associações operárias, fato que, para o sindicalista, seria a maior prova “dos laços solidários”⁵⁷³.

Já a segunda contradição apontada por Sorelli, e que possui grande relevância para esta pesquisa, ocorre quando, ironicamente, comentou que até mesmo o “antiorganizador Bandoni”, em uma carta enviada ao jornal *Avanti!*, defendia a conformação dos professores de São Paulo em uma organização específica visando melhorias salariais desta categoria:

(...)Uma prova: Bandoni, o nosso contraditor, é antiorganizador convicto. No entanto, quando os próprios interesses entram em baila, e quando o melhoramento econômico da classe a qual pertence é prejudicado é fato sentir como uma necessidade; ora Bandoni se esquece de ser antiorganizador [...] e das suas opiniões abstratas, e escreve uma carta ao *Avanti!* patrocinando a ideia de uma organização entre os professores.
(...) ⁵⁷⁴

Em respostas às provocações de Sorelli, Bandoni rebatera que, apesar de sua posição, ele não poderia “censurar o anarquista, o qual entra em uma liga profissional” visando à defesa de seus direitos. Entretanto, o que para ele seria intolerável é a possibilidade de um militante se inserir na via sindical, e a

⁵⁷² Ver: TOLEDO, Edilene. *Travessias Revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

⁵⁷³ *La Battaglia*, n. 36, 26 de março de 1905, p. 01.

⁵⁷⁴ *La Battaglia*, n. 36, 26 de março de 1905, p. 01, “Ancora sulle organizzazione”.

partir daí deixar de lado o desejo pela revolução e contentar-se apenas com os ganhos imediatos:

(...) O que eu não poderei tolerar é quando qualquer anarquista entra, infiltra-se em uma liga operária e tendo tomado o gosto, se mete a fazer propaganda institucional e ousasse, além disso, beber a todo custo conscientes e inconscientes dos benefícios alcançáveis com resistência, com a luta corporativista são tais que nos faz esquecer a propaganda revolucionária. Como não poderei tolerar que os quatro companheiros (...) viessem para magnificar a praticidade da corporação, no regime capitalista.⁵⁷⁵

Assim, sem uma explicação plausível e de forma um tanto contraditória, Bandoni argumentava que ninguém podia “impedir o mestre republicano de fazer propaganda republicana, o socialista de fazer do socialismo”, como, de igual modo, não seria possível

impedir o anarquista antiorganizacionista de combater todas aquelas associações profissionais que pretendem ser suficientes para combater a luta de classes⁵⁷⁶.

Contudo, a despeito do seu argumento, a questão de fundo, para o seu contraditor, era a sua crítica feita às organizações no plano teórico, e, paradoxalmente, na prática, defender, quando de seu interesse, o seu uso em busca do melhoramento econômico da categoria a qual fazia parte.

Diante desse nítido contrassenso, o editor do jornal *La Battaglia*, Oreste Ristori, sai em defesa de Bandoni e argumentou que a pretensão de seu companheiro foi esclarecer que, se as organizações possuísem como objetivo unicamente a propaganda revolucionária, em tais casos, as associações seriam válidas, mas, não sendo esta a hipótese, a sua existência não haveria utilidade:

E acima de tudo, uma explicação de grande utilidade: somos nós organizadores? Sim e não. Sim, se a organização deve servir como meio para difundir mais largamente e em modo mais brusco uma educação revolucionária nas massas; não, se a organização deve exaurir as forças do proletariado em um movimento tendente a conseguir dos melhoramentos impossíveis no regime capitalista. Em

⁵⁷⁵ *La Battaglia*, n. 36, 26 de março de 1905, p. 01, “Prima che si prenda una cantonata”.

⁵⁷⁶ *La Battaglia*, n. 36, 26 de março de 1905, p. 01, “Prima che si prenda una cantonata”.

termos mais explícitos, não acreditamos em uma certa utilidade as organizações operárias que para a propaganda doutrinária que podem por dentro. O resto, é tudo ruído, clamor, clamor inútil, tempo pessimamente gasto, trabalho de demolição e regresso.⁵⁷⁷

Outro ponto tratado por Bandoni ainda no âmbito das organizações profissionais foi a questão da greve em busca do melhoramento econômico de uma determinada categoria. No periódico *L'Azione Anarchica*, publicado em novembro de 1905, defendeu que a greve precisava ser entendida como o “sinal precursor da revolução”, não devendo ser tratada apenas como um artifício para que o operariado obtivesse ganhos no tocante à relação trabalhista, da forma como pretendia o corporativismo sindical. Ademais, de acordo com o seu entendimento, a conquista de melhorias impediria que os trabalhadores, “constrangidos pela fome”, ocupassem as praças, pois “quanto maior será o número destes condenados, tanto maior a probabilidade de ver estourar” o processo revolucionário, e que para este fim a associação operária seria fundamental. Por esta razão, concluiu não ser ilegítima a greve por ganhos imediatos, mas desde que não inibisse a referida Revolução Social

(...) Depois que o trabalhador começou a conhecer os seus direitos naturais ele mesmo se uniu com os outros seus companheiros e nas associações juntamente estabeleceram as bases de suas lutas, e de luta em luta conquistam aqueles pequenos melhoramentos possíveis no círculo de ferro do organismo capitalístico, sem perder de vista o objetivo precípua da Revolução Social (...) ⁵⁷⁸.

Na edição de fevereiro de 1912 do periódico *La Battaglia*, Angelo Bandoni, em um artigo intitulado “Descendo à praça”, ressaltou dois movimentos populares urbanos que emergiram nesta ocasião⁵⁷⁹. O primeiro

⁵⁷⁷ *La Battaglia*, n. 37, 02 de abril de 1905, p. 01, “Gli anarchici e il Corporativismo”.

⁵⁷⁸ *L'Azione Anarchica*, 19 de novembro de 1905, “Il corporativismo e la rivoluzione”.

⁵⁷⁹ Sobre o contexto ver: “A conjuntura que cerca o processo de acumulação industrial repleta de crises que mudam o panorama da produção e do consumo, do trabalho e do salário, muito rapidamente, por vezes no espaço de um ano. Nesse sentido, 1912 marca a

foi o reavivamento da Liga dos Inquilinos de 1907 que pretendia a união dos inquilinos contra o encarecimento dos aluguéis, já o segundo ansiava pela criação de um Comitê de agitação contra a alta do custo de vida. A elevação dos aluguéis decorria, segundo Bandoni, da omissão do governo no controle dos "impostos", isto é, das locações. Deste modo, seria preciso sensibilizar o poder para que pusesse fim a este arbítrio dos proprietários. Para ele, dever-se-ia exercer uma ação ostensiva, nos domínios urbanos, apropriar-se da cidade a fim de expor ao poder público as reivindicações dos operários-inquilinos "tomando a praça", o que, simbolicamente, significaria extrapolar as fronteiras das ruas operárias, adentrando áreas de uso socialmente diferenciado, como são as referidas praças⁵⁸⁰.

Ainda de acordo com Bandoni, já existiria em São Paulo um grande movimento organizado, com subcomitês em vários bairros, que lutava contra os altos aluguéis. Esses subcomitês funcionavam no Bom Retiro, Barra Funda, Água Branca, Lapa, Brás, Mooca, Belenzinho, mas decaíram por "falta de agitadores, não de bons propósitos"⁵⁸¹.

A linha de ação proposta por Bandoni, no episódio em apreço, é de grande relevância na medida em que, mais uma vez, contradiz a sua "tendência" antiorganizativa, uma vez que ele sugeria que um comitê de agitação se formasse, a fim "de mobilizar um Exército Locatário", cuja função seria diminuir os poderes dos proprietários. Para compor este exército, seriam

grande retomada do crescimento industrial, em que alguns setores industriais têm uma alta demanda de trabalhadores qualificados, pagam salários melhores do que a média, enquanto em outros há desemprego. Houve uma elevação salarial do quarto trimestre de 1911 ao primeiro trimestre de 1912, alcançando até junho. Neste mês inicia-se um rápido declínio salarial e os preços dos gêneros alimentícios se elevam, atingindo o preço máximo do ano em dezembro de 1912" (BLAY, Eva. *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985).

⁵⁸⁰ *La Battaglia*, n. 341, 10 de fevereiro de 1912, "Scendiamo in piazza!".

⁵⁸¹ Propõe o articulista que o movimento recomesse, pois, só em São Paulo, "são 50 mil famílias" que tem o mesmo problema do aluguel alto para casas insalubres e sem conforto. Três meses após o movimento de fato se alastrou e conseguiu adesão de várias associações (*La Battaglia*, n. 341, 10 de fevereiro de 1912, "Scendiamo in piazza!").

convidados representantes de “todas as associações populares” e se constituiria um comitê central composto de “outras pessoas”, excluindo-se aquelas que “sempre dominam tudo”, numa clara menção a predominância de italianos nos movimentos políticos. A atuação se faria através de conferências, formação de subcomitês, convites “nos muros” e artigos em jornais. Pensava Bandoni que seriam assim arregimentados cerca de “50 mil combatentes que seguirão resolutos para o campo de batalha: a praça”⁵⁸².

Assim, por esta e outras tendências organizativas, frisa-se, um tanto contraditórias, vale registrar que Angelo Bandoni foi apenas um profundo crítico das organizações mais verticalizadas (como partidos e sindicatos), já que em algumas ocasiões ressaltou positivamente o papel dos agrupamentos formados por trabalhadores, mas desde que não centralizados, e que não os desviassem do foco principal que seria a ação revolucionária. No tocante a esta contradição, como defendeu Pierre Bourdieu, a trajetória biográfica de qualquer indivíduo é repleta de variações, onde o mesmo ser é capaz de transitar por diferentes campos e por distintas zonas no interior do mesmo campo⁵⁸³.

Deste modo, portanto, acreditamos que o antissindicalismo de Angelo Bandoni possui outra explicação histórica. Queremos com isso dizer que a sua aversão aos sindicatos é mais um reflexo da desconfiança gerada pela experiência sindical italiana, que do fim do oitocentos até a primeira década do século XX, foi lugar hegemônico pelo socialismo (tanto o de ênfase mais reformista, quanto o de matriz revolucionária). Como bem salientou Maurizio Antonioli, a corrente sindicalista revolucionária italiana, que tendeu a adotar o termo em uso na França, fez “parte da esquerda revolucionária do partido socialista, e que ela reivindicará sempre a sua origem socialista e a inspiração

⁵⁸² *La Battaglia*, n. 341, 10 de fevereiro de 1912, “Descendo à praça”.

⁵⁸³ Conferir: BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica, In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (org.). *Usos & abusos da história oral*. 8.ed. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

marxista de suas próprias ideias"⁵⁸⁴. Ainda segundo o autor, o movimento sindicalista (revolucionário ou reformista) iniciou a "sua atividade no interior do P.S.I."⁵⁸⁵ (Partido Socialista Italiano, criado em 1892)⁵⁸⁶.

Essa conjuntura inicial do sindicalismo italiano possibilita, de certo modo, explicar o descrédito de Bandoni (assim como outros anarquistas de origem italiana em São Paulo) em relação às associações profissionais. Durante o seu contato preliminar com os ideais libertários nas regiões italianas da Toscana e da Ligúria, quando era ainda jovem (1888-1900), os sindicatos estavam sendo ocupados ideologicamente pelo socialismo. Esta percepção, sem dúvida, irá influenciar, mais tarde, já no Brasil, suas posições em relação às organizações operárias.

Esta zona de influência, em seus textos, ficou bastante evidente a partir de um longo debate travado com o anarquista de origem espanhola, Florentino de Carvalho, nas páginas do periódico *Guerra Sociale*, acerca da organização dos trabalhadores anarquistas em sindicatos. Na ocasião, Bandoni ressaltaria que o sindicalismo, mesmo aquele de caráter revolucionário, não trazia em seu conteúdo nada que possibilitasse, de fato, a revolução social, pois, para ele "é inútil, falsas ilusões", porque ao conciliar com os "patrões, os usurpadores, os parasitas", os sindicalistas revolucionários proporiam uma revolução que "não virá a transformar a propriedade de

⁵⁸⁴ ANTONIOLI, Maurizio. "A U.S.I. O Sindicalismo Revolucionário Italiano". In COLOMBO, E.; COLSON, D. et al. (orgs). *História do movimento operário revolucionário*. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, 2004, p. 193.

⁵⁸⁵ Somente a partir de novembro de 1912, com o nascimento da União Sindical Italiana (U.S.I.), cuja adesão atingiu cerca de um milhão de trabalhadores de distintas categorias, presenciou-se uma maior participação dos anarquistas no âmbito sindical (ANTONIOLI, Maurizio. "A U.S.I. O Sindicalismo Revolucionário Italiano". In COLOMBO, E.; COLSON, D. et al. (orgs). *História do movimento operário revolucionário*. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, 2004, p. 198-199).

⁵⁸⁶ ANTONIOLI, Maurizio. "A U.S.I. O Sindicalismo Revolucionário Italiano". In COLOMBO, E.; COLSON, D. et al. (orgs). *História do movimento operário revolucionário*. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, 2004, p. 193-194.

privada, em comum; nós, pobres renegados, teremos sempre o pior. O anárquico sindicalista não pode fazer mais"⁵⁸⁷.

Em resposta, Florentino de Carvalho afirmaria que Bandoni estaria sendo injusto ao julgar as organizações operárias observando "apenas o seu lado crítico", "principalmente nos países onde ela tomou um caráter mais conservador" ao serem ocupadas pelos socialistas⁵⁸⁸. Em outro artigo, ainda sobre esta mesma polêmica⁵⁸⁹, o anarquista espanhol⁵⁹⁰ defendeu que, ao contrário da afirmativa de Bandoni, as ações dos militantes ácratas nas associações não eram inúteis, não se limitando apenas à tarefa de representá-las nos congressos, e que a dura repressão sofrida pelos libertários demonstrava a tonalidade revolucionária que possuíam⁵⁹¹.

Apesar das críticas contundentes às organizações, os julgamentos proferidos por Angelo Bandoni se orientaram mais especificamente em relação às associações de trabalhadores (sindicatos), pois, na prática, como já ressaltamos, por diversas vezes o encontramos envolvido na formação de círculos, de escolas libertárias e até mesmo realizando solicitação burocrática perante a Administração Pública para a concessão de licença de funcionamento de um "sindicato". Em consulta a edição do dia 18 de junho de 1912 do jornal *Correio Paulistano*, tivemos o conhecimento do seguinte

⁵⁸⁷ *Guerra Sociale*, n. 08, 27 de novembro de 1915, p. 04, "L'anarchico sindicalista".

⁵⁸⁸ *Guerra Sociale*, n. 08, 27 de novembro de 1915, p. 04, "Atitude dos Anarquistas ante o movimento operário. Palestrando com os amigos redatores da Guerra Sociale".

⁵⁸⁹ Que segue na edição seguinte, ver: *Guerra Sociale*, n. 12, ano II, 08 de janeiro de 1916, p. 03, "Pro e Contro il Sindacalismo".

⁵⁹⁰ Cabe ressaltar a posição de Florentino de Carvalho ao contra-argumentar Bandoni. Ele auto se denomina anarquista sem adjetivo, e que o seu apoio as organizações não pode resultar em um rótulo: "Já, no precedente artigo, declarei que sou anarquista... sem adjetivos. O simples fato de adoptar incidentalmente a organização operária como um meio fator de emancipação da Humanidade, me obriga, de modo algum a arvorecer o rótulo de sindicalista, que fica bem unicamente aos indivíduos cujas aspirações não vão além da luta de classes, do melhoramento econômico, ou de uma organização social futura sob as bases puramente sindicalistas" (*Guerra Sociale*, n. 10, 11 de dezembro de 1915, p. 03, "Pro e contro il Sindacalismo").

⁵⁹¹ *Guerra Sociale*, n. 10, 11 de dezembro de 1915, p. 03, "Pro e contro il Sindacalismo".

despacho proferido pelo Secretário do Interior do Estado de São Paulo em razão desta solicitação:

Atos Oficiais

- Ofícios despachados:

Do professor Angelo Bandoni, de Cândido Rodrigues, comunicando ter constituído um sindicato para colaboração, defesa e fiscalização dos colonos da zona⁵⁹².

Em que pese esse aparente paradoxo, Bandoni, durante o ano de 1912, passou a residir, com a sua família, no município paulista de Cândido Rodrigues. Foi nessa ocasião que organizou a sua terceira experiência de escola libertária (Escola Moderna de Cândido Rodrigues). Por essa razão, acreditamos que esta solicitação para a constituição de um sindicato seja, na verdade, um pedido de autorização para o funcionamento desta unidade escolar, e não a formação de uma associação profissional. É que a legislação específica vigente à época considerava ser sindicato qualquer grupamento destinado ao estudo, custeio e a defesa dos interesses dos trabalhadores rurais⁵⁹³.

De todo modo, tal fato serve para mitigar essa percepção antiorganizacionista cunhada em torno de Angelo Bandoni e que ele próprio ajudou a forjar, mesmo que com contradições à parte. Por outro lado, ainda a respeito de sua tendência antissindicalista, cabe pontuar que a posição de Bandoni dentro do movimento libertário implica realizar uma distinção entre aqueles contrários aos sindicatos, mas que não eram adeptos integralmente do individualismo italiano (esses últimos seguidores, por exemplo, de Luigi Galleani, e que serão denominados insurrecionalistas).

⁵⁹² *Correio Paulistano*, 18 de junho de 1912, p. 05, "Atos Oficiais".

⁵⁹³ Ver art. 1º do Decreto n. 979, de 6 de janeiro de 1903: "é facultado aos profissionais da agricultura e indústrias rurais de qualquer gênero organizarem entre si sindicatos para o estudo, custeio e defesa dos seus interesses" (sic).

Essa integral proximidade com as ideias galleanistas não se comprova na prática. Durante duas décadas como articulista, jamais chegou a mencionar em seus textos qualquer indício dessa influência. Além disso, durante o período em que Bandoni ainda residia na Itália (1886-1900), Luigi Galleani migrava do republicanismo para o socialismo (1881-1885), quando passou, inclusive, a fazer parte do *Partito Operario Italiano*, partido este que viria se transformar no então PSI, em 1892⁵⁹⁴. Galleani não tinha se convertido em um anarquista e sua proximidade com a percepção libertária apenas aconteceria em 1892⁵⁹⁵; a defesa de sua proposta antiorganizacionista⁵⁹⁶ e insurreicionária teria se vislumbrado, principalmente, nos Estados Unidos onde residiu entre 1901 e 1919⁵⁹⁷. Porém, o que merece ser frisado é que neste momento Angelo Bandoni já havia iniciado a produção de seus textos (1900), e de forma incipiente já vinha firmando posição contrária às organizações.

O que é possível verificar de fato, pela análise das fontes, foi um forte traço de proximidade com o comunismo anárquico de Errico Malatesta, na medida em que prosseguiu como um grande defensor da solidariedade

⁵⁹⁴ SENTA, Antonio. *Luigi Galleani e l'anarchismo antiorganizzatore*. Itália: Edizioni Bruno Alpini, 2012, p. 18-19.

⁵⁹⁵ De acordo com Antonio Senta, "in August 1892 he attended the Congress of the Partito operaio italiano in Genova with Pietro Gori, both representing the anarchists. It was an important event because it marked officially the division between anarchists and legalitarian socialists and Galleani played a major role in it pushing for the split" (SENTA, Antonio. *Luigi Galleani e l'anarchismo antiorganizzatore*. Itália: Edizioni Bruno Alpini, 2012, p. 21).

⁵⁹⁶ Mesmo assim, não rechaçamos totalmente a ideia de que Luigi Galleani tenha influenciado os anarquistas italianos em São Paulo, e especialmente Bandoni. Porém, tal afirmação é especulativa, na medida em que praticamente não fez referência sobre Galleani. Portanto, apenas é possível fazer aproximações ligeiramente teóricas, como esta: "Galleani was among those anarchists who concluded that any artificial or formal organization is unnatural and therefore authoritarian, because the association is the nature's rule. (...) Besides, he drew from Kropotkin that history was a perpetual struggle between freedom and authority, going towards the complete success of freedom, only attainable through a massive social revolution capable of dispossessing the bourgeoisie's wealth and destroying the State in order to establish a free communist regime" (SENTA, Antonio. *Luigi Galleani e l'anarchismo antiorganizzatore*. Itália: Edizioni Bruno Alpini, 2012, p. 23). Podemos perceber um pouco dessa tendência nos textos de Bandoni, mesmo assim de forma aproximativa.

⁵⁹⁷ SENTA, Antonio. *Luigi Galleani e l'anarchismo antiorganizzatore*. Itália: Edizioni Bruno Alpini, 2012, p. 17.

anárquica, defendendo que o anarquismo do ponto de vista econômico deveria seguir as bases do comunismo (ou seja, uma tendência mais comunitária) e, no plano político, necessitaria trilhar pelos ideais libertários. Ademais, chegou a fazer clara crítica aos individualistas. Vejamos em detalhe o seu pensamento:

[...] Onde não existem leis coercitivas, os homens querem ser iguais no direito de consumir; onde existem leis, a anarquia é absolutamente impossível.

Não são anarquistas - para nós - todos aqueles individualistas em seu sentido estrito, ou mais claramente os *amorfos*.

A Anarquia é, para nós, um organismo, uma forma, da qual a única forma coesiva será a solidariedade.

(...)

ANÁRQUICO é sinônimo de SOLIDÁRIO. Com SOLIDARIEDADE se vence; com SOLIDARIEDADE se pode viver anarquicamente.

(...) nós entendemos por anarquista de pensamento tanto aquele que não evita o uso da violência, quando com a violência se pode frear a injustiça sistemática ou afetar a resolução do problema social, quanto que, em economia, se afirmam comunistas, e, na política, Libertários.⁵⁹⁸

Esta proximidade com as ideias malatestinianas de Angelo Bandoni não seria uma excepcionalidade. Como bem salientou Edilene Toledo, no Brasil diversos anarquistas iriam defender a ideia de que a forma organizativa da sociedade após o processo revolucionário seria, "no plano teórico, na forma do anarco-comunismo, cujos maiores representantes foram Kropotkin e Malatesta"⁵⁹⁹.

No tocante ao papel da solidariedade como única possibilidade para a existência do anarquismo, como evidenciado no texto de Bandoni, esta mesma compreensão pode ser encontrada nas palavras de Malatesta ao mencionar que

somente a mais completa aplicação do princípio da solidariedade pode destruir a luta, a opressão e a exploração, e a solidariedade só

⁵⁹⁸ La *Battaglia*, n. 11, 4 de Setembro de 1904, p. 02 e 03, "Distinguiamo".

⁵⁹⁹ TOLEDO, Edilene. *Travessias Revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 47.

pode nascer do livre acordo, da harmonização espontânea e desejada dos interessados⁶⁰⁰.

Para a perspectiva do comunismo anárquico, a primeira obrigação, quando a revolução viesse à tona e rompesse o sistema vigente, seria realizar imediatamente o comunismo libertário, que corresponderia a um comunismo sem governo, pertencente aos homens livres ⁶⁰¹. E, diferentemente do coletivismo, onde a remuneração seria proporcional às horas de trabalho dedicadas por cada pessoa à produção das riquezas, na perspectiva anarco-comunista

todos os produtos do trabalho – comida, roupas, moradia, e tudo mais o que for útil – estarão sob posse comum da sociedade. Todos poderão usá-los livremente, e todos usufruirão de toda a riqueza de maneira comum.⁶⁰²

No comunismo, cada um trabalharia na medida de suas possibilidades e consumiria na medida de suas necessidades – um sistema que exigiria um aprofundamento ético sem precedentes e a garantia de que se cooperaria em tal sentido⁶⁰³.

Na edição de abril de 1905 do jornal *La Battaglia*, Bandoni publicou um artigo em forma de diálogo entre duas personagens fictícias, Vittorio e Beppino. Essa estratégia de escrita, na verdade um artifício lúdico, que muito se aproxima de alguns escritos do próprio Malatesta (como nos textos *Entre Camponeses* e *No Café*), pretendia não subordinar o leitor aos seus

⁶⁰⁰ MALATESTA, Errico. Um pouco de teoria. In: MALATESTA, Errico. *Escritos Revolucionários*. São Paulo: Novos Tempos, 1989, p. 12-13).

⁶⁰¹ KROPOTKIN, Piotr. *A Conquista do Pão*. Lisboa: Guimarães editores, 1975, p. 46 e 51.

⁶⁰² MARINI, Gualtiero. *Revolução, anarquia e comunismo: às origens do socialismo internacionalista italiano (1871-1876)*. 378 f. Dissertação (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016, p. 315-316.

⁶⁰³ MARINI, Gualtiero. *Revolução, anarquia e comunismo: às origens do socialismo internacionalista italiano (1871-1876)*. 378 f. Dissertação (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016, p. 315-316.

argumentos, mas, acima de tudo, imprimia uma conversa franca, contendo algumas peculiaridades familiares, e sendo de fácil compreensão⁶⁰⁴.

O diálogo em apreço envolve a participação de um interlocutor a favor do individualismo e de outro que se posiciona em defesa do comunismo anárquico. Para o defensor do individualismo, o comunismo teria o importante papel de assegurar a distribuição e o uso dos meios produtivos e de seus produtos a toda coletividade, o que seria privilégio de poucos. Entretanto, neste sistema econômico, a liberdade individual nunca poderia ser completa, uma vez que o indivíduo deverá cumprir obrigações que lhe seriam impostas em razão do coletivo, em detrimento da maioria:

(...) Porquanto não haverá leis coercitiva, tu, no comunismo deverá trabalhar metodicamente e, para cima e para baixo, quanto aos outros para ser censurado (crítico). Deverá vestir como os outros, fazer a barba, pentear-se como os outros, comer igualmente, habitar uma casa feita no estilo em voga, etc, etc. Enfim, terás de comportar-te em conformidade com o comportamento geral. Eu, nesse cumprimento a exigência do desenvolvimento coletivo, do costume, do capricho dos outros, não posso me acomodar a chama-lo de liberdade.⁶⁰⁵

Em contrapartida, para o interlocutor adepto do comunismo, o maior problema do individualismo seria a exclusão da solidariedade, a base para “vencer a resistência exorbitante de qualquer esforço individual”. Além disso, após a revolução social ocorreria um estado de *amorfia individualística* que, ao generalizar-se, afetaria todos os serviços e empregos dos trabalhadores coletivos (como o meio de comunicação e transporte), colocando a sociedade em “extremo perigo”. Outrossim, “o homem traz em si uma prepotente necessidade de descobrir, de conhecer”, necessidade esta que não “harmoniza em nada com o ideal de exemplificação individualista”. Ao

⁶⁰⁴ Ver: SAMIS, Alexandre. “Introdução”. In: MALATESTA, Errico. *Entre Camponeses*. São Paulo: Hedra, 2009, p. 31.

⁶⁰⁵ *La Battaglia*, n. 87, 02 de abril de 1905, p. 03, “Polemizzando?!”.

final de seus argumentos, afirmava que apesar de certos defeitos, como a ligeira restrição da liberdade, o comunismo anárquico garantiria uma vida baseada na ajuda mútua. E assim terminou o diálogo. Bandoni permitiu deste modo, que o leitor pudesse compreender que essa segunda posição, a comunitária, seria a forma mais viável de organização anarquista⁶⁰⁶.

Esses são, portanto, alguns indícios que demonstram que a influência teórica do anarquismo propalado por Angelo Bandoni tem amparo no anarco-comunismo malatestiniano, e não no individualismo (ou insurrecionalismo) difundido por Luigi Gallenai. Por conta disso, este fato contribui para rechaçar a tese que afasta a percepção libertária dos militantes italianos de São Paulo como um caso historicamente desvinculado em relação à AIT. Isso em razão do papel que Errico Malatesta⁶⁰⁷ possuiu ao conduzir a seção italiana da Internacional dos Trabalhadores, entre 1871 a 1876, de uma posição “simplesmente abstencionista e federalista, a adotar os ideais básicos do anarquismo bakuniniano” e, em seguida, a ultrapassá-los através da elaboração do princípio “anarco-comunista”⁶⁰⁸ e de uma excepcional concepção revolucionária, a “propaganda pelo fato”⁶⁰⁹.

⁶⁰⁶ *La Battaglia*, n. 87, 02 de abril de 1905, p. 03, “Polemizzando?!”.

⁶⁰⁷ Assim como, Carlo Cafiero (1846-1892) e Andrea Costa (1851-1910).

⁶⁰⁸ Ainda segundo o autor: “paradoxalmente, portanto, a nova interpretação do anarquismo bakuniniano elaborada pelos internacionalistas suíços e italianos, que superava o coletivismo do russo mantendo inalterada a perspectiva materialista subjacente, embora não pudesse eliminar as divergências básicas entre o pensamento marxiano e o bakuniniano, aproximava essas duas correntes de ideias, mostrando assim sua matiz comum. A originalidade e, ao mesmo tempo, o paradoxo da elaboração “anarco-comunista” são inegáveis: aquelas mesmas pessoas que, nos primeiros anos de vida da Internacional, haviam combatido e renegado a tendência marxista, agora, depois de poucos meses da morte de Bakunin, abandonavam parcialmente sua perspectiva coletivista para aderir a uma teoria comunista elaborada pelo próprio Marx” (MARINI, Gualtiero. *Revolução, anarquia e comunismo: às origens do socialismo internacionalista italiano (1871-1876)*. 378 f. Dissertação (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016, p. 299).

⁶⁰⁹ Ver: MARINI, Gualtiero. *Revolução, anarquia e comunismo: às origens do socialismo internacionalista italiano (1871-1876)*. 378 f. Dissertação (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016, p.

Em outras palavras, a morte de Bakunin (1876) não significou um ponto final ao crescente movimento federalista libertário e operário na Itália; muito menos simbolizou a sua estagnação. Tanto foi assim, que em outubro de 1876, foi celebrado em Tosi, localidade próxima de Florença, um congresso (Congresso de Florença-Tosi) no qual se estabeleceram as bases das teses do comunismo anarquista como alternativa ao coletivismo de Bakunin⁶¹⁰. Esta proposta consignada na década de setenta não era ainda uma elaboração definitiva, pois não havia sido “adotada diretamente a fórmula do ‘comunismo anarquista’”, apesar de terem sido expostos os pressupostos teóricos de uma ideia que seria desenvolvida ao longo de 1880-1890 por Cafiero⁶¹¹, Malatesta, Kropotkin e Reclus⁶¹².

A solidificação definitiva de Errico Malatesta em relação ao anarco-comunismo iria acontecer no ano de 1881, em Londres, quando os remanescentes da primeira AIT se reuniram, sob o nome de Congresso Internacional Socialista Revolucionário, e realizaram o primeiro congresso anarquista. Na ocasião, o anarquista, representante de diversos grupos italianos, propôs ainda a reestruturação da Internacional dos Trabalhadores a partir de uma orientação revolucionária de luta contra os governos, para o qual seria necessária uma estrutura dupla: por um lado um órgão destinado a difundir a propaganda entre as massas e impulsioná-las à revolta, e por outros grupos de ação, organizados e federados em sigilo para a ação violenta (que

⁶¹⁰ MARINI, Gualtiero. *Revolução, anarquia e comunismo: às origens do socialismo internacionalista italiano (1871-1876)*. 378 f. Dissertação (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016, p. 313.

⁶¹¹ Já Andrea Costa, gradualmente, foi aderindo a uma perspectiva mais parlamentarista e legalista.

⁶¹² MARINI, Gualtiero. *Revolução, anarquia e comunismo: às origens do socialismo internacionalista italiano (1871-1876)*. 378 f. Dissertação (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016, p. 314 e NETTLAU, Max. *História da anarquia: das origens ao anarco-comunismo*. São Paulo: Hedra, 2008, p. 188.

receberia o nome de “propaganda pelo fato”, tese que já vinha sendo defendida desde o Congresso de Berna em 1876)⁶¹³. Ademais, foi ainda nesta década (1880) que Malatesta, e outros nomes importantes do anarquismo desse momento (Andrea Costa antes de se tornar socialista e Francesco Saverio Merlino), vão perceber a necessidade de uma “organização dos grupos socialistas anárquicos voltados para o movimento social”, muito embora o antiorganizacionismo ainda tenha sido predominante na Itália até 1900⁶¹⁴.

Por tudo que foi exposto até aqui, um exame mais apurado da sua produção tipográfica e a consulta de documentação até então inexplorada sobre o Bandoni revelam que é arriscado (e talvez um equívoco) catalogar este militante de maneira rígida em qualquer tipo de vertente anárquica. Desta forma, a sua melhor definição, talvez, seja a de um “anarquista sem adjetivos”, como na proposição defendida pelos anarquistas Fernando Tarrida e Ricardo Mella⁶¹⁵, os pioneiros a utilizarem essa expressão e a mencionar a importância de uma “síntese”⁶¹⁶ entre as correntes anárquicas⁶¹⁷. O ácrata cubano, Tarrida, por exemplo, afirmou ser anarquista e expressou “a anarquia sem adjetivos” (1890), pois a anarquia é um axioma e as formas organizativas

⁶¹³ AVILÉS, Juan. “Un punto de inflexión en la historia del anarquismo: El congreso revolucionario de Londres de 1881”. *Cuadernos de Historia Contemporánea*, v. 34, p. 159-180. 2012, p. 171.

⁶¹⁴ ROMANI, Carlo. “História e historiografia do anarquismo italiano: das origens até 1907”. *Rede-A*, [S.l.], v.3, n. 2, p. 3-23, jul/dez, 2013, p. 19.

⁶¹⁵ Ver também o seguinte texto: MELLA, Ricardo. *Libre cooperación y colectivismo anarquista*, S. d.. Disponível em: <https://bibliotecanacionandaluzasevilla.files.wordpress.com/2008/09/libre-cooperacion-y-colectivismo-anarquista1.pdf>. Acesso: 02 ago 2017.

⁶¹⁶ Entre aspas, com a preocupação de não incorrer em um possível anacronismo, visto que o movimento de síntese acontecerá em ocasião bem posterior, isto é, na década de 1920, com Sebastian Faure, Volin, em contraposição aos plataformistas, conforme já ressaltamos.

⁶¹⁷ CODELLO, Francesco. “Un anarchismo senza aggettivi”. *A rivista anarchica*. Milão, ano 47, n. 416, p. 59-60, maio, 2017, p. 59.

ou os modelos econômicos adotados (corporativista ou comunitário) são questões meramente secundárias⁶¹⁸. Já para o espanhol Mela (1900):

(...)De nossa parte nos limitamos a registrar um fato: anarquistas de todas as crenças caminham resolutamente para [...] uma grande síntese social, que abraça todas as diversas manifestações de ideais. A marcha é silenciosa: em breve haverá o rumoroso desmembramento (...).⁶¹⁹

Assim, tendo em vista as especificidades dos anarquistas italianos em São Paulo, especialmente de Angelo Bandoni, temos por hipótese que grande parte das práticas desses militantes não comportam um enquadramento fixo nas classificações até então formuladas, já que a tradição italiana recebeu historicamente a influências de múltiplas tendências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tudo que foi exposto, este artigo buscou demonstrar que a crítica formulada por Angelo Bandoni contra as organizações possuiu maior ênfase no que tange às associações sindicais. Mesmo assim, essa relação de antagonismo estabelecida por Bandoni, apesar de evidente em seus textos, não foi coerente na prática, tendo em vista que as escolhas assumidas ao longo de sua militância contrariaram esse posicionamento. Apesar disso, foi possível ressaltar que esse antissindicalismo possuiu como explicação histórica a realidade sindical italiana no final do século XIX, já que era lugar ocupado hegemonicamente pelos socialistas reformistas. É por essa razão, que Bandoni tendeu a compreender as organizações profissionais como um empecilho a tão almejada revolução social. Essa percepção, inclusive, pode ser estendida a outros anarquistas de origem italiana e aos grupos editoriais da imprensa

⁶¹⁸ TARRIDA, Fernando. "Anarquía sin adjetivos". *Germinal*, n. 4, p. 129-136, out., 2007.

⁶¹⁹ *L'Azione Anarchica*, 19 de novembro de 1905, "L'Anarchismo nascente")

libertária aos quais fizeram parte no Brasil e que também se opuseram aos sindicatos enquanto estratégia de luta, como foi, por exemplo, o caso do jornal *La Battaglia*.

Por tal razão, não é possível supor, como fizeram algumas análises historiográficas, como por exemplo os autores do livro *Black Flame*, que esse antissindicalismo dos anarquistas italianos em São Paulo tivesse como explicação uma possível proximidade com o individualismo (ou insurrecionalismo para alguns) proposto por Luigi Galleani. Mas, ao tratar especificamente de Angelo Bandoni, o artigo buscou demonstrar a inconveniência de usar classificações para definir um militante entre as correntes do anarquismo. De tal modo que, pelas multiplicidades teóricas assumidas, as contradições e as complexidades apresentadas, a melhor maneira encontrada para defini-lo seria a de um “anarquista sem adjetivo”, saindo, assim, em defesa de uma síntese entre as vertentes.

A trajetória biográfica de Angelo Bandoni possibilitou contato direto com um dos segmentos do movimento anarquista brasileiro que floresceu durante a primeira República. Se no passado o anarquismo no país era compreendido como sendo uma voz uníssona em todas as regiões que se desenvolveu, as recentes interpretações históricas voltadas para os percursos individuais fazem emergir novas perspectivas que antes passavam despercebidas. Assim, no âmbito do cenário nacional, os militantes em São Paulo possuíam características próprias (o mesmo vale para as demais regiões do país). Por sua vez, entre aqueles que pertenciam à comunidade italiana, as manifestações libertárias se davam sob o crivo de outras especificidades fazendo ramificar ainda mais essas seções. Por essas e outras razões, consideramos que as diversas classificações existentes não dão conta de definir toda a complexidade existente nas ações de militância, motivo pelo

qual, entre a propaganda e a educação, a incapacidade de adjetivação de Bandoni faça ressaltar a sua multiplicidade teórica.

REFERÊNCIAS

PERIÓDICOS UTILIZADOS

Correio Paulistano, São Paulo.
Germinal, São Paulo.
Guerra Sociale, São Paulo.
L'Azione Anarchica, São Paulo.
La Barricata-La Battaglia, São Paulo.
La Battaglia, São Paulo.
La Propaganda Libertaria, São Paulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONIOLI, Maurizio. A U.S.I. O Sindicalismo Revolucionário Italiano. In: COLOMBO, E.; COLSON, D. et al. (orgs). *História do movimento operário revolucionário*. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, 2004.

AVILÉS, Juan. "Un punto de inflexión en la historia del anarquismo: El congreso revolucionario de Londres de 1881". *Cuadernos de Historia Contemporánea*, v. 34, p. 159-180. 2012.

BAKUNIN, Mikhail. *Revolução e Liberdade*. Cartas de 1845 a 1875. São Paulo: Hedra, 2010.

BENEVIDES, Bruno Corrêa de Sá e. "A educação libertária como "nova tendência revolucionária": as experiências pedagógicas de Angelo Bandoni". *Revista Latino-Americana de História*, vol. 7, n. 19, jan./jul., 2018.

BENEVIDES, Bruno Corrêa de Sá e. *O Anarquismo sem adjetivos: a trajetória libertária de Angelo Bandoni entre propaganda e educação*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

BIONDI, Luigi. *Classe e nação*. Trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo, 1890-1920. Campinas: Ed. Unicamp, 2011.

BERTHIER, Rene. *Commentaires sur "Black Flame" et divers autres ouvrages*. Reflexions sur l'anarchisme et le syndicalisme révolutionnaire". Cercle d'Études libertaires Gaston-Leval, 2017.

BLAY, Eva. *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (org.). *Usos & abusos da história oral*. 8.ed. Rio de Janeiro, FGV, 2006.

CORRÊA, Felipe. *Rediscutindo o anarquismo: uma abordagem teórica*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CODELLO, Francesco. "Un anarquismo senza aggettivi". *A rivista anarchica*. Milão, ano 47, n. 416, p. 59-60, maio, 2017.

- FEDELI, Ugo. Gigi Damiani. *Note biografiche: il suo posto nell'anarchismo*. Cesena: L'Antitatto, 1954.
- FELICI, Isabelle. Gli anarchici italiani di San Paolo e il problema dell'organizzazione operaia (1898-1917). In: BLENGINO, Vanni; FRANZINA, Emílio; PEPE, Adolfo. *La riscoperta delle Americhe: Lavoratori e sindacato nell'emigrazione italiana in America Latina (1870-1970)*. Teti Editore, 1994.
- HARDMANN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- HOBBSBAWM, Eric. *A era dos impérios (1875-1914)*. 16ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- KHOURY, Yara Maria. *Edgard Leuenroth, uma voz libertária: imprensa, memória e militância anarco-sindicalista*. São Paulo: USP, 1989.
- KROPOTKIN, Piotr. *A Conquista do Pão*. Lisboa: Guimarães editores, 1975.
- LEVY, Carl. *Gramsci and the Anarchist*. New York: Berg, 1999.
- MALATESTA, Errico. Um pouco de teoria. In: *Escritos Revolucionários*. São Paulo: Novos Tempos, 1989.
- MARINI, Gualtiero. *Revolução, anarquia e comunismo: às origens do socialismo internacionalista italiano (1871-1876)*. 378 f. Dissertação (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.
- MELLA, Ricardo. *Libre cooperación y colectivismo anarquista*, S. d.. Disponível em: <https://bibliotecanacionandaluzasevilla.files.wordpress.com/2008/09/libre-cooperacion-y-colectivismo-anarquista1.pdf>. Acesso: 02 ago 2017.
- NASCIMENTO, Rogério H. Z. *Florentino de Carvalho. Pensamento social de um anarquista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.
- NETTLAU, Max. *História da anarquia: das origens ao anarco-comunismo*. São Paulo: Hedra, 2008.
- PERNICONE, Nunzio. *Italian Anarchism, 1864-1892*. New Jersey: Princeton Legacy Library, 1993.
- REY, Didier. Historique des migrations en Corse depuis 1789. In: PESTEL, Ph (Org.). *Histoire et mémoires des immigrations en région Corse*. Corte: Université de Corse – Pascal Paoli, 2008.
- ROMANI, Carlo. *Oreste Ristori: uma aventura anarquista*. São Paulo: Annablume, 2002.
- ROMANI, Carlo. "História e historiografia do anarquismo italiano: das origens até 1907". *Rede-A*, [S.l.], v.3, n. 2, p. 3-23, jul/dez, 2013, p. 19.
- ROSSINER, Patrick. *Entre a plataforma e o partido: as tendências autoritárias e o anarquismo*. Piracicaba: Ateneu Diego Giménez, 2011.
- SAMIS, Alexandre. Introdução. In: MALATESTA, Errico. *Entre Camponeses*. São Paulo: Hedra, 2009.
- SAMIS, Alexandre. *Minha pátria é o mundo inteiro. Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos*. Lisboa: Letra Livre, 2009.
- SANTOS, Kauan Willian dos. "Paz entre nós, guerra aos senhores": o internacionalismo anarquista e as articulações políticas e sindicais nos grupos e periódicos anarquistas guerra social e a plebe na segunda década do século XX em São Paulo. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2016.

SANTOS, Kauan Willian dos. "Ultrapassando limites, conjurando a liberdade: revolução e nação na trajetória política de Angelo Bandoni em São Paulo nas duas primeiras décadas do século XX". *Revista Mundos do Trabalho*, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 57-74, 2016.

SENTA, Antonio. *Luigi Galleani e l'anarchismo antiorganizzatore*. Itália: Edizioni Bruno Alpini, 2012.

TARRIDA, Fernando. "Anarquía sin adjetivos". *Germinal*, n. 4, p. 129-136, out., 2007.

TOLEDO, Edilene. *Travessias Revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

VAN DER WALT, Lucien; SCHMIDT, Michael. *Black Flame*. The revolutionary class politics of Anarchism and Syndicalism. Oakland (CA): AK Press, 2009.

NOTAS DE PESQUISA

PONTIFICADO E ELIZABETH I: DISPUTA ESTATAL-IDEOLÓGICA NO QUINHENTOS

Giovana Eloá Mantovani Mulza⁶²⁰

Resumo: Neste trabalho, utilizamos como fonte um conjunto de documentos promulgados pela rainha inglesa Elizabeth I (1558-1603): Queen Elizabeth's Proclamation to Forbid Preaching (1558), Elizabeth's Supremacy Act, Restoring Ancient Jurisdiction (1559) e Elizabeth's Act of Uniformity (1559). Mediante a problematização de tais decretos reais, permanecemos capazes de compreender um fenômeno secundarizado pela historiografia inglesa e brasileira: a disputa de poderes empreendida entre Elizabeth I e a Santa Sé romana. O conflito entre tais instituições consistiu em um resultado do fortalecimento do Estado da Inglaterra, fenômeno que implicou na contestação do poder temporal exercido pelo papado nessa nação. Nosso objetivo consiste em problematizar o antagonismo monárquico-pontifical, apresentando aos leitores as conclusões que obtivemos no transcorrer do desenvolvimento de nossa pesquisa de iniciação científica. De imediato, adiantemos: consequências políticas e religiosas decorreriam dessa disputa, as quais influenciariam o desenrolar da história inglesa.

Palavras-chave: Pontifex Maximus; Monarquia inglesa; Antagonismo.

PONTIFICATE AND ELIZABETH I: STATE-IDEOLOGICAL DISPUTE IN THE CENTURY XVI

Abstract: In this work, we use as source a set of documents promulgated by Elizabeth I (1558-1603): Queen Elizabeth's Proclamation to Forbid Preaching (1558), Elizabeth's Supremacy Act, Restoring Ancient Jurisdiction (1559) and Elizabeth's Act of Uniformity (1559). Through the problematization of such royal decrees, we remain capable of understanding a phenomenon seconded by English and Brazilian historiography: the power struggle between Elizabeth I and the Roman Holy See. The conflict between these institutions consisted of a result of the strengthening of the State of England, a phenomenon which implied in the contest of temporal power exercised by the papacy in that nation. Our objective is to problematize the monarchical-pontifical antagonism, presenting to the readers the conclusions that we obtained in the course of the development of our research of scientific initiation. At once, political and religious consequences would follow from this dispute, which would influence the development of English history.

Key words: Pontifex Maximus; English monarchy; Antagonism.

⁶²⁰ Graduada em História pela Universidade Estadual de Maringá. (<http://lattes.cnpq.br/7065371321256473>). Pesquisa financiada pela Fundação Araucária. Artigo recebido em 21/07/2018 e aprovado em 26/11/2018

INTRODUÇÃO

Em 2017, no decorrer das primárias formulações de nossa pesquisa de iniciação científica⁶²¹, deparamo-nos inquietamente com uma tríade de decretos ingleses emitidos pela monarca Elizabeth I (1558-1603): *Queen Elizabeth's Proclamation to Forbid Preaching* (1558) [Proclamação da Rainha Elizabeth para Proibir a Pregação (1558)], *Elizabeth's Supremacy Act, Restoring Ancient Jurisdiction* (1559) [Ato de Supremacia de Elizabeth, Restaurando a Antiga Jurisdição (1559)] e *Elizabeth's Act of Uniformity* (1559) [Ato de Uniformidade de Elizabeth (1559)]⁶²². A problematização dessas fontes permitiu-nos compreender uma temática da história da Inglaterra frequentemente marginalizada pela academia britânica e brasileira: a disputa de poderes empreendida entre Elizabeth I e a Santa Sé romana.

Após um extenuante levantamento bibliográfico, constatamos: o conflito monárquico-pontifical não constitui um tema privilegiado pela História política ou pela História das ideias religiosas. Como consequência desse quadro, deparamo-nos com pouquíssimas obras referentes à era elisabetana, as quais frequentemente possuíam um cunho factual e político. De fato, como proceder legitimamente diante dessa escassez bibliográfica? Com quais historiadores iremos dialogar ou contestar? Com efeito, nossa compreensão acerca da temática elencada fundamentou-se sobretudo na crítica da documentação, possuindo como respaldo a história das ideias políticas e religiosas.

⁶²¹ Nos referimos ao projeto de iniciação científica intitulado “*Pontifex Maximus e monarquia inglesa: bipolarização e disputa de poderes na era elisabetana*”, o qual contou com o financiamento da Fundação Araucária.

⁶²² GEE, Henry, HARDY, William John. *Documents Illustrative of English Church History*. New York: Macmillan, 1896.

Seguindo a metodologia proposta pelo historiador das ideias Quentin Skinner ⁶²³, torna-se capital empreender a contextualização de nossa documentação. Falar da Inglaterra do século XVI demanda que compreendamos que política e religião permaneciam amplamente vinculadas. O cristianismo constituía em um sistema cultural hegemônico, influenciando todas as esferas da vida do homem elisabetano.

[...] queiramos ou não, o clima de nossas sociedades ocidentais é sempre, profundamente, um clima cristão. Outrora, no século XVI, ainda mais: o cristianismo era o próprio ar que se respirava no que chamamos a Europa e que era a cristandade. Era uma atmosfera na qual o homem vivia sua vida, toda a sua vida – e não apenas sua vida intelectual, mas também sua vida privada de atos múltiplos, sua vida pública de ocupações diversas, sua vida profissional, qualquer que fosse seu âmbito. [...] Se se quisesse ou não, se se percebesse claramente ou não, as pessoas achavam-se mergulhadas desde o nascimento num banho de cristianismo, do qual não se evadiam nem mesmo na morte: pois essa morte era cristã necessária e socialmente, pelos ritos a que ninguém podia furtar-se [...]. Do nascimento à morte, estendia-se toda uma cadeia de cerimônias, de tradições, de costumes, de práticas – que, sendo todos cristãos ou cristianizados, atavam o homem involuntariamente, mantinham-no cativo mesmo que ele se pretendesse livre.⁶²⁴

Os séculos XV e XVI foram decisivos para todos os povos de Deus. Foi um período sobretudo crucial para o Ocidente cristão, que conseguira não apenas alcançar outras culturas no *Oikumene*, mas iria superá-las. Esses séculos testemunharam o Renascimento italiano, que logo se difundiu para o norte da Europa, a descoberta do Novo Mundo e o início da revolução científica, que teria consequências fatídicas para o resto do mundo. No fim do século XVI, o Ocidente estava pronto para criar um tipo inteiramente diferente de cultura. Foi, portanto, uma época de transição, e como tal caracterizada por ansiedade, além de conquistas. Isso ficou evidente na concepção ocidental de Deus nessa época. Apesar de seu êxito secular, os europeus se preocupavam mais com sua fé do que jamais antes.⁶²⁵

⁶²³ SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁶²⁴ FEBVRE, Lucien. *O problema da incredulidade no século XVI*. A religião de Rabelais. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 292.

⁶²⁵ ARMSTRONG, Karen. *Uma história de Deus: quatro milênios de busca do judaísmo, cristianismo e islamismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 260.

Mediante a leitura de Marc Bloch⁶²⁶ e Ernst Kantorowicz⁶²⁷, inferimos que um conjunto de crenças viria a legitimar gradualmente o fortalecimento do poder dos reis ingleses, tal qual a Doutrina dos Dois Corpos do Rei e a crença no Toque das Escrófulas. A sacralização da Coroa viria a favorecer a consolidação do poder do monarca. A principal consequência desse processo consistiu em uma ascendente contestação do poder temporal exercido pela Santa Sé na Inglaterra. Uma efetiva disputa de poderes seria desencadeada, aquando de Elizabeth I vir a impor sua supremacia política e religiosa. E foi com esse intuito que a tríade de documentos fora promulgada. Iniciemos nossa análise documental.

DISCUSSÃO

Ao longo da documentação, o *Pontifex Maximus* viria a ser representado como potência usurpadora, competindo à rainha evitar sua influência na Inglaterra. Afinal, torna-se importante compreender que “[a] Igreja não só tinha alguns dos atributos do Estado, como instituições duradouras e uma teoria do ‘poder supremo’ papal, mas, além disso, influenciava diretamente a política secular, pelo envolvimento do clero nos negócios públicos”⁶²⁸ (KRITSCH, 2004, p. 103). Seria um anacronismo empregar a terminologia *nacionalismo* para designar o ideal de Elizabeth I em refutar o poder pontifical. No entanto, o ideal de *liberdade* permanecia amplamente comungado nesse período⁶²⁹. Visando manter a liberdade da Inglaterra, Elizabeth I afirma sua supremacia ante o papado.

⁶²⁶ BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

⁶²⁷ KANTOROWICZ, Ernst H. *Os dois corpos do rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁶²⁸ KRITSCH, Raquel. Rumo ao estado moderno: as raízes medievais de alguns de seus elementos formadores. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 23, nov. 2004, p. 103.

⁶²⁹ SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Contestando as determinações da Santa Sé, Elizabeth I outorga a “[...] exoneração dos súditos reais de extorsões e imposições até então pagas à Sé de Roma”⁶³⁰. Os dízimos direcionados ao pontificado passam a convergir para a coroa, a qual empregará tais quantias para a estabilização financeira da Inglaterra e para o financiamento de expedições marítimas ao Novo Mundo. Ademais, anatas e primícias até então pagas ao papado foram revogadas, aquando de afirmar-se a “[...] submissão do clero à majestade real”⁶³¹. Assim, *Elizabeth's Supremacy Act, Restoring Ancient Jurisdiction* (1559) outorgou a subordinação da Igreja ao Estado. Conforme já expusemos, política e religião permaneciam intrinsecamente vinculados em tal contexto. A fim de ratificamos tal argumentação, convém suscitar integralmente as palavras do documento: “pode ser estabelecida e promulgada pela mencionada autoridade, que tais jurisdições, privilégios, superioridades, e preeminências, espirituais e eclesiásticas [...] serão para sempre, pela autoridade do presente Parlamento, estar unidos e anexados à coroa imperial deste reino.”⁶³².

E com a intenção de que todo poder e autoridade usurpadora e estrangeira, espiritual e temporal, pode para sempre ser claramente extinta, e nunca ser utilizada ou obedecida dentro deste reino, ou em quaisquer outros domínios ou países de sua majestade, pode agradar sua alteza que pode ser ainda promulgada pela mencionada autoridade [Parlamento], que nenhum príncipe, pessoa, prelado, estado, ou potentado estrangeiros, espiritual ou temporal, deve a qualquer momento posterior ao último dia desta sessão do Parlamento, usar, gozar, ou exercer qualquer forma de poder, jurisdição, superioridade, autoridade, preeminência ou privilégio, espiritual ou eclesiástico, dentro deste reino, ou dentro de quaisquer outros domínios ou países que agora sejam de sua majestade, ou que daqui em diante serão, mas a partir daí o mesmo será claramente

⁶³⁰ [...] exoneration of the king's subjects from exactions and impositions heretofore paid to the see of Rome. GEE, Henry, HARDY, William John. *Documents Illustrative of English Church History*. New York: Macmillan, 1896. p. 445.

⁶³¹ [...] submission of the clergy to the king's majesty. GEE, Henry, HARDY, William John. *Documents Illustrative of English Church History*. New York: Macmillan, 1896.p. 445.

⁶³² may be established and enacted by the authority aforesaid, that such jurisdictions, privileges, superiorities, and preeminences, spiritual and ecclesiastical [...]shall for ever, by authority of this present Parliament, be united and annexed to the imperial crown of this realm. GEE, Henry, HARDY, William John. *Documents Illustrative of English Church History*. New York: Macmillan, 1896. p. 448.

abolido fora deste reino, e em todos os outros domínios de sua alteza para sempre; apesar de qualquer estatuto, regulamentação, hábito, constituições, ou qualquer outra matéria ou motivo em qualquer disposição ao contrário em qualquer sensatez.⁶³³

Finalmente, compete-nos evidenciar que *Elizabeth's Supremacy Act, Restoring Ancient Jurisdiction* (1559) estipulou que todos os indivíduos que viessem a ocupar cargos políticos ou religiosos deveriam proferir um juramento em prol da rainha. O juramento seria alvo de críticas do papado, cujas retaliações virão a ser analisadas por nós posteriormente. Para enriquecer nossas análises, convém expor o juramento em íntegra.

E para a melhor observação e manutenção deste Ato, pode agradar sua alteza que pode ser ainda promulgada pela mencionada autoridade, que todos e cada arcebispo, bispo, e todo e qualquer outra pessoa eclesiástica, e outros funcionários e sacerdotes eclesiásticos; sobre o quê propriedades, dignidades, preeminências, ou graus seja quem ele ou eles forem ou serão, e todos e cada juiz, justiça, prefeito temporais, e outros leigos ou oficiais e ministros temporais, e qualquer outra pessoa que tenha honorários ou salários de sua alteza, dentro deste reino, ou em quaisquer domínios de sua alteza, fará, tomará, e receberá um juramento corporal sobre o evangelista, antes dessa pessoa ou pessoas que devem agradar sua alteza, seus herdeiros ou sucessores, sob o grande selo da Inglaterra para designar e nomear, para aceitar e tomar o mesmo de acordo com o teor e efeito daqui em diante a seguir, isto é:

"Eu, A. B., testemunho e declaro totalmente em minha consciência, que a excelentíssima rainha é a única governadora suprema deste reino, e de todos os outros domínios e países de sua alteza, bem como em todas as coisas ou causas espirituais ou eclesiásticas, como temporais, e que nenhum príncipe, pessoa, prelado, estado ou potentado estrangeiros, têm, ou deverá ter, qualquer jurisdição,

⁶³³ And to the intent that all usurped and foreign power and authority, spiritual and temporal, may for ever be clearly extinguished, and never to be used or obeyed within this realm, or any other your majesty's dominions or countries, may it please your highness that it may be further enacted by the authority aforesaid, that no foreign prince, person, prelate, state, or potentate, spiritual or temporal, shall at any time after the last day of this session of Parliament, use, enjoy, or exercise any manner of power, jurisdiction, superiority, authority, preeminence or privilege, spiritual or ecclesiastical, within this realm, or within any other your majesty's dominions or countries that now be, or hereafter shall be, but from thenceforth the same shall be clearly abolished out of this realm, and all other your highness's dominions for ever; any statute, ordinance, custom, constitutions, or any other matter or cause whatsoever to the contrary in any wise notwithstanding. GEE, Henry, HARDY, William John. *Documents Illustrative of English Church History*. New York: Macmillan, 1896. p. 447-448.

poder, superioridade, preeminência, ou autoridade eclesiástica ou espiritual, dentro deste reino; e portanto eu renuncio e abandono totalmente todas as jurisdições, poderes, superioridades, e autoridades estrangeiras, e prometo que de agora em diante eu assumirei fé e verdadeira lealdade à excelentíssima rainha, seus herdeiros e sucessores legais, e meu poder deverá assistir e defender todas as jurisdições, preeminências, privilégios, e autoridades concedidas ou pertencentes à excelentíssima rainha, seus herdeiros ou sucessores, ou unidos e anexados à coroa imperial deste reino. Que Deus me ajude, e pelo conteúdo deste livro. "⁶³⁴

Através do juramento, Elizabeth I garantia juridicamente que os principais funcionários do Estado reconheçam sua superioridade ante o *Pontifex Maximus*. Rejeitá-lo significava a perda de "[...] toda e qualquer promoção, benefício, e cargo eclesiástico e espiritual, e cada promoção e cargo temporal e leigo, que ele tem exclusivamente no momento de tal recusa feita"⁶³⁵. Desempenhar ministérios ou cargos temporais demandava

⁶³⁴ And for the better observation and maintenance of this Act, may it please your highness that it may be further enacted by the authority aforesaid, that all and every archbishop, bishop, and all and every other ecclesiastical person, and other ecclesiastical officer and minister; of what estate, dignity, preeminence, or degree soever he or they be or shall be, and all and every temporal judge, justice, mayor, and other lay or temporal officer and minister, and every other person having your highness's fee or wages, within this realm, or any your highness's dominions, shall make, take, and receive a corporal oath upon the evangelist, before such person or persons as shall please your highness, your heirs or successors, under the great seal of England to assign and name, to accept and to take the same according to the tenor and effect hereafter following, that is to say: "I, A. B., do utterly testify and declare in my conscience, that the queen's highness is the only supreme governor of this realm, and of all other her highness's dominions and countries, as well in all spiritual or ecclesiastical things or causes, as temporal, and that no foreign prince, person, prelate, state or potentate, has, or ought to have, any jurisdiction, power, superiority, preeminence, or authority ecclesiastical or spiritual, within this realm; and therefore I do utterly renounce and forsake all foreign jurisdictions, powers, superiorities, and authorities, and do promise that from henceforth I shall bear faith and true allegiance to the queen's highness, her heirs and lawful successors, and to my power shall assist and defend all jurisdictions, preeminences, privileges, and authorities granted or belonging to the queen's highness, her heirs and successors, or united and annexed to the imperial crown of this realm. So help me God, and by the contents of this book. " GEE, Henry, HARDY, William John. *Documents Illustrative of English Church History*. New York: Macmillan, 1896. 449-450.

⁶³⁵ [...] all and every ecclesiastical and spiritual promotion, benefice, and office, and every temporal and lay promotion and office, which he has soleny at the time of such refusal made GEE, Henry, HARDY, William John. *Documents Illustrative of English Church History*. New York: Macmillan, 1896. p. 450.

impreterivelmente da corroboração do juramento e penalidades poderiam ser atribuídas aos indivíduos que o rejeitassem.

Quais as implicações de tais homologações para a Igreja da Inglaterra? Quais as modificações institucionais que a religião verificou em tal período? Neste ponto, adentram em nosso horizonte os documentos *Queen Elizabeth's Proclamation to Forbid Preaching* (1558) e *Elizabeth's Uniformity Act* (1559). Tais fontes discorrem sobre a política religiosa de Elizabeth I, evidenciando o intervencionismo do Estado inglês no âmbito religioso. A proeminência da rainha também se expressara no plano eclesiástico, intento que suscita seu ideal de manter sua soberania sobre todos os assuntos temporais e espirituais. Ao ascender à coroa da Inglaterra, Elizabeth I outorgou *Queen Elizabeth's Proclamation to Forbid Preaching* (1558), decreto que contém as primeiras determinações religiosas da monarca. Tal promulgação visava suscitar uma temporária regulamentação religiosa para a Igreja inglesa em tal período de transição de regimes. Corroboramos que Elizabeth I objetiva antagonizar-se ao catolicismo mariano, embora sua política religiosa ainda não estivesse integralmente formulada em 1558. Assim, *Queen Elizabeth's Proclamation to Forbid Preaching* (1558) possui as primeiras determinações da rainha regulamentando quais ritos e práticas religiosas poderiam ser empreendidas no reino enquanto uma posterior documentação não viesse a ratificar a doutrina a ser adotada. Assim, tal determinação prevalecerá "até que consultas possam ser feitas pelo Parlamento, por sua majestade e seus três estados neste reino"⁶³⁶.

Refutando o catolicismo institucional corroborado por Mary Tudor, Elizabeth I conferiu licitude ao usufruto dos Evangelhos e das Epístolas nas igrejas inglesas, em que os Mandamentos judaico-cristão ainda poderiam ser

⁶³⁶ until consultation may be had by Parliament, by her majesty and her three estates of this realm. GEE, Henry, HARDY, William John. *Documents Illustrative of English Church History*. New York: Macmillan, 1896. p. 417.

comungados pelos súditos. Assim, “que eles deixem de pregar, ou ensinar, ou dar atenção para qualquer outra doutrina ou pregação a não ser para os Evangelhos e Epístolas”⁶³⁷. O inglês vernáculo fora visualizado enquanto língua lícita a ser proferida religiosamente, contestando simbolicamente o latim pontifical. Tais determinações permanecem aplicáveis tanto para leigos como para membros do corpo eclesiástico, os quais não deveriam fazer “exibição ou adição de qualquer maneira, sentido, ou significado a ser aplicado e adicionado; ou utilizar qualquer outra forma de oração pública, rito, ou cerimônia na Igreja”⁶³⁸. Ademais, “[...] a Ladainha comum usada nesse presente na própria capela de sua majestade, e a Oração do Senhor, e o Creio em Inglês”⁶³⁹ também poderiam ser empregues. Fora o *Elizabeth's Uniformity Act* (1559) que viria a decretar a política religiosa de Elizabeth I e ratificar seu antipapismo.

Apreender *Elizabeth's Uniformity Act* (1559) torna-se fundamental para a compreensão do antagonismo monárquico-pontifical. A onipotência política e religiosa de Elizabeth I permaneceria afirmada em tal documento jurídico, no qual a rainha influi amplamente no âmbito teológico e pontifical. Contestar-se-ia o poderio ideológico do *Pontifex Maximus* através da afirmação do anglicanismo como doutrina comungada pelo Estado inglês. Ratificar-se-ia o usufruto do *Livro de Orações Comum* nas cerimônias e práticas religiosas, edificado no governo eduardiano (1547-1553). Assim, “[O Livro de Orações Comum] foi revogado e tirado pelo Ato do Parlamento no

⁶³⁷ that they do forbear to preach, or teach, or to give audience to any manner of doctrine or preaching other than to the Gospels and Epistles. GEE, Henry, HARDY, William John. *Documents Illustrative of English Church History*. New York: Macmillan, 1896. p. 416.

⁶³⁸ exposition or addition of any manner, sense, or meaning to be applied and added; or to use any other manner of public prayer, rite, or ceremony in the Church. GEE, Henry, HARDY, William John. *Documents Illustrative of English Church History*. New York: Macmillan, 1896. p. 417.

⁶³⁹ the common Litany used at this present in her majesty's own chapel, and the Lord's Prayer, and the Creed in English. GEE, Henry, HARDY, William John. *Documents Illustrative of English Church History*. New York: Macmillan, 1896. p. 417.

primeiro ano do reinado da nossa última soberana, Rainha Mary, para a grande decadência da devida honra de Deus e desconforto para os pregadores da verdade de Religião de Cristo"⁶⁴⁰. Tal compilação visava conferir uniformidade religiosa à Inglaterra, bem como regulamentar os ritos.

E, ainda que seja decretado pela rainha, com o consentimento dos Lordes e dos Comuns presentes nesta assembleia Parlamentar, e por autoridade do mesmo, que todos e ministros singulares em qualquer catedral ou igreja paroquial, ou outro lugar dentro deste reino da Inglaterra, do País de Gales e que caminhe neste, ou em outros domínios da rainha, de agora e após a próxima festa da Natividade de São João Batista, deverá dizer e usar as Matinas, Evensong, celebração da Ceia do Senhor e administração de cada um dos sacramentos, e toda a sua oração comum e aberta, de ordem e forma tal como é mencionado no referido livro, assim autorizado pelo Parlamento nos referidos quinto e sexto anos do reinado do rei Eduardo VI, com uma alteração ou adição de certas lições a serem usadas em todos os domingos do ano, e a forma da ladainha, alterada e corrigida, e duas frases apenas adicionadas na entrega do sacramento aos comunicantes, e nenhuma outra ou de outra forma.⁶⁴¹

Elizabeth's Uniformity Act (1559) viria a se caracterizar pela rigidez das penalidades aos que transgredissem as determinações religiosas da rainha. A

⁶⁴⁰ [The Book of Common Prayer] was repealed and taken away by Act of Parliament in the first year of the reign of our late sovereign lady Queen Mary, to the great decay of the due honor of God, and discomfort to the professors of the truth of Christ's religion. GEE, Henry, HARDY, William John. *Documents Illustrative of English Church History*. New York: Macmillan, 1896. 458.

⁶⁴¹ And further be it enacted by the queen's highness, with the assent of the Lords (sic) and Commons in this present Parliament assembled, and by authority of the same, that all and singular ministers in any cathedral or parish church, or other place within this realm of England, Wales, and the marches of the same, or other the queen's dominions, shall from and after the feast of the Nativity of St. John Baptist next coming be bounden to say and use the Matins, Evensong, celebration of the Lord's Supper and administration of each of the sacraments, and all their common and open prayer, in such order and form as is mentioned in the said book, so authorized by Parliament in the said fifth and sixth years of the reign of King Edward VI, with one alteration or addition of certain lessons to be used on every Sunday in the year, and the form of the Litany altered and corrected, and two sentences only added in the delivery of the sacrament to the communicants, and none other or otherwise. GEE, Henry, HARDY, William John. *Documents Illustrative of English Church History*. New York: Macmillan, 1896. p. 460.

Igreja Anglicana permaneceria revitalizada mediante tal decreto, o qual estipula a contestação das determinações teológicas do papado. Ao conferir ao monarca o cunho de *chefe supremo* da Igreja inglesa, corroboramos que a reforma da Igreja da Inglaterra constituiu em desmembramento do antagonismo de poderes monárquico-pontifical. A coroa promulgou sua hegemonia espiritual ante a Santa Sé mediante tal documento. A hierarquia e os sacramentos católicos foram mantidos na Inglaterra, em que o anglicanismo obteve o caráter de via média entre o catolicismo e o calvinismo. A reforma da Igreja inglesa constituiu um ato estatal, não consistindo no resultado de um movimento popular ou preconizado por clérigos⁶⁴². A ascensão do anglicanismo deve ser apreendida de forma distinta da reforma luterana ou calvinista⁶⁴³.

Elizabeth estava obrigada a garantir, pelo menos aparentemente, a conformidade na observância religiosa. Reeditou o segundo livro de orações, de Eduardo VI, com certas modificações. [...] As "Injunções" que se seguiram à edição do livro foram, igualmente, um curioso misto de conservantismo e de radical evolução. A rainha desencorajou o casamento de padres e compeliu-os, se quisessem casar-se, a submeter a esposa de sua escolha à aprovação do bispo e de dois juízes de paz.

As decisões da rainha foram recebidas favoravelmente pela maioria dos seus súditos. Depois de tudo o que se passara nos últimos trinta anos, o povo inglês estava mais surpreendido, do que fanatizado, sobre a doutrina da Igreja e a disciplina, inclinando-se a aceitar, sem entusiasmo, qualquer decisão razoável. O acolhimento não podia ser meramente passivo, pois o comparecimento à igreja nos domingos e dias santificados era obrigatório, sob pena de pagamento de uma multa. Os sobreviventes, entre os bispos marianos, com uma só exceção, rejeitaram o livro de orações e recusaram prestar juramento, para reconhecer a supremacia real. A maior parte do clero inferior submeteu-se; os leigos seguiram seu exemplo. A hostilidade foi maior no norte, mais pobre e atrasado, e no ocidente, do que nas áreas mais prósperas do país.⁶⁴⁴

⁶⁴² DELUMEAU, Jean. *Nascimento e afirmação da reforma*. São Paulo: Pioneira, 1981.

⁶⁴³ ABREU, Maria Zina Gonçalves de. *A Reforma da Igreja em Inglaterra*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

⁶⁴⁴ WOODWARD, E. L. *Uma História da Inglaterra*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964, p. 100-101.

CONCLUSÕES

Em um primeiro momento, gostaríamos de empreender uma síntese das discussões e argumentos apresentados ao longo do trabalho. Nossa pesquisa se fundamentou no intuito de problematizar os documentos jurídicos *Queen Elizabeth's Proclamation to Forbid Preaching* (1558), *Elizabeth's Supremacy Act*, *Restoring Ancient Jurisdiction* (1559) e *Elizabeth's Act of Uniformity* (1559), os quais permitem à historiografia apreender o antagonismo de poderes entre Elizabeth I e o *Pontifex Maximus*. A bipolaridade entre tais potentados consistiu em um resultado do crescente fortalecimento da monarquia inglesa no século XVI, a qual usufruiu das crenças dos *Dois Corpos do Rei* e do *Toque das Escrófulas* para tal consolidação. Conforme discorreremos, política e religião permaneciam amplamente veiculados em tal centúria, em que tais Atos buscam estabelecer a hegemonia temporal e eclesiástica de Elizabeth I ante o pontificado. Ao conferir à Elizabeth I o cunho de chefe supremo da Igreja inglesa, a doutrina anglicana constituiu em um reflexo do antagonismo de poderes, visto que o ideário anglicano não implicou em efetivas mudanças teológicas. Fundamentados na história das ideias, reconhecemos a importância em se apreender tal temática, pois o anglicanismo ainda permanece enquanto religião oficial da Inglaterra.

Neste ponto, visaremos responder a uma última questão: como o papado reagiu à bipolaridade monárquico-pontifical? No transcorrer de 1570, o Papa Pio V viria a empreender a excomunhão de Elizabeth I através de *Regnans in Excelsis* (1570), a qual corresponde à resposta do *Pontifex Maximus* ao antagonismo de poderes. Em tal bula, o Pio V (1566-1572) ratifica que a Igreja Católica constitui na verdadeira herdeira do cristianismo, em que o

papa constitui no “servo dos servos de Deus”⁶⁴⁵. Não haveria salvação fora da Igreja Católica, visto que Deus lhe conferira legitimidade através de Pedro. Através do tardio discurso de Pio V – proferido em 1570 –, inferimos que o catolicismo visava reestruturar-se após as reformas protestantes. A perda de fiéis levaria o clero a organizar o *Concílio de Trento*, cujo término em 1563 levaria à Excomunhão dos Príncipes protestantes. Secularmente, a Igreja usufruía da excomunhão para obter o apoio dos reis e grandes nobres. Assim, excomungar Elizabeth I integrava um processo de reestruturação da Igreja Católica, a qual objetivou se posicionar diante das doutrinas religiosas ascendentes.

Mas o número dos ímpios cresceu tanto em poder que não há mais lugar no mundo que eles não tenham tentado corromper com suas doutrinas mais iníquas; e entre outras, Elizabeth, a pretensa rainha da Inglaterra e serva do crime, ajudou nisso, com quem, como num santuário, os mais perniciosos de todos encontraram refúgio.⁶⁴⁶

Conferindo a si o freixo da justiça, o *Pontifex Maximus* empreende a excomunhão da rainha, evidenciando seu perigo para os reinos católicos europeus. Já no fim de nosso trabalho, gostaríamos de reproduzir uma longa declaração contida na bula de excomunhão contra Elizabeth I. Embora longa, convém reproduzi-la na íntegra.

[Elizabeth I] removeu o Conselho Real, composto da nobreza da Inglaterra, e encheu-o de homens obscuros, sendo hereges; oprimiram os seguidores da fé católica; instituiu falsos pregadores e ministros da impiedade; aboliu o sacrifício da missa, orações, jejuns, escolha de carnes, celibato e cerimônias católicas; e ordenou que livros de conteúdo manifestamente herético fossem propostos a todo o reino e que ritos e instituições ímpios após o governo de Calvino, entretidos e

⁶⁴⁵ servant of the servants of God. PAPA PIO V. *Regnans in Excelsis*. Basílica de São Pedro, Roma, 1570. Disponível: <http://www.papalencyclicals.net/pius05/p5regnans.htm> Acesso: 12/02/2018.

⁶⁴⁶ But the number of the ungodly has so much grown in power that there is no place left in the world which they have not tried to corrupt with their most wicked doctrines; and among others, Elizabeth, the pretended queen of England and the servant of crime, has assisted in this, with whom as in a sanctuary the most pernicious of all have found refuge. PAPA PIO V. *Regnans in Excelsis*. Basílica de São Pedro, Roma, 1570. Disponível: <http://www.papalencyclicals.net/pius05/p5regnans.htm> Acesso: 12/02/2018.

observados por ela mesma, também fossem observados por seus súditos. Ela ousou expulsar bispos, reitores de igrejas e outros padres católicos de suas igrejas e benefícios, para conferir essas e outras coisas eclesiásticas aos hereges e para determinar as causas espirituais; proibiu os prelados, o clero e o povo de reconhecer a Igreja de Roma ou obedecer a seus preceitos e sanções canônicas; forçou a maioria deles a aceitar suas leis iníquas, a renunciar à autoridade e obediência do papa de Roma e a aceitar, sob juramento, como sua única dama em questões temporais e espirituais; impôs penalidades e punições àqueles que não concordassem com isto e exigiram então daqueles que perseveraram na unidade da fé e da obediência acima mencionada; jogou os prelados e pastores católicos na prisão, onde muitos, desgastados pela longa languidez e tristeza, terminaram miseravelmente suas vidas.⁶⁴⁷

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maria Zina Gonçalves de. *A Reforma da Igreja em Inglaterra*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- ARMSTRONG, Karen. *Uma história de Deus: quatro milênios de busca do judaísmo, cristianismo e islamismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- DELUMEAU, Jean. *Nascimento e afirmação da reforma*. São Paulo: Pioneira, 1981.
- FEBVRE, Lucien. *O problema da incredulidade no século XVI. A religião de Rabelais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- GEE, Henry, HARDY, William John. *Documents Illustrative of English Church History*. New York: Macmillan, 1896.
- KANTOROWICZ, Ernst H. *Os dois corpos do rei*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁶⁴⁷ has removed the royal Council, composed of the nobility of England, and has filled it with obscure men, being heretics; oppressed the followers of the Catholic faith; instituted false preachers and ministers of impiety; abolished the sacrifice of the mass, prayers, fasts, choice of meats, celibacy, and Catholic ceremonies; and has ordered that books of manifestly heretical content be propounded to the whole realm and that impious rites and institutions after the rule of Calvin, entertained and observed by herself, be also observed by her subjects. She has dared to eject bishops, rectors of churches and other Catholic priests from their churches and benefices, to bestow these and other things ecclesiastical upon heretics, and to determine spiritual causes; has forbidden the prelates, clergy and people to acknowledge the Church of Rome or obey its precepts and canonical sanctions; has forced most of them to come to terms with her wicked laws, to abjure the authority and obedience of the pope of Rome, and to accept her, on oath, as their only lady in matters temporal and spiritual; has imposed penalties and punishments on those who would not agree to this and has exacted then of those who persevered in the unity of the faith and the aforesaid obedience; has thrown the Catholic prelates and parsons into prison where many, worn out by long languishing and sorrow, have miserably ended their lives. PAPA PIO V. *Regnans in Excelsis*. Basílica de São Pedro, Roma, 1570. Disponível: <http://www.papalencyclicals.net/pius05/p5regnans.htm> Acesso: 12/02/2018.

KRITSCH, Raquel. "Rumo ao estado moderno: as raízes medievais de alguns de seus elementos formadores". *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 23, nov. 2004.

PAPA PIO V. *Regnans in Excelsis*. Basílica de São Pedro, Roma, 1570. Disponível: <http://www.papalencyclicals.net/pius05/p5regnans.htm> Acesso: 12/02/2018.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WOODWARD, E. L. *Uma História da Inglaterra*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

RESENHAS

“MINHA FAMÍLIA É A HUMANIDADE”: INTERNACIONALISMO E ORGANIZAÇÃO ANARQUISTA NO BRASIL (1900-1920)

Davi Luiz Paulino⁶⁴⁸

SANTOS, Kauan Willian dos. “Paz entre nós, Guerra aos Senhores”: anarquistas em São Paulo diante à Primeira Guerra Mundial. Curitiba: Prismas, 2017. 244pp.

Costuma-se encontrar referências ao anarquismo na historiografia tradicional como um fenômeno prematuro da classe operária, caracterizando-se, portanto, como um processo embrionário que resultaria no amadurecimento da classe, constituindo-se como partido político. Essa visão é encontrada em obras consagradas, como Trabalho Urbano e Conflito Social de Boris Fausto, que apresentam posicionamento semelhante quando se dispõe a estudar o anarquismo no Brasil.

Neste contexto, temos a obra “Paz entre nós, Guerra aos Senhores” de Kauan Willian dos Santos, livro resultante de sua dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo em 2016. Seu estudo busca contribuir rebatendo tais interpretações acerca do anarquismo e ampliar o debate sobre as formas de organização do movimento operário nas duas primeiras décadas do século XX em São Paulo.

No primeiro capítulo, Santos analisa a construção do anarquismo em perspectiva global mostrando como os libertários no Brasil foram influenciados em seus debates sobre o internacionalismo pelo Congresso de Amsterdã realizado em 1907, que defendia o posicionamento contrário aos conflitos bélicos e a formação de exércitos regulares. Analisa também o ideário anti-imperialista, pois é importante ressaltar que o período estudado pelo autor

⁶⁴⁸ Graduando em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. (<http://lattes.cnpq.br/6102644158388550>).

Artigo recebido em 10/07/2018 e aprovado em 09/09/2018.

perpassa pela Primeira Grande Guerra, que também será objeto de debate entre os trabalhadores.

Para analisar esses debates, o autor se ampara na historiografia sobre o tema e baseando-se na obra *Sob três bandeiras: anarquismo e imaginação anticolonial* de Benedict Anderson, ele busca traçar a diferença entre transnacionalismo e internacionalismo, de acordo com Santos:

É preciso marcar as diferenças entre “internacionalismo” e “transnacionalismo” usados em muitas pesquisas de forma indiscriminada. O Internacionalismo se refere aos movimentos, aqui dentro dos debates socialistas, que consideraram a importância de participação de diferentes grupos em conjunto, nacionais e étnicos, para a construção da sociedade igualitária. Mas, como Benedict Anderson alerta, tal intuito não descartou a influência do ideário étnico ou nacional na circulação de ideias e experiências revolucionárias. Em alguns casos, no processo transnacional, o nacionalismo, por vezes, impregnava os discursos internacionalistas, adaptando os movimentos como o socialismo, anarquismo e a estratégia do sindicalismo revolucionário.⁶⁴⁹

Começamos a perceber, então, as contribuições da obra, quando o autor, buscando compreender a construção do ideário libertário, refuta a tese de que anarcocomunismo e anarcossindicalismo seriam ideologias presentes nos círculos operários, mostrando que, na verdade, são estratégias de luta presente no anarquismo, pois para Santos, a ideologia se configura por um conjunto de ideias e valores que para os libertários seria a defesa da autogestão, da sociedade igualitária e do federalismo. Ressaltando suas contribuições, o autor busca apresentar a complexidade das estratégias anarquistas no período, mostrando que elas podem ser divididas entre os adeptos do antiorganizacionismo e do organizacionismo, a primeira caracterizando-se pela recusa da participação nos sindicatos, pois acreditavam que esses emperravam a insurreição dos trabalhadores, tais posicionamentos apareciam no periódico *La Battaglia*, em contrapartida, os

⁶⁴⁹ SANTOS, Kauan Willian dos. “*Paz entre nós, Guerra aos Senhores*”: anarquistas em São Paulo diante à Primeira Guerra Mundial. Curitiba: Prismas, 2017, p. 36.

organizacionistas contavam com militantes conhecidos como Edgard Leuenroth, Neno Vasco e Benjamin Motta que em torno do *O Amigo do Povo* defendiam a participação dos libertários nos sindicatos para alavancar a disseminação dos ideais anarquistas, já que dessa forma minariam o reformismo presente nesses espaços tornando-os assim mais combativos. Com isso o autor refuta teses de estudiosos como Edgard Carone e Boris Fausto, que apresentam o anarquismo como um fenômeno contraposto à organização ou as de que ele seria antítese do sindicalismo revolucionário.

Continuando com as contribuições de sua obra, o segundo capítulo aborda a recepção das ideias e das experiências anarquistas em São Paulo nas duas primeiras décadas do século XX, mostrando como o anarquismo se inseriu à realidade específica paulista, pois com o auxílio dos periódicos produzidos na época, ele constata que o “problema da vida” era retratado com frequência, demonstrando a insalubridade das moradias dos trabalhadores, dos locais de trabalho e também denunciavam a constante repressão que sofriam. Segundo o autor, os jornais funcionavam como elementos aglutinadores de grupos, preocupavam-se com a disseminação do projeto anarquista, além de organizarem movimentos e associações com caráter de resistência, aspecto que se assemelha ao mutualismo de inspiração proudhouniana.

Com isso, fica claro para Santos que a estratégia organizacionista desde o início buscou a inserção aos movimentos sociais, constituídos com o intuito de radicalizar as exigências dos trabalhadores, sempre atrelados às tentativas de transformação de ordem social e política.

Kauan dos Santos trabalha a construção do movimento operário na perspectiva anarquista não só em São Paulo, mas constata a participação libertária na organização da Confederação Operária Brasileira (COB) e da Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ), com isso fica claro que o

organizacionismo dos anarquistas estava presente na vida e na prática de luta dos trabalhadores nas primeiras décadas do século XX.

Na segunda década do século em questão, o clima de beligerância entre as potências europeias encontrou reflexo no país, isso é exposto pelo autor a partir do periódico *A Lanterna* no quadro intitulado "Mundo Operário", no qual é possível constatar o relato dos problemas que envolviam trabalhadores, suas ações grevistas e reivindicativas e também a crítica à guerra que para os libertários era um conflito para definição da hegemonia capitalista, portanto, o proletariado não deveria compactuar com esse processo.

Ancorado no estudo dos periódicos, Santos trabalhará sobre os jornais *Guerra Sociale* e *A Plebe* no terceiro capítulo, examinando o caráter internacionalista do anarquismo em sua crítica à beligerância. Para o primeiro, a guerra seria interesses de capitais, luta de diferentes grupos financeiros, expansionismo colonial, estatismo e nacionalismo. Posicionamento parecido também será encontrado entre os editores de *A Plebe*.

Ainda no terceiro capítulo, o autor trará o debate acerca das razões do declínio do anarquismo nas décadas seguintes, refutando a ideia de que tal fato ocorrera devido à falta de organização dos libertários. Ele mostra que a organização sempre estivera presente em grupos anarquistas, pois, a construção da Aliança Anarquista seria um exemplo claro desse projeto.

Com o intuito de ser um órgão aglutinador de grupos ácratas, a Aliança Anarquista também proporia a arrecadação de fundos para reuniões e criação de organizações. Tal ponto é interessante, pois mostra como o anarquismo sempre estava se modificando para acompanhar o próprio desenvolvimento da classe produtora. O autor, ao se basear no pensamento de Thompson, trabalhará ao longo de toda a obra sob a perspectiva

metodológica de que o operariado está em um constante processo de fazer-se classe.

Outra contribuição importante do livro de Kauan dos Santos é trazer a experiência da militância libertária das mulheres, como a criação do Centro Feminino de Educação. Essa proposta encabeçada pela editora de *A Plebe*, Isabel Cerruti, partia da concepção de que a luta feminina deveria estar atrelada à transformação social, com o intuito de alcançar “a destruição de qualquer ideário, além da esfera política e econômica, que pudesse reproduzir alguma forma de desigualdade entre o gênero humano como um todo.”⁶⁵⁰

No quarto e último capítulo encontramos reflexões acerca da experiência grevista e o impacto da revolução russa no pensamento libertário em São Paulo. Para Santos a participação dos anarquistas na construção do movimento proletário nas duas décadas do século XX repercutiu na Greve Geral de 1917, que por meio da estratégia organizacionista muitos militantes inseriram-se em órgãos da classe trabalhadora e em muitos casos contribuíram na formação dos mesmos. Como exemplo, temos a criação das ligas de bairros que constituirão a União Geral dos Trabalhadores (UGT) refletindo presença de sindicalistas, anarquistas e socialistas.

Além disso, como aponta o autor, mesmo contendo ideologias diversas, o grosso dos trabalhadores na onda grevista optavam pela estratégia da ação direta e reivindicava a autogestão, ou seja, partiam claramente de princípios anárquicos que se encontravam profundamente inseridos na sociabilidade operária.

Com a eclosão da revolução na Rússia, o movimento anarquista em seus periódicos defendia com entusiasmo o acontecimento, pois acreditavam

⁶⁵⁰ SANTOS, Kauan Willian dos. “*Paz entre nós, Guerra aos Senhores*”: anarquistas em São Paulo diante à Primeira Guerra Mundial. Curitiba: Prismas, 2017, p. 156.

que a revolução tomaria caminhos diferentes, realizando as aspirações libertárias da autogestão e do federalismo. No entanto, quando percebem que o processo tendia à bolchevização o movimento começa a tecer críticas em seus jornais, tais como *La Propaganda Libertaria*, *Guerra Sociale* e *A Plebe*, alertando os trabalhadores para o possível aspecto autoritário que tomaria a revolução.

Concluindo sua obra, o autor reflete sobre os processos de criação do Partido Comunista do Brasil, verificando que na sua origem contou com forte participação libertária, pois os militantes acreditavam que trabalhando dentro do partido poderiam cultivar a ideologia anárquica e tal proposta exigiria grande esforço dos militantes. Com a repressão que caíra sobre eles devido à forte presença anarquista na greve, Santos mostra a perseguição à militância, visto que, para as autoridades brasileiras ela seria a grande responsável pela organização das lutas dos trabalhadores no início do século XX, a comprovação desta tese é encontrada nos documentos sobre a construção do “campo de concentração” em Clevelândia na região norte do país para onde eram enviados militantes anarquistas, que eram submetidos ao trabalho forçado.

A partir da preocupação e da constante intensificação da repressão promovida pelas autoridades, podemos concluir que o anarquismo fora uma das maiores presenças no movimento operário no período estudado por Santos. Seu declínio, mas não desaparecimento, estava ancorado na tríade repressão, perseguição e exílio em Clevelândia.

Baseados em todos os apontamentos feitos até o momento, acreditamos que o livro de Kauan Willian dos Santos se apresenta como uma importante contribuição ao estudo das origens da organização proletária, pois além de refutar algumas leituras acerca do universo ácrata, demonstra o quão complexo fora a construção do ideário libertário no país e que por mais

que houvesse o declínio desta ideologia, seja pela repressão ou por novas formas organizativas, ela nunca desapareceu do meio operário.